

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA OCUPACIONAL:

O INTERIOR PAULISTA 1970/1980

*Este exemplar
corresponde ao ori-
ginal da tese defendi-
da em 07-03-91 pelo
Aluna Alda Regina Ferreira
de Araújo e orientada pelo
Prof. Dr. Wilson Cano.*

Alda Regina F. de Araújo

Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Economia
da UNICAMP, sob a orientação do Prof. Dr. Wilson Cano

Campinas, 1991.

Para meus pais e Wilson Cano.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta dissertação teve um longo e tortuoso caminho. Neste processo contei com grandes e inúmeros amigos, que me deram apoio e carinho necessário à sua execução. Dentre eles gostaria de destacar: Ângela, Bethania, Cida, Elba, Débora, Jef, Marina, Mauricio, Stella e minha mãe pelo carinho sincero e por me fazerem acreditar na minha capacidade de executá-lo.

Gostaria também de externar o meu sincero agradecimento a Rose, pela presteza e dedicação com que realizou o trabalho de digitação desta dissertação.

Faz parte da praxe acadêmica agradecer a aceitação e o trabalho do orientador. Quero superar este procedimento oficial e agradecer sinceramente o trabalho de orientação do Prof. Wilson Cano, que superou em todos os sentidos sua função de orientador ao me estimular e cobrar resultados, revelando-se acima de qualquer coisa um grande amigo.

Não tenho palavras para expressar-lhe meus agradecimentos

Í N D I C E

	Pág.
Introdução	01
 Capítulo I - Expansão e Diversificação Econômica do Interior Paulista	 05
I.1- A interiorização do desenvolvimento econômico durante a "industrialização restringida" (1930-1955)	 05
I.2- A interiorização do desenvolvimento econômico a partir da industrialização pesada (1956-1970)	 29
 Capítulo II - Dinâmica Econômica e Modificações na Estrutura Setorial da Economia Paulista 1970/1980	 48
II.1- A nova dinâmica agrícola	49
II.2- A desconcentração industrial nos anos 70	 73
II.3- Desenvolvimento econômico e modificações na estrutura setorial do terciário ...	94
 Capítulo III - Desenvolvimento Econômico e a Urbanização	

Resultante 112

III.1- Urbanização, modificações na estrutura
setorial da PEA e geração de novos empre-
gos nos anos 70 113

III.2- Desenvolvimento econômico e modificações
na estrutura ocupacional 126

III.3- Modificações na estrutura ocupacional sob
a ótica de sete ocupações selecionadas.. 155

Conclusões 167

Bibliografia 173

Anexo 182

INTRODUÇÃO

A década de 70 assistiu profundas transformações da economia e da sociedade brasileira. Nesses anos observou-se a consolidação no país de uma sociedade urbano-industrial, cujos traços indistigíveis de modernidade podem ser avaliados pela nova estrutura produtiva emergente.

Em que pese a grande modernização da base material (agricultura/indústria/serviços) contudo, o grau de heterogeneidade estrutural da economia e da sociedade brasileira se manteve. Ou seja, ao mesmo tempo que o "milagre brasileiro" incorporou importantes segmentos da classe média e de trabalhadores mais qualificados, não foi capaz, entretanto de dar conta da miséria social acumulada em nosso processo histórico de desenvolvimento.

Um dos aspectos dessa evolução econômica consistiu também na expansão e diversificação do Setor Serviços, acelerando o processo de urbanização. Isto se manifestou praticamente em todas as regiões brasileiras, dado que o impacto industrializante da década de 70 foi generalizado por quase todas as regiões. Essa desconcentração a partir da Grande São Paulo, embora tenha apresentado um caráter nacional, em boa parte também se dirigiu ao interior paulista por todas suas Regiões Administrativas.

A análise das modificações que o desenvolvimento econômico gera na estrutura ocupacional de uma sociedade constitui, sem sombra de dúvida, um caminho fértil para a melhor compreensão sobre a modernização da base produtiva e da urbanização.

Assim, o objetivo central desta dissertação é fazer um estudo comparativo das transformações da estrutura ocupacional do Estado de São Paulo e suas regiões na década de 70. Para tanto, utilizar-se-á a abordagem empregada pelo Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Sociais do Instituto da Economia da UNICAMP, que entende a urbanização de forma dinâmica e histórica, analisando-a como resultante do processo geral de desenvolvimento econômico da sociedade, particularmente no que concerne a dinâmica demográfica/mercado de trabalho/ terciarização.

Em suas pesquisas, o Núcleo tem desenvolvido diversos estudos sobre o processo de desenvolvimento econômico, no âmbito da economia paulista, dando especial ênfase à diferenciação econômica territorial, às articulações entre as regiões e à natureza do processo de urbanização (*).

* Entre as pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo, destacamos: "A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)", São Paulo: SEADE, 1988. Coleção economia paulista, 3 vol.; "Explosão urbana e demandas sociais no Estado de São Paulo: 1970-1985", SEPLAN/FECAMP, 1988, mimeo; "Urbanização e estrutura ocupacional regional do Estado de São Paulo - 1970/1980", SEPLAN/FECAMP, 1989, mimeo; e "São Paulo no limiar do século XXI: Perspectivas dos setores produtivos 1980-2000", IPT/FECAMP, junho 1990, mimeo.

A questão central que embasa esse trabalho é refletir sobre as distintas formas em que se manifesta espacialmente o processo de desenvolvimento econômico, tendo em conta seus determinantes mais gerais e as especificidades maiores dos principais centros regionais paulistas.

Essa modernização será avaliada através do exame da evolução da estrutura de qualificação da PEA, da evolução do emprego industrial e do seu poder de incorporação na PEA; da evolução do emprego de baixa qualificação; e da evolução de algumas variáveis qualitativas da PEA como as participações feminina e migrante, e a renda média regional em relação à renda média da Grande São Paulo, para sete ocupações selecionadas entre os anos de 1970 e 1980.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, apresenta-se os traços gerais do processo de desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo e a articulação econômico regional até 1970.

No segundo capítulo, faz-se um estudo setorial da dinâmica econômica, ao longo dos anos 70. Neste estudo setorial são analisadas as principais transformações da base produtiva material no Estado e suas regiões.

Finalmente, no terceiro capítulo, faz-se um estudo comparativo, entre as regiões, da evolução da estrutura ocupacional na década de 70, em dois planos: num primeiro,

trabalha-se com o conjunto das ocupações agregadas em sete grandes grupos e, num segundo, com uma amostra de sete ocupações selecionadas em função da sua representatividade para o conjunto do emprego urbano e/ou das características a serem realçadas na avaliação das transformações em curso.

I. EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA DO INTERIOR PAULISTA(*)

I.1. A Interiorização do desenvolvimento econômico durante a "industrialização restringida" (1930-1955)

O processo de ocupação do território paulista, a partir das primeiras décadas do século passado, dá-se predominantemente em função da cultura cafeeira. Até o final daquele século, o café havia produzido a ocupação de cerca de metade do Estado, o que incluía: a) a região do Vale do Paraíba, onde o café se instalou ainda no regime escravista, esgotando as terras e eliminando assim a possibilidade dessa região se incorporar ao movimento desenvolvimentista do complexo cafeeiro capitalista; b) a região de Campinas, com base na qual se estruturou o complexo cafeeiro capitalista, e a partir da qual se desenrolou a ocupação do território para o norte e para o oeste consolidada pela implantação das ferrovias Mogiana e Paulista, através do que se estruturaram as regiões de Araraquara e de Ribeirão Preto, e se estabeleceram contatos com o vizinho estado de Minas Gerais; c) a região de Sorocaba,

(*) Esta caracterização econômico-regional está largamente baseada na pesquisa: "A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, Fundação SEADE, 1988, 3 volumes. Ver também: Matos, O.N. de. "Café e ferrovias" 2ª ed., São Paulo, Alfa-ômega, 1974; Milliet, S. "Roteiro do Café e outros ensaios; contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil" 3ª ed., rev. e aum., São Paulo, scp, 1941. (Coleção Departamento de Cultura, v. 25), entre outros.

que se desenvolveu já no século passado em razão de antiga produção algodoeira, e que na última década do século se incorporou também ao complexo cafeeiro; e d) a região do Litoral, onde o Porto de Santos exercia a principal atividade econômica.

Com a implantação do complexo cafeeiro, firmou-se de forma irreversível a estrutura básica da rede urbana paulista, não só necessária para a manutenção da "comunidade cafeeira", mas também para sustentar a produção do café e permitir seu escoamento e comercialização. A rede urbana criada pelo e para o café assentou-se, assim, no desenho viário das ferrovias, onde se distribuíram núcleos urbanos que davam suporte principalmente às necessidades de consumo dos colonos e dos pequenos produtores agrícolas e às necessidades de armazenagem, operação e transporte da produção cafeeira. Em resposta a estas demandas, estruturou-se, principalmente nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto, uma rede urbana relativamente densa e ramificada, pontuada por centros urbanos maiores, que centralizavam o comércio e a prestação de serviços em relação a uma certa área, fazendo a mediação entre a capital e o interior do Estado.

A década de 20 assistiu o desencadear de um amplo processo de modernização da economia paulista, resultante do desenvolvimento da economia cafeeira, quando se consolidaram as bases que possibilitariam o salto para um novo patamar de desenvolvimento: a implantação de setores da indústria leve e a

expansão de uma economia agrícola mercantil diversificada(1). Esse processo teve como um de seus motores a expansão da fronteira agrícola através da incorporação do "Oeste Pioneiro" (São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília) à cultura cafeeira. Essa ocupação tinha três frentes avançadas: uma pela E.F. Noroeste do Brasil até Araçatuba, outra pela Alta Sorocabana até Santo Anastácio, e outra pela Alta Araraquarense até São José do Rio Preto. Este processo, contudo, só veio a se completar na década de 40(2).

A implantação de uma indústria leve e a diversificação da agricultura mercantil, impactaram de forma diferenciada a rede urbana paulista. As indústrias concentraram-se na Capital e seus arredores, ou junto aos maiores centros urbanos do interior, por disporem essas localidades de boas condições para sua localização e de uma força de trabalho pronta para ser mobilizada. A economia agrícola mercantil diversificada - desdobramento paralelo da economia cafeeira à indústria - exerceu determinação inversa em relação ao processo de urbanização: reforçou o desenvolvimento das pontas de ramificação da rede urbana, uma vez que estimulou a atividade urbana de suporte à atividade agrícola diversificada; isto é, de suporte técnico-instrumental e financeiro ao pequeno produtor agrícola; beneficiamento, armazenagem e transportes dos produtos agrícolas e atendimento

(1) Cf. Cano, W. "Raízes da concentração industrial em São Paulo". 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

(2) Cf. Matos, O.N. de. op. cit.

geral das necessidades de consumo da população urbana e rural. Em suma, a diversificação agrícola, conjuntamente com a expansão cafeeira, ajudou a consolidar a rede urbana paulista.

O que caracteriza a dinâmica regional do processo de urbanização no Estado de São Paulo, nos anos 20, é o desenvolvimento urbano, decorrente da combinação entre indústria e expansão agrícola, por sobre uma rede urbana originada de processos anteriores à acumulação industrial que estava tomando corpo nos anos 20. Ao final desta década, Campinas e Sorocaba tinham em comum um forte desenvolvimento industrial, embora este fosse bem mais significativo na primeira do que na segunda. Em escala menor, compartilhavam também do desenvolvimento industrial as regiões de Ribeirão Preto e do Vale do Paraíba, com a diferença de que a primeira desfrutava, ao mesmo tempo, de um forte desenvolvimento agrícola, o que não ocorria com a segunda.

A potente rede urbana originada pelo complexo cafeeiro em Campinas e Ribeirão Preto, aliada à sua pujança agrícola, possibilitou um desenvolvimento industrial - notadamente agroindustrial - mais amplo e diversificado nessas regiões.

A região de Campinas, em 1928, empregava 8,5% do emprego industrial do Estado e 29% do interior, dos quais quase a metade na indústria têxtil. Tinha importantes segmentos dos ramos metalúrgico, químico, mecânico, material de transporte,

papel, minerais não-metálicos, bebidas, vestuário e calçados. Além disso, a região era responsável por quase metade da produção de açúcar e álcool do Estado e pouco menos de um quinto da indústria de laticínios. Esta configuração industrial estava distribuída por vários municípios além da cidade de Campinas, onde se concentrava a maior e mais qualificada parte desta indústria(3).

A indústria da região de Ribeirão Preto era responsável, em 1928 por 2,7% do emprego total do Estado e 9,3% do emprego do interior, assim distribuídos: 28,8% na indústria, predominantemente produtora de bens intermediários; 50,79% na indústria de bens de consumo não-duráveis, dos quais a têxtil respondia por 22,0%, e 20,4% na indústria de bens de capital e duráveis. Além disso, a região era responsável por 50% da produção de açúcar e álcool do Estado, 23,4% da produção dos frigoríficos, 14,6% do processamento de leite, 33% da produção de derivados de leite e 18% do algodão beneficiado. Destacavam-se na indústria regional, além de Ribeirão Preto, os municípios de São Carlos, Araraquara, Sertãozinho, Franca, Barretos e Jaboticabal(4).

Em Sorocaba e no Vale do Paraíba, a indústria que ali se localizou, o fez por razões distintas: vínculos com o antigo capital mercantil algodoeiro, produção e comércio de alimentos,

(3) Cf. Negri, B. "A interiorização da indústria paulista (1920-1980)", in: "A interiorização do desenvolvimento ...", op. cit.

(4) Idem, idem.

fontes naturais aptas para produzir energia elétrica etc. Nenhuma das duas contava com uma preexistente e potente rede urbana, tendo o Vale do Paraíba, como agravante, a debilidade de sua desgastada atividade rural, que dava suporte apenas à produção e transformação do leite.

Sorocaba e Campinas apresentavam as principais concentrações industriais do interior paulista. Em 1928, essas duas regiões concentravam 21,2% dos operários do Estado e 72,7% do interior. A região de Sorocaba era responsável por 12,6% do emprego industrial do Estado e por 43% do interior; somente a indústria têxtil era responsável por 82% desse emprego, o que representava 21,7% do total da indústria têxtil paulista. Esta indústria caracterizava-se por fábricas de grande porte, voltadas para a fiação e tecelagem de algodão. Em que pese a alta concentração da indústria têxtil na região, o restante da sua estrutura era diversificada, com destaque para os ramos de material de transporte (duas grandes oficinas da E.F. Sorocabana), calcário e adubo, metalurgia, papel, calçados, açúcar e álcool. Os principais municípios industrializados, além de Sorocaba, eram Itu, Salto e Botucatu(5).

A indústria do Vale do Paraíba empregava 2,8% do total do Estado e 9,7% do interior, dos quais 72% na indústria têxtil. Esta distribuía-se nos municípios de Taubaté, Guaratinguetá, Jacareí e São José dos Campos. Embora menor, era mais diversificada do que a indústria têxtil de Sorocaba, abrangendo, além da têxtil algodoeira, também malharia e lã.

(5) Idem, idem.

O Vale do Paraíba era ainda importante bacia leiteira, sendo responsável pelo processamento de cerca de 36% do leite do Estado e por 11,4% dos seus derivados(6).

O desenvolvimento do complexo cafeeiro paulista já na década de 1920, traçava o perfil das regiões do Estado de São Paulo, que as décadas posteriores só fizeram confirmar. Nos anos 20 estavam lançadas não só as "raízes da concentração industrial em São Paulo", mas também as raízes da divisão inter-regional do trabalho dentro do Estado.

As raízes desse processo foram dadas pela dinâmica da economia cafeeira, quando de sua expansão em moldes capitalistas. Isto é, ao garantir-se o nível de renda e acumulação, centrados na Política de Valorização Permanente do Café, criou-se as condições para a ampliação do nascente capital industrial(7). Por outro lado, foi no Estado de São Paulo que essa cultura se estabeleceu em níveis essencialmente capitalista. Paralelamente ao estabelecimento desse processo, a

(6) Cf. "A interiorização do desenvolvimento ..." op. cit., pp. 46 e 48.

(7) Para uma análise da Política de Valorização Permanente do Café e do capital industrial ver entre outros: Cano, W. "Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970". SP. Global; ed. da UNICAMP 1985; Silva, S. "Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil", ed. Alfa-ômega. SP, 1985. Furtado, C. "Formação econômica no Brasil". 15a. ed. São Paulo, Editora Nacional, 1977; Mello, J.M.C. "O capitalismo tardio", 1a. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982; Aureliano, L.M. "No limiar da industrialização", 1a. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

economia paulista desenvolveu o mercado de trabalho e uma certa diversificação agrícola, condições necessárias para a criação e ampliação de indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis. Ao longo da década de 20, em função do maior dinamismo da economia paulista, assistiu-se a um acentuado crescimento quantitativo, e acima de tudo, qualitativo de sua indústria, que teve como consequência, ao final dessa década, uma crise de superacumulação(8).

O final dos anos 20 assistiria à superposição das crises de superacumulação da economia cafeeira e da industrial, ao mesmo tempo em que a economia internacional entrava em colapso com o "crash" da bolsa de New York em outubro de 1929.

O processo de acumulação ocorrido nos anos 20, ao propiciar à economia paulista sua diversificação industrial e agrícola e a consolidação do seu mercado de trabalho, permitiu a essa economia que sua oferta crescesse à frente da demanda, criando, assim, condições para que a concorrência intercapitalista se estendesse a novos mercados. Esse movimento seria ampliado pela futura redução dos impostos interestaduais regionais, pela maior integração e modernização das rodovias e

(8) Esse crescimento e diversificação tem como resultado a modificação na participação da indústria paulista na produção industrial brasileira: em 1907, São Paulo respondia por pouco mais de 15% da produção industrial brasileira, concentrando em 1929, pouco mais de 37% dessa produção. Para uma análise desse processo ver entre outros: Cano, W. "Raízes da concentração industrial em São Paulo". 2ª ed. São Paulo, Editora T. A. Queiroz, 1983.

ferrovias e, acima de tudo, pela maior competitividade apresentada pela indústria paulista(9).

A crise da economia cafeeira abriu caminho para um novo padrão de acumulação. Entre 1929 e 1933, iria consolidar-se uma mudança fundamental na dinâmica da economia brasileira: o setor agrário/exportador passaria a segundo plano na determinação do nível e do ritmo da atividade econômica, passando os setores ligados ao mercado interno, principalmente a indústria, à condição de principais determinantes do nível de atividade. Essa endogeneização da dinâmica econômica só foi possível graças a inovadora política de recuperação implementada pelo governo brasileiro. Essa política consistiu essencialmente na garantia da produção - através da compra e queima dos estoques invendáveis de café - e do emprego e, por extensão, da renda nacional, uma vez que a queda de preço do café era atenuada pelo crescimento da produção e pela desvalorização cambial (10).

De 1933 até a segunda metade dos anos cinquenta, a economia brasileira ingressou numa nova etapa, do ponto de vista dos determinantes internos do seu processo de acumulação: "há industrialização porque a dinâmica da acumulação se assenta na expansão industrial, mas esta se encontra restringida pela

(9) Ver Cano, W. "Desequilíbrios regionais ... " op. cit.

(10) Para ver estudo da política de recuperação ver: Aureliano, L. M., op. cit.; Cano, W., op. cit. e Furtado, C., op. cit., entre outros.

fragilidade das bases técnicas e financeiras, as quais não permitem que se implante, de uma só vez, um segmento de bens de produção capaz de assegurar a auto-determinação do processo de acumulação" (11).

O período de 1930 a 1955 marca precisamente o momento em que se fez esta transição: com base na produção agrícola, que se desenvolvera na década anterior; na rede urbana e numa divisão territorial do trabalho que se estabelecera no Estado, a economia paulista pôde ultrapassar a crise de 29 e se restabelecer com novas características, dando início a uma nova etapa do seu desenvolvimento econômico.

Os anos 30 transcorreu sob os efeitos da crise de 1929, como também segundo os determinantes do mercado internacional para a agricultura. Para a indústria paulista, o enfrentamento da crise levou ao reordenamento de suas atividades, com o aproveitamento das condições que se abriam no contexto do mercado nacional.

A agricultura paulista, em que pese ter no complexo cafeeiro a força motriz do seu processo de acumulação, era já na década de 20, a maior e mais avançada do Brasil. Excluindo-se o café, São Paulo detinha 24,2% do restante da produção nacional de lavouras e 20,8% do restante da produção primária total; se incluído este produto, aquelas percentagens passavam

(11) Cf. Mello, J.M.C., op. cit., pg. 110.

a 28,8% e 25,4%, respectivamente(12). Em função de sua capitalização e desta diversificação esta agricultura encontraria alternativas à crise do café de 1929.

Com relação à agricultura de alimentos, a continuidade do desenvolvimento urbano e industrial propiciou a demanda necessária para sua expansão. Entre 1936 e 1938 o Estado de São Paulo foi o maior produtor de arroz do Brasil e o segundo de feijão. Relativamente à agricultura de exportação, onde encontravam-se os grandes produtores capitalistas, a alternativa à crise cafeeira foi possibilitada pela expansão das culturas do algodão e da cana-de-açúcar, que apresentavam-se nesse momento com boas perspectivas de exploração.

Para o algodão essas perspectivas situavam-se em dois níveis: ao nível da economia internacional, em função da política de sustentação dos preços pelo governo americano ao longo dos anos 30 e da entrada no mercado brasileiro dos alemães, japoneses e italianos, além dos ingleses que já participavam da disputa pelo algodão brasileiro. Essa nova inserção internacional exigiria uma readequação da base técnica de produção no sentido de aproximá-la dos padrões internacionais. Isso foi possível graças às pesquisas que vinham sendo desenvolvidas desde os anos 20, pelo Instituto Agrônomo de São Paulo e ao Serviço de Classificação do Algodão implantado pela Bolsa de Mercadorias. Ao nível interno, a expansão dessa cultura deu-se em função do forte crescimento

(12) Cf. Cano, W. "Raízes" op.cit., pg. 65.

da indústria têxtil. Assim, o algodão que ocupava, em 1931/33, 2,7% da área cultivada do Estado passaria a ocupar 17,7% em 1936/38, representando 5,8% do valor da produção agrícola do Estado (13).

Com relação à cana-de-açúcar, a agricultura paulista passaria a grande produtora a partir da crise de 1929. A produção paulista até meados da década de 20 não atingiu 20% de seu consumo. Com problemas semelhantes aos do algodão, no que se refere a preços, a produção açucareira contava ainda com o agravante de requerer elevado montante de capital para sua produção.

O preço desse produto vinha de um longo declínio desde meados do século passado, só acusando uma curta recuperação entre 1916 e 1920 e entre 1923 e 1925. Apesar de nestas recuperações os preços terem subido consideravelmente (triplicaram com relação aos vigentes de 1880 a 1911), não houve uma expansão significativa da produção paulista durante a alta de 1916/20 e, nos anos de 1924/26, verificou-se uma queda da produção, atribuída à "praga do mosaico", que destruiu grande parte do canavial paulista(14).

(13) Cf. Tartaglia, J.C. e Oliveira, D.L. de "Agricultura paulista e sua dinâmica regional"; in: A interiorização do desenvolvimento ... op. cit. v. 1 nº 2.

(14) Para uma análise do açúcar no Estado de São Paulo ver: Gnaccarini, J.C.A. - "Estado, ideologia e ação empresarial na agro-indústria açucareira do Estado de São Paulo". São Paulo, Fac. Filos., Ciências e Letras, USP, 1972. Tese (doutoramento).

Em decorrência desta praga, substituiu-se as antigas espécies por variedades de canas javanesas e indianas, com melhor resistência e maior rendimento do que as anteriores. Com essa melhoria, já a partir de 1927, a produção expandiu-se continuamente, acelerando a substituição, no mercado paulista, do açúcar nordestino pelo fabricado em São Paulo(15).

Essas duas alternativas da agricultura paulista permitiram-lhe uma rápida recuperação da crise de superacumulação cafeeira de 1929-33, apresentando, já em meados da década de 30, forte expansão.

Com relação à indústria, a mesma desempenhou importante papel na recuperação da economia brasileira após a crise de 1929, mostrando, a partir de 1933, uma expressiva retomada, passando a comandar efetivamente a acumulação de capital na economia nacional. Assim, as restrições impostas às importações pelo advento da 2ª Guerra Mundial longe de serem negativos, exerceram influência positiva para a recuperação industrial. As dificuldades impostas às importações permitiram ao produtor industrial nacional ampliar suas condições para o atendimento do mercado interno, que se lhe tornara cativo.

A evolução industrial em São Paulo foi expressiva: em 1919, havia 4.112 fábricas, empregando 80.782 operários; em 1939 esses números saltaram para 12.867 e 254.7712,

(15) Para uma análise do processo de substituição do açúcar nordestino pelo paulista ver: Cano, W. "Raízes ..." op. cit.

respectivamente. Essa expansão fez-se acompanhar de significativa modificação na estrutura setorial: o setor de bens de consumo não-durável (Grupo I), com supremacia absoluta em 1919, ao concentrar 74,3% do valor da transformação industrial, reduziu-se, em 1939, para 68,3%, ao passo que a indústria de bens intermediários (Grupo II) elevou sua participação de 22,7% para 25,9%; ao mesmo tempo, os setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis (Grupo III) aumentaram sua participação de apenas 3,0% para 11,7% (16).

Na década de 40, prosseguiu o movimento de diversificação agrícola no Estado de São Paulo, continuando o café a ser substituído pelo algodão, que nesta década encontrou o auge de sua produção, passando, em 1949, a ocupar 26% da área cultivada do Estado. A cana-de-açúcar manteve-se também no seu movimento de expansão, agora com 4% da área cultivada do Estado.

Por outro lado, a agricultura de alimentos continuou seu processo de diversificação, respondendo à produção de alimentos para uma urbanização crescente. Em 1949, São Paulo era o maior produtor de arroz, banana e batata-inglesa; o segundo de milho e laranja; o terceiro de feijão e o sexto em mandioca. O avanço da industrialização, por seu turno, pressionava a agricultura pela demanda de matéria-primas, no contexto de uma substituição de importações forçada pela guerra. Por outro lado, a agricultura modernizava-se, chegando

(16) Cf. Barjas, N. "A interiorização da indústria" op. cit.

o Estado, em 1949, a participar com 52% do consumo nacional de insumos agrícolas modernos e a apresentar um número de tratores cinco vezes superior ao do resto do país.

Assim, enquanto nos anos 40, prosseguia o desenvolvimento agrícola tanto no Oeste como nas regiões mais antigas e modernas do estado, a indústria desenvolvia novos ramos, concentrados principalmente na Capital e arredores.

Este dinâmico movimento que articulava interior e capital vinculava-se principalmente à agricultura, base da urbanização e também da implantação industrial no interior. As regiões que não se engajaram neste processo, foram ficando à margem do intenso crescimento urbano e industrial que caracterizava o Estado.

Ao longo dos anos 30 e 40, a crise cafeeira provocou a redução dos cafezais nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto, quando estes foram parcialmente substituídos por cana-de-açúcar, algodão, produtos alimentares e pecuária. Em virtude da grande expansão da fronteira agrícola do Estado com a ocupação do oeste, ambas tiveram suas participações relativas reduzidas na área cultivada e no valor da produção. Entre 1949/51, essas duas regiões viram reduzidas de 34% para 27,3% a sua área cultivada e de 43,5% para 29,8% o valor de sua produção. O Oeste, por outro lado, teve sua participação ampliada de 30% da área cultivada para 50% e seu valor da produção elevado de 26% para 48%. Este crescimento da área

plantada e do valor da produção agrícola teve por base a produção de café, algodão e alimentos. Neste período, aprimorou-se a estrutura viária, ao mesmo tempo que grandes empresas organizaram loteamentos rurais em quase toda a região, atraindo grande contingente de lavradores.

No decorrer dos anos 50, o processo de expansão da fronteira agrícola perdeu vigor com a crise do algodão e do café, enquanto que nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto ocorreu a expansão das culturas da cana-de-açúcar, da laranja e outros alimentos. Esta expansão deu-se com o crescimento da mecanização e do uso de fertilizantes em ritmo e quantidades superiores às demais regiões. Em 1958/59, essas duas regiões aumentaram sua participação no Estado para 33% da área cultivada e 31% do valor da produção. Enquanto isso, o Oeste, onde a crise de seus produtos básicos estimulava a pecuária, teve sua participação na agricultura paulista reduzida para 43,7% da área cultivada e 45% do valor da produção.

Campinas e Ribeirão Preto representavam os pólos dinâmicos da agricultura paulista. As demais regiões apresentavam maiores dificuldades na reorganização de suas produções com a crise cafeeira e, face à competição das terras novas do Oeste, perderam peso relativo no Estado. A região de Sorocaba, a partir da década de 30, perdeu a posição de líder da cultura algodoeira, que se estendia para o oeste, reduzindo sua participação, já pequena, na cafeeicultura. Sua agricultura, de 1930 a 1960, passou a sustentar-se na produção de alimentos,

milho e na pecuária extensiva. Essas alterações afetaram o dinamismo de sua agricultura, que viu reduzida sua participação no Estado de 10% na área cultivada em 1931/33 para 8,5% em 1958/59 e, no valor da produção, de 11% para 9%.

Movimento semelhante ocorreu na região de Bauru, que fora ocupada com a expansão da cultura cafeeira e onde não se verificou um processo significativo de diversificação agrícola. A participação dessa região na área cultivada do Estado reduziu-se de 13% em 1931/33 para 10% em 1958/59, enquanto o valor da produção manteve-se em torno de 9% ao longo deste período, graças à produtividade de seus cafeeiros.

No Vale do Paraíba, ao longo desse período, acentuou-se o processo de relativa decadência agrícola, com a pecuária ocupando terras deixadas pela agricultura. Nas regiões de São Paulo e do Litoral, as terras pouco férteis na primeira e o relevo na segunda não favoreceram o desenvolvimento agrícola. Entretanto, no entorno da Capital, floresceu uma importante produção hortifrutigranjeira e no Litoral, desenvolveu-se a produção de bananas e chá.

Como pode ser apreendido, entre os anos de 1930 e 1950, o dinamismo e a diversificação agrícola ocorreram no Estado de São Paulo, tendo sua principal base territorial nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto, e nas novas terras do Oeste. Estas, abertas para o café, viram-se apropriadas também pela expansão do algodão, quando a agricultura paulista

desenvolveu esta alternativa à crise cafeeira. Ultrapassado o auge da cultura algodoeira - início dos anos 50 - cada região iria apresentar uma saída parcialmente diferenciada, no que tange ao seu reordenamento produtivo.

Campinas e Ribeirão Preto apresentavam melhores condições, entre as quais, destacavam-se: fertilidade de suas terras; articulação ao mercado consumidor pelo eixo da Rodovia Anhanguera; larga história de inversões capitalistas, tanto em sua agricultura como em sua rede urbana. Credenciavam-se, assim, como espaço privilegiado para o desenvolvimento da mais importante agro-indústria estadual, além de outros ramos, com o que, ao final deste período, em meados dos anos 50, estariam liderando a indústria situada no interior do Estado.

As regiões do Oeste, por não contarem com tais recursos, viram-se convertidas em reserva para a agricultura paulista e tomadas pela pecuária extensiva, quando seus produtos básicos (café e algodão) entraram em crise. Este quadro só apresentou variação naquelas áreas onde houve alguma inversão capitalista, basicamente de capitais e imigrantes japoneses, onde se desenvolveram, por exemplo, núcleos importantes de avicultura e sericultura, como os de Marília, Dracena, Tupã e Barretos. Além destes núcleos, desenvolveram-se também algumas agroindústrias, graças à produção agrícola que se diversificava em relação ao café, principalmente com base no algodão.

No período 1930/55, a indústria de São Paulo cresceu a taxas mais elevadas que a do resto do país, o que levou a concentração industrial em São Paulo a saltar de 40,7% em 1939 para 52% em 1955. A indústria paulista apresentou extraordinário crescimento no período 1939/49 (9,8% ao ano) e a taxas ainda mais elevadas (10,8%) no período seguinte e este crescimento foi mais forte na região metropolitana. O interior apresentou uma redução na sua participação relativa de 35,5% para 33,7% em 1949, estabilizando-se nesse patamar até o advento da industrialização pesada.

Ao nível das regiões administrativas, a indústria paulista distribuía-se, em 1956, da seguinte forma:

a) no Litoral, destacavam-se a indústria alimentícia e a química que, juntas, concentravam 55,1% dos operários e mais de 90% da produção industrial da região. A mais importante era a química, que respondia por 16,4% do valor da produção química do Estado;

b) no Vale do Paraíba, a indústria têxtil empregava 48,7% dos operários; somando-se a têxtil, alimentos e minerais não-metálicos obtinha-se 75% do valor da produção industrial regional, não havendo nenhum segmento industrial que concentrasse parcela significativa da produção estadual;

c) na região de Sorocaba, a indústria têxtil empregava mais de dois terços dos operários e respondia por

mais da metade do valor da produção industrial da região, vindo a seguir, a de alimentos (13,1% do valor) e minerais não-metálicos (11,1%). Somando-se esses três ramos, obtinha-se mais de três quartos do valor da produção industrial da região. A região respondia por 10,8% do valor da produção têxtil do Estado e 9,8% do valor da produção de minerais não-metálicos;

d) na região de Campinas, diversos ramos concentravam parcela significativa da produção estadual: têxtil (10,9%), vestuário (11,2%), alimentos (17,4%), minerais não-metálicos (15,5%) e mecânica (26,3%). Em termos do valor da produção regional, é marcante a participação das indústrias têxtil e de alimentos, que juntas respondiam por 57,8% desse valor.

e) em Ribeirão Preto, a indústria alimentícia respondia por 60,7% do valor da produção da indústria regional, seguida pela têxtil (11,2%). Esses dois ramos, acrescidos do vestuário, calçados e artefatos de tecidos, empregavam 57,5% dos operários da região.

f) na região de Bauru, quase dois terços do valor da produção regional pertenciam à indústria alimentar.

g) em São José do Rio Preto, a exemplo de Bauru, a indústria alimentar respondia por dois terços do valor da produção industrial da região.

h) em Araçatuba, a indústria têxtil respondia por 30,2% do valor da produção industrial da região e a indústria de alimentos, por 49,7%.

i) em Presidente Prudente, 81,5% do valor da produção industrial era gerado pelas indústrias têxtil (54,5%) e de alimentos (26,9%). Destaque-se que a indústria da madeira respondia por 12,8% do valor da produção do setor no Estado.

j) em Marília, mais de 85% do valor da produção industrial da região concentrava-se nos ramos: têxtil (21,8%), alimentos (52,3%) e química (13,8%);

l) a região "Oeste" (São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília) concentrava 21,6% do valor da indústria da madeira e 14,5% do total da de alimentos.

Este quadro da interiorização da indústria paulista remonta aos anos 30: em 1928, as quatro regiões mais industrializadas empregavam 91,6% dos operários do interior e 26,7% do total do Estado. Em 1937, com o avanço da transformação industrial de produtos agrícolas por todo o interior, o peso destas regiões reduz-se para 78,9% do emprego industrial, mantendo o peso do emprego com relação ao total do Estado. Em 1956, essas participações passariam a ser de 78,1% e 25,2%, respectivamente.

Foi também durante a expansão dos anos 30 que se redefiniu a participação da produção industrial entre as quatro regiões. Campinas superou Sorocaba, mesmo não se computando em sua indústria a atividade açucareira e de laticínios. Ribeirão Preto, através da sua moderna base agroindustrial, superou o Vale do Paraíba, e em 1940 ultrapassou Sorocaba no valor da produção industrial. O Litoral veio a se converter numa região industrialmente importante no Estado, com base na indústria química, tendência que se afirmou ao final da industrialização restringida, quando essa região já suplantava o Vale do Paraíba no valor da produção industrial.

Uma síntese da evolução industrial do interior paulista, no que concerne à distribuição do pessoal ocupado e do valor da produção industrial ao longo do processo de "industrialização restringida", pode ser vista na tabela 1. A análise dessa tabela permite que se visualize claramente o processo espacialização da indústria pelo interior paulista, que as décadas posteriores viriam consolidar.

Desta forma, definiram-se novos parâmetros para a divisão do trabalho inter-regional, reforçada com a base da articulação agricultura-indústria. Confirmou-se a liderança de Campinas e Ribeirão Preto, ao mesmo tempo que a expansão industrial do Litoral fez aumentar o grau de concentração industrial no interior. Embora com menor importância relativa, vinham em seguida as regiões de Sorocaba e do Vale do Paraíba.

Essas três regiões, - Litoral, Vale do Paraíba e Sorocaba -, onde a indústria não tinha o suporte de um maior desenvolvimento agrícola, sofreram o retardamento para agregar-se à nova expansão industrial que ocorreria a partir da industrialização pesada. A região Oeste, por sua vez, incluindo-se aí Bauru, apresentou um processo de desenvolvimento ainda menos intenso, com base em sua também menor articulação agricultura-indústria.

TABELA 1

DISTRIBUICAO ESPACIAL DO NUMERO DE OPERARIOS E DO VALOR DA PRODUCAO INDUSTRIAL DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO
ESTADO DE SAO PAULO E REGIOES

1928-1956

	1928		1937		1946(2)		1950(2)		1953		1956	
	P.O.	V.P.I.(1)	P.O.	V.P.I.(1)	P.O.(2)	V.P.I.	P.O.(2)	V.P.I.	P.O.	V.P.I.	P.O.	V.P.I.
Estado de Sao Paulo e Regioes												
Estado de Sao Paulo	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Regiao Metropolitana de Sao Paulo	70,87	72,48	66,40	71,89	61,13	64,46	65,33	66,33	68,87	70,92	67,71	66,60
Sao Paulo (Capital)	66,37	65,20	58,43	61,85	52,94	53,93	54,77	54,19	57,51	58,73	54,49	51,12
Outros Municipios	4,50	7,28	7,97	10,04	8,19	10,53	10,56	12,14	11,36	12,19	13,22	15,48
Interior	29,13	27,52	33,60	28,11	38,87	35,54	34,67	33,67	31,13	29,08	32,29	33,40
Litoral	1,37	1,86	0,96	1,25	3,15	4,45	1,91	2,20	1,20	2,00	1,46	3,92
Vale do Paraíba	2,81	2,09	3,63	2,79	3,85	2,16	3,77	2,62	3,07	1,80	3,29	2,02
Sorocaba	12,64	10,39	8,57	9,69	7,73	5,54	6,37	3,93	5,87	4,20	5,56	3,91
Campinas	8,53	9,17	10,45	8,68	12,40	8,49	12,48	9,11	12,38	9,83	12,69	10,27
Ribeirao Preto	2,72	3,14	3,75	3,02	6,16	6,86	4,49	5,20	4,06	4,91	4,37	4,89
Bauru	0,55	0,49	1,67	1,26	1,97	2,49	1,66	2,53	1,77	1,66	1,78	2,10
Sao Jose do Rio Preto	0,22	0,21	0,39	0,22	4,14	1,60	1,03	1,72	0,56	0,88	0,85	1,65
Aracatuba	0,13	0,07	0,36	0,24	0,77	0,91	0,77	1,54	0,43	0,78	0,56	1,08
Presidente Prudente	-	-	0,35	0,22	0,50	0,69	0,83	2,10	0,70	1,58	0,69	1,66
Marilia	0,16	0,10	0,46	0,32	1,20	2,35	1,36	2,72	1,09	1,44	1,04	1,90

FONTE DOS DADOS BASICOS: Fundacao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica - IBGE. Censo Industrial 1946, 1950 e Pesquisa Industrial de Sao Paulo 1953 e 1956. Secretaria da Agricultura, Industria e Comercio do Estado de Sao Paulo/Diretoria de Estatistica Industrial do Estado de Sao Paulo. Estatistica Industrial de Sao Paulo 1928 e 1937, in: Negri, B. - "A Interiorizacao da Industria ...", op. cit.

(1) Para esses anos considerou-se o valor do capital aplicado.

(2) Para esses anos considerou-se o pessoal ocupado.

I.2. A interiorização do desenvolvimento econômico a partir da industrialização pesada (1956-1970)

A segunda metade dos anos 50, caracterizou-se como um momento de ruptura no padrão de acumulação da economia brasileira. Se no período anterior a industrialização encontrava-se restringida pela fragilidade das estruturas técnicas e financeiras, foi a partir desse momento que foram criadas as condições para a gradativa superação destes limites.

Esta superação deu-se através do concentrado bloco de inversões conhecido como Plano de Metas, onde foram lançadas as bases para a autodeterminação do processo de acumulação de capital através da implantação da indústria de bens de produção e considerável ampliação da infra-estrutura básica. Esse processo de verticalização industrial, deu-se sob a égide do Estado em associação com o capital nacional e internacional⁽¹⁷⁾.

A transformação ocorrida na indústria paulista com a instauração da industrialização pesada a partir de 1956/61, fez com que a expansão industrial fosse mais acelerada nas indústrias predominantemente produtoras de

⁽¹⁷⁾ Para uma análise cuidadosa dos objetivos, instrumentos e consequências desse ambicioso plano ver: Lessa, C. "15 anos de política econômica", 2^a ed., São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.

bens de capital e de consumo durável (Grupo III) e na de bens intermediários (Grupo II). Como foi no Estado de São Paulo que se implantaram os segmentos mais complexos da indústria pesada, como a química, metalurgia, material de transportes, mecânica, elétrica e de comunicações, aumentou a concentração industrial neste Estado no período 1949/70, que respondia por 48,9% da indústria nacional em 1949, 55,6% em 1959 e 58,2% em 1970, auge da concentração industrial paulista.

Esse crescimento deu-se basicamente na Grande São Paulo, que ampliou sua participação na produção industrial do Estado de 66,6% para 71,1% entre 1956 e 1960, estabilizando sua posição até 1970, com 70,1%. Essa elevação na participação relativa da produção industrial ocorreu principalmente no ABC paulista, provocando a redução do peso relativo da Capital na década de 60, de 51,7% para 43,8%⁽¹⁸⁾.

O interior, por outro lado, apresentou uma redução de 33,4% para 28,9% na sua participação relativa no total da produção industrial paulista entre 1956 e 1960, reduzindo também ligeiramente sua participação relativa no total do país (de 17,4 para 14,5%). Essas reduções decorreram da forte concentração dos investimentos desse período na

⁽¹⁸⁾ Cf. "A interiorização do desenvolvimento ..." op. cit., p. 88.

capital paulista. No interior, a grande transformação ficou por conta do início do processo de modernização agrícola em suas principais regiões, (Campinas e Ribeirão Preto, processo esse que iria aprofundar-se nas décadas posteriores, subordinando-se à dinâmica industrial.

Os anos sessenta englobam o final de uma fase de crescimento econômico - com o esgotamento do ciclo expansivo decorrente do Plano de Metas - e o começo de uma nova, a partir de 1967, que encontraria seu auge em 1973/74. Os primeiros anos da década dos 60 assistiriam ao ápice da crise de superacumulação do período anterior, que se faz acompanhar por fortes pressões inflacionárias. A profunda instabilidade político-econômica desse período acabou por romper a ordem democrática vigente. A política econômica do governo que emergiu do movimento político-militar de março de 1964 teve, como objetivo aparente, o combate à inflação e, como objetivo central, o avanço da modernização conservadora, agrícola e industrial.

O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado pela equipe Campos-Bulhões atribuiu a exacerbação das pressões inflacionárias ao excesso da demanda e aos "demagógicos" aumentos salariais. A esse diagnóstico, seguiu-se uma clássica política de estabilização: corte de gasto público, aumento da carga tributária, contenção de crédito e arrocho salarial. Essas medidas voltadas ao

combate à inflação, foram complementadas por outras que pretendiam solucionar as questões de longo prazo. Neste sentido, é que se inserem a reorganização do sistema financeiro nacional, a criação do BNH, a reformulação da Lei de Remessas de Lucros e os incentivos às exportações⁽¹⁷⁾. Tal política ao permitir a queima do capital excedente, produzido pela expansão anterior, criou as condições necessárias para um novo ciclo expansivo (1967/74).

Sob a ótica da economia paulista, os anos sessenta caracterizaram-se pela consolidação do processo de metropolização da capital. Foi no decorrer dessa década que ocorreu o maior avanço no processo de concentração populacional na metrópole. Em 1960, a Grande São Paulo concentrava 37,0% da população total do Estado, atingindo 46,0% dessa população em 1970, quando sua população urbana respondeu por 55,1% do total da população urbana do Estado.

Essa década assistiu, também, ao reordenamento da estrutura produtiva e social paulista, fundado nas novas condições propiciadas pelo avanço da industrialização pesada. A divisão social e territorial do trabalho,

⁽¹⁷⁾ Para uma análise dos instrumentos e implicações do PAEG, ver, entre outros: Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Programa de Ação Econômica do Governo: 1964-1966 (Síntese) Documentos EPEA nº 01. Rio de Janeiro, novembro de 1964, Martone, C.L. "Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1966)" in: LAFER, B.M. "Planejamento no Brasil", Ed. Perspectiva, Coleção Debates, 3ª ed. São Paulo, 1975.

reestruturou-se com base na maior integração da economia e dos mercados internos do Estado de São Paulo. Ou seja, o desenvolvimento das regiões agrícolas deixou de estar acoplado ao processo de incorporação de novas áreas para a exploração econômica.

Outro traço marcante dessa década foi a modernização e capitalização da agricultura paulista através da generalização da mecanização, quimificação e da substituição de culturas tradicionais (café, algodão, etc.) por produtos agroexportáveis (soja, laranja, cana, etc.). Essa modernização agrícola encontrou base adequada para seu desenvolvimento através do sistema de crédito rural surgido no bojo da reforma financeira, quando a participação do crédito agrícola elevou-se de 11% para 25% do total do crédito bancário⁽²⁰⁾. Apoiada nessa maior disponibilidade creditícia e no financiamento industrial de longo prazo, a indústria nacional de equipamentos e insumos agrícolas ganhou condições para poder crescer.

Segundo Kageyama⁽²¹⁾, o projeto de modernização

⁽²⁰⁾ Uma análise importante sobre o papel de crédito rural na dinâmica da agricultura encontra-se em: Delgado, G.C. "Capital financeiro e agricultura no Brasil". São Paulo. Co-edição INCONE/UNICAMP. 1985.

⁽²¹⁾ Para uma análise do processo de modernização agrícola paulista ver Kageyama, A.A. "Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional". Campinas, UNICAMP, 1986, mimeo. Tese de doutoramento.

da agricultura brasileira integrou três fatores: a constituição de um sistema de crédito nacional, que substituiu as antigas fontes ligadas ao capital mercantil tradicional; a consolidação dos complexos agroindustriais, com a instalação do departamento de bens de produção para a agricultura; o fortalecimento do sistema nacional de pesquisa, com a criação da EMBRAPA e da EMATER na extensão rural, que trouxe embutida a idéia de uma política tecnológica para o setor. A atuação desses elementos deu-se de forma integrada e visou transformar as bases técnicas da agricultura. O sentido conjunto da política agrícola foi, portanto, o de viabilizar esse projeto, em que os três componentes mencionados foram cruciais na determinação da forma e do ritmo em que se concretizaram as respostas do setor agrícola às novas imposições das demandas internas e externas. Dessa forma, o processo de subordinação da agricultura à indústria que viria a ocorrer no novo ciclo expansivo (1967/74) esteve centrado na articulação desses três fatores.

Outra característica desse novo padrão de modernização agrícola, foi a tentativa do Estado de regularizar as relações trabalhistas no campo através do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, que estendeu direitos trabalhistas urbanos aos trabalhadores rurais; do Estatuto da Terra de 1964 e da instituição da Previdência Social e assistência médica rural, através do FUNRURAL, de 1971,

integrada ao sistema INPS/INAMPS com benefícios parciais. Essa legislação, embora sistematicamente desrespeitada pelos empresários, permitiu, juntamente com outros fatores⁽²²⁾, a conversão dos trabalhadores residentes permanentes em temporários não residentes.

Segundo Kageyama⁽²³⁾, esse novo padrão agrícola apresentava as seguintes modificações estruturais:

a) na produção propriamente dita, pela utilização crescente dos processos mecânicos (tratores, arados, colhedadeiras) e de insumos químicos (adubos, calcários, defensivos);

b) no processo de circulação das mercadorias, redefinindo as relações com o capital comercial tradicional e aumentando a capacidade de armazenamento da produção e de transporte de produtos. Adicionalmente, a filiação a cooperativas e a venda da produção diretamente às agroindústrias favoreceram as transformações na comercialização agrícola;

⁽²²⁾ Entre os quais podemos citar: a erradicação dos cafezais e sua substituição pela pecuária ou lavouras menos exigentes em mão-de-obra (cana, soja e trigo) e/ou com elevada sazonalidade de trabalho (como as frutíferas em geral), a tratorização e outras técnicas modernas introduzidas na lavoura.

⁽²³⁾ Kageyama, A.A. "Modernização ..." op. cit.

c) no financiamento da atividade agropecuária, onde o principal fator operante foi o crédito rural oficial, subsidiado com juros negativos, viabilizando o crescimento e atecnificação;

d) nas relações de trabalho, cuja principal modificação foi a substituição de formas de emprego permanente por temporário e a importância relativa crescente do trabalho assalariado.

Dois fatores que contribuíram de forma significativa para a expansão da produção agrícola na década de 60 foram a crescente urbanização (que se acelerou a partir da industrialização pesada) e a política do governo para o setor de exportação.

Ao longo dos anos 60, com a eclosão da crise de superacumulação industrial (decorrente de esgotamento do bloco de inversões conhecido como Plano de Metas), com a nova crise do café (que levou à sua erradicação e substituição por outras culturas) e com as reformas implementadas pelo Estado, foram gestadas as condições para a subordinação "efetiva" da agricultura à indústria, movimento este que se revelará em sua plenitude ao longo da década de 70.

A nova dinâmica econômica, decorrente da industrialização pesada, aliada ao processo de modernização do agro paulista, impactou agora mais diretamente o espaço urbano. Em outras palavras, a instalação de novos e complexos ramos industriais, requerendo maior especialização e divisão técnica do trabalho, e a redução do peso do emprego primário, decorrente da maior quimificação e mecanização dos processos produtivos, repercutiram diretamente sobre as maiores cidades alterando sua dinâmica e complexidade social. Em síntese, este foi um momento importante de reestruturação das bases materiais do capitalismo industrial no país.

As modificações na estrutura industrial impuseram um novo significado à urbanização. De um lado, porque as transformações da própria estrutura produtiva, com a grande empresa e a produção em grande escala, propiciaram o crescimento do emprego industrial e a diversificação da estrutura social. De outro, porque repercutiram sobre a vida econômica, exigindo alterações correlatas no meio rural e nas cidades, sobretudo no terciário. Neste sentido, ganharam peso os segmentos mais complexos dessa indústria: material de transporte, elétrico, de comunicações, metalúrgica e química. Os setores de bens de consumo, por outro lado, redimensionaram sua base produtiva, com a produção em massa para um mercado nacional unificado⁽²⁴⁾. As novas formas de

⁽²⁴⁾ Para o estudo do processo de unificação do mercado nacional ver: Cano, W. "Desequilíbrios regionais..." op. cit.

articulação entre indústria e agricultura reordenaram a atividade agrícola, com a subordinação crescente de seu movimento à acumulação industrial, manifestada pelo surgimento de um segmento de bens de produção para o setor e pelo crescimento da atividade agroindustrial de processamento⁽²⁵⁾. Com esta nova indústria, criaram-se as condições para o desenvolvimento de novos serviços de transporte, comunicações, intermediação financeira, etc.

Destaque-se ainda que, em que pese o decréscimo da sua participação relativa na composição do produto, a atividade agrícola ganhou importância ao servir de base na geração da renda na maior parte dos municípios paulistas e de suporte a um dos movimentos que está na raiz da "descentralização" industrial recente: o desenvolvimento da agroindústria e do segmento de bens de produção para o setor rural⁽²⁶⁾.

Nas cidades, este processo apareceu sob a forma de uma estrutura social cada vez mais complexa, com o

⁽²⁵⁾ Para uma análise deste ponto ver: Muller, G. "Estrutura e dinâmica do complexo agroindustrial brasileiro". Tese (doutoramento) Depto. Ciências Sociais da USP, junho 1981, ver também: Kageyama, A. e Graziano da S.J. "A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais!" mimeo, UNICAMP.

⁽²⁶⁾ Em que pesem todas essas modificações do agro paulista e seus rebatimentos sobre as cidades terem se manifestado com a industrialização pesada, seus efeitos se farão sentir plenamente na década de 70.

surgimento da grande empresa, o desenvolvimento das funções do Estado e o incremento do terciário moderno, que fez com que ganhassem expressão novos segmentos sociais. Através destes, aceleraram-se as mudanças nos padrões de consumo e nas relações entre campo e cidade.

Sob a ótica da agricultura, sua subordinação à acumulação industrial assumiu a forma de mecanização e quimificação da produção, resultando num incremento da produtividade do trabalho, na incorporação de novos cultivos e na transformação das relações de trabalho. O impacto destas transformações do campo sobre a cidade pode ser verificado de uma forma direta. De um lado, pela urbanização crescente da mão-de-obra rural num mercado unificado. De outro, pelas alterações que possibilitaram novos hábitos alimentares a partir da industrialização e da produção em massa. Este movimento deve ser entendido no contexto de crescimento do comércio mundial e das exportações brasileiras de "produtos modernos", incentivadas pela política econômica através, principalmente, das novas formas de financiamento da produção agrícola.

Aliados a este processo desenvolveram-se novos requisitos ao próprio terciário urbano; alteraram-se as formas de comercialização e de financiamento, ao mesmo tempo em que se ampliaram as necessidades de transporte e

armazenagem⁽²⁷⁾. Estas transformações implicaram, por outro lado, a aceleração do desenvolvimento de atividades intrinsecamente urbanas. Ou seja, as novas formas de comercialização e consumo, coerentes com a massificação e as alterações de hábitos, adquiriram um peso sem precedentes. O próprio terciário urbano, impulsionado pelas transformações da associação entre agricultura e indústria, tornou-se matriz de parte deste processo derivado. Desta forma, assistiu-se a profundas modificações no comércio de mercadorias, nas atividades sociais, na administração pública etc. Os próprios serviços pessoais, em que pesem as contradições deste processo, retrataram parte destas transformações⁽²⁸⁾.

Vejamos os reflexos destas transformações sobre a composição da PEA no interior paulista, entre os anos de 1950 a 1970. A análise da tabela 2 permite que se acompanhe a evolução da distribuição da População Economicamente Ativa (PEA), ao longo das décadas de 50 e 60, entre os três grandes setores da economia. Em linhas gerais, observa-se três grandes movimentos ao nível das modificações na distribuição da PEA entre os grandes setores de atividade no interior paulista.

⁽²⁷⁾ O estudo destas modificações e seu entrelaçamento será analisado nos capítulos II e III desta monografia.

⁽²⁸⁾ Vide nota anterior.

BELA 2

DISTRIBUICAO DA PEA REGIONAL POR SETOR DE ATIVIDADE ESTADO DE SAO PAULO E REGIOES

1950 - 70

REGIOES	PRIMARIO			SECUNDARIO			TERCIARIO		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Estados de S. Paulo	43,56	32,67	20,43	23,37	23,32	31,44	33,07	44,02	48,13
Cie. Sao Paulo	5,44	3,70	2,04	44,92	36,36	47,03	49,63	59,93	55,91
Interior	61,99	51,93	37,65	12,94	14,63	21,51	25,06	33,44	40,83
Total	28,86	19,67	14,09	14,04	17,59	22,86	57,09	62,72	63,04
V. Faraiba	40,80	35,84	22,55	19,87	21,62	30,57	31,32	42,53	46,87
Rocaba	57,75	52,00	43,02	17,93	18,59	21,76	24,30	29,39	35,20
Lampinas	50,99	40,32	27,57	21,50	24,30	32,13	27,50	35,56	40,28
beirao Preto	62,45	51,81	39,60	12,93	18,30	19,58	24,61	34,38	40,80
auru	67,06	56,26	39,51	8,02	10,00	17,53	24,10	32,93	42,95
este	76,63	67,80	52,90	6,07	6,84	12,11	17,29	25,36	34,99

FONTE: IBGE - Censo Demografico de Sao Paulo 1950, 1960 e 1970.

O primeiro diz respeito à acentuada redução na participação relativa do emprego primário na composição da PEA no período em estudo; o segundo refere-se ao significativo crescimento do emprego secundário na década de 60 e o terceiro, à trajetória ascendente apresentada pelo emprego terciário a partir da década de 50.

Fazendo-se um primeiro corte entre os setores de atividade e os agregados Grande São Paulo/Interior, verifica-se a supremacia absoluta da metrópole paulista. Em que pese essa supremacia, o interior apresentou um acentuado dinamismo neste período no que tange à transformação de sua estrutura ocupacional. Em outras palavras, em 1950 a estrutura ocupacional do interior apresentava uma predominância absoluta do emprego primário, que foi perdendo peso nesta estrutura ao longo do período em estudo, até atingir, em 1970, pouco mais de 35% da PEA do interior⁽²⁹⁾.

Verifica-se, portanto, um crescimento sistemático do emprego industrial e terciário do interior, ao longo das décadas de 50 e 60. Destaque-se que o emprego industrial cresceu mais acentuadamente nos anos 60, devido ao processo de desconcentração industrial no sentido Metrópole/Interior que se acentuaria nos 1970, como será visto no próximo

⁽²⁹⁾ Como será visto no próximo capítulo, essa perda de peso do emprego primário na composição da PEA se acentuará na década de 70, quando esse emprego responderá por pouco mais de 20% da PEA do interior.

capítulo. O emprego no setor terciário no interior, por sua vez, cresceu mais na década de 50, tal comportamento, esteve diretamente associado ao processo de modernização agrícola apresentado pelo interior paulista a partir de então, com seus rebatimentos sobre a estrutura urbana e a divisão social do trabalho.

Analisando-se a distribuição da FEA entre os setores de atividade entre as Regiões Administrativas do Estado, verifica-se que todas apresentaram modificações significativas na composição de suas PEAs, o que não impede que se veja claramente uma divisão inter-regional do trabalho, aprofundada com a consolidação dos "pólos" industriais do interior paulista ao longo do período em análise.

Neste sentido, a região de Campinas foi a que apresentou transformações mais significativas em sua estrutura ocupacional, graças ao seu dinamismo econômico, exibindo uma estrutura bastante semelhante à da metrópole já em 1970.

Num segundo patamar, destacam-se as regiões do Vale do Paraíba, Litoral e Ribeirão Preto. Nesta última, a modernização da estrutura ocupacional também decorreu da integração entre sua moderna base agrícola e o setor produtor de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas, bem

como do papel desempenhado pela cidade de Ribeirão Preto (importante centro produtor e distribuidor de serviços na região) no contexto regional. As regiões do Litoral e do Vale do Paraíba apresentaram desempenhos industriais desvinculados da agricultura. Assim, o desenvolvimento da indústria localizada nestas regiões deveu-se, por um lado, a medidas de política econômica (complexos químicos e siderurgico de Cubatão) e, por outro, pela proximidade da região metropolitana, beneficiando-se, assim, das condições de infra-estrutura básica.

Em que pese o emprego industrial ter apresentado um crescimento significativo na região Litoral, o setor empregador por excelência nesta região é o terciário, devido à existência dos complexos portuário e turístico e a pouca expressão do setor agrícola nesta região.

A região de Sorocaba apresenta tendência semelhante à das demais regiões: entretanto, as taxas de decrescimento do emprego primário e de crescimento do industrial foram bastante inferiores à média das demais regiões. Apenas o emprego terciário cresceu a uma taxa mais significativa, ainda que menor do que a média do interior. Essa região, um dos principais "focos" industriais do Estado, nas primeiras décadas deste século, foi sendo superada sucessivamente pelas regiões de Campinas, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba a partir da década de 50, só

recuperando-se na década de 70. Em que pese essa recuperação, a sua participação no produto industrial não mais retornou ao nível verificado em 1928.

A região de Bauru apresentou grande modificação na composição de sua PEA, entre as décadas de 50 e 60. O emprego primário que respondia por quase 70% da PEA em 1950, reduziu-se para cerca de 40% em 1970. A participação do emprego secundário, por outro lado, cresceu de quase 9% para 17% da PEA no mesmo período. Apesar desse avanço da participação do emprego industrial, esta região, juntamente com o "Oeste Pioneiro" apresentou as menores participações no emprego industrial no Estado de São Paulo. Com relação ao emprego terciário, sua "performance" resultou da redução da participação relativa do emprego agrícola e do papel desempenhado pela cidade de Bauru na região, conhecida como "porta para o oeste" e como "nó de comunicações" entre as diversas regiões do Estado.

A ocupação do "Oeste Pioneiro" (São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília) determinada basicamente pela expansão cafeeira, consolidou-se na década de 50, quando quase 80% de sua PEA estava empregada no setor primário. A partir do final dessa década, a região apresentaria um processo de enxugamento demográfico do campo, acompanhando a tendência verificada no Estado, apesar de, em 1970, ainda empregar mais de 50% de sua força de

trabalho neste setor⁽²⁸⁾. Os empregos industrial e terciário também apresentaram grande dinamismo neste período, graças a montagem da infra-estrutura urbana. Contudo, esta região manteve-se, de certa forma, à margem do processo de interiorização industrial do Estado de São Paulo, por contar com uma menor infra-estrutura básica e, acima de tudo, pelo fato das demais regiões apresentarem maior tradição e capacidade de acumulação e inversão.

No próximo capítulo, será analisado o aprofundamento do processo de subordinação da agricultura à dinâmica da acumulação industrial ocorrido ao longo dos anos 70, bem como a relativa desconcentração industrial no sentido Metrópole/Interior, decorrente dos graves problemas enfrentados por aquela (crescimento dos custos locacionais, problemas ambientais e urbanos, maior organização sindical dos trabalhadores etc.). A vinculação da nova dinâmica agrícola ao processo de acumulação industrial, aliado ao crescimento da concentração industrial do interior, impactou diretamente as cidades de médio e grande porte do Estado de São Paulo. Neste sentido, verifica-se um avanço geral da urbanização e do Setor Terciário, em função das novas demandas criadas pela maior complexidade destas cidades. Essa nova dinâmica urbana transformaria as principais cidades do

⁽²⁸⁾ Como se verá no capítulo II deste trabalho, esta região intensificará seu processo de enxugamento demográfico, na década de 70, como consequência da maior aprofundamento da modernização de seu agro, como também em decorrência da crescente especialização pecuária desta região.

interior paulista em atrativos "polos" urbanos, invertendo assim a tendência anterior, que tinha a metrópole como destino de todos os fluxos migratórios regionais e inter-estaduais.

II. DINÂMICA ECONÔMICA E MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA SETORIAL DA ECONOMIA PAULISTA - 1970/1980

Com a crise de superacumulação porque passou a economia brasileira nos primeiros anos da década de 60 e com o colapso das instituições democráticas (golpe militar de 1964), o Estado emergente deste processo promoveu um conjunto de reformas (fiscal, monetária e creditícia) com intuito de criar condições institucionais e econômicas para a retomada do crescimento econômico. Já ao final dos anos 60, a economia brasileira retomou sua trajetória ascendente, liderada pela indústria de transformação, particularmente pelos setores produtores de bens de consumo durável e de capital.

Neste capítulo, será visto o desempenho setorial especializado da economia paulista ao longo da década de 70 e suas inter-relações setoriais. Essa década pode ser dividida em dois sub-períodos: um primeiro que abarca a primeira metade da década, ainda sob os efeitos do auge do milagre e, um segundo, a partir de 1976, sob a égide do II PND, o qual propiciou um sobrefôlego ao ritmo de crescimento do produto, através da articulação entre o Estado, empresas privadas-nacionais e internacionais.

II.1. A Nova Dinâmica Agrícola

A década de 70 caracterizou-se pelo aprofundamento e parcial generalização do processo de modernização agrícola na economia brasileira, especialmente na economia paulista, uma vez que esta representava a porção mais moderna e produtiva daquela economia. (1)

Como visto anteriormente, foi na década de 60 que foram criadas as condições institucionais (2) para o novo ciclo expansivo por que passaria a economia brasileira, conhecido como "milagre brasileiro", bem como para a efetivação da subordinação da agricultura ao processo de acumulação industrial.

Segundo Geraldo Muller (3), o que permite caracterizar a década de 60 como um marco do novo padrão agrícola é a constituição do complexo agroindustrial (CAI) brasileiro, a partir da negação do predomínio do complexo

(1) A parcialidade deste processo pode ser visualizada pelo crescimento dos desequilíbrios regionais, principalmente entre as regiões Norte e Nordeste vis-à-vis o Sul e Sudeste, bem como no grau de difusão da modernização agrícola entre culturas tradicionais.

(2) Entre as principais reformas destacam-se: a financeira, fiscal e monetária bem como, a reformulação da lei de Remessa e Lucros e dos incentivos fiscais às exportações (ver Cap. I desta dissertação).

(3) Cf. Muller, G. "A economia política do CAI". Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, da SOBER. Lavras, MG. 28/07 a 01/08 de 1986, p. 347 a 367.

agrocomercial até então vigente. Para esse autor, a constituição do CAI surgiu, como produto da modernização. A partir daí, sua manutenção e expansão passaram a constituir o principal vetor de modernização agrícola.

Na década de 70, os fatores de maior impacto sobre a estrutura produtiva do CAI foram: diversificação das exportações (industriais e agroindustriais) e a substituição localizada de importações de matérias-primas estratégicas (petróleo, celulose e insumos básicos). Estes dois fatores estão relacionados diretamente com a intervenção do Estado na economia via política agrícola e de exportação e construção de um ambicioso projeto de substituição de importações de bens intermediários e insumos básicos, dentro da estratégia traçada pelo II PND.

O impacto desta intervenção sobre o CAI, fez-se sentir tanto do lado da expansão das agroindústrias, como da internalização da produção de parte considerável dos fertilizantes, herbicidas, vacinas para animais e outros insumos químicos. Paralelamente, a esses fatores, os dois choques do petróleo fizeram com que o país implementasse uma pequena e parcial mudança na matriz energética, com o lançamento do ProAlcool, afetando de modo significativo a agroindústria canavieira. Será, contudo, nos anos 80 que se farão sentir em sua plenitude os efeitos desta política energética sobre a agroindústria canavieira, bem como o

crescimento da importância na pauta de exportações das agroindústrias de suco de laranja, das carnes, aves e embutidos.

A partir desta nova dinâmica duas idéias igualmente importantes podem ser destacadas: 1) "a produção agrícola passou a constituir o elo de uma cadeia, negando por completo às antigas condições do complexo rural fechado em si mesmo e em grande parte as do complexo agrocomercial prevalecente até os anos 60"; 2) "o processo de constituição do CAI - e da Industrialização da agricultura, que é um momento mais avançado da modernização - só pôde se efetivar a partir da implantação da 'indústria para a agricultura', isto é, do departamento fornecedor de máquinas e insumos para a agricultura" (4). Não se pode esquecer, contudo, que foi a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que, de fato, permitiu a efetiva realização desta expansão agroindustrial.

Neste sentido, a partir da década de 70, a dinâmica agrícola não pode mais ser apreendida só do ponto de vista dos mecanismos internos ao setor, nem a partir da segmentação do mercado interno/externo. Consubstanciou-se portanto, uma dinâmica conjunta da indústria para a agricultura/agroindústria, movimento este que subordinou-se

(4) Cf. Kageyama, A. e Graziano da Silva, J. "A dinâmica da agricultura ..." op. cit., p.33.

ao domínio do capital industrial e financeiro e ao sistema global de acumulação. (5)

Nesta nova dinâmica, as ligações intercapitais não são apenas técnicas, mas sobretudo financeiras. "A compra de insumos pela agricultura, por exemplo, impõe-se a princípio como necessidade técnica mas implica de imediato a necessidade de financiamento. Este não será mais feito a partir de agentes isolados (como era o comerciante-prestamista), e sim através do Sistema Financeiro instalado, o qual se torna um parametro a soldar o movimento da agricultura com o movimento geral da economia." (6)

Ao longo da década de setenta, assiste-se também a um aprofundamento da diversificação da pauta de exportações brasileiras. Sob a ótica da agricultura, essa diversificação passou pelo aprofundamento da modernização e subordinação da agricultura à indústria e pela agressiva política de incentivo às exportações. Aquela, por sua vez, em função do espaço que se abriu no mercado internacional, passou por grande expansão da produção de exportáveis (complexos de soja, carnes, sucos de frutas, etc.), para os quais o mercado internacional impõe padrões qualitativos e

(5) Para um aprofundamento deste ponto ver: Delgado, G. C. "Capital financeiro" op. cit.

(6) Cf. Kageyama, A. e Graziano da Silva, J. "A dinâmica da agricultura ..." op. cit., p. 35.

tecnológicos elevados. Com isso, ampliaram-se ainda mais as relações técnicas entre a agricultura e a indústria.

A intensificação do processo de modernização agrícola e sua crescente subordinação à dinâmica industrial, provocou profundas alterações no comportamento da produção de produtos alimentares, atingindo-os de forma diferenciada(7). Considerando-se a área total cultivada com as 19 principais atividades agrícolas do Estado, verifica-se que as alterações que mais contribuíram para essas mudanças na composição da produção dizem respeito à expansão das lavouras da cana-de-açúcar, laranja e soja, reflexo da agressiva política do estímulo às exportações. Essas três culturas ocupavam, no triênio 1969/71, cerca de 17,9% da área total cultivada e detinham, segundo o IBGE, 24,8% do valor bruto da produção. Passaram a ocupar 40% da área cultivada e respondem por 42% do valor bruto da produção no triênio 1979/81 (ver Tabela 1).

No que se refere às lavouras "exportáveis" tradicionais (algodão, amendoim e mamona), sua participação na área cultivada reduziu-se de 19,9% no triênio 1969/71 para 7,9% em 1979/81. O valor bruto da produção destas culturas, no mesmo período, reduz-se de 18,6% para 7,9%.

(7) Para o desempenho destas culturas baseamo-nos em: Igreja, A.C.M. e Camargo, A.M.M.P. de "A agropecuária paulista" in: São Paulo no limiar do século XXI: Perspectiva dos setores produtivos 1980-2000, Documento Final nº 3.1.2 Convênio IPT/FECAMP.

Neste grupo, apenas o café expandiu sua participação na área cultivada e no valor bruto da produção em função da maior racionalização por que passou essa cultura neste período, evoluindo de 14% para 16% de sua área e de 22% para 23,8% na participação do valor bruto entre os triênios 1969/71 e 1979/81.

Com relação às demais lavouras alimentares, verificaram-se comportamentos diferenciados: o trigo e feijão tiveram suas participações relativas aumentadas, tanto em área plantada como em valor da produção; para o arroz e mandioca, houve redução significativa na participação da área plantada; para o milho, a redução na participação da área plantada foi compensada por ganhos de rendimentos por hectare e; para as culturas da cebola - particularmente -, batata e tomate, verificaram-se expressivos ganhos de produtividade. Em síntese, o conjunto destas lavouras, diminuem sua participação relativa na área plantada de 46,6% para 34% e, no valor da produção, sua participação cai de 33,4% pra 24,7% entre os triênios 1969/71 e 1979/81.

Outra grande transformação do agro paulista pode ser vista pelo lado da substituição das pastagens naturais pelas pastagens cultivadas. O Estado de São Paulo apresentou uma área total de 3,45 milhões de hectares para remanejamento de culturas e deste total, 61,4% foi cedido

TABELA 1

PARTICIPACAO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS, POR AREA, PRODUCAO E VALOR DA PRODUCAO AGRICOLA NO ESTADO DE SAO PAULO
1958 - 1981

PRINCIPAIS PRODUTOS	1958/59			1969/71			1979/81		
	Area	Prod.	VPA	Area	Prod.	VPA	Area	Prod.	VPA
Algodao	9,30	1,67	10,59	10,52	1,42	11,64	4,36	0,55	5,67
Amendoim	5,08	1,25	4,07	0,50	1,29	6,96	3,27	0,37	2,29
Arroz	11,86	2,11	11,16	11,80	1,20	6,69	4,97	0,41	2,17
Banana	0,58	2,42	2,27	0,40	0,97	1,22	0,63	0,79	1,49
Batata	0,91	1,42	4,78	0,65	0,88	3,77	0,48	0,58	4,09
Cafe Beneficiado	29,07	2,47	32,16	14,12	0,89	21,98	16,23	0,57	23,82
Cana-de-acucar	8,75	74,29	12,51	13,29	77,82	18,81	22,37	81,51	27,70
Cebola	0,18	0,12	1,06	0,22	0,13	0,75	0,30	0,28	1,63
Feijao	7,40	0,47	3,42	4,67	0,26	2,67	6,69	0,29	5,31
Laranja	1,39	1,98	1,96	3,35	3,60	5,09	8,63	7,58	8,82
Maçona	0,88	0,15	-	1,19	0,13	-	0,33	0,03	-
Mandioca	2,13	5,95	2,26	1,99	4,00	2,65	0,74	0,62	0,71
Milho	21,81	4,83	11,77	26,50	5,27	12,42	17,65	2,77	7,41
Soja	0,07	0,01	0,04	1,21	0,18	0,91	9,04	1,24	5,53
Tomate	0,16	0,55	1,95	0,38	0,94	4,44	0,39	0,83	3,35
Trigo	0,19	0,03	-	0,35	0,04	-	2,79	0,20	-
Uva	0,16	0,28	-	0,18	0,19	-	0,17	0,17	0,01
Limao	-	-	-	0,19	0,25	-	0,29	0,41	-
Outros citricos	-	-	-	0,41	0,54	-	0,67	0,76	-

Fonte: Tartaglia, J.C. e Oliveira, O. L. "A agricultura paulista ..." op. cit. tabelas 1 e 3.

pelas pastagens naturais. Em praticamente todas as DIRAs do Estado essa foi a atividade substituída por excelência.

Visto o desempenho das principais culturas no Estado de São Paulo, resta nesse passo, acompanhar a "performance" dessas culturas no conjunto de suas Regiões Administrativas. (8)

As culturas que apresentaram maior grau de "disputa" (9) por áreas agricultáveis nos anos 70, foram: pastagens cultivadas (39,8%), cana-de-açúcar (19,0%), soja (13,8%), laranja (10,0%), café (6,7%), feijão (4,6%) e trigo (4,4%). Por outro lado, as regiões que apresentaram maior número de hectares para remanejamento de culturas foram, nesta ordem, as Divisões Agrícolas Regionais (DIRAs) de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Marília, Sorocaba e Campinas.

(8) Para esse desempenho baseamo-nos largamente em: Igreja, A.C.M. e Carmargo, A.M.M.P. de "A agropecuária paulista" ... op. cit.

(9) Grau de disputa é a relação entre a área agricultável e o remanejamento entre as atividades desta área num dado período. Para o cálculo e metodologia da área disputada ver, entre outros: Camargo, A.M.M.P. de "Substituição regional entre as principais atividades agrícolas no Estado de São Paulo". Piracicaba, 1983 (mestrado - ESALQ/USP); Gatti, E.U. "A política agrícola e a composição da produção e utilização de mão-de-obra na agricultura paulista na década de setenta". S.P., 1984 (mestrado - FEA/USP) e; Igreja, A.C.M.; Packer, M. de F.; Rocha, M.B. "Análise quantitativa dos padrões de redistribuição regional na agricultura paulista", IPEA, 1988 (Relatório de Pesquisa, 11/88).

A maior área disputada no Estado de São Paulo entre os triênios 1969/71 e 1979/81 coube a DIRA de Ribeirão Preto 941,8 mil hectares (32,9% da área explorada). Essa área foi disputada pelas seguintes atividades: cana-de-açúcar (+ 286,8 mil hectares), soja (+ 247,1), laranja (+ 155,5) e pastagem cultivada (+ 147,6). Entre as que perderam área, destacaram-se: pastagem natural (- 628,3 mil hectares), milho (- 130,0) arroz (- 111,4), algodão (- 35,5) e feijão (- 12,0).

As lavouras do algodão e do milho, embora tenham cedido áreas para outras atividades agrícolas, mantiveram suas produções, em razão dos elevados ganhos de produtividade. No caso do arroz, a acentuada redução na área plantada não se refletiu numa queda maior da produção devido aos ganhos de rendimento. O amendoim, por sua vez, manteve sua participação ao longo do período, devido à introdução de cultivo sob a administração de arrendatário nas áreas de reforma da cana-de-açúcar para a indústria.

A DIRA de Ribeirão Preto, entre os anos de 1970 e 80, aumentou sua participação relativa na área total cultivada do Estado de 20,4% para 27,0%. As características da disputa entre as principais atividades agrícolas apontam para um crescimento mais que proporcional do valor bruto da produção em decorrência da maior rentabilidade e dos ganhos de produtividade por unidade de área, verificado para quase

todas as atividades agrícolas da região. Essa maior produtividade decorreu da maior tecnificação dessa agricultura. Se medida pela relação área trabalhada/trator tal tecnificação evoluiu, durante a década, de 120 para 81 hectares/trator. Nesta região encontrava-se o maior número de tratores do estado em 1980 (31,2 mil).

A DIRA de São José do Rio Preto apresentou uma área de 591,7 mil hectares para disputa (26,4% da área explorada) no período 1969/71 a 1979/81. As atividades que apresentaram maior crescimento de sua área foram: pastagem cultivada (+ 378,4 mil hectares), laranja (+ 98,0), café (+ 58,7) e cana-de-açúcar (+ 46,6). As que perderam área foram: pastagem natural (- 202,0), arroz (- 141,3), milho (- 111,4) e mandioca (- 11,8). Os elevados ganhos de produtividade do arroz e milho atenuaram o declínio de suas áreas.

Esta DIRA apresentou redução de sua participação na área cultivada do Estado de 17,9% para 12,4%, entre 1969/71 e 1979/81. Essa redução decorreu da tendência à substituição de atividades exportáveis tradicionais (exceto café) e de lavouras de mercado interno (principalmente milho, arroz e mandioca) por culturas exportáveis dinâmicas e/ou agroenergéticas. Essa menor participação significou uma maior especialização do setor primário regional em favor da pecuária bovina (de corte e leiteira), da citricultura, da cana para a indústria e do café.

O grau de modernização desta DIRA apresentou sensível crescimento. Este fato pode ser aferido através da redução do coeficiente área trabalhada/trator. No triênio 1969/71, essa relação era de 228, reduzindo-se para 125 no triênio 1979/81.

Na DIRA de Marília, a área disputada foi de 439,0 mil hectares (25,1% de área explorada). As culturas que apresentaram maior crescimento de área foram: binômio soja/trigo (+ 302,7 mil hectares), pastagens cultivada (+ 74,1), cana-de-açúcar (+ 45,5) e café (+ 13,0). Entre as que perderam área, destacaram-se: pastagem natural (- 243,0), amendoim (- 64,5), milho (- 44,5), arroz (- 24,5), feijão (-22,9) e mandioca (- 15,1).

A DIRA de Marília aumentou sua participação na área cultivada total no Estado de 11,2% para 13,6% entre os triênios 1969/71 e 1979/81. Em virtude do crescimento de culturas anuais (principalmente soja e trigo) de menos valor relativo por unidade de área, a expansão da participação na área cultivada não foi acompanhada, de modo proporcional, por aumentos na participação relativa do valor da produção. Em que pese o ganho de produtividade apresentado por todas as culturas substituídas, este foi insuficiente para compensar a redução da área plantada.

Essa DIRA apresentou um notável crescimento do quociente de tratorização nos anos 70. Em 1970, a relação hectare/trator era de 204, caindo para 104 em 1980.

A DIRA de Campinas apresentou área disputada de 356,9 mil hectares entre 1969/71 e 1979/81 (22,4% de sua área explorada). As culturas que mais avançaram foram: cana-de-açúcar (+ 107,1 mil hectares), laranja (+ 83,1), pastagem cultivada (+ 74,7), café (+ 39,3), algodão (+ 18,3), soja (+ 15,7) e limão e outros cítricos (+ 10,6). As que mais cederam área foram: pastagem natural (-323,7), arroz (-10,3) e mandioca (-12,7).

Dentre as transformações apresentadas pela agricultura, nesta região destacam-se a notável expansão das lavouras exportáveis dinâmicas, principalmente cana e laranja, e a modernização de todo o "mix" de atividades agropecuárias, com ênfase para a avicultura de corte e a fruticultura temperada. Esses apresentaram consideráveis aumentos de sua produção no período em análise, em grande parte atribuídos à evolução favorável dos índices de produtividade.

O quociente de tratorização da DIRA de Campinas evoluiu de 93 para 57 hectares/trator na década de 70, ocupando posição de destaque no Estado, à frente até mesmo da DIRA de Ribeirão Preto. Sua participação relativa na

área cultivada no Estado, passou de 12,4% para 14,6% entre os triênios 1969/71 e 1979/81. O elevado dinamismo e a produtividade da agropecuária desta região são fatores que devem ter contribuído para o crescimento mais que proporcional do valor da produção de suas lavouras.

Na DIRA de Sorocaba, a área disputada foi de 457,8 mil hectares (22,5 de sua área explorada) nos triênios 1969/71 e 1979/81. Entre as atividades que mais avançaram sobre esta área destacam-se: feijão (+190,9 mil hectares), pastagem cultivada (+189,6), soja (+25,2), cana-de-açúcar (+24,2), trigo (+9,7) e laranja (+6,6). Entre as que mais perderam área, pode-se citar: pastagem natural (-367,8), milho (-63,0), arroz (-13,5), mandioca (-6,5) e café (-6,0).

A região de Sorocaba teve sua participação relativa aumentada de 10,7% para 12,7% na área cultivada do Estado no período 1969/71 e 1979/81. O relativo equilíbrio entre a oferta de alimentos e de produtos agrícolas exportáveis, durante a sua expansão agrícola, deve ter contribuído para que o crescimento do valor bruto da produção acompanhasse a evolução da participação na área plantada. O coeficiente de tratorização nesta DIRA apresentou a mesma tendência das demais regiões. Em 1970, a relação hectare/trator era de 295, atingindo 156 em 1980.

Dentre as regiões que apresentaram um impacto

moderado no grau de disputa por terras agricultáveis, destacam-se as DIRAS de São Paulo, Bauru e Presidente Prudente. Na DIRA de São Paulo, a área disputada foi de 63,1 mil hectares (18,5% da área explorada) nos triênios 1969/71 e 1979/81. As principais atividades a disputarem essa área foram: pastagem plantada (+ 41,2 mil hectares) e banana (+ 14,8). As que cederam área foram: pastagem natural (- 45,2) e milho (- 11,7).

A DIRA de São Paulo apresentou uma queda na sua participação relativa na área cultivada do estado de 2,1% para 1,6% no período 1969/71 e 1979/81. (10)

Na DIRA de Bauru, a área disputada foi de 167,4 mil hectares (14,9% da área explorada). As atividades que apresentaram maior participação nesta área foram: cana para a indústria (193,8 mil hectares), pastagem cultivada (+62,3) e café (+7,7). Dentre as que perderam área destacaram-se: pastagem natural (-115,7), milho (-21,9), algodão (-8,8), amendoim (-6,3) e arroz (-5,7).

Os dados acima mostram que as transformações da agricultura nessa DIRA concentraram-se na expansão da cana para a indústria. O grau de modernização desta região, medido pela relação área trabalhada/trator apresentou uma

(10) Devido a pouca expressividade do setor agrícola na DIRA de São Paulo, no contexto estadual, abstermo-nos de tecer maiores comentários sobre a mesma neste trabalho.

evolução de 237 hectares/trator em 1970 para 117 em 1980.

A área total disputada na DIRA de Presidente Prudente foi de 321,1 mil hectares (15,1% da área explorada) nos triênios 1969/71 e 1979/81. Entre as atividades que mais disputaram esta área, destacaram-se: pastagem cultivada (+260,2 mil hectares), cana-de-açúcar (+25,3), café (+10,2), soja (+10,7), trigo (+8,7) e tomate (+4,9). As que mais perderam área foram: amendoim (-143,0), algodão (-80,2), pastagem natural (-32,5), mamona (-12,3), milho (-10,8) e arroz (-7,4).

As lavouras do feijão e do milho, compensaram sua perda de área via aumentos de produtividade. No caso do feijão, isso foi possível graças a reorganização da produção, sobretudo da safra de inverno, através da introdução de novas variedades e do cultivo solteiro.

Esta DIRA apresentou forte especialização regional na pecuária bovina de corte. Essa tendência pode ser aferida pela redução na participação relativa da área total cultivada com as principais lavouras, (12,6% para 7,0%) entre os triênios 1969/71 e 1979/81.

Em que pese a tendência da região em aprofundar sua "vocação" para a pecuária, houve, paralelamente, uma intensifica  o da agricultura, com altera  o  es na composi  o

da produção vegetal e relativa modernização. Essa modernização pode ser aferida pela elevação do nível de tratorização desta agricultura. Em 1970, a região apresentava 450 hectares/trator, evoluindo para 207 em 1980.

Entre as regiões que apresentaram menor impacto sobre a disputa de terras agricultáveis, na década de 70, destacam-se as DIRAS do Vale do Paraíba e de Araçatuba. Na primeira, a área total disputada foi de apenas 50,3 mil hectares (6,7% da área explorada). O maior avanço coube às pastagens cultivadas (+33,0 mil hectares), ao feijão (+7,0) e à cana-de-açúcar (+4,4). A principal atividade a ceder área foi pastagem natural (-47,6). Esta região não se caracteriza por elevado dinamismo agrícola, exceto em alguns "bolsões" de agricultura modernizada, como é o caso do arroz irrigado; predominam as atividades criatórias com a finalidade da produção leiteira.

Com relação ao grau de mecanização o Vale do Paraíba apresentou um dos menores quocientes hectare/trator, mas foi a única região do Estado onde essa relação aumentou na década de 70. Passou de 69 em 1970, para 75 em 1980.

A DIRA do Araçatuba apresentou uma área para disputa de 158,2 mil hectares (9,8% da área explorada), a qual foi ocupada principalmente pelo avanço de pastagem cultivada (+80,4 mil hectares), seguida das lavouras do

milho (+38,1), da cana-de-açúcar (+17,6), do café (+13,5) e tomate (+3,2). Dentre as que perderam área destacaram-se: algodão (-71,7), amendoim (-21,3) e arroz (-11,8).

As principais transformações agrícolas desta região apontam para o aprofundamento da sua "vocação" pecuária, embora tenha se observado mudanças na composição da produção em favor das lavouras exportáveis e/ou energéticas.

O grau de modernização desta região, medido pela relação hectare/trator, apresentou uma evolução de 342 em 1970 para 168 em 1980. Apesar da acentuada redução do quociente de tratorização, esta região s   perde para a DIRA de Presidente Prudente no que tange a essa relação, o que caracteriza essas duas regiões como áreas onde predominam a pecuária extensiva.

TABELA 2

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS DIVISÕES REGIONAIS AGRÍCOLAS
EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO
1958-1981

DIRAS	1958/59	1969/71	1979/81
Estado de São Paulo	100,00	100,00	100,00
São Paulo	5,04	3,46	2,85
Vale do Paraíba	1,96	1,45	1,15
Sorocaba	9,05	10,40	12,00
Campinas	13,98	15,58	16,91
Ribeirão Preto	16,83	21,66	28,53
Bauru	9,08	6,46	5,83
São José do Rio Preto	11,44	14,02	13,44
Araçatuba	6,72	5,04	4,25
Presidente Prudente	13,70	11,09	6,65
Marília	12,20	10,84	8,39

Fonte: Tartaglia, J.C. e Oliveira, O.L. "A agricultura paulista ... op. cit. tabela 4.

Como pode ser apreendido através da análise do desempenho das principais atividades agrícolas, no Estado de São Paulo ao longo da década de 70, essa agricultura apresentou grande receptividade aos incentivos fiscais e creditícios oferecidos pela política econômica, bem como aos novos espaços abertos no mercado internacional.

A análise das tabelas 1 e 2 permite acompanhar o processo de especialização e as modificações na composição da produção agrícola no Estado de São Paulo. Observa-se a perda gradativa de importância dentro da estrutura produtiva agrícola de alguns produtos alimentares (arroz, batata inglesa, algodão, mamona, milho e banana) com sua expulsão para outras regiões do país, principalmente para o Nordeste, e a introdução de modernas técnicas de cultivos e novas espécies para outros (feijão, amendoim, cebola etc.). Aliado a isso, a agricultura paulista especializou-se na produção das culturas exportáveis dinâmicas e/ou agroenergéticas (complexos soja, carnes, sucos de frutas e cana-de-açúcar), aprofundando, assim, seu processo de integração à dinâmica industrial.

Ao nível regional, observa-se também grandes alterações. Essas transformações podem ser analisadas sob a ótica do Valor da Produção Agrícola e das modificações na composição das lavouras.

Na década de 70, apenas três regiões apresentaram crescimento na participação relativa do V.P.A. estadual, a saber: Ribeirão Preto, Campinas e Sorocaba.

A DIRA de Ribeirão Preto respondia por quase 30% do V.P.A. do Estado no triênio 1979/81. Ao longo do período em análise, foi nesta região que se verificou o maior incremento do V.P.A., consolidando-se assim como o grande centro agrícola do Estado articulado a um moderno complexo agroindustrial (soja, cana e laranja). Tendência essa que deve ter-se aprofundado na década de 80, em função dos efeitos dinamizadores do PROÁLCOOL, como também pelo crescimento da importância na pauta de exportação dos sucos de frutas e da soja.

A DIRA de Campinas participava com cerca de 17% do V.P.A. estadual no triênio 1979/81, ocupando o segundo lugar no contexto estadual. Essa região apresentou grandes transformações em sua estrutura produtiva, com apreciável expansão das lavouras exportáveis dinâmicas (cana e laranja), embora tenha também apresentado notável modernização nas culturas tradicionais (café e algodão), bem como na avicultura de corte e na fruticultura temperada. A continuidade deste processo modernizante, assim como a maturação do PROÁLCOOL, devem ter contribuído para essa região aumentar ainda mais sua participação no V.P.A. estadual nos anos 80.

A DIRA de Sorocaba apresentou um incremento de 15,4% na sua participação relativa do V.P.A. estadual entre os triênios de 1969/71 e 1979/81. Esse crescimento adveio da substituição de lavouras tradicionais por lavouras de exportação, e da modernização das formas de cultivo e de produção de algumas lavouras alimentares.

As demais DIRAs do Estado (São Paulo, Vale do Paraíba, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília) apresentaram reduções nas suas participações relativas do V.P.A. estadual. Em que pese esse fato comum a todas, estas Regiões apresentaram especificidades em suas estruturas produtivas que as diferenciam. Nas DIRAs de São Paulo e do Vale do Paraíba, a redução na participação relativa do V.P.A. estadual está relacionada com a menor expressividade do setor agropecuário destas regiões.

As DIRAs de São José do Rio Preto e Marília, mesmo apresentando reduções nas suas participações relativas no V.P.A. estadual, acusaram grande dinamismo e significativas transformações nas suas estruturas produtivas, com acentuado crescimento de produtos "nobres" de exportação e/ou agroenergéticos. Aquelas reduções decorreram, no caso de São José do Rio Preto, da relativa especialização desta região na pecuária leiteira e de corte e, no caso de Marília, do

Peso na sua estrutura produtiva do binômio soja/trigo, que, por serem culturas anuais, apresentam menor valor relativo por unidade de área. Donde se conclui que, apesar destas duas regiões apresentarem uma participação relativa decrescente, ao longo da década de 70, seus agros acusaram grande dinamismo e modernização neste período.

A DIRÁ de Bauru apresentou uma relativa modernização do seu agro, com a substituição de lavouras alimentares tradicionais por cana, principalmente, e por café. Embora esta região tenha decrescido sua participação relativa no produto agrícola estadual ao longo do período em estudo, esse decréscimo foi menos intenso do que o ocorrido entre os triênios 1958/59 e 1969/71, o que evidencia o relativo dinamismo desta região nos 70.

As DIRÁS de Presidente Prudente e Araçatuba, reduziram suas participações relativas no V.P.A. estadual, mas acusaram significativas modificações na composição de seu agros, com grande substituição de lavouras tradicionais por exportáveis dinâmicos. Além disso, apresentaram um expressivo crescimento da área plantada com tomate, integrada a agroindústria de extrato de tomate e, principalmente, por aprofundarem sua "vocação" para a pecuária bovina de corte.

O resultado das profundas transforma  es

apresentadas pelo agro paulista, ao longo da década de 70, foi uma grande alteração na dinâmica urbana das diversas regiões. Como pode ser apreendido pela análise precedente, todas as regiões apresentaram algum grau de permeabilidade ao processo de modernização e subordinação agrícola à dinâmica industrial. Essa maior ou menor permeabilidade apresentou estreita relação com o grau de desenvolvimento econômico de cada região.

Como já comentado, o processo de modernização agrícola remonta à década de 50, mas foi nos anos 60, através das reformas institucionais que foram criadas as condições para a subordinação da agricultura ao processo de acumulação industrial, com a efetiva endogeneização do setor produtor de máquinas, implementos e de insumos agrícolas, da extensão do crédito, do financiamento e da modernização do sistema de comercialização e transportes. Essa nova dinâmica agrícola repercutiria sobre as cidades sob a forma de novos requisitos técnicos do trabalho, de modificações nos padrões de consumo e da generalização de novas formas de comercialização.

Outra importante transformação rural diz respeito ao crescimento do assalariamento, com a generalização do trabalho volante. O crescimento desta categoria ocupacional resultou da maior sazonalidade do trabalho (decorrente da substituição de lavouras tradicionais por culturas menos

exigentes em mão-de-obra), da elevação da produtividade da terra, (pela intensificação do uso de insumos, adubos e pela mecanização) e, por fim e não menos importante, pela introdução de uma legislação específica ao trabalhador do campo, através do Estatuto do Trabalhador Rural e da Previdência Social e assistência médica através do FUNRURAL.

A soma de todos esses fatores promoveu a intensificação do êxodo rural, com a transformação do trabalhador permanente em temporário, impactando diretamente sobre os centros urbanos através do crescimento da favelização. Esse processo de urbanização do trabalhador rural teve também um impacto direto sobre o mercado de produtos urbanos, uma vez que grande parte da cesta de consumo destes trabalhadores não pôde mais ser atendida pela produção de subsistência. Em síntese, verificou-se a generalização do processo de mercantilização da produção, com profundas alterações na relação campo/cidade.

II.2. A Desconcentração Industrial nos anos 70

O chamado "milagre brasileiro" (1967/73), como já salientado, teve por base as reformas institucionais implementadas pelo Estado em resposta à crise de superacumulação vivida pela economia brasileira na primeira metade dos anos 60.

A liderança deste novo ciclo expansivo esteve a cargo da indústria de transformação, principalmente dos setores produtores de bens de consumo durável e de capital. O dinamismo apresentado pelo setor produtor de bens de consumo durável resultou dos instrumentos criados pela reforma financeira e do aumento da concentração da renda pessoal no período, provocada pela abertura do leque salarial em decorrência da política econômica vigente. (11)

A década de setenta caracterizou-se, além das elevadas taxas de crescimento do PIB, por um processo de desconcentração industrial do Estado de São Paulo em direção à periferia nacional e da metrópole paulista para o interior do Estado. Essa desconcentração no Interior do Estado de São Paulo deu-se, fundamentalmente, nas regiões de agricultura mais capitalizada, onde constituíram-se "pólos" industriais ao longo

(11) Para uma análise deste processo ver: Tavares, M.C. "Ciclo e Crise: O movimento recente da industrialização brasileira", FEA/UFRJ, Rio de Janeiro, 1978.

do processo de desenvolvimento econômico, ocorrido na economia paulista a partir dos anos vinte.

Contudo, a desconcentração manifestou-se muito mais intensamente entre 1975 e 1980 do que entre 1970 e 1975, porque neste período, maturavam importantes investimentos industriais na Grande São Paulo, realizados durante o "milagre brasileiro". Por outro lado, foi a partir da primeira metade da década que se intensificavam os graves problemas decorrentes da elevada concentração industrial da metrópole, entre os quais destacamos:

- a) - concerne o maior controle dos níveis de poluição, exercido pelos órgãos responsáveis, através de exigências quanto à implantação de equipamentos anti-poluentes, elevando os custos locacionais para as empresas;
- b) aumento dos custos e do tempo de deslocamento por parte dos trabalhadores e dos serviços das empresas;
- c) agravamento do chamado "caos urbano" no processo de metropolização da capital, fenômeno que se deu com quase total ausência de um planejamento urbano; e,
- d) o fortalecimento de uma base sindical moderna no ABC paulista, criando condições para maiores reivindicações salariais por parte da classe trabalhadora.

Em que pese a importância de todos esses fatores, necessário se faz destacar o papel desempenhado pelo pesado bloco de inversões implementado pelo Estado, associado ao capital estrangeiro e nacional, conhecido como II FND, que juntamente com os fatores arrolados acima, impulsionou ainda mais o processo de desconcentração industrial do Estado de São Paulo. (12)

A soma de todos esses fatores, acabou criando as condições para uma descentralização relativa da atividade industrial no Estado em direção à periferia nacional. Contudo, pela própria natureza do desenvolvimento capitalista nacional, o governo federal viu-se obrigado a realizar pesados investimentos setoriais e a estimular outros. A resultante deste processo foi uma relativa desconcentração da indústria em São Paulo, no sentido metrópole-interior.

Ao longo da década de setenta, a indústria paulista cresceu a uma taxa média de 9,5% ao ano. Essa taxa, entretanto, apresentou ritmos distintos ao longo da década: entre 1970 e 1975, essa indústria cresceu a expressiva taxa de 15,1% e, entre 1975/1980, a 4,1%. O resto do país, por sua vez, cresceu a uma taxa bastante superior à da São Paulo, provocando certa desconcentração: a participação paulista na indústria brasileira declinou a um nível equivalente ao de 1959, isto é, 55,9% em 1975 e 53,4% em 1980. Essa desconcentração relativa

(12) Para um estudo das metas e da localização dos principais projetos ver: Lessa, C. "A estratégia" op. cit.

ocorreu também, nesta década, dentro do próprio Estado, quando houve grande crescimento industrial nas diversas regiões da sua fração mais moderna, o que produziu relativa desconcentração da indústria metropolitana. Neste processo, jogaram também papel importante,

os governos estadual e municipais, através da criação da infra-estrutura necessária aos investimentos, com considerável avanço no sistema viário e de comunicação, além da implantação de distritos industriais e da oferta de diversas isenções fiscais (13).

Entre os principais investimentos realizados pelo governo federal, destacam-se: as refinarias de petróleo de Paulínia e São José dos Campos, em torno das quais implantaram-se várias indústrias químicas; o PROÁLCOOL, fortemente concentrado em Campinas e Ribeirão Preto; a consolidação do parque petroquímico e siderúrgico (COSIPA) em Cubatão; a implantação do complexo aeronáutico para fins civis e militares, e indústrias de material bélico no Vale do Paraíba; e a concentração de institutos de pesquisas e empresas estatais e privadas no setor de telecomunicações e micro eletrônica em Campinas.

Em decorrência destes pesados investimentos o interior paulista apresentou, ao longo da década de 70,

(13) Para um aprofundamento desta questão ver: Negri, Barjas. Diagnóstico Setorial da Indústria, Documento no. 3.13; In: "São Paulo no limiar do século XXI: Perspectiva dos setores produtivos 1980-2000". Convênio IPT-FECAMP/UNICAMP/IE, mimeo, Campinas, maio 1990.

importantes modificações em sua estrutura produtiva aproximando-se qualitativa e quantitativamente da estrutura metropolitana.

Em 1970, o interior paulista respondia por: a) 49% do Valor da Transformação Industrial (VTI) do Estado na produção dos bens de consumo não duráveis, destacando-se, neste grupo as indústrias têxtil e de alimentos, com quase metade desta produção; b) 36% deste valor no setor produtor de bens intermediários, que tinha no ramo químico sua maior expressão, detendo pouco mais de um terço deste total e, c) 15% do valor gerado no setor de bens de consumo durável e de capital, com destaque, neste grupo, para a indústria mecânica (basicamente equipamentos e implementos agrícolas e fabricação de máquinas-ferramentas). Em 1980, o interior apresentou a seguinte estrutura: 28% para o setor de bens de consumo não duráveis, 46% para o setor de bens intermediários e 26% para o setor de bens de consumo duráveis e de capital.

Como mostram os dados acima, a estrutura industrial do Interior paulista sofreu grandes transformações na década de 1970. O setor de bens de consumo não duráveis reduziu significativamente sua participação relativa no VTI estadual. Em que pese esta redução, os principais ramos deste setor (têxtil, alimentos, calçados e vestuário) incorporaram positivamente os incentivos da nova política exportadora, submetendo-se ao rápido processo de modernização imposto pelas exigências dos mercados consumidores internacionais.

O setor produtor de bens intermediários, por outro lado, apresentou acentuado crescimento na sua participação relativa do VTI estadual. O desempenho deste setor está diretamente relacionado com a "performance" do sub-setor químico, a qual está associada com a implantação, das refinarias de Paulínia e de São José dos Campos e com a ampliação da refinaria de Presidente Bernardes em Cubatão. Também jogaram importantes papéis nesta expansão, a política de substituição de importações de insumos básicos prevista no II PND e a criação do PROÁLCOL na segunda metade dos anos 70. Esse conjunto de investimentos levou o interior paulista a uma especialização industrial na produção de bens intermediários no contexto industrial paulista e brasileiro.

Com relação ao setor produtor de bens de consumo duráveis e de capital, também observa-se grandes modificações. Neste setor, verifica-se uma expansão significativa da indústria mecânica associada a expansão agrícola e agroindustrial do interior, bem como da indústria de armas e equipamentos militares. Entre os demais ramos, merecem destaque: material de transporte, elétrico e de comunicações, bens de consumo durável de uso doméstico, industrial e pessoal e equipamentos eletrônicos.

As modificações da estrutura industrial do interior concentraram-se nas regiões mais desenvolvidas do Estado. Num primeiro plano, destaca-se a região de Campinas, que

consolidou-se como o mais importante centro industrial do interior - sua participação relativa no produto industrial do Estado evoluiu de 10,6% para 15,8% entre os anos de 1970 e 1980. Num segundo plano aparece o Vale do Paraíba, cuja participação relativa no produto industrial passou de 3,3% em 1970, para 5,5% em 1980. As demais regiões apresentaram as seguintes participações relativas em 1980: Ribeirão Preto, 4,4%, Sorocaba, 4,1%, Litoral, 3,7%, Bauru, 1,3% e região "Oeste" 2,3%. (ver tabela 3).

Tomada em seu conjunto a participação do interior no VTI estadual evoluiu de 25,3% em 1970 para 37,06% em 1980. Com relação a sua participação no produto industrial brasileiro, essa evolução seria de 14,7% para 19,8% no mesmo período.

Vistos os traços gerais do processo de desconcentração industrial no Estado de São Paulo, resta fazer uma análise das principais modificações da estrutura industrial no conjunto das Regiões Administrativas do Estado. (14)

(14) Para esta regionalização baseamo-nos largamente em: Negri, Barjas. Diagnóstico setorial" op. cit.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DA
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - ESTADO DE SÃO PAULO E REGIÕES
1970 - 1980

Estado de São Paulo e Regiões	1970	1975	1980
Estado de São Paulo	100,00	100,00	100,00
Região Metropolitana de São Paulo	74,69	69,41	62,94
São Paulo (Capital)	48,15	44,00	34,84
- Outros Municípios	26,54	25,41	28,10
Interior	25,31	30,59	37,06
Litoral	2,80	2,52	3,74
Vale do Paraíba	3,30	4,24	5,50
Sorocaba	2,20	2,41	4,10
Campinas	10,60	15,10	15,82
Ribeirão Preto	3,00	3,10	4,40
Bauru	0,93	1,00	1,30
Região "Oeste"	2,60	2,29	2,30
São José do Rio Preto	0,54	0,64	0,70
Aracatuba	0,51	0,35	0,37
Presidente Prudente	0,71	0,58	0,46
Marília	0,84	0,72	0,70

Fonte: Negri, Barjas. "A interiorização da indústria
op. cit. tabela 10.

Região de Campinas

Esta região representa a porção mais moderna e desenvolvida do interior paulista, sendo suplantada apenas pela Metrópole. Seu dinamismo econômico resulta, em grande parte, a interação entre a sua moderna base agropecuária e a sua diversificada base industrial. (15)

Esta região ampliou sua participação no VTI estadual de 10,6% em 1970 para 15,8% em 1980. Por outro lado, sua estrutura industrial apresentou as seguintes modificações: o setor produtor de bens de consumo não duráveis reduziu sua participação relativa de 50,36% para 24,39% na composição do produto industrial da região entre os anos de 1970 e 1980; o setor produtor de bens intermediários evoluiu de 32,35% para 46,29% no mesmo período e o setor produtor de bens de consumo duráveis e de capital aumentou de 17,29% para 29,32% no mesmo período. Como pode ser apreendido, essa região apresentaria, em 1980, uma estrutura industrial bastante semelhante a metropolitana, cujas participações relativas nos citados grupos eram respectivamente; 24,49%; 36,04% e 39,47%.

Analisando-se a distribuição do VTI no conjunto da Região Administrativa tem-se:

- a) em Campinas e seu entorno consolidaram-se importantes estabelecimentos da indústria metal mecânica, química, de

(15) Como a análise para o setor agropecuário já foi feita na parte II.1, nos ateremos aqui às transformações do setor industrial.

material de transporte, papel e celulose, além de um importante "pólo" de indústrias de alta tecnologia nas áreas de informática, microeletrônica, química fina e telecomunicações. Entre estes estabelecimentos destacam-se: Bosch, Clark, General Eletric, B.F.Goodrich, Merk e Sharp, Chicago Bridge, Rigesa, Wabco, Bendix, Singer, Mercedes Benz, IBM, Texas Instrumentos, e os Centros Tecnológicos de informática do Governo Federal e da Telebrás, além da Refinaria do Planalto-REPLAN;

- b) em Piracicaba e região consolidou-se um importante parque sucro alcooleiro e o maior parque metal mecânico do país especificamente destinado ao açúcar, onde se destacam as empresas, Dedini, Romi e Nardini, além do Centro de Tecnologia da Copersucar - CTC;
- c) Americana, Santa Bárbara D'Oeste e Nova Odessa concentram um moderno e importante parque têxtil, com subsidiárias de capital estrangeiro;
- d) em Limeira e região consolidou-se um importante segmento da agroindústria de suco de laranja destinado às exportações, onde se destacam a Citosuco, Citral e Citropectina, além das indústrias D'Andréa, Varga e Invicta.

Região do Vale do Paraíba

Esta região respondia em 1980 pela segunda maior participação relativa no VTI estadual (5,5%). O intenso processo de crescimento industrial apresentado por esta região na década de 70 esteve associado a participação do Estado, através: a) do Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) em São José dos Campos, que ganhou importância durante o regime militar desenvolvendo projetos de interesse do Ministério da Aeronáutica, além de formar profissionais altamente especializados nos setores de engenharia aeronáutica, eletrônica e mecânica; b) da criação e expansão da EMBRAER, destinada a produção de aviões civis e militares; e c) da implantação da Refinaria Henrique Lages da Petrobrás. Esse conjunto de inversões contribuiu para aceleração o processo de industrialização regional, atraindo plantas industriais complementares.

Além da forte presença do Estado o processo de industrialização do Vale do Paraíba, foi beneficiado pela desconcentração industrial no sentido Metrópole-Interior. As modernas indústrias que se instalaram na região distribuíram-se da seguinte forma:

- a) em São José dos Campos - General Motor, Detroit Diesel, National, Bandy Tubing, Kodak, Philips, Hitachi, Metalúrgica Mannesmann, Monsanto, Ethicon e a Kone;
- b) em Taubaté - Fábrica de Motores Ford, Volkswagen, Daruma, Daido e Araya;

- c) em Caçapava - Nestlé que se tornou a maior fábrica do município, Tonnalli, Blindex, Scala Doro, Velmac e Kobayashi;
- d) em Guaratinguetá - Liebherr e a Aeroquip;
- e) em Cruzeiro - Engesa FNV e;
- f) em Jacareí - Gates, Incolag, Kopper, Sufanis Takay e a Prensil

Região de Ribeirão Preto

Ao longo cada década de 70, essa região elevou sua participação no produto industrial do Estado de 3,0% para 4,4%. Sua estrutura industrial é fortemente concentrada na produção de bens de consumo duráveis, onde a indústria alimentícia consolidou-se na liderança regional. Com o desenvolvimento agroindustrial ligado a extração de óleos vegetais e às destilarias de álcool de cana, o ramo químico passou a ter grande peso na região. Por outro lado, a indústria mecânica contou com a presença de empresas produtoras de máquinas e equipamentos para agricultura e agroindústrias do açúcar, álcool, suco de laranja, extração e refino de óleos vegetais e da produção de alimentos.

As principais características industriais desta região e sua distribuição no seu espaço geográfico são:

- a) com o PROÁLCOL, a produção regional de álcool evoluiu de 140,7 milhões de litros em 1975/76 para 1,1 bilhões de litros em 1979/80;

- b) a agroindústria de sucos cítricos apresentou grande expansão na década, sobretudo na região de Araraquara, onde o município de Matão possui três unidades - Citrosuco, Frutropic e Brascitros - e na sub-região de Barretos, onde o município de Bebedouro conta com duas importantes unidades - Cargil e Frutesp;
- c) a extração e refino de óleos vegetais (amendoim, algodão e soja) tem forte presença na região, entre as principais unidades destacam-se: Candeloro em Jabuticabal, Cipa em Ribeirão Preto, Comove em Guaira e Bebedouro, Cargil em Monte Alto, Olma em Bebedouro, Produtos Alimentares de Orlândia, Cooperativa Agrícola Regional de Orlândia em Orlândia e São Joaquim da Barra, Mogiana de Alimentos em Salles de Oliveira e a Rosegne em Guará;
- d) o ramo de calçados concentra-se na cidade de Franca, com dezenas de fábricas de médio porte como a Samello, Palermo, Amazonas e a Terra, respondendo por parte da exportação brasileira de calçados;
- e) Barretos destaca-se na indústria frigorífica, onde predomina o frigorífico Anglo;
- f) com relação ao setor metal mecânico, os destaques são para o Grupo Zanini em Sertãozinho, expansão da CBI e da Prominas em São Carlos e da Marchesan em Matão.

Região de Sorocaba

A indústria regional que havia perdido dinamismo nos anos 60, ganhou novos impulsos nos anos 70, influenciada pela proximidade com a Metrópole, pela melhoria das condições dos transportes rodoviários e ferroviários e pela disponibilidade de matérias-primas agrícolas e mineral. Em decorrência destes estímulos, a participação relativa desta região no produto industrial do Estado evoluiu de 2,2% em 1970 para 4,1% em 1980.

Essa expansão industrial deu-se principalmente nas indústrias produtoras de bens intermediários, sobretudo minerais não metálicos, química, metalúrgica e madeira. A exemplo do ocorrido no Vale do Paraíba, essa região também atraiu grupos industriais que operavam na Metrópole e/ou exterior. Dentre as multinacionais destacam-se: Merlin-Gerin, Mecânica Goyas e Nagel em Salto, e Kassinger, Toshiba e Andrews em Sorocaba.

Entre as novas plantas instaladas na região nos anos 70, destacam-se:

- a) em Salto: Calfat, Ingesa, Prema, Gianini e Noru;
- b) em sorocaba: Case, Massey-Fergusom, Fábrica de Aço Paulista, Maquinasa e Engrenasa e;
- c) em Votorantim: Protéma, Balma, Fortinense e Sano.

Região Litoral

Esta região, em que pese caracterizar-se por uma estrutura produtiva com predominância do Setor Terciário, devido às suas funções portuárias e de estância balneária, apresentou, ao longo da década de 70, apreciável crescimento industrial, principalmente na segunda metade (16). Sua participação relativa no produto industrial do Estado passou de 2,8% em 1970 para 3,7% em 1980.

A estrutura industrial desta região está fortemente concentrada nos ramos produtores de bens intermediários, fundamentalmente química (em 1980 esse ramo respondia por cerca de dois terços do VTI regional), seguido, num segundo plano, pela indústria siderúrgica.

Os novos investimentos realizados na Baixada Santista foram atraídos pela existência de uma infra-estrutura básica e pelo acesso ao Porto de Santos - que facilitaram as exportações e importações paulistas para o exterior e outros Estados - juntamente com a presença da Cia. Siderúrgica Paulista (COSIPA) e da Refinaria Presidente Bernardes.

Entre os principais investimentos realizados na Baixada Santista na década de 70, destacam-se:

- (16) A partir da primeira metade dos anos 70 intensifica-se a preocupação com os problemas ambientais e dadas às características eminentemente poluentes da indústria regional, a mesma arrefeceria seu crescimento industrial, recuperando-se na segunda metade da década.

- a) em Cubatão: Ultra-Fértil, IAP e Manha e;
- b) em São Vicente: Fertiplan, Tosca, unidades produtoras de ácido sulfúrico e fosfórico e da primeira unidade produtora de triplalifosfato da América do Sul.

Região de Bauru

Essa região contribuía com pouco menos de 1% do VTI estadual em 1970, crescendo essa participação para 1,3% em 1980. Sua indústria está concentrada no complexo agroindustrial produtor de alimentos, que utiliza-se das matérias-primas agrícolas, e no setor mecânico produtor de equipamentos e implementos agrícolas.

Sua "performance" industrial está diretamente associada ao processo de expansão do PRDÁLCOOL, a proliferação das destilarias de álcool na região, e ao segmento de alimentos ligados a extração e refino de óleos vegetais.

Entre as principais empresas desses segmentos, destacam-se:

- a) em Bauru: Resequê e Embrasal;
- b) em Lins: Cibral;
- c) em Bocaina: Calvimex.

A indústria de alimentos regional é relativamente diversificada, contando com unidades produtoras de frutas cristalizadas, conservas de legumes e hortaliças, ração e seus

derivados, e com o empacotamento de milho, arroz, trigo e café. Por outro lado, a indústria mecânica regional é composta por estabelecimentos de pequeno porte ligados à produção de implementos agrícolas, peças e demais acessórios demandados pela agricultura e agroindústria regional.

Região Oeste

Essa grande região é composta pelo conjunto de quatro Regiões Administrativas: São José do Rio Preto, Aracatuba, Presidente Prudente e Marília.

Embora contando com um estruturado sistema viário, a Região "Oeste" apresentou nos anos 70, maior dinamismo no setor agropecuário do que no industrial. Nela se concentrou uma parcela importante da produção estadual de amendoim, café, mandioca, milho, soja, feijão, trigo, laranja, mamona e sobretudo, pecuária.

Em função dessa maior especialização agropecuária, essa região apresentou uma taxa de crescimento industrial abaixo da média estadual, com o que declinou sua participação relativa no produto industrial do Estado de 2,6% em 1970 para 2,3% em 1980.

A indústria regional concentra-se basicamente na produção de bens de consumo não duráveis, especialmente na indústria alimentícia, responsável por mais de um terço da

produção de toda a indústria regional e por cerca de 16% da produção estadual em 1980. Neste ramo, destaca-se a indústria frigorífica, cuja ampliação esteve associada a especialização pecuária da Região. Neste sentido, verificou-se a implantação de novos frigoríficos pertencentes a grupos empresariais metropolitanos e de outros Estados como Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Estes operavam principalmente na produção de carnes e miúdos frescos, refrigerados e congelados e salsicharias (cerca de 15% do Estado).

Outro ramo industrial com representatividade ao nível estadual é o de mobiliário. Em 1970, a Região respondia por 5,7% da produção do Estado e em 1980 por 14,8%. Essa expansão foi comandada pela região de São José do Rio Preto, principalmente na segunda metade da década, quando essa região dobrou sua participação relativa na indústria regional.

Em síntese, a década de setenta assistiu à consolidação do parque industrial no interior paulista. Essa consolidação pode ser aferida quando se compara a evolução da participação do Interior na composição do produto industrial do Estado de São Paulo entre os anos de 1970 e 1980 - 25,3% em 1970 e 37,1% em 1980 (tabela 4). Tal crescimento na participação do interior no produto industrial paulista deu-se através da implantação de segmentos novos e ampliação da capacidade produtiva de setores pesados, como material de transportes, elétrico, de comunicações, mecânica, metalurgia e química, e das novas formas de articulação entre indústria e

ESTRUTURA DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO GRUPOS E RAMOS
ESTADO DE SÃO PAULO E REGIÕES

1970-1988

	G.S.P.		LITORAL		V. DO PARAIBA		SONOABA		CAMPINAS		RIBEIRÃO PRETO		BAURÍ		SÃO J. RIO PRETO		ARACATUBA		P. PRUDENTE		MACHILIA	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GRUPO I																						
Prod. Predominantemente																						
Produt. de Bens																						
Consumo Não Duráveis	33,24	24,49	21,87	5,62	29,06	16,53	47,41	26,46	50,36	24,39	66,84	51,41	76,46	55,64	81,70	66,71	79,03	63,17	67,06	59,19	62,05	53,47
Textil	9,12	6,10	0,10	0,01	13,13	6,53	31,50	12,88	12,21	8,39	8,40	4,31	15,19	7,88	10,63	1,85	11,74	2,62	13,32	7,19	10,73	4,83
Vestuario	3,22	3,99	0,67	0,74	7,56	4,06	1,44	3,80	2,33	2,17	7,26	8,92	3,40	5,09	3,88	5,91	6,03	17,39	0,83	1,66	0,82	0,51
Alimentos	5,45	4,40	18,06	3,86	5,40	2,30	10,23	6,00	23,54	8,43	38,04	34,65	38,08	33,98	51,23	34,10	55,55	32,98	48,07	43,55	41,50	28,92
Ditros	15,45	10,00	3,04	1,01	2,97	3,64	4,24	3,78	12,28	5,40	13,14	3,53	19,79	8,18	15,96	24,85	1,55	1,99	4,84	6,85	1,67	1,40
GRUPO II																						
Prod. Predominantemente																						
Produt. de Bens																						
Intermediarios	32,82	36,04	71,78	82,93	35,79	39,90	46,27	50,74	32,35	46,29	18,96	27,29	18,53	31,51	13,42	23,39	18,08	26,44	29,81	35,66	27,23	29,62
Quimica	8,21	9,37	46,88	65,26	18,65	21,28	2,31	11,52	5,69	23,33	5,56	14,88	8,85	17,14	4,74	11,03	6,51	10,46	21,06	23,69	18,77	18,15
Minerais Não-Metalicos	4,40	3,53	4,82	5,43	4,07	2,09	20,89	14,45	8,14	6,31	2,06	1,75	3,93	2,36	3,65	4,26	4,42	7,44	1,67	3,99	2,97	2,56
Metallurgia	11,48	13,98	16,27	10,51	7,15	11,24	10,62	11,06	7,96	6,70	3,62	4,86	1,89	2,26	2,13	5,11	1,99	4,32	0,50	1,05	0,94	3,16
Ditros	8,73	9,15	3,81	1,73	5,92	9,47	12,45	13,71	10,56	9,95	7,32	5,80	3,86	9,75	2,90	2,99	4,55	5,71	6,58	6,93	3,51	4,33
GRUPO III																						
Prod. Predominantemente																						
Produt. de Bens de Consumo Duráveis	39,94	39,47	6,33	11,45	35,15	43,57	63,32	22,80	17,29	29,32	14,20	21,30	5,01	13,45	4,88	9,90	2,89	8,39	3,13	5,15	10,72	16,91
Mecanica	8,84	12,74	3,90	7,46	3,32	9,46	2,81	11,65	9,63	14,99	9,65	15,68	13,14	8,97	2,21	3,61	2,18	4,29	1,33	2,55	7,68	14,13
Materiais de Transporte	13,20	12,06	1,83	0,55	20,34	15,86	2,09	2,91	4,05	6,38	0,60	0,68	0,39	1,54	1,16	1,81	0,42	1,02	1,46	1,44	2,52	1,53
Materiais electricos	9,07	9,58	0,87	0,12	4,51	8,57	1,00	5,48	2,53	5,42	1,86	1,17	0,64	1,51	1,03	2,24	0,10	0,75	0,19	0,16	0,32	0,19
Ditros	2,83	5,67	8,55	3,32	6,90	9,68	0,42	3,36	1,08	2,48	2,09	3,57	0,64	1,43	0,46	2,24	0,25	2,33	0,14	1,00	0,20	1,86

Fonte: MESRI, Bajas. "A interiorização da indústria..." op. cit. tabelas 16, a 28.

agricultura, manifestas pelo surgimento de um segmento de bens de produção para o setor primário e crescimento da atividade agroindustrial de processamento.

Dessa forma, a ampliação da produção industrial no interior deu-se através da implantação de um novo tipo de indústria, bem como da ampliação de plantas complementares às da metrópole. Paralelamente, a metrópole reduziu sua participação no produto industrial paulista de 48,2% para 34,8% entre os anos 1970 e 1980, sendo ultrapassada pela concentração industrial do interior.

Com a modernização de sua estrutura produtiva, o interior paulista passou a responder, em 1980, por 30,3% do produto industrial no Grupo I; 49,2% no Grupo II e 20,5% no Grupo III - estrutura muito semelhante à da região metropolitana, constituída por 24,5% no Grupo I; 38,1% no Grupo II e 37,4% no Grupo III. Os ramos mais importantes no interior eram a química, alimentos, metalúrgica e mecânica, que respondiam por, respectivamente, 28,1%, 17,7%, 10,8% e 8,8% do valor da produção estadual em 1980. Por outro lado, em que pese o fato de quase todas as regiões apresentarem grande expansão industrial, coube a Campinas o maior destaque, seguida pelas regiões do Vale do Paraíba, Ribeirão Preto, Sorocaba e Litoral. Somadas, essas cinco regiões participam com 33,5% da produção industrial do Estado, ou pouco menos de um quinto do total nacional, em 1980.

Esse grande dinamismo industrial apresentado pelo interior paulista, particularmente por suas porções mais modernas e desenvolvidas (Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba e Vale do Paraíba), impôs novo significado à estrutura urbana destas regiões. De um lado, porque as transformações da própria estrutura produtiva, com a grande empresa e a produção em larga escala, trouxeram consigo o crescimento do emprego industrial e a diversificação da estrutura social. De outro, porque repercutiram sobre toda a vida econômica do interior, exigindo mudanças no mundo rural e no terciário das cidades. Estas mudanças podem ser aferidas através da expansão do sistema bancário, das grandes cadeias de lojas, das lanchonetes, dos shopping-centers, dos novos serviços especializados etc., visíveis por toda rede urbana, criando novos hábitos de consumo, difundidos pelos meios de comunicação de massa. Neste sentido, ganharam peso novos serviços de apoio à produção (comercialização, armazenamento etc.) e cresceram e se modernizaram os serviços de transporte, comunicações e intermediação financeira, que deram suporte tanto aos produtores como aos consumidores.

II.3. Desenvolvimento Econômico e Modificações na Estrutura Setorial do Terciário

O processo de modernização agrícola teve por força motriz a consolidação dos complexos agroindustriais, os quais tiveram como efeito imediato o aumento da quimificação e da mecanização, assim como o intenso processo de substituição de culturas tradicionais por produtos "nobres" de exportação e/ou agroenergéticos. Essas modificações nas formas de como produzir e do que produzir, repercutiram sobre a dinâmica agrícola no que concerne a elevação da produtividade da terra e das condições de trabalho da mão-de-obra agrícola (generalização do trabalho do bóia-fria). O resultado final deste processo foi o aumento de subordinação da dinâmica agrícola à dinâmica de acumulação industrial.

A relativa desconcentração industrial ocorrida no Estado de São Paulo, fundamentalmente de sua capital, em direção à periferia nacional, teve por estímulo, além dos fatores já comentados, a explicitação de uma política de combate às desigualdades regionais. (17). Contudo, pela própria dinâmica do desenvolvimento capitalista nacional, o governo viu-se obrigado a realizar investimentos setoriais e a estimular outros dentro do próprio Estado de São Paulo. Esta desconcentração no sentido Metrópole/Interior deu-se fundamentalmente nas regiões paulistas de agricultura mais

(17) Para um aprofundamento desta questão ver o item II.2.2 deste trabalho.

capitalizadas e onde, por conseguinte, constituíram-se "pólos" industriais ao longo do processo de desenvolvimento econômico.

A interação dinâmica entre agricultura e indústria, e o aprofundamento do processo de industrialização nas principais regiões do Estado de São Paulo aumentaram a complexidade sócio-econômica do meio urbano. O impacto desse processo pode ser visualizado através da elevação da taxa de urbanização do interior paulista, a qual passou de 70,9% em 1970, para 83,7% em 1980. Essa elevação da urbanização decorreu não só do fato deste espaço urbano ter intensificado seu processo de êxodo rural, mas, principalmente, do extraordinário desenvolvimento de sua base produtiva urbana.

As transformações da base produtiva e seus efeitos diretos e indiretos sobre o mundo urbano encontraram no Setor Terciário um de seus canais de expressão. Esse setor passou a refletir as modificações da estrutura produtiva através da maior interdependência econômica e financeira desta base produtiva, bem como da criação de uma oferta complementar de serviços pessoais e sociais cada vez mais diversificados e sofisticados, demandados por parcelas mais amplas da população urbana, incorporadas ao mercado de trabalho pelo intenso crescimento econômico do período (18).

(18) Para uma análise das dificuldades e impasses teóricos do Setor Terciário, bem como de uma proposta metodológica de análise ver: Cano, W. e Semeghini, U.C. "Diagnóstico do Setor Serviços", Documento 3.14, in: "São Paulo no limiar" op. cit.

A despeito da maior taxa de crescimento urbano do interior, o Setor Terciário metropolitano continuou apresentando uma significativa taxa de crescimento, com maior diversificação e sofisticação. Essa expansão decorreu, entre outras coisas, da transformação da Metrópole paulista no principal centro urbano do país na década de 70, sede de novos serviços ultra especializados e/ou sofisticados.

A expansão verificada no terciário metropolitano deve ser entendida em três níveis distintos: um primeiro, que está associado ao considerável crescimento e a diversificação da base industrial metropolitana, com a ampliação e a implementação de ramos industriais de alta tecnologia, exigindo, com isso, a criação e especialização de uma apreciável gama de serviços auxiliares à produção; um segundo, que resulta desta expansão através da incorporação de uma grande massa de trabalhadores, grande parte desta ligada às ocupações mais qualificadas, demandantes, portanto, de importantes serviços; e um terceiro e não menos importante, que resulta da consolidação dessa metrópole como principal centro nacional produtor de bens e serviços altamente especializados e/ou sofisticados. Além disso, essa metrópole assumiria o papel de maior centro cultural e artístico do país, impondo significativo desenvolvimento sobre sua "indústria-cultural".

O interior paulista, por outro lado, em que pese ter apresentado menor diversificação e sofisticação do seu Terciário, acusou também grande dinamismo nesta década.

Dinamismo este que pode ser aferido pelas elevadas taxas de crescimento dos Serviços Distributivos, Produtivos e Sociais (19), "vis-à-vis" as taxas apresentadas pelos mesmos serviços na Metrópole (ver tabela 5).

Analisando-se a evolução da participação relativa dos Serviços Distributivos e Produtivos (tabela 6) no interior e na metrópole, verifica-se notável expansão destes serviços em ambas as regiões. Essa elevação da participação relativa destes serviços deveu-se à excepcional expansão e modernização da base produtiva material ocorrida nos anos 70 nestas regiões. Observa-se também um apreciável avanço, em ambas as regiões, dos Serviços Sociais, avanço esse decorrente da expansão das atividades de saúde e educação, principalmente saúde e educação particular. Embora menos dinâmico que os demais, os Serviços Pessoais também apresentaram um crescimento relativo de sua participação na metrópole e no interior calcado na expansão da demanda por serviços mais modernos, devido à incorporação de amplas parcelas de trabalhadores mais qualificados ao mercado de trabalho.

(19) Essa classificação foi originalmente desenvolvida por Singelmann, J. e Browning, H.L. "The emergence of a service society: demographic and sociological aspects of the sectoral transformation of labor force in the U.S.A.", population Research Center, University of Texas, Austin, 1975, mimeo. Consistindo na separação entre os segmentos do Terciário funcionalmente em Serviços Produtivos, Distributivos, Pessoais e Sociais. Para uma primeira aplicação desta classificação ao caso de São Paulo ver: Gonçalves, M.F. e Semeghini, U.C. "O terciário na urbanização paulista: Notas preliminares para seu estudo e interpretação". ANPUR, III Congresso Nacional, 1989.

Terciario	Interior	S. San Paulo	Santos	S. J. dos Campos	Sorocaba	Campinas	Rib. Preto	Bauru	S. J. Rio Preto	Araçatuba	Pres. Prudente	Marilia
Servicos Distributivos(1)	7.0	5,5	2.2	11,7	5.2	7.7	7.0	3.5	6,7	3,2	6,1	5.3
Servicos Produtivos(2)	8.3	7,9	4.8	16,9	9.1	10.5	8,5	9.3	9,1	6,4	10,6	7.6
Servicos Pessoais(3)	4.8	6,7	4.3	10,5	7.1	9.7	6,2	7.7	6,9	3,4	4,7	4.3
Servicos Sociais(4)	8.9	6,9	4.4	13,8	7.2	8.3	7,9	6,2	6,4	7,2	6,4	7.9
Media total do Terciario	5.1	5,1	2.4	9,3	5.1	7.1	6.0	4.5	5,7	3,9	4,7	5.0
PEA TOTAL	4.1	5,4	2.8	8,5	6.0	7.3	5,5	5.0	6.0	3,2	4,1	3.0

FONTE: Tabulacoes Especiais Censos Demograficos - SPD/IE/UNICAMP, in: "Diagnostico do Setor Servicos", Documento 3.1.4.4.

(1) Servicos distributivos: comercio e armazenagem; transportes e comunicacoes.

(2) Servicos produtivos: servicos tecnicos; servicos de credito, capitalizacao, comercio de valores e administracao e comercio de imoveis.

(3) Servicos pessoais: servicos de hotelaria, alojamento; alimentacao e higiene pessoal; confeccao e conservacao de vestuario, recuperacao e conservacao de aparelhos e veiculos; manutencao e conservacao de edificios; outros servicos pessoais e; esporte, cultura, diversao, radio e TV.

(4) Servicos sociais: servicos comunitarios e sociais; saude publica e particular, previdencia, ensino publico e particular e; administracao publica.

PARTICIPACAO DA PEA DO SETOR TERCIARIO NA PEA TOTAL, NA GRANDE SAO PAULO, INTERIOR E NOS MUNICIPIOS SEDES DAS REGIOES ADMINISTRATIVAS (1970/1980)

(X)

Setor Terciario	Interior 1970 1980	Grande Sao Paulo 1970 1980	Santos 1970 1980	S. J. dos Campos 1970 1980	Sorocaba 1970 1980	Campinas 1970 1980	Ribeirao Preto 1970 1980	Bauru 1970 1980	S. J. do R. Preto 1970 1980	Aracatuba 1970 1980	Pres. Prudente 1970 1980	Marilia 1970 1980
Servicos Distributivos(1)	11,6 15,3	16,3 16,4	33,2 31,1	10,5 14,0	18,1 16,7	17,2 18,0	19,4 22,4	27,6 24,0	21,5 22,8	17,1 17,1	18,5 22,4	14,4 18,0
Servicos Produtivos(2)	3,1 4,6	5,9 7,4	6,3 7,6	1,9 4,1	3,0 4,0	3,9 5,3	4,7 6,3	3,8 5,7	4,7 6,3	4,2 5,5	3,7 6,7	3,2 5,0
Servicos Pessoais(3)	6,3 6,8	9,4 10,0	11,5 13,2	6,4 7,7	7,2 7,9	7,7 9,6	10,5 11,3	8,0 10,3	11,6 12,6	9,8 9,9	10,7 11,4	8,0 9,1
Servicos Sociais(4)	6,6 10,4	7,8 8,9	10,9 12,7	8,3 12,4	10,5 11,6	11,1 12,3	11,0 13,9	12,3 13,8	12,0 12,4	8,1 11,8	10,7 13,4	8,2 13,1
Demais Servicos (5)	13,2 0,6	15,7 10,1	17,0 10,9	17,5 9,8	16,2 9,9	11,7 11,7	10,5 13,2	19,2 13,9	19,3 12,7	16,4 14,8	20,5 14,2	14,1 12,7
Total do Terciario	40,8 45,7	55,3 53,6	78,9 75,5	44,6 48,0	55,0 50,1	57,6 56,9	64,1 67,1	70,9 67,7	69,1 66,8	55,6 59,1	64,1 68,1	47,9 57,9

FONTE: Tabulacoes Especiais dos Censos Demograficos - SP/D/IE/UNICAMP, in: "Diagnostico do Setor Servicos ...", op. cit.

NOTAS:

- (1) Servicos distributivos: comercio e armazenagem; transportes e comunicacoes.
- (2) Servicos produtivos: servicos tecnicos; servicos de credito, capitalizacao, comercio de valores e administracao e comercio de imoveis.
- (3) Servicos pessoais: servicos de hotelaria, alojamento, alimentacao e higiene pessoal; confeccao e conservacao de vestuario; recuperacao e conservacao de aparelhos e veiculos; manutengao e conservacao de edificios; outros servicos pessoais e; esporte, cultura, diversao, radio e TV.
- (4) Servicos sociais: servicos comunitarios e sociais; saude publica e particular, previdencia, ensino publico e particular e administracao publica.
- (5) Demais servicos: emprego domestico remunerado; comercio ambulante; seguranga publica e defesa nacional e outras ocupacoes n.p.c.

Em síntese, observa-se que o total da ocupação terciária na década de 70 cresceu, em ambas as regiões, à taxa média anual de 5,1%, superior ao crescimento da população total e urbana na Grande São Paulo ambas em (4,4%), enquanto no interior aquela taxa superou largamente o crescimento da população total (3,3%) e foi equivalente à taxa de crescimento da população urbana.

Visto o desempenho, em nível agregado, do Setor Terciário no interior, apresentar-se-á a seguir uma análise regionalizada deste setor, utiliza-se para tal da distribuição do Valor Adicionado Total e da PEA Terciária entre as diversas regiões (20).

Ao longo da década de 70, o PIB global do Estado de São Paulo cresceu à significativa taxa de 7,5% a.a. Em função da inexistência de indicadores deste agregado ao nível regional, optou-se por utilizar os dados da distribuição espacial do Valor Adicionado Total (VAT) para os anos de 1970, 1975 e 1980 (tabela 8), com os quais foram estimadas (tabela 7) as taxas de crescimento do PIB regional.

A análise da tabela 7 aponta para os dinamismos diferenciados da Metrópole e do Interior: tomando-se 1970 como base, o VAT atingiu, em 1980, índice 206 para o Estado, 184

(20) A utilização do Valor Adicionado Total nesta análise, deve-se às dificuldades encontradas na obtenção de informações regionalizadas referentes ao Setor Terciário, sob a ótica da geração do produto.

para a Grande São Paulo e 253 para o Interior. Esse acentuado crescimento do Interior reflete, como já salientado, o processo de desconcentração industrial e a intensificação da modernização agrícola ocorrida nos anos 70.

Decompondo-se este índice entre as várias regiões, verifica-se que o Vale do Paraíba, Sorocaba, Campinas, Litoral e Ribeirão Preto, foram nesta ordem, aquelas que acusaram os maiores índices de crescimento no valor adicionado. Essas "performances" regionais derivam do fato destas regiões serem os principais "pólos" industriais do Interior.

A análise da distribuição da participação relativa do VAT entre as diversas regiões entre os períodos 1970/75 e 1975/80, permite individualizar com mais detalhes as diferentes "performances" regionais (tabela 8).

Entre os anos de 1970/75, as regiões do Litoral, Vale do Paraíba e Campinas, foram as únicas que apresentaram crescimento de suas participações relativas no VAT. Esse desempenho esteve associado à maturação dos pesados investimentos realizados no bojo do "milagre brasileiro", e a maior atratividade destas áreas para os estabelecimentos industriais como alternativa à Metrópole (21).

(21) Para um detalhamento deste ponto ver item II.2 deste trabalho.

TABELA 7

ESTADO DE SÃO PAULO: ÍNDICES DE CRESCIMENTO REAL DO VALOR ADICIONADO TOTAL, POR REGIÃO

	1980 (1970=100)
Estado de São Paulo	206,10
Grande São Paulo	184,01
Interior	252,70
Litoral	271,31
Vale do Paraíba	303,14
Sorocaba	286,52
Campinas	280,63
Ribeirão Preto	259,07
Bauru	223,08
São José do Rio Preto	192,09
Aracatuba	150,34
Presidente Prudente	135,67
Marília	177,70

FONTE: (VALORES ABSOLUTOS): GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DA FAZENDA; in
 "Diagnósticos do Setor Serviços ..." op. cit.

NOTA: Índices obtidos através das mudanças das participações regionais em 1980
 e 1988, ponderadas pelo crescimento estimado do PIB de São Paulo.

TABELA 8

ESTADO DE SÃO PAULO: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO VALOR ADICIONADO TOTAL

	1970 (%)	1975 (%)	1980 (%)
Estado de São Paulo(1)	100.0	100.0	100.0
Grande São Paulo	67.40	65,92	60,02
Interior	32,60	34,08	39,97
Litoral	3,66	4,69	4,82
Vale do Paraíba	3,18	4,54	4,68
Sorocaba	2,82	2,72	3,92
Campinas	10,17	11,09	13,85
Ribeirão Preto	4,52	4,21	5,68
Bauru	1,56	1,39	1,69
São José do R. Preto	1,77	1,58	1,65
Araçatuba	1,45	1,08	1,06
Presidente Prudente	1,85	1,45	1,22
Marília	1,62	1,34	1,40

FONTE: Secretaria da Fazenda, Fundação SEADE, in: "Diagnostico do Setor Serviços ..." op. cit.

(1) - O total exclui "pendências judiciais", não possíveis de regionalização.

Na segunda metade da década, as regiões de Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e Bauru (nesta ordem), apresentaram as maiores elevações, entre todas as regiões, nas suas participações relativas do VAT. Esse desempenho esteve associado à maior diversificação agroindustrial das regiões de Campinas, Ribeirão Preto e Bauru, vinculada à produção dos agroexportáveis, ao início do PROÁLCOOL em Ribeirão Preto e Campinas, e à expansão da capacidade produtiva industrial em Campinas e Sorocaba.

Por outro lado, as regiões do Litoral e Vale do Paraíba acusaram um menor crescimento: no caso do Vale do Paraíba, isso decorreu da desaceleração dos investimentos do II PND; para o Litoral, foram os problemas ambientais que determinaram a contenção industrial da região.

Conforme já salientado, as Regiões de Bauru e do "Deste" (São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília) apresentaram um menor crescimento do VAT "vis-à-vis" as demais regiões. No entanto, cabe destacar que não foi homogêneo o desempenho daquelas regiões. Presidente Prudente e Araçatuba, onde predomina a atividade pecuária e a agricultura menos diversificada, apresentaram menor dinamismo relativo. Por outro lado, em Bauru, São José do Rio Preto e Marília, onde a produção agrícola é relativamente mais moderna, com maior peso das culturas exportáveis e energéticas, e a agroindústria tem uma participação significativa, apresentaram maior crescimento relativo nas suas participações do valor adicionado.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a análise regionalizada do valor adicionado corrobora as análises setoriais, no sentido de que foram as regiões mais desenvolvidas economicamente as que apresentaram maior dinamismo, e por extensão, onde o Setor Terciário deve ter apresentado maior crescimento e diversificação.

Feita a análise da participação relativa do valor adicionado, realizar-se a seguir a análise regionalizada do Setor Terciário, agora sob a ótica do pessoal ocupado neste setor, distribuídos sob a forma de Serviços Distributivos, Produtivos, Pessoais e Sociais (22).

Esse movimento, entretanto, ao contrário do que foi feito até este momento neste trabalho (para os demais setores de atividade), só será realizado para os municípios sede de cada região, uma vez que pelas especificidades das atividades inerentes a este setor, seu estudo deve estar referido a núcleos urbanos de certo porte, por apresentarem massa crítica proporcional ao porte dos nexos produtivos e das relações sociais envolvidas.

A análise das tabelas 5 e 9, para os anos de 1970 e 1980 entre o conjunto dos municípios apresentam os seguintes traços gerais:

a) os Serviços Produtivos e Sociais apresentaram as maiores

(22) Sobre essa classificação ver nota 19 deste item.

taxas de crescimento, em razão da maior interdependência entre a base produtiva material e os serviços de apoio à produção, bem como em decorrência do crescimento das demandas sociais derivadas da urbanização e maior complexidade social das cidades; e,

b) os Serviços Distributivos, por uma vez, apresentaram uma pequena dispersão entre as participações relativas no conjunto dos municípios, - se excluída do universo a cidade de Santos -, com amplitude entre 29% e 35% do total do emprego terciário. Essa baixa dispersão resulta da consolidação da rede urbana paulista, com presença marcante de cidades médias e grandes e da ampla difusão espacial no Estado do sistema viário e de comunicações, e do grande peso do comércio neste segmento, atividades amplamente disseminadas por todo o espaço urbano paulista.

O município de Santos destaca-se entre os demais por sua característica eminentemente terciária, a qual deve-se à existência dos complexos portuário e balneário, responsáveis pela criação de uma extensa rede de serviços de apoio indispensável aos seus funcionamentos: em 1980, essa cidade empregava 75,5% de sua PEA no Setor Terciário.

Em que pese essa elevada participação relativa da PEA terciária na ocupação total, esse município apresentou na década de 70, as menores taxas de crescimento, entre os municípios selecionados, da PEA total, terciária e da população total: 2,8%, 2,4% e 1,9%, respectivamente. Isto decorreu

segundo se entende, da limitação física da cidade que, espremida entre a serra e o mar, espraiou-se entre vários municípios como, Cubatão, São Vicente, Praia Grande, Guarujá etc. Uma indicação desse fenômeno é o grande crescimento dos serviços de comercialização e administração de imóveis, bem como o fato da cidade apresentar a maior renda média entre os municípios selecionados (23).

A análise da distribuição da PEA terciária intra-setor revela, na cidade de Santos, uma certa maturidade estrutural que pode ser aferida através da comparação entre o Terciário Santista e o Metropolitano, se excluído desta comparação os Serviços Distributivos que em Santos ocupava em 1980 cerca de 41% da PEA terciária, fato que se deve a sua especificidade portuária. Ao analisar-se contudo a evolução destes serviços na década de 70, verifica-se que os mesmos apresentaram uma pequena redução na sua participação relativa no emprego terciário. Essa redução possivelmente deve-se às grandes transformações sofridas pelos serviços portuários decorrentes da mecanização de grande parte do processo de trabalho, implicando num menor crescimento deste emprego nesta década. Essa aferição pode ser qualificada através da análise entre as taxas de crescimento do emprego das ocupações ligadas aos serviços portuários e à carga transportada no período. Enquanto aqueles apresentaram uma taxa de crescimento de 3,8%

(23) A renda média, neste caso, é tomada como um indicador genérico, uma vez que esse trabalho tem por objetivo averiguar apenas as transformações da estrutura setorial e ocupacional sob a ótica da geração do emprego na década de 70.

a.a., a carga transportada cresceu a 5,5% a.a. Essa taxa de crescimento do emprego no serviços portuários foi sustentada, essencialmente, pela expansão da ocupação dos guindasteiros 13,5% a.a., enquanto o emprego dos estivadores cresceu a taxa de 1,9% a.a.

A análise das taxas de crescimento da PEA terciária para os demais municípios apresenta uma clara hierarquia entre os mesmos. Num primeiro plano, destacam-se as cidades de São José dos Campos e Campinas; nestas cidades são observadas as maiores taxas de crescimento da PEA total e terciária (tabela 5) e esse elevado dinamismo está associado, no caso de São José dos Campos, ao extraordinário crescimento industrial porque passou o Vale do Paraíba, pelas razões já comentadas. Sendo esta cidade o maior "pólo" urbano desta região, recebe portanto, sobre seu terciário os efeitos potencializadores da industrialização, através da extensa rede de serviços necessária ao processo produtivo, e em razão disto os Serviços Produtivos apresentaram a maior taxa de crescimento do emprego (17%) entre os demais serviços. A cidade de Campinas, por outro lado, beneficiou-se da sua mais diversificada base industrial e agrícola, desempenhando o papel de capital regional, e concentrando uma extensa gama de serviços mais sofisticados e/ou especializados. A importância assumida por Campinas no contexto regional nesta década, levaria esta cidade a apresentar-se como o embrião de uma futura metrópole, processo que se intensificaria nos anos 80.

Em nível ligeiramente inferior ao grupo anterior, aparecem as cidades de Ribeirão Preto, Sorocaba e São José do Rio Preto, todas com uma moderna base agropecuária, além de um significativo núcleo industrial em Sorocaba e Ribeirão Preto. Essa última cidade é também um importante centro terciário, que consolidou-se ao longo do seu processo de desenvolvimento, com funções de capital regional, característica que pode ser aferida pelo peso do emprego terciário em sua estrutura ocupacional, 67,7% em 1980.

O terceiro grupo de cidades é formado por Marília e Bauru, onde se verificou a menor taxa de crescimento da população urbana; entretanto o crescimento do emprego terciário apresenta taxas tão intensas quanto o grupo anterior (tabela 5). Esse elevado dinamismo é explicado pelas grandes transformações da agropecuária, como também pela consolidação de importantes indústrias agroprocessadoras, transformando essas regiões em promissoras áreas agroindustriais do Estado. A cidade de Bauru destaca-se também como um antigo entroncamento rodo-ferroviário, verdadeiro "nó de comunicações", ligando as demais regiões do Estado ao Oeste paulista. Esse fato teve importantes desdobramentos sobre sua estrutura urbana, proporcionando-lhe característica de importante centro terciário do Oeste.

Finalmente, nas cidades de Aracatuba e Presidente Prudente, foram observadas as menores taxas de crescimento da população urbana, 1,7% e 2,1%, respectivamente enquanto às

médias estaduais e do interior foram de 4,5% e 5,1%. Em que pese esse fraco desempenho urbano, essas cidades apresentaram significativas taxas de crescimento do emprego terciário. Isto possivelmente deveu-se ao caráter ainda incipiente deste setor nestas regiões em 1970, ao qual se superpõe um certo avanço da agropecuária e da agroindustrialização, que (embora em nível mais modesto que o das demais regiões), aliado ao considerável êxodo rural, impactaram as respectivas estruturas setoriais da oferta de serviços. Em outras palavras, o crescimento do terciário nestas regiões deu-se de forma extensiva e com menor aprofundamento de suas funções.

Em síntese, podemos afirmar que o intenso processo de desenvolvimento econômico ocorrido no interior paulista nessa década, contribuiu decisivamente para a modernização da estrutura setorial terciária nas diversas regiões do Estado, com o crescimento mais acentuado das ocupações mais "nobres", em que pese a reprodução, ainda em níveis elevados, das ocupações de baixa qualificação, guardadas as especificidades regionais (24).

O próximo capítulo analisará as modificações na estrutura terciária dos municípios sede sob a ótica dos grupos ocupacionais. Essa análise terá como movimento precedente uma avaliação dos fluxos migratórios intra-estaduais e seus

(24) No capítulo III, quando discutir-se-á as modificações na estrutura ocupacional através de algumas ocupações selecionadas, será analisado o desempenho e o papel das ocupações de baixa qualificação.

rebatimentos sobre a estrutura urbana, bem como uma avaliação das modificações setoriais da PEA total e do emprego gerado na década. Ao final deste capítulo far-se-á uma análise das alterações na estrutura ocupacional regional. Essa análise será feita em dois níveis: num primeiro, analisar-se-á as modificações da estrutura ocupacional através da agregação do conjunto das ocupações em sete grandes grupos (proprietários, ocupações não-manuais de maior qualificação, ocupações da indústria etc.); num segundo, esta análise será feita através de sete ocupações seleccionadas (administradores, gerentes e chefes, serventes de pedreiros, empregada doméstica etc.) escolhidas em função da sua representatividade para o conjunto do emprego urbano e/ou das características a serem realçadas nas transformações em curso.

III. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A URBANIZAÇÃO

RESULTANTE

O acentuado processo de desenvolvimento econômico porque passou o interior paulista na década de 70, expresso na intensificação do processo de modernização agrícola e na relativa desconcentração industrial no sentido metrópole/interior, teve, como já salientado, forte impacto sobre este espaço urbano. Esse impacto pode ser analisado sob a ótica da urbanização e das modificações impostas ao Setor Terciário, o qual torna-se matriz destas mudanças, impulsionado pelas transformações da indústria e agricultura, bem como por uma crescente e diversificada demanda por serviços pessoais e sociais decorrentes do maior desenvolvimento desta base material, como também da sua maior urbanização (1).

A relativa desconcentração industrial no sentido metrópole/interior as transformações ocorridas no campo - com a intensificação da mecanização e da quimificação, acompanhados pela expansão do trabalho volante (bóias-frias) - impactou diretamente sobre o espaço urbano das cidades, este processo pode ser avaliado pela elevação da taxa de urbanização do interior que passa de 70,93% em 1970, para 83,75% em 1980. Ao nível das diversas Regiões Administrativas a evolução da

(1) Para uma análise das interrelações entre o Setor Terciário e a base produtiva material ver capítulo II deste trabalho. Neste passo, a análise restringir-se-á as taxas de urbanização e os fluxos migratórios agregados inter e intra região.

taxa de urbanização entre os anos de 1970 e 1980, mostra uma maior aproximação entre as taxas nas diversas regiões.

III.1. Urbanização, Modificações na Estrutura Setorial da PEA e Geração de Novos Empregos nos Anos 70

Pela ótica da estrutura setorial do emprego, a década de 1970 foi atípica. Na década de 1950 face ao desenvolvimento industrial, a PEA secundária (para o total do estado) foi responsável por apenas 23% da ocupação adicional urbana da década. Na de 1960, tanto pela base estatística herdada da década anterior quanto pelo início do "milagre econômico" entre 1967-1970, a indústria respondeu por 47% do emprego adicional urbano. Na década de 1970, essa cifra salta 50% (no Estado, Grande São Paulo e total do interior) graças ao excepcional crescimento industrial. Pela primeira vez o terciário não superou a participação industrial. Passada a euforia do "milagre", certamente o movimento da estrutura ocupacional retornaria sua antiga forma com a supremacia do terciário.

Em 1970, podia-se traçar claramente uma hierarquia urbana entre as regiões do Estado (a taxa de urbanização variava entre um máximo de 85,6% no Litoral e um mínimo de 51,8% em Presidente Prudente). Num primeiro plano, destacava-se o Litoral, cujo elevado grau de urbanização refletia a menor expansão da sua base agrícola; num segundo plano, aparecem as regiões do Vale do Paraíba, Campinas e Ribeirão Preto, nestas

duas últimas, em que pese seu elevado grau de urbanização, há que se destacar a importância do setor agrícola nestas regiões. Essa elevada urbanização põe em destaque a modernização dos seus agros como um processo anterior à década de 70; num terceiro plano, aparecem as regiões de Bauru e Sorocaba e, por último a Região "Oeste" (São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília) (ver Tabela 1).

Em 1980, essa hierarquia urbana continuaria vigindo entretanto, verifica-se menor diferença nas taxas de urbanização entre as regiões. Litoral e Presidente Prudente permaneceriam respondendo pela maior e menor taxa de urbanização (93,0% e 67,9%) respectivamente.

TABELA 1
TAXA DE URBANIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO E
REGIÕES ADMINISTRATIVAS - 1970/1980

Regiões	1970	1980
Estado de São Paulo	80,3	88,6
Região Metropolitana	96,6	96,8
Interior	70,9	83,7
Litoral	85,6	93,0
Vale do Paraíba	74,2	86,9
Sorocaba	58,3	71,7
Campinas	73,0	83,5
Ribeirão Preto	71,5	84,3
Bauru	68,6	79,4
São José do Rio Preto	54,2	70,9
Araçatuba	57,6	76,4
Presidente Prudente	51,8	67,9
Marília	55,8	71,8

O resultado dessa crescente urbanização do interior paulista nos anos 70, foi a reversão demográfica verificada neste espaço, observável através da análise comparativa das taxas geométricas anuais de crescimento da população total, urbana e rural, para o Estado de São Paulo, Interior e Grande São Paulo, entre as décadas de 1960/1970 e 1970/1980. Enquanto a metrópole reduz o ritmo de crescimento de sua população total (de 5,4% para 4,4%), e urbana (de 6,9% para 4,4%), o interior acusa elevação na taxa de sua população total (de 2,5% para 3,3%) e um pequeno arrefecimento de sua taxa de crescimento urbano (de 5,6% para 5,1%). Enquanto isso, o Estado como um todo apresenta ligeira elevação na taxa de crescimento da população total (de 3,1% para 3,4%) e uma redução acentuada, porém menos intensa que a da metrópole, na sua taxa de crescimento urbano (de 5,7% para 4,5%). O movimento comum a todas as regiões foi a redução da população rural.

Com relação ao conjunto das Regiões Administrativas do Estado, o fato a ser destacado é o violento processo de enxugamento demográfico na Região Oeste na década de 70, com o crescimento de sua população total neste período a taxa de 0,2% a.a., enquanto sua população urbana cresceu à taxa de 3,0% a.a. e a rural decresceu a taxa de -4,3% a.a.. Nestas condições, essa região transformou-se numa zona de expulsão populacional, quadro esse que apresentaria uma reversão nos anos 80 (ver Tabela 2).

TABELA 2

TAXAS GEOMÉTRICAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL, NO ESTADO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS - 1970/1980

Regiões	Pop.Total	Pop.Urbana	Pop.Rural
Estado de São Paulo	3,4	4,5	-2,0
Grande São Paulo	4,4	4,4	4,0
Interior	3,3	5,1	-0,02
-Litoral	3,3	4,7	-3,1
Vale do Paraíba	3,7	5,3	-3,0
Sorocaba	2,9	5,1	-0,9
Campinas	4,4	5,3	-0,6
Ribeirão Preto	2,4	4,1	-3,4
Bauru	2,0	3,5	-2,1
São J.Rio Preto	0,7	3,4	-3,7
Araçatuba	0,0	2,3	-5,7
Pres.Prudente	-0,2	2,6	-4,4
Marília	0,2	2,7	-4,1

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico de 1970 e 1980.

Contrapondo-se a esse, fenômeno, as regiões de Campinas, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e Litoral, fortaleceram-se como áreas atrativas de populações migrante. Além dos fatores estimulantes da descentralização de

investimentos, no sentido metrópole/interior, suas excelentes condições (mercados mais avançados e melhores condições de infra-estrutura econômica e social) e a redução de suas populações rurais, resultantes do aprofundamento do processo de modernização agrícola, desencadeariam a intensificação de sua taxa de urbanização e a formação de grandes aglomerados urbanos. O maior exemplo disso é o início do processo de metropolização da cidade de Campinas, acompanhado da conurbação da cidade ao seu entorno (2).

A intensidade deste processo reflete-se na evolução da participação da metrópole na população urbana total do Estado: em 1960 a Grande São Paulo concentrava 49,1% da população urbana paulista, proporção que se eleva para 55,1% em 1970, fixando-se em 54,9% em 1980.

Ao longo dos anos 70, o Estado de São Paulo continuou sendo um dos mais importantes centros de atração migratória do país. O Estado recebeu em termos líquidos cerca de 2,7 milhões de imigrantes (preponderantemente de paranaenses, nordestinos e mineiros), destinando-se essencialmente aos centros urbanos de maior porte, com destaque para a capital (3). As razões para

(2) Ver a esse respeito: Gonçalves, M.F. e Semeghini, U.C. "Campinas: segunda metrópole paulista", II Encontro Nacional da ANFUR, 1987.

(3) Para uma análise dos fluxos migratórios inter e intra estadual ver: SEADE, Informe Demográfico, nº 16 e Perillo, S.R. "Estimativas dos saldos migratórios para os setores urbano e rural do Estado de São Paulo no período intercensitário 1970/1980" IV Encontro Nacional da ABEF, 1984.

esse intenso fluxo migratório em direção ao Estado de São Paulo resultam, entre outras coisas, do fraco desempenho do emprego na fronteira agrícola, da intensidade da modernização agrícola em várias regiões do país, da permanência do problema fundiário e da pobreza do Nordeste e da capacidade econômica do Estado de São Paulo.

Em nível intra-estadual a década de 70 também apresentou um intenso fluxo migratório no sentido campo/cidade. Estimou-se que mais de um milhão de habitantes no Estado tenha deixado o campo dirigindo-se para os principais centros urbanos, decorrentes do grande crescimento econômico verificado, apoiado na interação dinâmica do binômio agricultura/indústria, da expansão industrial destas regiões e do aumento considerável dos "bóias-frias".

Não é por outra razão que foi ao longo dos grandes eixos de expansão agrícola/industrial do Estado que a urbanização avançou de maneira incontestável. Caso particular dos grandes vetores no sentido de Campinas, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Alto Vale do Paraíba e Baixada Santista. Onde esta dinâmica econômica se apresentou de forma distinta encontram-se áreas de esvaziamento populacionais - destaque-se que essa é uma situação desde logo transitória - como a do Oeste do Estado, em função da forma particular como avançou a agricultura regional.

Em síntese, o essencial a ser destacado na evolução urbana do interior paulista é a dimensão das transformações da base produtiva (indústria e agricultura), que se intensificou particularmente na última década. O fundamental neste processo foi a natureza "moderna" da base produtiva deste interior, independentemente de suas especificidades regionais. A agricultura e a indústria que emergiram no Estado de São Paulo passou a exigir urbanos crescentemente diferenciados e complexos. Os determinantes deste processo, por sua vez, não podem ser encontrados, exclusivamente ou preponderantemente no afluxo do excedente populacional do campo para o meio urbano(4).

Sob a ótica das transformações apresentadas pela base produtiva material, examinar-se-á, neste passo, as modificações apresentadas pela estrutura setorial da PEA, ao nível dos três grandes setores da economia ao longo da década de 70.

A análise da tabela 3, permite destacar dois grandes movimentos gerais na estrutura setorial da PEA para o Estado e suas Regiões Administrativas. O primeiro, refere-se à acentuada redução relativa do peso do emprego agrícola na composição da PEA total no Estado. Em 1970, para o conjunto do Estado de São

(4) Para um estudo das implicações urbanas e econômicas sobre a dinâmica demográfica ver, entre outros: Pacheco, C.A. "O processo de urbanização do Estado de São Paulo e suas implicações sobre a dinâmica demográfica regional". UNICAMP-IE. Versão preliminar, jan. 1989, mimeo.

TABELA 3

PARTICIPAÇÕES DA FEA POR SETOR DA ATIVIDADE NO ESTADO DE SÃO PAULO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS - 1970/1980

Regiões Administrativas	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO
	1970	1980	1970	1980	1970
Estado de São Paulo	20,4	11,5	31,4	39,1	48,1
Grande São Paulo	37,7	23,1	21,5	32,0	40,8
Interior	2,0	0,0	42,0	45,7	55,3
Litoral	13,5	7,0	23,0	30,0	63,5
Vale do Paraíba	22,0	10,1	30,5	41,7	46,7
Sorocaba	43,3	20,3	21,6	32,3	35,1
Campinas	27,6	15,2	32,1	42,0	40,5
Ribeirão Preto	39,5	25,0	19,6	30,0	40,9
Bauru	40,0	29,0	17,4	25,9	42,6
S. José Rio Preto	55,3	30,1	9,7	19,3	35,0
Aracatuba	45,4	31,9	18,5	24,7	36,1
Presidente Prudente	56,6	39,0	9,9	17,4	33,6
Marília	51,4	36,5	12,9	19,9	35,7

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980.

Paulo, esse setor ocupava 20,4% da PEA, reduzindo-se para 11,5% em 1980; no Interior essa redução foi de 37,7% para 23,1%.

Em 1970, excetuando-se a Grande São Paulo e o Litoral, o emprego primário era ainda significativo em todas as regiões. Ao longo da década verificou-se acentuada redução deste emprego para o conjunto das regiões: no Vale do Paraíba onde seu peso era menor "vis-a-vis" ao das demais regiões, passaria de 22,8% em 1970, para 10,1% em 1980; no outro extremo, em Presidente Prudente passaria de 56,6% para 39,8% no mesmo período. As demais regiões apresentaram a seguinte evolução da PEA primária: em Bauru, passaria de 40,0% para 29,0%; em Araçatuba de 45,0% para 31,1%; em Marília de 51,0% para 36,0% e em São José do Rio Preto de 55,0% para 38,0%. Por outro lado, em Sorocaba, Ribeirão Preto e Campinas essas participações eram de respectivamente 43,0%, 39,0% e 28,0% em 1970, reduzindo-se para 28,0%, 26,0% e 15,0% em 1980. Essa redução do emprego primário reflete a maior intensificação e difusão do processo de modernização da agricultura nessas Regiões.

Como se despreende da análise da evolução da participação relativa da PEA agrícola, as regiões do "Oeste", onde a pecuária e a agricultura extensiva têm presença marcante, o emprego primário continuou apresentando significativa participação no emprego total em 1980. Por outro lado, em Campinas e Ribeirão Preto onde a modernização agrícola é anterior aos anos 70, essas participações são menores, para o

que colaborou, inclusive, não só a expansão industrial dessas duas regiões mas também suas maiores bases terciárias.

O segundo traço geral visualizado na tabela 3, diz respeito ao acentuado crescimento do emprego industrial em todas as regiões. Se em 1970 a PEA agrícola ainda superava numericamente o emprego industrial por larga margem no conjunto do interior, em 1980, essa relação se inverteria com a PEA secundária atingindo 32,0% do emprego total contra 23,0% do emprego primário.

As regiões que apresentaram maior crescimento relativo do emprego secundário são nesta ordem, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Marília, Ribeirão Preto e Sorocaba. Por outro lado, foi nas regiões de Campinas, Vale do Paraíba, Sorocaba, Ribeirão Preto e Litoral que se encontraram as maiores participações da PEA empregada no Setor Secundário em 1970 e 1980. A região de Ribeirão Preto foi a única entre estas últimas que acusava uma participação do emprego industrial menor que a média do interior em 1970. Com relação às regiões de São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Marília há que se destacar o menor peso deste emprego na estrutura setorial da PEA nestas regiões em 1970 e 1980, reflexo do menor aprofundamento nestas regiões do processo de industrialização que se limitou mais à agroindustrialização.

Refletindo também o intenso dinamismo econômico dos anos 70, a PEA terciária do Estado cresceu a uma taxa elevada,

superior à da própria população urbana. Como já salientado, o aprofundamento da industrialização e da agroindústria, juntamente com a modernização da agricultura passaram a exigir incisiva expansão e diversificação de uma ampla gama de Serviços Produtivos e Distributivos, enquanto por outro lado, o crescimento e as transformações no mundo urbano, ensejaram o alargamento correspondente na oferta de Serviços Pessoais e Sociais, estimulados não apenas pelo incremento absoluto da população, mas sobretudo pelas mudanças qualitativa em sua composição, em particular no que se refere à participação dos segmentos médios.

Em termos regionais, sobressaem a Região Metropolitana de São Paulo e a de Santos, com as maiores participações relativas na PEA terciária. Ao longo da década, praticamente não se altera a participação do emprego terciário na PEA em ambas as regiões; entretanto como se verá mais adiante, a incorporação da mão-de-obra terciária ali foi significativa, resultante no caso da Metrópole, do aprofundamento de suas funções de maior centro urbano do país, e no caso de Santos da ampliação das exigências colocadas ao complexo portuário e à maior demanda por lazer e turismo.

Em todas as demais regiões, ampliou-se o peso relativo do emprego terciário na PEA total. Os maiores incrementos relativos do emprego terciário deram-se na região "Oeste" muito mais como efeito estatístico - face à sua reduzida base terciária - do que da expansão urbana e

industrial. Por outro lado, foi nas regiões do Vale do Paraíba, Campinas, Ribeirão Preto e Bauru onde se encontraram as maiores participações da PEA terciária no emprego total, decorrentes, no caso das três primeiras regiões, do intenso processo modernizante de seus agros e parques industriais, e no caso de Bauru, pelo relativo aprofundamento da modernização agrícola e pelo crescimento da agroindústria processadora ocorrido nesta década.

Sob a ótica da geração dos novos postos de trabalho, a tabela 4, permite acompanhar como se distribuíram esses novos postos entre as regiões do Estado pelos três grandes setores de atividade.

O Setor Primário acusou uma queima de postos de trabalho em todas as regiões, exceto em Bauru onde se verificou a criação de 2928 novos empregos. Nas demais regiões, em que pese todas terem apresentado decréscimo no emprego agrícola, foi nas do Vale do Paraíba e do "Oeste" onde essa redução foi mais acentuada (5).

O Setor Secundário respondeu pela geração de cerca de 50% dos novos empregos na década de 70 no Estado de São Paulo. A Metrópole respondeu por 56,6% desse acréscimo estadual, enquanto o interior gerou 43,4% dele. A nível regional as maiores participações relativas, no acréscimo estadual do

(5) Para uma análise do desemenho agrícola em todas as regiões do Estado ver o capítulo II deste trabalho.

TABELA 4

ACRESCIMO DO EMPREGO URBANO, POR SETOR DE ATIVIDADE, SEGUNDO AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1970/1980

	Primário 70/80	Secundário 70/80	Terciário 70/80	Total 70/80
Grande São Paulo	-20.851	1.129.601	1.114.147	2.243.748
Litoral	-5.523	72.754	110.356	183.110
Vale do Paraíba	-12.605	97.596	85.921	183.517
Sorocaba	-2.920	98.545	88.298	186.843
Campinas	-7.647	317.123	265.662	582.765
Ribeirão Preto	-2.106	127.742	128.644	256.336
Bauru	2.928	37.552	41.529	79.001
São José do Rio Preto	-21.688	47.420	61.816	109.236
Aracatuba	-12.909	18.565	26.650	45.215
Presidente Prudente	-24.911	23.383	36.066	59.449
Marília	-19.796	24.477	36.138	60.607
Total do Estado de São Paulo	-126.823	1.994.758	1.995.219	3.989.977
Acrescimento	2.928	-	-	-
Decrescimento	-129.756	-	-	-
Total do Interior	-85.126	865.157	881.072	1.746.229
Acrescimento	2.928	-	-	-
Decrescimento	- 108.965	-	-	-

Fonte: FIEGE - Censo demográfico de 1970 e 1980. In: "A interiorização do desenvolvimento ...", vol. 1, tabela II, p. 104, op. cit.

emprego industrial, encontraram-se em Campinas, Ribeirão Preto, Vale do Paraíba, Sorocaba e Santos. A elevada concentração na geração do emprego secundário nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto, Vale do Paraíba e Sorocaba refletiriam os maiores investimentos industriais ali realizados nesta década.

O Setor Terciário, no Estado respondeu por 50% do total do emprego gerado na década; a Metrópole participou com 55,8% dele e o Interior com 44,2%. A nível regional as maiores participações na geração do emprego terciário verificaram-se em Campinas (13,3%), Ribeirão Preto (6,4%), Santos (5,5%), Sorocaba (4,4%) e Vale do Paraíba (4,3%); as demais regiões responderam em conjunto, por (9,9%). Esse desempenho do Setor Terciário corrobora a relação de interdependência entre a base produtiva (agricultura/indústria) e a "performance" do terciário, uma vez que foi nas regiões mais desenvolvidas economicamente, que se verificou maior aprofundamento e sofisticação das funções terciárias.

III.2. Desenvolvimento Econômico e Modificações na Estrutura Ocupacional

Os anos setenta, como já salientado, foram marcados por intenso crescimento industrial do país concomitante com uma desconcentração industrial da metrópole paulista em prol da periferia nacional e do interior paulista. A intensidade desse processo fica manifesta quando se compara a taxa média de crescimento do produto industrial paulista "vis-à-vis" a média

nacional; enquanto o Estado de São Paulo cresceu a 7,3% ao ano o país cresceu a 9,3%, no citado período; em que pese esse diferencial entre as taxas de crescimento, o produto paulista cresceu a taxas significativas. Esse desempenho foi assegurado pelo intenso crescimento econômico apresentado pelo interior paulista na década de setenta.

A implantação de indústrias complementares à metrópole bem como de novos ramos industriais no interior do Estado esteve vinculada ao processo de desconcentração industrial da capital paulista, processo esse que em grande parte foi liderado e incentivado pelos governos federal e estadual (6).

Assistiu-se ao longo dos anos setenta, à implementação por parte do Estado de grandes projetos industriais acoplados a filosofia do "Brasil Potência" pela estratégia do II PND. Obedecendo a essa diretriz foi que o Estado promoveu e incentivou a instalação de indústrias produtoras de bens intermediários e insumos básicos (7).

O interior paulista, como não poderia deixar de ser, por apresentar além dos recursos naturais e humanos necessários

(6) Como foi apontado no capítulo 2 deste trabalho, os graves problemas ambientais, o "caos urbano" e a existência de uma nova base sindical na metrópole, levaram governo e empresas a intensificarem a desconcentração industrial da metrópole em prol de outros espaços urbanos.

(7) Para uma crítica à estratégia do II PND ver o trabalho de Lessa, C. "A estratégia de desenvolvimento ... op.cit.

à produção agrícola e industrial, um significativo parque industrial nas suas principais regiões administrativas, recebeu grande parte dos investimentos diretos e indiretos decorrentes desse plano, tanto do governo, quanto dos efetuados pela iniciativa privada.

O Estado de São Paulo, particularmente seu interior, beneficiou-se sobremaneira da política de incentivos à exportação de produtos primários e manufaturados, caracterizando-se também como o "locus" da política de substituição energética, implementada na segunda metade dos anos setenta pelo governo federal.

A soma destes fatores (desconcentração industrial no sentido metrópole/interior, modernização agrícola e políticas de exportação e energética) também teve forte impacto sobre as cidades de médio e grande porte do interior paulista. Esse impacto pode ser aferido quando observa-se que em 1970, apenas 9,0% da população urbana do Estado de São Paulo residia em cidades com mais de 200 mil a 1.000.000 de habitantes e em 1980 esse percentual sobe para 17,4%. Outro indicador é dado pela concentração dessa mesma população em cidades com mais de 50 mil habitantes: em 1970 esse percentual era de 57,8%, atingindo em 1980 o expressivo percentual de 70%.

Uma das hipóteses deste trabalho é a de que o estudo das modificações nos perfis ocupacionais e na estrutura setorial do emprego, constitui instrumento valioso para o exame

do processo de urbanização, ao mesmo tempo que a própria dinâmica deste processo também atua sobre os perfis ocupacionais, modificando-os. Em outros termos, urbanização, alterações dos perfis ocupacionais e desenvolvimento econômico podem ser elos de uma mesma cadeia de determinações simultâneas (8).

Antes de proceder-se à análise dos Grupos Ocupacionais selecionados, se faz necessário alertar para as dificuldades apresentadas por este instrumental analítico. Elas podem ser subdivididas em dois grandes grupos: os de natureza operacional e os de origem conceitual. O primeiro reúne os problemas referentes às alterações nos conteúdos censitários entre os diversos anos ou seja, aqueles que têm origem na heterogeneidade interna de algumas categorias ocupacionais (como proprietário, mecânicos, eletricitistas etc.). Por outro lado, poderiam ainda resultar da inexistência de um tratamento sistemático destas informações dada a carência de metodologias consolidadas para a construção de tipologias analíticas, como as existentes para os setores de atividade da PEA.

Os problemas conceituais relacionam-se, principalmente, com a ausência de um referencial teórico melhor estruturado que dê conta do entendimento da estrutura

(8) Esta proposta analítica baseia-se em Cano, W. "Transformações da economia e repercussões no mercado de trabalho: Roteiro para uma investigação histórica (1920-1986)", in Anais do V Encontro Nacional da ABEP; ou ainda, em outros termos, em Farias, V. "O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação"; Anais do I Encontro Nacional da ABEP.

ocupacional é que não se fundamente nas concepções funcionalistas que inspiram grande parte dos estudos sobre mobilidade ocupacional (9).

A análise do item III.1 no que respeita à geração de novos postos de trabalho ao longo da década de 70, destacou o elevado dinamismo apresentado pela indústria de transformação, bem como o carácter atípico desta década no que concerne à participação da indústria na geração de novos empregos. Adicione-se o fato de que o emprego urbano e o industrial cresceram, nesta década, bem acima do crescimento da PEA urbana. Neste passo, procurar-se-á qualificar esse dinamismo do mercado de trabalho urbano sob a ótica dos grupos ocupacionais que mais contribuíram para a geração de novos empregos.

- (9) Esta separação entre problemas de natureza operacional e conceitual foi desenvolvida por Pacheco, C.A. "Urbanização e integração dos mercados de trabalho: uma avaliação das transformações na estrutura ocupacional dos principais municípios do interior de São Paulo (1970-1980)", in "Urbanização e estrutura ocupacional regional do Estado de São Paulo - 1970/1980". Convênio SEPLAN/FECAMP, Relatório Final, março de 1989, mimeo UNICAMP. Para uma primeira aproximação dos problemas de natureza operacional ver: "Relatórios parciais da Pesquisa Urbanização e estrutura ocupacional do Estado de São Paulo", Convênio SEPLAN/FECAMP, mimeo, UNICAMP. No que respeita aos problemas conceituais ver: Coutinho, M.C. "Estrutura ocupacional, mobilidade e rendimentos: Problemas e possibilidades da utilização da variável ocupação em estudos envolvendo rendimentos", in XII Encontro Nacional da ANPEC, 1984; ou ainda SOUZA, P.R.C. "Elementos para um modelo de determinación da movilidad ocupacional", in: PREALC, Movilidad Ocupacional y Mercados de Trabajo, Santiago, 1985, 2ª edição.

Antes de proceder à análise dos grupos ocupacionais se faz necessário explicitar alguns dos problemas apresentados pelos mesmos:

Grupo 01 - Proprietários

Este grupo é composto por imensa gama de empregadores da agricultura, indústria, comércio e serviços, embora também englobe grande número de trabalhadores por conta-própria em algumas atividades (como comércio estabelecido, serviços, hotelaria etc.). Nele se encontra um enorme leque de situações: desde pessoas que se encontram trabalhando de forma precária até grandes capitalistas. Por exemplo, a análise deste grupo para o Estado de São Paulo em 1980, segundo o setor de atividade, acusava uma concentração de cerca de 50% dos proprietários no comércio de mercadorias, o qual se caracteriza por forte presença de trabalhadores estabelecidos por conta-própria e grande heterogeneidade de situações.

Grupo 02 - Ocupações Não-Manuais Qualificadas

Este grupo é constituído pelas ocupações de Administradores, Gerentes e Chefes; Engenheiros e Arquitetos; Médicos e Enfermeiros Diplomados; Professores Universitários e Outras Ocupações de Nível Superior. Este grupo, portanto, também apresenta forte heterogeneidade em sua composição e o traço comum a todas elas é o fato de pertencerem ao topo da

pirâmide ocupacional, bem como apresentarem maiores níveis de rendimentos urbanos e de qualificação.

Grupo 03 - Ocupações Não-Manuais de Menor Qualificação

Este grupo é formado pelas Ocupações de Escritório, Ocupações Auxiliares Técnicas, Logistas, Caixas e Corretores e pelos Professores Primários. Em que pese a grande heterogeneidade deste conjunto de ocupações, o traço comum a todas elas é o nível de escolaridade média e o fato das mesmas serem ocupações não-manuais intrinsecamente urbanas.

Grupo 04 - Ocupações da Indústria

Este é composto pelo conjunto das ocupações ligadas à atividade industrial de transformação e da Construção Civil. Como os anteriores, também apresenta forte heterogeneidade em sua composição, que vai da enorme disparidade entre os níveis de qualificações da mão-de-obra envolvida (torneiros mecânicos, mecânicos sem especificação etc.) até à heterogeneidade por setor de atividade dessas ocupações.

Grupo 05 - Ocupações Manuais de Menor Qualificação

Este grupo caracteriza-se por forte predominância de ocupações de menor qualificação e rendimentos como, entre outras, as de Emprego Doméstico Remunerado, Comércio Ambulante, Ocupações do Serviço de Higiêne Pessoal.

Grupo 06 - Ocupações da Defesa e Segurança Nacional

Em que pese apresentar grande homogeneidade na sua composição, apresenta um problema de classificação insolúvel. O Censo Demográfico de 1970 classificava os vigias nesta categoria ocupacional. Em 1980, os vigias passaram a ser classificados sob o item da "Prestação de Serviços; Porteiros, Vigias, Ascensoristas e Serventes", o que tornou impossível avaliar-se a evolução deste grupo nesta década.

Grupo 07 - Ocupações do Setor Primário

Este grupo é composto pelos Tratoristas e Técnicos Agrícolas, Outros Trabalhadores Qualificados do Setor Primário e pelos Trabalhadores da Agropecuária e Extrativa Vegetal. O critério de agregação deste grupo, como não podia deixar de ser foi o setor de atividade e o fato de tratar-se de ocupações não urbanas.

Em linhas gerais, o que se depreende desta sintética apresentação dos grupos ocupacionais selecionados é a grande heterogeneidade apresentada em suas composições. Neste sentido é que a análise da evolução destes grupos ao longo dos anos 70, tem por objetivo apontar apenas as tendências gerais no que concerne às principais transformações da estrutura ocupacional, decorrentes da interação entre os processos de desenvolvimento

econômico, urbanização e dinâmica demográfica para o conjunto das cidades selecionadas.

A evolução da situação ocupacional no Estado de São Paulo reflete o desempenho dos segmentos modernos de sua economia. Em que pese a intensidade dos movimentos migratórios inter e intra-regionais, o ritmo médio de crescimento do volume de emprego excede o crescimento da população urbana e da PEA, ampliando-se as taxas de atividade entre 1970 e 1980. Nestes anos, enquanto a população total cresceu a 3,4% a.a., a população urbana a 4,5% a.a. e a PEA total a 4,8% a.a., o emprego urbano cresceu a 5,9% a.a. A natureza do maior desenvolvimento capitalista em São Paulo e o ritmo que assumiu o processo de acumulação nestes anos garantiram uma oferta de emprego superior a qualquer parâmetro referente ao crescimento populacional paulista.

A análise dos empregos criados, segundo o setor de atividade, contribui para um melhor entendimento deste quadro. Devido à redução do emprego agrícola, onde o crescimento do emprego qualificado é insuficiente para compensar o decréscimo dos não qualificados, os novos postos de trabalho são eminentemente urbanos (10). Ao longo da década de 70, são criados no Estado de São Paulo cerca de 4,0 milhões de

(10) Em que pese o crescimento a taxas significativas do número dos proprietários, administradores, e de uma série de trabalhadores qualificados ou semi-qualificados da agricultura paulista, a exemplo dos motoristas, a forte redução do emprego agrícola decorrente da modernização agrícola aponta para o decréscimo absoluto do emprego neste setor.

empregos; destes, a indústria de transformação responderia por 40% ou em valores absolutos, por cerca de 1,6 milhões de empregos e os outros setores industriais por 10% (11). Num segundo plano destacam-se a Prestação de Serviços que excluído o Emprego Doméstico Remunerado, gerou cerca de 650 mil empregos, e o Comércio de Mercadorias onde foram criados mais de 470 mil novos postos de trabalho.

Analisando-se a participação de cada sub-setor do terciário na geração dos novos postos de trabalho urbano ao longo dos 70, verificou-se que o setor respondeu por cerca de 50% - do total gerado ou cerca de 2,0 milhões de novos empregos. A nível intra-setorial as maiores taxas de crescimento do emprego foram apresentadas pelos setores mais modernos, a exemplo da intermediação financeira, de parte das atividades sociais ou dos serviços auxiliares. Por outro lado, as menores taxas ficaram por conta do emprego doméstico remunerado, em que pese tanto a dimensão das pessoas ocupadas nesta atividade em

(11) Este brilhante desempenho do setor industrial nesta década e de certa forma também nos anos 60, poderia apontar para a desmistificação da tese de insuficiência dinâmica do mercado de trabalho urbano, por conta da baixa absorção de mão-de-obra do setor industrial, decorrente da elevada relação capital/trabalho nos processos de desenvolvimentos periféricos. Contudo, a desaceleração da Economia na década de 1980 reforçaria a nosso juízo, o caráter atípico da década de 1970, uma vez que na de 1980 a tônica ocupacional urbana voltaria a ser a do terciário, com expressiva criação de empregos precários. Para uma recuperação deste debate ver, entre outros: Farias, V. "Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: A experiência brasileira dos últimos trinta anos", in Sociedade e Política no Brasil pós-64, Sorj, B. e Tavares, M.H.A. (org.) Ed. Brasiliense, 2 ed., 1984, pp. 118-163.

1980 quanto o número absoluto de empregos gerados na década (170 mil).

A natureza deste processo reflete-se também nas transformações da estrutura de qualificação e das ocupações, com o crescimento mais acentuado das ocupações não-manuais qualificadas, bem como no avanço do assalariamento e da participação feminina no mercado de trabalho (12). O percentual de empregados passa de 76% em 1970 para aproximadamente 82% em 1980, incidindo sobre números absolutos significativamente maiores. Esse aumento teve como contrapartida reduções nas participações dos autônomos e não-remunerados, fenômenos influenciados principalmente pelas alterações no emprego agrícola, mas que refletem, também a maior organicidade dos mercados de trabalhos urbanos.

O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, nestes dez anos, pode ser aferido quando se verifica que cerca de 40% das novas ocupações estiveram a cargo do trabalho feminino. São aproximadamente 1,6 milhões de empregos, fazendo com que a participação feminina evoluísse de 24% em 1970 para mais de 30% em 1980. A participação feminina cresceu tanto na condição de empregada quanto na de autônoma ou empregadora, reduzindo-se apenas na de não remunerada. Este

(12) O estudo da CEPAL "La transformación socio-ocupacional del Brasil, 1960-1980, y la crisis social de los '80", mimeo, 1986, aponta o maior crescimento das ocupações de renda e qualificação relativamente melhores, embora as maiores taxas sejam encontradas para os estratos mais baixo das ocupações não-manuais.

crescimento da participação feminina foi fundamental para explicar a significativa elevação da taxa de atividade do conjunto da população. Esta maior inserção da mulher traz importantes implicações para a dinâmica ocupacional, na medida em que requer uma expansão maior do emprego.

A análise das tabelas 5 e 6, para os municípios-sede apresentam de forma geral a mesma tendência no que concerne ao crescimento das ocupações não-manuais qualificadas, na elevação da participação feminina e numa acentuada redução da relação entre a PEA terciária/PEA secundária, fruto do grande impulso industrializante vivido pelo interior paulista nesta década.

Evidentemente essa tendência apresenta especificidades relacionadas ao processo de desenvolvimento econômico regional, como também em função da inserção geográfica do município-sede na macro-região.

Analisando-se a participação relativa na estrutura ocupacional dos sete grandes grupos ocupacionais nas cidades selecionadas ao longo dos anos setenta, verifica-se uma tendência relativamente uniforme nas transformações apresentadas pela estrutura ocupacional do universo pesquisado. Em que pese essa uniformidade tendencial, as diversas estruturas ocupacionais apresentam especificidades que estão relacionadas com suas bases produtivas e urbanas, (ver tabela 6).

TABELA 5

REGIAO DE SAO PAULO E MUNICIPIOS SELECIONADOS - 1970/1980

INDICADORES DA SITUACAO OCUPACIONAL

REGIAO	Relac. PEA terciaria/PEA secund.		novos empregos: secunda rio/PEA	ocupacao: nao manuais/total de ocupados (i)		mulheres/total de ocupados	
	1970	1980		(X)		(X)	
				1970	1980	1970	1980
Grande S. Paulo	1,32	1,18	0,53	21,7	25,7	28,1	32,7
Santos	4,23	3,19	0,41	26,4	30,9	25,9	32,5
S.J. Campos	0,99	0,99	0,53	18,1	23,7	24,5	29,8
Sorocaba	1,46	1,05	0,61	17,0	22,1	26,7	32,4
Campinas	1,65	1,41	0,48	22,5	26,0	28,4	32,8
Rib. Preto	2,77	2,45	0,35	21,0	27,0	29,3	33,8
Bauru	3,37	2,41	0,42	22,6	26,4	27,3	32,8
S.J. Rio Preto	3,93	2,44	0,43	21,1	23,8	28,3	32,2
Aracatuba	3,21	2,36	0,45	19,6	24,4	23,7	29,6
Pres. Prudente	3,48	2,79	0,34	20,6	24,0	25,8	31,2
Marilia	2,11	2,10	0,35	20,1	24,9	26,1	32,8

Fonte: Instituto de Economia, UNICAMP, Tabulacoes Especiais dos Censos Demograficos, 1970 e 1980; in Pacheco, C.A. "Urbanizacao e alteracoes na estrutura ocupacional: uma avaliacao preliminar das transformacoes nas cidades medias paulistas entre 1970 e 1980".

Anais do VI Encontro Nacional da ABEP, 1988

Grosso modo, a tendência geral apresentada pelo conjunto de cidades pode ser subdividida em três movimentos: um primeiro e mais intenso, diz respeito ao excepcional crescimento da participação das ocupações não-manuais e qualificadas; um segundo, também bastante forte, é a redução relativa do peso das ocupações ligadas ao setor primário na estrutura ocupacional de todas as cidades; um terceiro, refere-se à queda na participação relativa das ocupações manuais de menor qualificação. Essa redução na participação do emprego das ocupações manuais de menor qualificação está diretamente associada à acentuada redução relativa da participação do emprego doméstico remunerado na estrutura ocupacional das cidades.

Esses três movimentos gerais, (crescimento da participação relativa em ocupações não manuais qualificadas, redução da participação do emprego primário e das ocupações manuais de menor qualificação), serão analisados em suas especificidades ao fazer-se o exame da estrutura ocupacional por cidade selecionada.

Analisando-se o conjunto de cidades no que tange à representatividade da PEA ocupada nos sete grandes grupos ocupacionais para o ano de 1970, verifica-se uma certa hierarquização entre os perfis ocupacionais das cidades, vinculada à inserção econômica de cada região (ver Tabela 6).

Desse ponto de vista é que a cidade de Santos apresenta uma concentração de sua estrutura ocupacional mais ligadas às ocupações do terciário, fato esse que deriva da importância do complexo portuário nessa cidade, das suas funções como pólo turístico, da sua concentrada base industrial química e siderúrgica e da sua pequena base agrícola. A soma de todos esses fatores é representada na concentração de cerca de 30% da PEA total em 1970, nas ocupações não manuais (5,6% nas ocupações não manuais qualificadas e 24,2% nas ocupações não manuais de menor qualificação) e de 32% nas ocupações manuais de menor qualificação. Esse elevado peso das ocupações manuais e não manuais na estrutura ocupacional desta cidade deriva, como já apontado, do baixo peso das ocupações ligadas à indústria e da pequena expressividade da atividade agrícola na região.

Ao longo dos anos setenta, a estrutura ocupacional pouco se altera na cidade de Santos. Essa estabilidade provavelmente está relacionada com o fato dessa cidade apresentar já em 1970, uma estrutura ocupacional bastante diversificada. Concomitantemente a esse fato, essa cidade apresenta também ao longo dessa década, um processo de "saturação" do seu crescimento urbano pela sua limitação física. Ou seja, espremida entre a serra e o mar, o crescimento dessa cidade deu-se em seu entorno através da expulsão das populações de renda mais baixa vítimas da especulação imobiliária e dos altos aluguéis. Um indicador indireto desse processo é a extraordinária redução do emprego doméstico

remunerado observado nesta cidade. Em que pese essa ocupação ter acusado perda de importância em todas as cidades selecionadas, Santos é a única cidade onde essa ocupação apresenta uma redução absoluta (passa de 11.600 em 1970 para 10.425 em 1980). Contudo, essa redução pode, em certa medida, estar relacionada ao fato do Censo Demográfico classificar a PEA por local de domicílio. Um segundo indicativo desse espraiamento urbano da população de renda mais baixa pode ser visto através do crescimento da renda média santista. Em outros termos, Santos apresenta a renda média mais elevada dentre todas as cidades analisadas e isto possivelmente pode estar relacionado com o fato desta cidade concentrar grande contingente de mão-de-obra mais qualificada (ver tabelas em anexo).

As cidades de São José dos Campos e Sorocaba concentravam em 1970 cerca de 30% de suas PEAs na indústria de transformação, participação essa que é pouco superior à apresentada pela metrópole paulista no mesmo período. Esse elevado peso do emprego industrial na estrutura ocupacional dessas duas cidades, deve-se à importância desempenhada pela indústria de transformação, como também à pequena base agrícola e à existência de um terciário pouco diversificado (13).

(13) Para um aprofundamento destas questões ver capítulos 1 e 2 deste trabalho, bem como "A interiorização do desenvolvimento ..." op. cit. e a pesquisa "São Paulo no Limiar do Século XXI". Documentos nº 3.1.3 e 3.1.4.4

Ao longo da década de setenta a intensificação do processo de desconcentração industrial e da modernização agrícola, impactaria de forma acentuada no grau de urbanização das principais cidades do interior paulista. São José dos Campos, com a consolidação dos complexos bélicos, aeroespacial, químico e de material de transporte, apresenta um acentuado crescimento das ocupações não manuais qualificadas e de menor qualificação. Esses dois grupos ocupacionais empregavam em 1970 19% da PEA, percentual que atinge 26% em 1980. Internamente a esses dois grupos, as ocupações que apresentaram maior crescimento foram os Administradores, gerentes e chefes que passou de 1,9% para 4,3% da PEA e os Trabalhadores de escritório, secretários e datilógrafos que passam de 6,4% para 9,5% da PEA. As ocupações da indústria acusam uma pequena elevação quando analisadas em termos agregados. Internamente a esse grupo, observa-se uma elevação mais acentuada do emprego da indústria de transformação e uma acentuada perda de peso do emprego na construção civil.

Com relação às ocupações manuais de menor qualificação, verifica-se também pequena elevação da PEA empregada nesse grupo. Nas demais cidades esse grupo ocupacional apresenta redução relativa nos percentuais da PEA empregada. Destaque-se, entretanto, que São José dos Campos e Sorocaba apresentam as menores participações relativas da PEA empregada nas ocupações manuais de menor qualificação entre as cidades selecionadas, fato esse que possivelmente está

relacionado com a importância do emprego industrial nessas duas cidades.

A cidade de Sorocaba apresenta, grosso modo, modificações na sua estrutura ocupacional relativamente semelhantes às de São José dos Campos. Ou seja, crescimento acentuado das ocupações não manuais qualificadas e de menor qualificação. Diferencia-se desta última no que concerne as ocupações da indústria: enquanto São José dos Campos apresenta um crescimento do emprego na indústria de transformação, Sorocaba acusa um crescimento significativo da construção civil (14).

Sorocaba, como São José dos Campos, também apresenta uma participação relativa da PEA nas ocupações manuais de menor qualificação inferior à das demais cidades selecionadas. O menor peso desse grupo ocupacional, composto basicamente pelo Emprego doméstico remunerado e ocupações de menor qualificação ligados aos serviços pessoais, nessas duas cidades, está relacionado com a maior importância desempenhada pelo emprego industrial nas suas estruturas ocupacionais.

Esse alto peso do emprego industrial em São José dos Campos, decorre do fato de que o processo de industrialização

(14) Esse crescimento da construção civil em sorocaba possivelmente, está relacionado com a retomada do crescimento econômico e urbano dessa cidade ao longo dos setenta, uma vez que a região vinha perdendo importância econômica a partir dos anos cinquenta. Ver "A interiorização do desenvolvimento ...", op. cit.

no Vale do Paraíba já havia se intensificado a partir dos anos sessenta, resultante de um "transbordamento" da indústria metropolitana. Ao longo dos anos setenta, assiste-se a consolidação desse processo, como decorrência da política de desconcentração industrial implementada pelo governo e iniciativa privada, além dos programas federarais das indústrias bélica, aeronáutica e química.

A região de Sorocaba, por outro lado, caracteriza-se por sua tradição industrial a qual remonta às últimas décadas do século passado. Ao longo do processo de industrialização paulista, entretanto, essa região perderia sucessivamente sua importância no contexto industrial do Estado (15). Nos anos setenta, com a implementação do II PND essa região absorveria pesados investimentos na área de bens intermediários, recuperando assim sua importância industrial no contexto do Estado de São Paulo.

A cidade de Campinas, apresenta a estrutura ocupacional mais diversificada. Merece destaque nesta cidade a importância das ocupações não manuais qualificadas em sua estrutura ocupacional "vis-à-vis" a da estrutura metropolitana. O maior peso desse grupo ocupacional na estrutura campineira, possivelmente resulta de fato desta cidade ser local de residência de executivos, gerentes, chefes e técnicos

(15) A produção industrial da região de Sorocaba concentrava-se na indústria têxtil e na produção de minerais não-metálicos. Para um estudo desse implante industrial e da sua perda relativa de importância no contexto estadual ver: "A interiorização do desenvolvimento..." op. cit.

especializados empregados em sua diversificada indústria regional, bem como da concentração nesta cidade de importantes pólos tecnológicos. Como a pesquisa do Censo Demográfico é domiciliar, obtém-se para a cidade de Campinas uma superestimação desse grupo em sua estrutura ocupacional.

Com relação aos demais grupos ocupacionais (exceto ocupações do Primário), a cidade de Campinas apresenta uma estrutura bastante semelhante à da metrópole, como também a mesma tendência observada na estrutura ocupacional metropolitana.

Entre todas as cidades selecionadas, Campinas é a que apresenta a estrutura ocupacional mais equilibrada e diversificada. Observando-se a tabela 6 verifica-se que em 1970, a estrutura ocupacional campineira já era muito próxima à da metropolitana, semelhança que tenderia a se acentuar ao longo da década dos setenta. Em que pese essa maior aproximação, a estrutura ocupacional campineira, assim como a metropolitana, não apresenta maiores transformações no período em análise. Com relação à estrutura ocupacional metropolitana, sua estabilidade resulta do fato desta ter se consolidado como metrópole nos anos sessenta, acusando, assim, nos anos setenta uma relativa estabilidade. Campinas, por outro lado, mesmo aproximando ainda mais sua estrutura ocupacional à da metropolitana nos anos setenta, já apresentava uma estrutura ocupacional bastante diversificada no início da década, reflexo do seu dinâmico crescimento ao longo do processo de

interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. Como já comentado neste trabalho, a região de Campinas assume desde os anos cinquenta a liderança industrial do interior paulista calcada na interação entre sua moderna agricultura e indústria, transformando-se num moderno pólo agroindustrial, bem como no mais importante centro urbano do interior paulista. Esse intenso crescimento fez com esta cidade iniciasse ao final dos anos setenta, seu processo de metropolização, que se estende aos anos oitenta com a transformação dessa cidade em importante centro produtor de serviços modernos e especializados para a região e resto do país. (16).

A cidade de Ribeirão Preto apresenta um acentuado crescimento das ocupações não-manuais qualificadas. O extraordinário crescimento deste grupo ocupacional está relacionado com os grandes projetos agroindustriais, o PROÁLCOOL e a implantação de indústrias de insumos intermediários localizados nesta região. Destaque-se também o intenso crescimento urbano desta cidade em função do seu desempenho econômico, transformando a região e a cidade de Ribeirão Preto num importante pólo de atração dos imigrantes intra-estaduais e inter-regionais bem como pela transformação das relações de trabalho do campo, com a difusão do "bóia-fria", transformando o campo em local de trabalho e a cidade em local de residência.

(16) Para um estudo exaustivo do processo de formação histórica e econômica da região de Campinas, ver: Semeghini, U.C. - "Campinas (1860 a 1980): agricultura, industrialização e urbanização", Campinas, Dissertação de Mestrado, 1988, mimeo.

Aliado a esse processo de crescimento urbano, assiste-se ao longo dos setenta à consolidação da cidade de Ribeirão Preto como importante centro distribuidor e produtor de uma enorme gama de serviços para uma vasta região do interior do Estado. Em outras palavras, Ribeirão Preto aprofunda, nesta década, sua "vocação" de capital regional e centro comercial distribuidor.

Analisando-se a estrutura ocupacional de Ribeirão Preto, destaca-se o peso desempenhado pelas ocupações ligadas às atividades terciárias. Esse fato pode ser visualizado quando se compara o peso das ocupações não-manuais de menor qualificação com o peso das ocupações da indústria, 22,2% e 19,6% da PEA em 1980, respectivamente. A predominância das ocupações terciárias torna-se ainda mais acentuada quando se considera o peso das ocupações não-manuais qualificadas e de menor qualificação na estrutura ocupacional desta cidade, com 30,1% da PEA em 1980.

Em linhas gerais, a análise dos sete grandes grupos ocupacionais em Ribeirão Preto apresentam os mesmos traços modernizantes das demais cidades. Ou seja, um acentuado crescimento das ocupações não-manuais qualificadas, seguindo-lhe um crescimento significativo das ocupações não-manuais de menor qualificação e uma redução da participação na estrutura ocupacional das ocupações manuais de menor qualificação. Essa redução relativa desse grupo deve-se ao comportamento do

Emprego doméstico remunerado, que acusa uma acentuada redução da sua participação na estrutura ocupacional para todas as cidades selecionadas.

A análise da distribuição da PEA nos sete grandes grupos ocupacionais na cidade de Bauru - "a cidade sem limites" - apresenta a preponderância do emprego terciário na estrutura ocupacional. Essa importância do emprego terciário advém do fato desta cidade ter se constituído em seus primórdios, como importante entroncamento ferroviário e centro comercial distribuidor. Essa cidade era conhecida como a principal porta de acesso para o "Oeste pioneiro" constituindo-se assim no seu mais importante centro regional fornecedor, de bens e serviços.

Analisando-se a evolução da distribuição da PEA entre os grupos selecionados (ver tabela 6) ao longo da década de setenta, verifica-se que, em que pese o reduzido peso do emprego industrial na composição da PEA total, as transformações mais significativas na estrutura do emprego são observadas no grupo das ocupações não-manuais qualificadas e nas ocupações da indústria, fato este que provavelmente está relacionado com o pequeno alento industrial recebido pela região nos anos setenta (17).

(17) Com o relativo aprofundamento do processo de modernização agrícola desta região, verifica-se uma maior complementariedade entre a agricultura e indústrias agroprocessadoras.

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS GRUPOS OCUPACIONAIS
NO TOTAL DA PEA NOS MUNICÍPIOS SEDES
1970-1980

GRUPOS OCUPACIONAIS	Grande São Paulo 70	80	Santos 70	80	S. José dos Campos 70	80	Sorocaba 70	80	Caspiinas 70	80	Ribeirão Preto 70	80	Bauru 70	80	S. J. do Rio Preto 70	80	Aracatuba 70	80	Presid. Prudente 70	80	Marília 70	80
61. Proprietários	5,2	5,2	6,4	6,4	4,1	3,8	5,1	4,7	4,3	4,9	5,3	6,1	4,1	5,2	6,4	7,8	4,7	5,1	5,8	5,4	5,2	5,2
62. Ocup. não-Manuais Qualific.	5,4	8,2	5,6	9,5	4,4	7,7	3,8	6,7	6,0	9,2	4,5	7,9	4,9	7,0	4,2	6,6	3,3	5,9	4,9	5,6	3,6	5,9
Adm. gerentes e chefes	2,9	5,2	3,0	5,6	1,9	4,3	1,5	4,0	2,9	5,1	2,0	3,9	2,3	4,3	1,6	3,3	1,7	3,5	1,8	3,2	2,1	3,3
Ocup. tec., cientif. (niv. sup.)	2,5	3,0	2,6	3,9	2,5	3,4	1,5	2,7	3,1	4,1	2,5	4,0	2,6	2,7	2,6	3,3	1,6	2,4	2,2	2,4	1,5	2,6
Variação Percentual (70/80)																						
63. Ocup. não-man. Menos Qualific.	19,2	20,6	24,2	24,2	14,5	18,6	15,7	19,0	18,7	20,1	18,7	22,2	21,4	22,8	18,6	20,8	15,0	16,1	17,2	21,0	14,8	19,2
Trab. escrit., sec., dat.	9,5	10,6	12,2	12,8	6,4	9,5	6,1	8,4	8,0	9,6	7,1	10,0	9,5	10,8	6,9	8,8	5,7	8,9	6,3	10,0	5,4	9,0
Trab. aux. funções tecnic.	3,5	3,9	3,6	3,5	2,3	2,8	2,2	2,9	3,3	3,2	3,0	3,4	2,5	2,9	2,5	3,1	1,7	2,0	2,2	2,4	1,7	2,6
Lojistas, caixas, corretores	4,5	4,7	5,9	5,5	3,8	4,7	4,1	5,7	5,2	5,6	6,3	7,0	6,7	6,7	6,4	7,2	5,0	5,2	5,7	6,3	5,5	5,8
Prof. primários	1,7	1,4	2,5	2,4	2,0	1,6	3,3	2,0	2,2	1,7	2,3	1,8	2,7	2,4	2,8	1,7	2,6	2,0	3,0	2,3	2,2	1,8
Variação Percentual (70/80)																						
64. Ocup. Indústria	27,6	28,2	15,4	15,8	29,7	38,0	30,6	32,2	23,4	25,1	18,7	19,6	18,2	26,7	16,5	23,2	14,9	24,5	15,2	18,3	16,0	20,6
Maestres e contra-mestres	0,6	0,9	0,2	1,2	0,4	1,4	1,1	1,1	0,3	0,7	0,2	0,3	0,0	0,5	0,0	0,3	0,0	0,1	0,6	0,2	0,1	0,2
Ocup. manuais ind. transp.	20,1	21,4	10,1	10,9	20,0	21,0	23,3	23,5	15,4	16,8	11,8	11,8	11,4	12,0	10,0	14,2	8,1	11,9	10,4	9,3	11,6	13,1
Ocup. Manuais constr. civil	6,9	5,9	5,1	3,7	9,1	6,8	6,2	7,6	7,7	7,6	6,7	7,5	6,8	8,2	6,5	8,7	6,8	8,5	4,8	8,8	4,3	7,3
65. Ocup. Manuais Menos Qualific.	28,4	25,0	32,4	29,6	23,0	23,4	24,5	23,2	26,5	25,4	30,1	28,1	30,7	29,8	31,0	27,8	28,9	28,6	28,5	32,5	23,7	25,7
Emp. domestic. remun.	8,7	6,5	9,4	6,4	8,1	6,5	8,5	6,1	10,7	8,2	12,3	9,2	10,9	9,3	11,6	8,6	11,0	10,5	10,6	9,8	9,1	8,8
Outros trabalhos urbanos	19,7	18,5	23,0	23,2	14,9	16,9	16,0	17,1	15,8	17,2	17,8	18,9	19,8	19,5	19,4	19,2	17,9	18,1	17,9	22,7	14,6	16,9
66. Ocup. da Def. Seg. Nac.	1,3	0,8	2,0	1,2	1,8	0,6	2,3	1,5	1,2	0,8	1,7	1,8	2,2	1,6	1,2	1,1	0,7	1,2	1,1	0,9	1,1	1,1
67. Ocup. do Primário	2,0	0,6	1,1	0,2	0,1	2,4	5,1	1,7	5,9	2,9	10,0	4,4	4,4	3,2	11,1	4,0	22,5	10,3	15,0	6,6	25,7	12,8
Tec. e trab. qualif.	0,1	0,3	0,6	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,4	0,5	0,1	0,1	0,1	0,1	0,5	1,4	0,1	0,2	0,3	0,7
Trab. sem qualif.	1,9	0,3	1,1	0,2	0,0	2,3	5,0	1,6	5,7	1,9	9,6	3,9	6,3	3,1	11,0	3,9	22,0	11,9	14,9	5,8	25,4	12,1
TOTAL (%)	89,1	88,6	87,1	86,9	85,6	84,5	86,3	89,0	86,0	87,5	89,0	89,3	87,9	89,3	89,0	91,3	90,0	92,7	86,8	89,7	98,1	96,5

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos; Instituto de Economia, UNICAMP, Tabelas Especiais dos Censos Demográficos, 1970 e 1980. (matrizes do anexo).

* Deste total estão excluídos outros ocupações n.p.c. e n.d.a.

As ocupações não-manuais de menor qualificação apresentam na cidade de Bauru, comportamento diferenciado da média das cidades analisadas. O padrão apresentado por esse grupo ocupacional está relativamente próximo do apresentado pela metrópole, Santos e Campinas, cidades onde a estrutura ocupacional apresenta uma certa estabilidade em função da sua maior diversificação estrutural. Neste sentido, esse grupo ocupacional na cidade de Bauru pode ser pensado como tendo sua estrutura consolidada em décadas anteriores como resultado da maior importância terciária desta cidade na região Oeste. Agregue-se a isso o fato dessa cidade ter apresentado um crescimento urbano nesta década inferior à média estadual (18).

As ocupações manuais de menor qualificação, por outro lado, apresentam a mesma tendência verificada para o conjunto de cidades. Merece destaque neste grupo ocupacional sua elevada participação na composição da PEA (30,1% em 1970 e 28,8% em 1980) e essa elevada participação decorre da baixa participação do emprego industrial nessa estrutura ocupacional.

As cidades do Oeste (São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília) apresentam as maiores transformações da estrutura ocupacional entre as cidades pesquisadas. Essas modificações decorrem em grande parte da

(18) A taxa de crescimento da população urbana e da PEA urbana em Bauru foi da ordem de 2,9% e 5,0%, respectivamente, enquanto para o Estado essas taxas foram 4,5% e 4,8%, sucessivamente.

intensificação do processo de enxugamento demográfico do campo, verificado nos anos setenta nesta região.

O processo de redução da população rural, no Estado de São Paulo, teve início nos anos cinquenta, com a modernização da agricultura, nas regiões de agricultura mais capitalizada. A região Oeste por estar nesse período consolidando seu processo de ocupação territorial, foi a única no Estado que apresentava crescimento da sua população rural. Foi a partir dos anos sessenta, com a crise da cultura cafeeira e sua substituição por pastagens artificiais e novas culturas como- laranja, cana-de-açúcar, arroz, soja e trigo, que essa região deu início ao seu processo de enxugamento demográfico, que se intensificaria na década de setenta.

A década de setenta representa para essa região importante ponto de mudança de seu agro, com modernização das formas de produzir e das relações de trabalho, com a generalização do bóia-fria e a implantação de indústrias agro-processadoras, principalmente de beneficiamento de carnes e produção de embutidos.

Em que pese o menor desenvolvimento econômico regional e o forte movimento de emigração observado nessa região ao longo da década de setenta (19), ocorrem grandes modificações na estrutura ocupacional do Oeste paulista. Essas

(19) A região oeste apresentou crescimento nulo da sua população total enquanto a taxa de crescimento da população rural foi de -4,3% ao ano.

transformações estão associadas com a criação da infra-estrutura social e urbana dessa região.

Essa assertiva pode ser qualificada pela análise das estruturas ocupacionais das cidades que compõem a região "Oeste". Apesar do menor dinamismo econômico e urbano dessa região, sua estrutura ocupacional apresenta a mesma tendência verificada nas regiões mais dinâmicas, a saber: crescimento mais acentuado na participação das ocupações não-manuais qualificadas, crescimento significativo do peso das ocupações não-manuais menos qualificadas, redução na participação das ocupações de menor qualificação e das ocupações do setor primário.

Um traço particular da estrutura ocupacional dessa região é o acentuado crescimento da participação das ocupações industriais, principalmente da construção civil e da indústria de transformação. Esse crescimento do emprego industrial está associado à implantação de indústrias agro-processadoras e a pequenas unidades ligadas à mecânica e à metalúrgica relacionadas à construção civil, a qual se expande com o aumento da infra-estrutura urbana.

Com relação às ocupações manuais de menor qualificação, em que pese a região "Oeste" ter apresentado uma redução da sua participação na PEA, o Emprego doméstico apresenta em Araçatuba e Presidente Prudente uma participação significativamente superior à média do interior. Essa maior

participação do emprego doméstico nessas duas cidades põe em destaque a maior heterogeneidade estrutural desses mercados de trabalho. Sintomaticamente foram essas duas cidades as que apresentaram menor dinamismo econômico na região Oeste.

Necessário, se faz destacar que, apesar da região "Oeste" apresentar uma tendência convergente no que concerne ao crescimento mais acentuado das ocupações mais "nobres", o valor absoluto de sua base é bastante inferior à média das cidades em análise, evidenciando assim o pequeno desenvolvimento urbano dessa região.

Finalizando essa avaliação sobre a participação dos grupos ocupacionais na composição da PEA, destaca-se o comportamento das ocupações do setor primário.

O setor primário empregava em 1970 uma parcela significativa da PEA de todos os municípios selecionados, exceto em Santos e na Grande São Paulo. Essa participação variava entre 5,1% da PEA em Sorocaba até 25,8% em Marília. Ao longo dos anos setenta, verifica-se uma redução generalizada da participação do emprego agrícola em todas as cidades, quando esse emprego passa a responder por uma participação da PEA que varia entre 1,7% em Sorocaba até 13,2% em Aracatuba.

Apesar de todas as cidades terem apresentado uma acentuada redução da participação relativa do emprego agrícola, destacar-se-á apenas as cidades de Campinas e Ribeirão Preto,

exemplos da agricultura mais moderna e diversificada, e no extremo oposto as cidades do "Oeste" paulista (São José do Rio Preto, Aracatuba, Presidente Prudente e Marília), exemplos de uma agricultura onde o processo de capitalização agrícola não havia atingido ainda sua plenitude.

Em 1970, Campinas empregava 5,9% de sua PEA na agricultura, reduzindo-a para 2,0% em 1980. Sua participação em 1970 já era pequena tendo em vista a importância do setor primário na composição do seu produto, o que evidencia a alta produtividade desse setor. Em 1980 sua participação no emprego agrícola reduz-se drasticamente, com o setor assumindo maior importância econômica em função do programa de substituição da matriz energética (PROALCOOL) e dos incentivos aos agro-exportáveis, o que põe em destaque o extraordinário grau de modernização dessa agricultura.

Ribeirão Preto por outro lado, em que pese ter uma moderna agricultura, em 1970 apresentava 10% de sua PEA empregada nesse setor, reduzindo-a para 4,4% em 1980. Essa acentuada redução reflete o aprofundamento do processo de modernização das relações trabalhistas (bóias-firas) e da intensificação do uso de insumos químicos e da mecanização. Esse processo também teve como acicate o programa de substituição da matriz energética e os incentivos da política agro-exportadora.

A região Oeste não obstante ter também reduzido acentuadamente sua participação relativa no emprego agrícola, apresenta ainda em 1980 uma participação média em torno de 8,5% de sua PEA nesse emprego. Essa participação é mais elevada em Araçatuba e Marília, 13,3% e 12,8% respectivamente. A persistência desse elevado percentual da PEA empregada no setor primário decorre do menor grau de difusão da modernização agrícola, bem como da importância da pecuária para essa região.

Como se depreende da análise do emprego agrícola para a região Oeste, em que pese esta região ter apresentado a mesma tendência modernizante das demais regiões, ainda apresenta em 1980 um grande contingente de mão-de-obra empregada no setor primário, retendo ainda, portanto, uma reserva potencial de mão-de-obra (20).

Em linhas gerais, a análise da evolução da participação relativa da PEA, entre os grandes grupos ocupacionais em todas as cidades selecionadas, apresenta a mesma tendência: crescimento acentuado das ocupações não-manuais qualificadas e, num ritmo menos intenso, das ocupações não-manuais de menor qualificação, assim como uma pronunciada queda na participação relativa do emprego primário e do emprego doméstico remunerado na PEA. Essa tendência apresenta ritmos

(20) Apesar dessa região apresentar uma população excedente no campo, necessário se faz alertar para os limites dessa reserva potencial de mão-de-obra para as demais regiões, dada a baixa qualificação que caracteriza o trabalhador rural.

diferenciados entre as cidades dependendo das especificidades econômico-regionais de cada uma delas.

III.3. Modificações na Estrutura Ocupacional sob a ótica de Sete Ocupações Seleccionadas

No tópico anterior deste capítulo investigou-se as transformações apresentadas pela estrutura ocupacional no conjunto das cidades seleccionadas, através da evolução de sete grandes grupos ocupacionais. Como se viu naquele item, a composição dos grandes grupos era marcada por uma imensa gama de ocupações. Não obstante aquela profunda heterogeneidade, alguns traços gerais puderam ser demarcados: um crescimento do emprego acima do crescimento da população em idade de trabalhar, ampliando as taxas de atividade e absorvendo contingentes expressivos da população migrante; maior participação da presença feminina no mercado de trabalho; e um crescimento mais acentuado das ocupações não-manuais no conjunto do emprego urbano. Estes traços gerais encontram-se, todavia, subordinado às especificidades das economias regionais. Ou seja, papéis particulares dentro do sistema urbano, como os de centro regionais, a inserção em áreas de crescimento industrial ou de esvaziamento populacional acabam por conferir quadros distintos, embora referidos ao mesmo contexto geral.

O estudo das modificações na estrutura ocupacional no conjunto das cidades selecionadas far-se-á, neste passo, através da evolução do comportamento de sete ocupações selecionadas, a saber: Administradores, gerentes e chefes; Auxiliares de escritório, secretários e datilógrafos; Mecânicos e torneiros mecânicos; Serventes de pedreiros; Vendedores de jornais e ambulantes; Lojistas e caixas; e Emprego doméstico remunerado.

Para cada um destes grupos, definidos de forma a compatibilizar os distintos critérios adotados pelos censos demográficos de 1970 e 1980 (21), são relacionados o número de trabalhadores, a taxa de crescimento, o peso no emprego urbano, a renda média em relação à renda média da Grande São Paulo, e o percentual de migrantes recentes quando do último levantamento censitário. A escolha destes grupos ocupacionais teve como critério sua representatividade para o emprego urbano ou, mesmo, das características a serem realçadas na avaliação das transformações e curso. (Ver tabelas do anexo).

O conjunto de ocupações definido sob o grupo Administradores, gerentes e chefes representa uma imensa gama de ocupações não-manuais de renda média elevada e apresentam um comportamento semelhante àquele descrito para as ocupações

(21) Para o trabalho de compatibilização ver: FECAMP/SEPLAN "Relatório Parcial - Pesquisa explosão urbana regional e demandas sociais no Estado de São Paulo - 1970-1985", Campinas, mimeo, novembro de 1987. Os resultados desta compatibilização partem dos resultados apresentados por Silva, N.V. "Avaliação da escala sócio-econômica de ocupações para 1980", LNCC, mimeo, 1985.

urbanas qualificadas. Ou seja, ampliam consideravelmente sua participação na PEA urbana, através do crescimento do emprego às maiores taxas dentre as ocupações selecionadas. As cidades que apresentam as maiores taxas de crescimento deste grupo ocupacional são aquelas onde verifica-se um intenso crescimento industrial recente, a exemplo de São José dos Campos e Sorocaba.

Por outro lado, são nas cidades do "Oeste" e em Santos onde se observa as menores taxas de crescimento deste grupo ocupacional. Para as cidades da região "oeste" o "menor" dinamismo deste grupo ocupacional, decorre do fato de esta região ter-se caracterizado por um relativo processo de esvaziamento populacional ao longo dos 70, como também por ter apresentado menor poder de atração para novos investimentos industriais "vis-à-vis" as demais regiões. Já para Santos essa "performance" decorre da relativa contenção industrial sofrida pela Baixada Santista em função dos problemas ambientais, bem como pela relativa contenção urbana da sede municipal, a qual pode ser avaliada pela pequena taxa de crescimento da sua população urbana nesta década (0,9% a.a.).

Em praticamente todas as cidades selecionadas observa-se uma redução das diferenças salariais comparativamente à Grande São Paulo, embora se possa traçar uma escala discriminatória segundo o tamanho urbano e o grau de desenvolvimento das economias regionais. Assim é que para Campinas ou São José dos Campos deixam de existir diferenças

significativas nas remunerações médias, com referência à média paga na região metropolitana, enquanto em Araçatuba e Marília, suas médias não chegam a atingir 60% da renda média metropolitana em 1980 (22). Com relação à participação do migrante, embora esta não seja muito elevada, não deixa de ser significativa. Essa participação estaria a indicar um certo fluxo migratório de trabalhadores qualificados em direção ao interior do Estado (ver tabelas em anexo).

O grupo Auxiliares de escritório, secretários e datilógrafos é também composto por um grande conjunto de ocupações urbanas não-manuais, apresentando, contudo, renda média bastante inferior ao grupo dos Administradores, gerentes e chefes. Neste caso, como no anterior, as menores taxas de crescimento do emprego ficam por conta das cidades do "Oeste" e de Santos, embora sua presença relativa na estrutura ocupacional seja significativamente mais elevada nestas localidades. Na escala de remuneração, no entanto, não se observa um movimento claro de redução das disparidades entre os municípios.

Por outro lado, não há uma correlação clara entre a presença de migrantes, o grau de desenvolvimento regional e o tamanho das cidades. Aparentemente, essas ocupações não-manuais de rendas médias mais baixas se apresentam em proporções

(22) Evidentemente quando se faz esse tipo de comparação não se pode deixar de levar em conta a heterogeneidade do grupo, variando de valores para cada localidade em função, também do peso relativo que assume internamente cada um de seus componentes.

elevadas nos extremos de uma suposta escala hierárquica de centros urbanos, organizada a partir do tamanho das cidades e de seus graus de desenvolvimento.

O terceiro grupo é composto pelos Mecânicos e torneiros mecânicos, alocados majoritariamente na indústria de transformação. O desempenho deste grupo está diretamente associado ao grau de industrialização do município, destacando-se nas localidades onde é maior a presença da indústria metal-mecânica. Assim é que os maiores percentuais são encontrados ao longo dos grandes eixos de expansão industrial da via Dutra e Anhanguera, a que se soma a cidade de Sorocaba.

Com relação à renda média observa-se o movimento de convergência já descrito para o grupo dos administradores, salientando-se, contudo, o aparecimento de rendas médias maiores que as da média da metrópole para as cidades de Santos e São José dos Campos. Esse fenômeno possivelmente decorre, no caso de Santos, da conurbação da Baixada Santista, que pode derivar resultados problemáticos. Por exemplo, tendo em conta local de emprego (Cubatão) distinto do local de moradia (Santos). No caso de São José dos Campos, é conveniente ter-se em mente a existência de bases distintas para essa categoria pelas regiões do Estado, o que, dado o critério censitário e a própria inflação, podem induzir em erros na avaliação destes dados. Com relação a presença de migrantes, novamente, verifica-se maior participação nas regiões mais dinâmicas.

O quarto grupo selecionado refere-se a uma ocupação tipicamente relacionada à recepção de migrantes dentro do mercado de trabalho: Servantes de pedreiros. Neste caso específico são significativas as diferenças entre as cidades, reflexo da diversidade quanto à questão migratória dentro da rede urbana e do próprio desempenho do setor na década.

Inicialmente destaca-se a importância assumida por essa ocupação na estrutura ocupacional das cidades do interior quando comparadas à Grande São Paulo, com exceção de Santos. Quanto ao ritmo de crescimento, o mesmo se mostra elevado tanto para as capitais regionais do Oeste, em particular São José do Rio Preto, quanto para centros urbanos como Campinas. Na realidade seu movimento geral parece resultar, de um lado, do crescimento do setor de construção, de outro como uma categoria de emprego residual. Desta forma é que nas cidades onde o setor é dinâmico, a exemplo de Campinas, os percentuais de migrantes recentes chegam a atingir quase 50%, e os salários aproximam-se dos valores pagos na metrópole. Por outro lado, para as cidades do "Oeste", a exemplo de Marília, Aracatuba e Presidente Prudente, onde são encontradas algumas das maiores taxas de crescimento do emprego, bem como as mais elevadas participações relativas no emprego urbano, acusam os menores percentuais de migrantes e os salários distanciam-se dos pagos na Grande São Paulo.

O quinto grupo selecionado é composto pelos Vendedores de jornais e ambulantes. Essas ocupações são

consideradas como fazendo parte do setor informal pelas suas precárias condições de trabalho, e baixa presença do assalariamento. A análise deste grupo ocupacional é particularmente importante para comprovar (ou não) as hipóteses de maior informalização das estruturas ocupacionais das cidades médias.

A análise deste grupo não apresenta um padrão de comportamento que derive uma tendência clara de expansão desses empregos pelo conjunto de cidades. O que se verifica são taxas de crescimento díspares, porém em sua grande maioria inferiores à metropolitana. Em comum verifica-se a redução dos diferenciais de salários com relação à metrópole, como também a redução relativa da participação dessas ocupações no total do emprego urbano em todas as cidades.

Quanto à participação de migrantes não se verifica nenhuma relação evidente entre essa participação e o crescimento do emprego, a não ser aquelas relacionadas ao ritmo desigual com que os fluxos se distribuem pelas cidades. Em síntese, não se sustenta aqui a hipótese sobre maior informalização dessas estruturas ocupacionais. Pelo contrário, se alguma conclusão é possível, ela estaria na direção de corroborar o raciocínio oposto (23).

(23) Em que pese a análise dos dados para esse grupo ocupacional nos apontar para a conclusão acima, necessário se faz relativizá-lo, sem contudo cairmos no extremo oposto, uma vez que o Censo Demográfico não é uma fonte por excelência do emprego informal, servindo porém como indicativo dos grandes movimentos a nível estrutural, e

O sexto grupo selecionado reúne Lojistas e caixas, ocupação típica do comércio de mercadorias. O desempenho deste grupo distribui-se heterogeneamente pelos centros urbanos, embora sua presença seja mais acentuada nas cidades com menor desenvolvimento industrial e ocorra uma redução de sua importância no conjunto do emprego urbano para a quase totalidade dos municípios.

As maiores taxas de crescimento de seu emprego encontra-se em São José dos Campos e Sorocaba; destaque-se contudo, a menor participação deste emprego na PEA urbana nestas duas cidades, principalmente em São José dos Campos. Destaque-se ainda o dinamismo apresentado por esse conjunto de ocupações nas cidades de Campinas, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, onde essa categoria cresceu a taxas significativamente superiores à média do terciário, evidenciando assim a importância destes centros urbanos no contexto regional. Com relação, à renda média verifica-se uma certa convergência com relação a média metropolitana, embora se preserve, novamente, uma escala diferenciada de suas remunerações. A participação de migrantes apresenta uma certa relação entre a expansão destas ocupações e a participação do migrante no mercado de trabalho dos municípios mais dinâmicos.

A última das ocupações escolhida é o Emprego doméstico remunerado, o qual em que pese apresentar uma

neste caso a tendência de redução da importância deste emprego é bastante clara.

trajetória de lento crescimento, representa um papel muito importante no conjunto do emprego urbano, particularmente do feminino. Se ao longo da década de 70, esta ocupação foi responsável por apenas 4,4% dos novos empregos gerados, ainda assim, em 1980 respondia por cerca de 7,5% do emprego urbano no Estado de São Paulo, número equivalente ao conjunto das ocupações industriais da metal-mecânica.

Em todas as cidades selecionadas observa-se uma acentuada participação deste emprego e um decréscimo desta na estrutura ocupacional, mesmo levando-se em conta o comportamento diferenciado que assume nas diversas localidades. As maiores participações deste emprego encontram-se nas cidades do "Oeste", a exemplo de Aracatuba, Presidente Prudente e Marília, cidades que caracterizaram-se por um menor dinamismo industrial e urbano na década "vis-à-vis" as demais sedes regionais do Estado. Por outro lado, as menores participações deste emprego encontram-se nas cidades de Sorocaba e São José dos Campos, cidades que se destacam no contexto estadual por seus portes industriais.

A cidade de Santos apresenta um comportamento atípico desta ocupação comparativamente às demais cidades. Ou seja, enquanto o emprego doméstico apresenta uma trajetória de lento crescimento em todas as cidades em Santos esse emprego apresenta uma redução absoluta no total de pessoas ocupadas. Em 1970 essa ocupação empregava 11.507 pessoas, reduzindo-se para 10.421 em 1980. Esta "performance" do emprego doméstico,

possivelmente, esta associado ao fenômeno, já apontando no item anterior, de contenção de base urbana desta cidade por conta de sua limitação física, através da expulsão da população de menor renda para áreas adjacentes ao município, processo esse que é conhecido como conurbação e periferização urbana.

Com relação à participação migrante, essa ocupação desempenha importante papel do ponto de vista da recepção dos mesmos ao mercado de trabalho. Essa assertiva pode ser aferida pela significativa participação migrante nesta ocupação nas regiões mais dinâmicas do Estado. Por fim, é interessante notar que, em que pese o crescimento das remunerações médias para o conjunto de cidades, que se aproximam do valor encontrado na região metropolitana, ainda são muito acentuados os diferenciais regionais, com as cidades do "Oeste" acusando valores em torno de apenas 50% da média metropolitana.

Em linhas gerais, as principais conclusões apresentadas pela avaliação dos sete grupos ocupacionais selecionados podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

- a) Há uma clara tendência, ao longo dos anos 70, de maior crescimento das ocupações não-manuais urbanas, com destaque para aquelas de maior qualificação, bem como um movimento de redução das disparidades salariais entre o interior e a região metropolitana, fenômeno que mantém estreita relação com o dinamismo econômico regional;

- b) O desempenho das ocupações mantém relação direta com os setores de atividade nos quais estão majoritariamente inseridas, refletindo para as cidades as especificidades das economias regionais. Assim é que são as regiões do Estado de maior dinamismo econômico e urbano as que acusam as maiores taxas de crescimento das ocupações não-manuais de maior e menor qualificação;
- c) A inserção do migrante no mercado de trabalho é função, sobretudo, dos movimentos gerais internos ao Estado, verificando-se pouca diferença entre as cidades no que concerne ao conjunto das ocupações. Dentre estas, entretanto destacam-se o Emprego doméstico e as Ocupações ligadas à Construção civil;
- d) Não aparece nenhuma indicação plausível de maior informalização dos mercados de trabalho nesta década, mesmo para as cidades localizadas em regiões de menor dinamismo econômico. Em todas as regiões o emprego urbano cresceu acima da população urbana, e as ocupações consideradas mais precárias como o Emprego doméstico e Comércio ambulante reduzem sua participação relativa no emprego urbano.

CONCLUSÃO

O intenso processo de modernização e expansão econômica por que passou o interior paulista ao longo dos anos 70, implicou, em profundas transformações da base produtiva (agricultura, indústria e serviços), bem como na intensificação do processo de urbanização. Algumas interfaces deste processo puderam ser captadas através da análise das modificações resultantes na estrutura ocupacional, em que pese este instrumental apresentar limitações de caráter operacional e metodológico, conforme foi salientado no capítulo III desta dissertação.

1ª) A conclusão de ordem mais geral a que se chegou, é de que esse desenvolvimento exigiu radical mudança na geração adicional do emprego urbano, demandando maior participação de mão-de-obra mais qualificada.

A difusão do processo de modernização agrícola e a subordinação da agricultura ao processo de acumulação industrial, através da internalização no país, da produção de máquinas e equipamentos pesados para a agricultura e de insumos químicos, com importantes efeitos sobre as formas de produzir, bem como a intensa substituição de culturas tradicionais por produtos agroexportáveis, causaram forte impacto sobre o emprego agrícola. Acentuou-se nesta década o processo de enxugamento demográfico e a generalização do

assalariamento no campo através dos bóias-fries. Além disto, verificou-se também um acentuado crescimento de trabalhadores qualificados no setor agrícola, decorrentes das novas formas de produção, comercialização e organização administrativa. Esse processo ocorreu de forma mais intensa nas regiões de agricultura mais desenvolvida (Ribeirão Preto e Campinas), e na região "Oeste", mais pelo fato de nesta região verificarem-se as maiores taxas de decrescimento do emprego agrícola, em decorrência da intensificação da pecuarização e relativa modernização agrícola verificada nesta década;

2^a) Os anos 70 acusaram também um intenso dinamismo do emprego industrial. Somente a indústria de transformação respondeu por 40% dos novos empregos gerados na década no Estado de São Paulo. Esse dinamismo distribuiu-se de forma generalizada por todo o Estado, com maior intensidade nas regiões de maior base industrial, a exemplo de Sorocaba e Vale do Paraíba. Um indicador da intensidade deste processo é a redução da relação entre a participação da PEA terciária/PEA secundária para todas as regiões do Estado. Neste sentido, destaque-se também o maior crescimento da PEA total "vis-à-vis" a PEA terciária em grande parte das principais sedes municipais regionais do Estado.

As exceções a esse fato foram São José dos Campos, Ribeirão Preto, Aracatuba, Presidente Prudente e Marília. No caso de Ribeirão Preto, esse crescimento mais intenso do Terciário, decorre da sua especificidade de grande centro regional afastada da metrópole; São José dos Campos, em que pese ter acusado esse forte crescimento do terciário, emprega mais de 30% de sua PEA no setor de transformação industrial; finalmente nas cidades da região "Oeste" esse crescimento do terciário decorre da menor base industrial da região, do intenso processo de redução do emprego agrícola e da montagem da infra-estrutura urbana básica, nesta região, por conta do aumento da sua taxa de urbanização ocorrida nesta década;

3^a) Os anos 70 caracterizou-se também por uma atipicidade no crescimento do emprego urbano. Em todas as regiões o emprego urbano cresceu a um ritmo bastante superior ao do crescimento da população total e urbana. Este ritmo mais intenso de crescimento contribuiu de forma incisiva para a absorção dos expressivos fluxos migratórios no sentido campo/cidade, bem como os do resto do país/Estado de São Paulo.

Além desta incorporação pelo mercado de trabalho dos fluxos migratórios, destaque-se também que esse dinamismo do mercado de trabalho urbano foi responsável, entre outras coisas, pelo significativo e generalizado

crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. Esse crescimento deu-se de forma generalizada pelo conjunto das ocupações urbanas, com especial destaque para as ocupações não-manuais de maior qualificação.

Evidentemente, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho tem determinantes de outra natureza como aumento do nível de escolaridade, difusão e modernização de uma imensa gama de eletrodomésticos, maior industrialização dos alimentos da cesta básica, complementação da renda familiar, maior avanço no país do movimento de emancipação feminina etc. Novamente aqui, assiste-se a subordinação de características gerais às especificidades das economias regionais. Ou seja, a maior incorporação da participação feminina e das populações migrantes verifica-se de forma mais intensa nas regiões de maior dinamismo econômico e urbano;

4*) A década de 70, apresentou uma grande convergência nos níveis de assalariamento e na redução das disparidades salariais entre as distintas Regiões Administrativas do Estado. Destaque-se entretanto, que o maior nível de assalariamento decorre em grande parte do crescimento desta categoria no setor primário, uma vez que o Estado de São Paulo já acusava, em 1970, um nível relativamente alto de assalariamento (76%), atingindo em 1980 (82%).

Com relação à redução das disparidades entre os rendimentos médios das diversas regiões "vis-à-vis" a Grande São Paulo, o mesmo se verifica com maior intensidade para as ocupações com mercados de trabalho mais organizados, a exemplo das ocupações não-manuais urbanas. Em que pese essa maior convergência entre os níveis salariais, as regiões do "Oeste" apresenta ainda em 1980, valores em torno de apenas 50% da média metropolitana para as ocupações de menor qualificação como Emprego doméstico.

Por fim um último indicador do dinamismo do mercado de trabalho urbano, no que concerne ao seu poder de incorporação da PEA é o menor crescimento das ocupações de menor qualificação, a exemplo do Emprego doméstico e dos Vendedores de jornais e ambulantes em todas as regiões. Essas ocupações reduzem sua participação no emprego urbano ao longo da década. Destaque-se todavia que o Emprego doméstico respondia ainda em 1980 por 7,5% do emprego total urbano no Estado de São Paulo;

5*) Verificou-se uma tendência generalizada de modernização da estrutura ocupacional, visível através do crescimento mais intenso das ocupações não-manuais urbanas, com ênfase para as ocupações de maior qualificação, como Administradores, Gerentes, Chefes, Ocupações Técnicas de Nível Superior, Médicos, Dentistas, Enfermeiros Diplomados, Professores Universitários e Outras. O crescimento destas

ocupações encontram-se respaldado pela maior complexidade da tecitura urbana e pela maior interdependência econômico-financeira da base produtiva material com a terciária. Em que pese esse fenômeno ter se dado de forma generalizada pelo espaço urbano paulista, o ritmo deste processo encontra-se subordinado às especificidades dessas economias regionais;

6ª) Para finalizar estas considerações, necessário se faz advertir que este trabalho apresenta uma grande lacuna, no que concerne ao tratamento dos rendimentos. Esta lacuna, no entanto, é deliberada, por se entender que o tratamento desta questão pela sua complexidade e importância requer um estudo específico e mais abrangente, o que dilataria consideravelmente a amplitude deste trabalho.

B I B L I O G R A F I A

ADEP - "Censos, consensos, contra-sensos"; III Seminário Metodológico dos Censos Demográficos, Ouro Preto, junho de 1984.

AURELIANO, L.M. - "No limiar da industrialização", 1ª ed., São Paulo, ed. Brasiliense, 1981.

BALTAR, P.E.A. - "Salários e preços: esboço de uma abordagem teórica". Campinas, Tese de Doutorado, 1985, mimeo.

----- - "Evolução demográfica, emprego e demandas sociais no Brasil". Campinas, 1988, mimeo.

BELLUZZO, L.G.M. e TAVARES, M.C. - "Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil". In: BELLUZZO, L.G.M. e COUTINHO, R. (orgs.) Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil - Ensaio sobre a crise. SP, Brasiliense, 1982, Vol. 1.

CAMARGO, A.M.M.F. de - "Substituição regional entre as principais atividades agrícolas no Estado de São Paulo". Piracicaba, 1983 (mestrado ESALQ/USP).

CANO, W. - "Raízes da concentração industrial em São Paulo".

2ª ed., São Paulo, J.H. Queiroz, 1981.

----- - "Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970". São Paulo, Global; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1985.

----- - "Dinâmica da economia urbana de São Paulo: uma proposta de investigação". Campinas, DEPE/UNICAMP, 1984.

----- - "Problemas de concentração urbana: o caso de São Paulo". Rev. Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, (4) 1968.

----- - "Transformações da economia e repercussões no mercado de trabalho: roteiro para uma investigação histórica (1920-1980)". In: Anais do V Encontro Nacional da ABEP.

----- - "Questões regionais e urbanização no desenvolvimento brasileiro pós-1930". In: Anais do VI Encontro Nacional da ABEP, v. 2, 1988.

CARDOSO DE MELLO, J.M. - "O capitalismo tardio". São Paulo, Brasiliense, 1982.

CASTRO, C.M. e PASTORE, J. - "Cambios ocupacionales, movilidad y desigualdad social en Brasil". In: PREALC; Movilidad Ocupacional y Mercados de Trabajo; Santiago, 1985, 2a. ed.

CEPAL - "La transformación socio-ocupacional del Brasil, 1960-1980, y la crisis social de los 80". Santiago, 1986, mimeo.

COUTINHO, M.C. - "Estrutura ocupacional, mobilidade e rendimentos: problemas e possibilidades de utilização da variável ocupação envolvendo rendimentos". In: XII Encontro Nacional da ANPEC, 1984.

DELGADO, G.C. - "Capital financeiro e agricultura no Brasil". São Paulo. Co-edición INCONE/UNICAMP, 1985.

FARIA, V. - "O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes". São Paulo, Estudos CEBRAP, (48) out. 1976.

----- - "O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação". In: Anais do I Encontro Nacional da ABEP.

----- - "Emprego: a experiência brasileira nos últimos trinta anos". In: SORJ e ALMEIDA, Sociedade e política no Brasil pós-1964, São Paulo, Brasiliense, 1984.

----- - "Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações". In: BACHA e KLEIN, A., A transição incompleta, São Paulo, Paz e Terra, 1986.

FURTADO, C. - "Formação econômica do Brasil". 14a. ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1976.

GATTI, E.H. - "A política agrícola e a composição da produção e utilização da mão-de-obra na agricultura paulista na década de 70". São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, FEA/USP, mimeo.

GNACCARINI, J.C.A. - "Estado, ideologia e ação empresarial na agro-indústria açucareira do Estado de São Paulo", São Paulo, Fac. Filosofia, Ciências e Letras, USP, 1972, tese de doutoramento.

BONÇALVES, M.F. - "O processo de urbanização em São Paulo: dois momentos, duas faces". São Paulo, 1982. Dissertação de Mestrado, FUC/SP, mimeo.

----- e SALES, T. - "Caracterização sócio-econômica da região de Ribeirão Preto". Relatório de pesquisa, São Paulo, CEBRAP, 1983.

----- e SEMEGHINI, U.C. - "Maturação do urbano paulista: generalização de um perfil cruel de urbanização capitalista". In: Anais do VI Encontro Nacional da ABEP, v.a., 1988.

IGREJA, A.C.M.; PACKER, M. de F.; ROCHA, M.B. - "Análise quantitativa dos padrões de redistribuição regional na agricultura paulista". IPEA, 1988 (Relatório de Pesquisa, 11/88).

IPT/FECAMP - "São Paulo no limiar do século XXI: Perspectivas dos setores produtivos 1980-2000", Documento Final, junho 1990, mimeo UNICAMP.

JORGE, A.F. et alii - "Categorias sócio-ocupacionais: uma perspectiva para análise da força-de-trabalho e da distribuição de rendimentos no Brasil". Rio de Janeiro, DEISO/IBGE.

KAGEYAMA, A. - "Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional". Campinas, 1985-1. IE/UNICAMP. Tese de Doutorado.

----- e GRAZIANO, S.J. da - "A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais", mimeo UNICAMP.

LESSA, C. - "Quinze anos de política econômica", 2a. ed., Brasiliense, 1981.

----- - "Estratégia de desenvolvimento 1974-76: sonho e fracasso". Rio de Janeiro, 1978. Tese Titular, UFRJ/FEA.

MARTONE, C.L. - "Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) 1964-1966"; in: Lafer, B.M. "Planejamento no Brasil", 3a. ed., ed. Perspectiva, Coleção Debates, São Paulo, 1975.

MATOS, D.N. de - "Café e ferrovias", 2ª ed. São Paulo, Alfa-ômega, 1974.

MÉDICI, A.C. - "Urbanização e transformações estruturais na força-de-trabalho no Brasil: notas para uma discussão". In: Anais do VI Encontro Nacional da ABEP, v.2, 1988.

MILLIET, S. - "Roteiro do café e outros ensaios; contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil", 3ª ed., São Paulo, scp 1941, revista e aumentada, Coleção Departamento de Cultura, v. 25.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA -

"Programa de Ação Econômica do Governo: 1964-1966".

(síntese) Documento EPEA nº 01, Rio de Janeiro, nov.
1964.

MULLER, G. - "Estrutura e dinâmica do complexo agro-
industrial brasileiro". São Paulo, 1980. Tese de
Doutoramento, FUC/SP, mimeo.

----- - "A economia política do CAI". Anais do XXIV
Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural da
SOBER. Lavras, MG 28/07 a 01/08 de 1986, p. 347 a 367.

PACHECO, C.A. - "Urbanização e alteração na estrutura
ocupacional: uma avaliação preliminar das
transformações nas cidades médias paulistas entre 1970
e 1980". In: Anais do VI Encontro Nacional da ABEP, v.
2, 1988.

QUADROS, W. - "A nova classe média brasileira: 1950-1980".
Campinas, 1985. Dissertação de Mestrado, IE/UNICAMP,
mimeo.

RAMOS, J. - "Urbanización y mercado de trabajo". Revista de
la CEPAL, nº 24, 1984.

SALM, C. (org.) - "O mercado de trabalho brasileiro: estrutura e conjuntura". MTb/IEI/UFRJ, abril de 1987.

SEADE - "A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)". São Paulo, Col. Econ. Paulista, 3v., 1988.

SEMEGHINI, U.C. - "Campinas (1860 a 1980): agricultura, industrialização e urbanização, Campinas, Dissertação de Mestrado, 1988, mimeo.

SEPLAN/FECAMP - "Explosão urbana regional e demandas sociais no Estado de São Paulo: 1970-1985, Campinas, 1988, mimeo.

----- - "Urbanização e estrutura ocupacional regional do Estado de São Paulo - 1970/1980. Campinas, Relatório final e parciais, março de 1989.

SERRA, J. - "Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra". In: BELLUZZO, L.G.M. e COUTINHO, R. (orgs.) Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise, São Paulo, Brasiliense, 1982, v.1.

SILVA, N.V. - "Posição social das ocupações". In: Seminário sobre política de desenvolvimento social; Rio de Janeiro, 1973, FGV.

SILVA, S. - "Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil", São Paulo, ed. Alfa-Ômega, 1985.

SINGELMANN, J. e BROWNING, H.L. - "The emergence of a service society: demographic and sociological aspects of sectorial transformation of labor in the USA", Population Research Center, University of Texas, Austin, 1975, mimeo.

SOUZA, P.R.C. - "Elementos para un modelo de determinación da movilidad ocupacional". In: PREALC, Movilidad ocupacional y mercado de trabajo; Santiago, 1985, 2a. ed.

TAVARES, M.C. - "Da substituição de importações ao capitalismo financeiro". 11ª ed., Zahar Editores, 1983.

----- - "Acumulação de capital e industrialização no Brasil". Campinas, Ed. UNICAMP, 1985.

----- - "Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira", FEA/UFRJ, Rio de Janeiro, 1978.

A N E X O S

**GRUPOS OCUPACIONAIS: TIPOLOGIA E COMPATIBILIZAÇÃO -
1970 E 1980(*).**

GRUPO I - PROPRIETÁRIOS

GRUPO II - OCUPAÇÕES NÃO-MANUAIS QUALIFICADAS

- a) Administradores, gerentes e chefes
- b) Ocupações técnicas, científicas (nível superior)
 - 1. Engenheiros e arquitetos
 - 2. Médicos, dentistas e enfermeiros diplomados
 - 3. Professores secundários e superiores
 - 4. Economistas e contadores
 - 5. Outras ocupações técnicas e científicas de nível superior

GRUPO III - OCUPAÇÕES NÃO-MANUAIS DE MENOR QUALIFICAÇÃO

- a) Trabalhadores de escritório e funções burocráticas

(*) Essa tipologia e compatibilização foi desenvolvida por Carlos Américo Pacheco, professor e pesquisador do Instituto de Economia da UNICAMP, a quem agradeço a autorização para publicação. Para uma análise dos problemas pertinentes a essa compatibilização ver 3ª Relatório Parcial, vol. 2 - Estrutura Ocupacional, in: "Explosão urbana regional e demandas sociais no Estado de São Paulo: 1970-1985", Campinas, nov. 1987, mimeo.

1. Auxiliares de escritório, secretários e datilógrafos
 2. Ocupações burocráticas de natureza específica
- b) Trabalhadores auxiliares funções técnicas (nível médio)
1. Ocupações auxiliares da engenharia e arquitetura
 2. Ocupações auxiliares da área da saúde
 3. Técnicos de contabilidade
 4. Outras ocupações técnicas e científicas de nível médio
- c) Lojistas, caixas e corretores
1. Outras ocupações do comércio
- d) Professores primários e inspetores de ensino

GRUPO IV - OCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA

- a) Mestres e contramestres
- b) Ocupações manuais da indústria de transformação
1. Torneiros mecânicos
 2. Mecânicos sem especificação
 3. Ocupações da ind. metal-mecânica

4. Ocupações da ind. têxtil
5. Alfaiates e costureiros
6. Outras ocupações da ind. de vestuário e calçados
7. Marceneiros e carpinteiros
8. Eletricistas e rádio técnicos
9. Expedidores e embaladores
10. Outras ocupações da ind. de transformação
11. Operadores de máquinas (exceto construção civil)

c) Ocupações manuais da construção civil

1. Pedreiros
2. Serventes de pedreiros
3. Outros trabalhadores da construção civil

GRUPO V - OCUPAÇÕES MANUAIS DE MENOR QUALIFICAÇÃO

a) Emprego doméstico remunerado

b) Outros trabalhadores urbanos

1. Vendedores de jornais e ambulantes
2. Motoristas
3. Outras ocupações dos transportes e comunicações
4. Ocupações da reparação de veículos
5. Garçons e cozinheiros

6. Ocupações nos serviços de higiene pessoal
7. Porteiros, ascensoristas, vigias e serventes
8. Trabalhadores braçais sem especificação

GRUPO VI - OCUPAÇÕES DA DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL E
SEGURANÇA PÚBLICA

GRUPO VII - OCUPAÇÕES DO PRIMÁRIO

- a) Técnicos e trabalhadores qualificados
 1. Tratoristas e técnicos agrícolas
 2. Outros trabalhadores qualificados do Setor Primário (curso médio ou superior)
- b) Trabalhadores sem qualificação
 1. Trabalhadores da agropecuária e extrativa vegetal (não tem curso médio ou superior)

TABELA A7

ESTRUTURA OCUPACIONAL - MUNICIPIOS SELECIONADOS
 OCUPAÇÃO: EMPREGO DOMESTICO REMUNERADO
 1970 - 1980

CIDADES	Numero de trabalhadores		Estrutura Ocupac.		Renda media em		Migrantes	
	1970	1980	tx. cresc. 80/70	(X) 1970	(1) 1980	rel. a Gde. S.P. 1970	S.P. rec. 1980	(2) 1980 (X)
Gde. S. Paulo	252.799	345.716	3,2	9,6	7,0	1,00	1,00	27,9
Santos	11.587	10.421	(1,0)	10,4	6,8	0,86	0,84	26,7
S. J. Campos	3.665	6.886	6,5	9,6	6,8	0,57	0,68	30,9
Sorocaba	4.656	6.206	2,9	9,6	6,6	0,50	0,68	31,4
Campinas	13.225	22.679	5,5	11,8	8,9	0,71	0,78	30,3
Rio. Preto	9.015	11.956	2,9	14,8	10,2	0,57	0,75	21,4
Bauru	4.405	6.515	4,0	12,2	10,0	0,50	0,63	22,3
S. J. Rio Preto	4.870	6.787	3,4	13,8	9,6	0,50	0,65	23,9
Aracatuba	3.696	5.109	3,3	15,2	12,5	0,43	0,56	17,3
Pres. Prudente	3.607	5.078	3,5	13,4	10,8	0,43	0,50	18,0
Marilia	3.040	468	3,2	13,0	10,5	0,43	0,53	17,3

Fonte: Instituto de Economia, UNICAMP, Tabulacoes Especiais dos Censos Demograficos, 1970 e 1980; in Pacheco, C.A. "Urbanizacao e alteracoes na estrutura ocupacional uma avaliacao preliminar das transformacoes nas cidades medias paulistas entre 1970 e 1980".

Anais do VI Encontro Nacional da ABEP, 1980

Obs: (1) Participacao no total das ocupacoes urbanas (exclusive proprietarios e ocupacoes da agropecuaria)

(2) Percentual de trabalhadores com menos de 6 meses de residencia no municipio

TABELA A6

ESTRUTURA OCUPACIONAL - MUNICIPIOS SELECIONADOS
OCUPACAO: LOJISTAS E CAIXAS
1970 - 1980

CIDADES	Numero de trabalhadores			Estrutura Ocupac.		Renda media em		Migrantes
	1970	1980	tx. cresc. 80/70	(X)	(1)	rel. a Gde. S.P.	rel. a Gde. S.P.	rec. (2)
				1970	1980	1970	1980	1980 (X)
Gde. S. Paulo	134.016	249.874	6,4	5,2	5,1	1,00	1,00	15,3
Santos	7.433	9.156	2,1	6,8	6,0	0,94	0,94	10,8
S. J. Campos	1.757	5.183	11,4	4,6	5,2	0,71	0,78	20,3
Sorocaba	2.368	5.846	9,5	5,0	6,2	0,69	0,84	14,7
Campinas	7.095	15.789	8,3	6,4	6,2	0,86	0,90	21,0
Rib. Preto	4.028	9.299	6,8	8,0	8,0	0,66	0,91	13,5
Bauru	2.891	4.852	5,3	8,0	7,4	0,66	0,79	13,9
S. J. Rio Preto	2.827	5.852	7,6	8,0	8,3	0,60	0,84	15,4
Aracatuba	1.825	2.645	3,8	7,4	6,5	0,60	0,76	12,9
Fres. Prudente	2.024	3.345	5,1	7,4	7,1	0,63	0,78	9,1
Marilia	1.943	2.851	3,9	8,2	7,2	0,54	0,81	11,5

Fonte: Instituto de Economia, UNICAMP, Tabulacoes Especiais dos Censos Demograficos, 1970 e 1980; in Pacheco, C.A. "Urbanizacao e alteracoes na estrutura ocupacional uma avaliacao preliminar das transformacoes nas cidades medias paulistas entre 1970 e 1980".

Anais do VI Encontro Nacional da ABEP, 1988

Obs: (1) Participacao no total das ocupacoes urbanas (exclusive proprietarios e ocupacoes da agropecuaria)

(2) Percentual de trabalhadores com menos de 6 meses de residencia no municipio

TABELA A5

ESTRUTURA OCUPACIONAL - MUNICIPIOS SELECIONADOS
 OCUPACAO: VENDEDORES DE JORNAIS E AMBULANTES
 1970 - 1980

CIDADES	Numero de trabalhadores			Estrutura Ocupac.		Renda media em		Migrantes
	1970	1980	tx.cresc. 80/70	(%) 1970	(1) 1980	rel. a Gde. S.P. rec.		(2) 1980 (%)
Gde. S. Paulo	57.160	93.011	5,0	2,2	1,9	1,00	1,00	9,8
Santos	2.202	2.899	2,8	2,0	1,9	0,89	0,93	8,8
S. J. Campos	494	987	7,2	1,2	1,0	0,61	0,80	19,2
Sorocaba	1.152	1.476	2,5	2,4	1,6	0,68	0,90	10,5
Campinas	1.986	3.134	4,7	1,8	1,2	0,61	0,91	11,8
Rib. Preto	1.393	2.010	3,7	2,2	1,7	0,58	0,90	13,1
Bauru	642	1.094	5,5	1,8	1,7	0,55	0,81	13,8
S. J. Rio Preto	1.226	1.354	1,0	3,4	1,9	0,58	0,87	14,0
Aracatuba	668	549	(1,9)	2,8	1,4	0,58	0,64	10,0
Pres. Prudente	790	1.346	5,5	3,0	2,9	0,53	0,72	10,9
Marilia	643	853	2,9	2,8	2,1	0,58	0,60	13,5

Fonte: Instituto de Economia, UNICAMP, Tabulacoes Especiais dos Censos Demograficos, 1970 e 1980; in Pacheco, C.A. "Urbanizacao e alteracoes na estrutura ocupacional: uma avaliacao preliminar das transformacoes nas cidades medias paulistas entre 1970 e 1980".

Anais do VI Encontro Nacional da ADEP, 1988

Obs: (1) Participacao no total das ocupacoes urbanas (exclusive proprietarios e ocupacoes da agropecuaria)

(2) Percentual de trabalhadores com menos de 6 meses de residencia no municipio

TABELA A4

ESTRUTURA OCUPACIONAL - MUNICIPIOS SELECIONADOS

OCUPACAO: SERVENTES DE PEDREIROS

1970 - 1980

CIDADES	Numero de trabalhadores			Estrutura Ocupac.		Renda media em			Migrantes
	1970	1980	tx.cresc. 80/70	(X) 1970	(1) 1980	rel. a Gde. S.P. 1970	rel. a Gde. S.P. 1980	rec. (2) 1980 (X)	
Gde. S. Paulo	52.387	66.388	1,0	2,0	1,4	1,00	1,00	44,3	
Santos	1.810	1.509	(1,8)	1,6	1,0	1,00	1,11	58,5	
S. J. Campos	1.832	2.398	2,7	4,8	2,4	0,85	0,89	35,6	
Sorocaba	1.123	2.348	7,7	2,4	2,5	0,85	0,86	32,6	
Campinas	2.815	6.892	9,4	2,4	2,7	0,95	0,96	46,8	
Rib. Preto	1.685	2.616	4,5	2,8	2,2	0,85	0,89	22,9	
Bauru	1.097	1.840	5,3	3,0	2,8	0,90	0,79	30,3	
S. J. Rio Preto	673	1.944	11,2	2,0	2,8	0,80	0,94	24,7	
Aracatuba	889	1.351	5,3	3,4	3,3	0,80	0,76	14,6	
Pres. Prudente	595	1.669	10,9	2,2	3,6	0,80	0,78	22,2	
Marilia	481	1.236	9,9	2,0	3,1	0,85	0,81	25,0	

Fonte: Instituto de Economia, UNICAMP, Tabulacoes Especiais dos Censos Demograficos, 1970 e 1980; in Pacheco, C.A. "Urbanizacao e alteracoes na estrutura ocupacional: uma avaliacao preliminar das transformacoes nas cidades medias paulistas entre 1970 e 1980".

Anais do VI Encontro Nacional da ADEP, 1988

Obs: (1) Participacao no total das ocupacoes urbanas (exclusive proprietarios e ocupacoes da agropecuaria)

(2) Percentual de trabalhadores com menos de 6 meses de residencia no municipio

TABELA A3

ESTRUTURA OCUPACIONAL - MUNICIPIOS SELECIONADOS
 OCUPACAO: MECANICOS E TORNEIROS MECANICOS
 (exclui mecanicos de veiculos)
 1970 - 1980

CIDADES	Numero de trabalhadores		Estrutura Ocupac.		Renda media em		Migrantes	
	1970	1980	tx.cresc. 80/70	(X) 1970	(1) 1980	rel. a Gde. S.P. 1970	rel. a Gde. S.P. 1980	(2) 1980 (X)
Gde. S. Paulo	112.113	190.143	5,4	4,2	3,9	1,00	1,00	13,8
Santos	2.266	3.043	3,0	2,2	2,0	1,16	1,30	9,4
S. J. Campos	1.675	4.566	10,5	4,4	4,5	0,98	1,06	17,7
Sorocaba	1.739	4.113	9,0	3,6	4,4	0,76	0,86	17,4
Campinas	4.530	8.702	6,7	4,0	3,4	0,91	0,98	13,4
Rib. Preto	1.078	2.004	6,4	1,8	1,7	0,67	0,77	15,9
Bauru	878	1.144	2,7	2,4	1,8	0,78	0,77	8,8
S. J. Rio Preto	337	798	9,0	1,0	1,1	0,76	0,67	17,0
Aracatuba	246	616	9,6	1,0	1,5	0,70	0,59	11,5
Pres. Prudente	409	592	3,8	1,6	1,3	0,69	0,58	12,8
Marilia	408	692	5,4	1,8	1,7	0,61	0,57	11,7

Fonte: Instituto de Economia, UNICAMP, Tabulacoes Especiais dos Censos Demograficos, 1970 e 1980; in Pacheco, C.A. "Urbanizacao e alteracoes na estrutura ocupacional: uma avaliacao preliminar das transformacoes nas cidades medias paulistas entre 1970 e 1980".

Anais do VI Encontro Nacional da ABEF, 1988

Obs: (1) Participacao no total das ocupacoes urbanas (exclusive proprietarios e ocupacoes da agropecuaria)

(2) Percentual de trabalhadores com menos de 6 meses de residencia no municipio

TABELA A2

ESTRUTURA OCUPACIONAL - MUNICIPIOS SELECIONADOS
 OCUPACAO: AUXILIARES DE ESCRITORIO, SECRETARIOS E DATILOGRAFOS
 1970 - 1980

CIDADES	Numero de trabalhadores			Estrutura Ocupac.		Renda media em			Migrantes
	1970	1980	tx.cresc. 80/70	(%) 1970	(1) 1980	rel. a Gde. S.P. rec.		(2)	
						1970	1980	1980	(%)
Gde. S. Paulo	263.534	509.207	6,8	10,0	10,4	1,00	1,00	9,2	
Santos	13.937	19.428	3,4	12,6	12,7	1,15	1,04	6,5	
S. J. Campos	2.725	9.039	12,7	7,2	7,0	0,91	0,90	16,6	
Sorocaba	3.257	7.745	9,0	6,0	0,2	0,85	0,80	10,5	
Campinas	9.952	24.542	9,4	8,8	9,6	0,89	0,91	13,6	
Rib. Preto	5.170	12.261	9,0	8,6	10,5	0,72	0,76	12,4	
Bauru	3.881	7.040	6,1	10,8	10,8	0,85	0,79	9,2	
S. J. Rio Preto	2.991	6.529	8,1	8,6	9,3	0,66	0,72	12,9	
Aracatuba	2.074	4.289	7,5	8,6	10,5	0,68	0,68	10,9	
Pres. Prudente	2.168	5.049	8,8	8,0	10,8	0,66	0,70	9,0	
Marilia	1.853	4.281	8,7	7,8	10,8	0,74	0,67	8,5	

Fonte: Instituto de Economia, UNICAMP, Tabulacoes Especiais dos Censos Demograficos, 1970 e 1980; in Pacheco, C.A. "Urbanizacao e alteracoes na estrutura ocupacional: uma avaliacao preliminar das transformacoes nas cidades medias paulistas entre 1970 e 1980".

Anais do VI Encontro Nacional da ADEP, 1988

Obs: (1) Participacao no total das ocupacoes urbanas (exclusive proprietarios e ocupacoes da agropecuaria)

(2) Percentual de trabalhadores com menos de 6 meses de residencia no municipio

TABELA A1

ESTRUTURA OCUPACIONAL - MUNICIPIOS SELECIONADOS
 OCUPACAO: ADMINISTRADORES, GERENTES E CHEFES
 1970 - 1980

CIDADES	Numero de trabalhadores		Estrutura Ocupac.		Renda media em		Migrantes	
	1970	1980	tx. cresc. 80/70	(%) 1970	(1) 1980	rel. a Gde. S.P. 1970	rel. a Gde. S.P. 1980	(2) 1980 (%)
Gde. S. Paulo	88.383	274.574	12,0	3,4	5,6	1,00	1,00	9,2
Santos	3.934	9.338	9,0	3,6	6,1	0,88	0,92	11,0
S. J. Campos	898	4.771	18,2	2,4	4,7	0,85	0,98	21,7
Sorocaba	919	4.232	16,5	2,0	4,5	0,67	0,79	17,3
Campinas	3.930	14.378	13,8	3,4	5,6	0,84	0,95	17,8
Rib. Preto	1.487	5.348	13,7	2,4	4,6	0,71	0,72	17,1
Bauru	990	3.218	12,5	2,8	4,9	0,65	0,75	16,9
S. J. Rio Preto	778	2.781	13,5	2,2	4,0	0,60	0,64	16,7
Aracatuba	578	1.853	12,4	2,4	4,6	0,53	0,57	16,8
Pres. Prudente	685	1.804	10,4	2,6	3,9	0,64	0,63	16,7
Marilia	715	1.684	8,9	3,0	4,2	0,56	0,57	14,1

Fonte: Instituto de Economia, UNICAMP, Tabulacoes Especiais dos Censos Demograficos, 1970 e 1980; in Pacheco, C.A. "Urbanizacao e alteracoes na estrutura ocupacional: uma avaliacao preliminar das transformacoes nas cidades medias paulistas entre 1970 e 1980".

Anais do VI Encontro Nacional da ABEP, 1988

Obs: (1) Participacao no total das ocupacoes urbanas (exclusive proprietarios e ocupacoes da agropecuaria)

(2) Percentual de trabalhadores com menos de 6 meses de residencia no municipio.

MUNICIPIO ATIVIDADE	CENSO 70										CENSO 80										TAXA CR TRABALH
	TRABALHADORES TOTAL	TOTAL	MUNIC	MULH	%PROP	%EMP	%MIGR	RENTA MD-SH	C.V. RENTA	TRABALHADORES TOTAL	TOTAL	MUNIC	MULH	%PROP	%EMP	%MIGR	%CONT	%NEG	RENTA MD-SH	C.V. RENTA	
GRANDE SAO PAULO																					
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO URBANO)	29553	47.1	1.0	8.6	30.8	65.7	41.7	2.6	1.79	23782	58.1	0.4	15.1	26.0	66.3	31.4	40.4	22.5	7.6	3.97	-2.1
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO RURAL)	33216	52.9	1.1	9.5	27.8	61.7	23.4	1.4	1.90	17166	41.9	0.3	14.4	23.6	66.3	24.5	22.7	20.6	3.5	6.62	-6.4
TOTAL AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL	62769	2.0	2.0	9.1	29.2	63.6	32.0	2.0	2.42	40948	0.8	0.8	14.8	25.0	66.3	28.5	33.0	21.7	5.8	4.96	-4.2
EXTRATIVA MINERAL	7742	0.2	0.2	2.0	5.3	94.7	28.9	2.3	1.32	8539	0.2	0.2	6.9	5.4	94.2	25.5	89.7	32.5	5.8	1.90	1.0
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	1025001	33.0	33.0	21.7	2.0	97.8	20.7	2.9	1.13	1990404	37.6	37.6	26.1	1.2	98.3	24.6	94.9	28.5	4.5	2.11	6.9
CONSTRUCAO CIVIL	245740	7.9	7.9	1.2	23.5	76.3	34.6	2.2	1.11	371741	7.0	7.0	3.0	30.8	68.6	31.4	70.1	44.4	3.8	2.71	4.2
SERVICOS INDUSTRIAIS DE ATIVIDADE PUBLICA	24801	0.8	0.8	7.4	0.9	99.1	21.5	3.6	0.90	44903	0.8	0.8	14.3	0.5	99.3	17.2	97.5	24.1	6.9	1.16	6.1
COMERCIO DE ARTIGOS	279708	76.7	9.0	22.7	33.3	65.6	15.6	3.3	1.19	468274	73.2	8.8	31.9	20.9	77.2	17.7	81.4	20.3	4.7	2.01	5.3
COMERCIO AMBULANTE	31393	8.6	1.0	11.4	76.6	23.0	21.5	1.9	0.94	49480	7.7	0.9	27.1	83.4	10.4	16.5	39.3	25.7	3.2	1.04	4.7
COMERCIO DE VEICULOS, ACESSORIOS, MAQUINAS, COMBUST. E LUBRIF.	46900	12.9	1.5	9.9	17.0	82.8	18.1	4.3	1.09	92288	14.4	1.7	17.2	8.2	91.4	17.4	91.8	19.8	5.7	1.74	7.0
COMERCIO DE MATERIAS PRIMAS E ATIVIDADES AUXILIARES DO COM.	6786	1.9	0.2	16.9	24.4	75.5	15.1	6.5	1.06	29343	4.6	0.6	23.4	38.3	61.4	13.8	89.1	10.7	9.4	1.35	15.8
TOTAL COMERCIO	364787	21.2	11.7	20.0	34.8	64.3	16.5	3.4	1.33	639385	22.5	12.1	29.0	25.1	73.4	17.4	80.0	20.2	5.0	2.02	5.8
TRANSPORTES URBANOS E RODOVIARIOS	132463	84.2	4.3	1.2	25.1	74.7	19.4	2.6	0.78	205573	83.8	3.9	5.1	27.1	72.6	20.5	87.3	22.8	4.2	1.09	4.5
OUTROS SERVICOS DE TRANSPORTE	24795	15.8	0.8	9.1	3.1	96.9	19.3	3.2	1.06	39730	16.2	0.8	21.7	3.5	96.2	19.6	94.9	23.0	6.5	1.23	4.8
TOTAL TRANSPORTES	157258	9.2	5.1	2.4	21.6	78.2	19.4	2.7	0.98	245303	8.6	4.6	7.8	23.2	76.4	20.4	88.6	27.9	4.6	1.29	4.5
COMUNICACOES	15895	0.9	0.5	34.6	0.1	99.9	17.0	2.6	0.91	35056	1.3	0.7	27.3	0.1	99.6	17.9	97.7	26.7	5.5	0.82	8.5
SERVICOS DE HOTELARIA E ALOJAMENTO	7220	0.6	0.2	33.5	18.7	81.3	21.1	2.8	1.25	17224	0.9	0.3	48.3	6.0	93.4	25.8	85.0	26.6	4.2	1.52	9.1
SERVICOS DE HIGIENE PESSOAL E ALIMENTACAO	91593	7.8	2.9	29.2	39.6	59.0	20.6	2.5	1.07	167161	8.7	3.2	35.8	31.9	65.7	22.2	73.1	23.2	4.1	1.71	6.2
SERVICOS DE COFECAO E CONSERVACAO DE VESTUARIOS	72221	6.1	2.3	62.7	69.1	39.1	18.1	1.6	0.99	91856	4.8	1.7	71.4	60.2	38.2	17.9	46.1	26.3	2.3	1.41	2.4
SERVICOS DE RECUPERACAO E CONSERVACAO DE APARELHOS, VEICULOS	60664	3.1	2.0	1.0	25.6	73.6	17.5	2.5	0.83	92080	4.8	1.7	2.2	28.0	71.2	18.1	71.5	28.6	3.7	1.46	4.3
SERVICOS DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EDIFICIOS	13918	1.2	0.4	11.4	12.2	87.7	24.1	1.5	0.71	53831	2.8	1.0	42.6	3.4	96.1	28.9	88.3	42.2	2.0	1.20	14.5
SERVICOS TECNICOS	57221	4.9	1.8	25.2	21.5	77.6	12.7	5.5	1.01	122613	6.4	2.3	33.7	22.3	74.0	11.5	84.3	13.6	8.1	1.68	7.9
OUTROS SERVICOS PESSOAIS	34431	2.9	1.1	12.1	36.7	62.7	15.2	4.1	1.20	110127	5.7	2.1	20.4	29.8	69.1	13.0	78.2	21.7	5.6	1.34	12.3
EMPREGADA DOMESTICA REMUNERADO	275818	23.4	8.9	96.4	0.2	99.8	37.9	0.8	0.57	352548	18.4	6.7	93.7	8.7	89.6	37.1	39.7	49.5	1.2	0.61	2.5
SERVICOS DE ESPORTE, CULTURA, DIVERSAO, RADIO E TV	19521	1.7	0.6	19.5	10.5	89.4	18.3	4.1	1.30	41863	2.2	0.8	27.7	9.6	89.4	18.8	80.7	23.5	5.3	1.31	7.9
SERVICOS COMPUTARIOS E ASSISTENCIAIS	11135	0.9	0.4	46.6	0.0	69.2	22.6	2.8	1.23	29263	1.5	0.6	56.3	0.6	89.0	19.1	83.9	18.0	4.6	1.36	10.1
SERVICOS DE SAUDE PUBLICA E PREVIDENCIA	28341	2.4	0.9	53.5	0.0	100.0	10.4	4.5	0.94	63426	3.3	1.2	68.7	0.0	99.2	15.7	95.4	25.7	4.6	1.22	8.4
SERVICOS DE SAUDE PARTICULAR	36514	3.1	1.2	57.3	19.5	79.6	17.5	5.2	1.02	93289	4.9	1.8	66.7	15.4	82.2	18.6	89.6	19.1	7.0	1.45	9.8
ENSINO PUBLICO	56599	4.8	1.8	80.5	0.0	100.0	18.6	4.2	0.80	98170	5.1	1.9	82.6	0.0	99.2	14.8	93.1	11.3	5.2	0.90	5.7
ENSINO PARTICULAR	31235	2.6	1.0	63.7	14.1	81.6	16.7	3.8	1.10	66650	3.5	1.3	66.6	8.6	89.2	14.1	83.4	11.2	5.5	1.23	7.9
ADMINISTRACAO PUBLICA	78133	6.6	2.5	28.8	0.0	100.0	10.5	4.4	0.95	123137	6.4	2.3	37.8	0.1	99.8	9.8	91.8	20.8	6.0	1.36	4.7
SEGURANCA PUBLICA E DEFESA NACIONAL	56912	4.8	1.8	1.9	0.0	100.0	17.4	3.4	0.85	78324	4.1	1.5	5.2	0.1	99.9	22.3	86.9	26.3	4.6	0.83	3.2
SERVICOS DE CREDITO, CAPITALIZACAO E COMERCIO DE VALORES	103231	8.8	3.3	26.7	1.7	98.3	16.4	4.2	1.08	221298	11.5	4.2	40.1	1.1	98.5	15.2	97.3	13.6	6.2	1.67	7.9
ADMINISTRACAO E COMERCIO DE IMOVEIS	22892	1.9	0.7	18.6	25.4	74.3	10.6	5.0	1.10	46382	2.4	0.9	29.1	22.2	77.2	13.4	78.8	16.4	6.5	1.55	7.4
OUTRAS ATIVIDADES N.P.C.	121410	10.3	3.9	19.4	3.0	93.9	19.2	2.7	1.26	47561	2.5	0.9	20.0	13.4	49.8	16.5	52.8	23.2	11.3	10.45	-8.9
TOTAL SERVICOS	1179009	68.7	38.0	46.7	12.6	80.4	21.8	2.9	1.43	1917303	67.6	36.2	50.9	14.2	83.4	20.5	74.6	25.8	4.6	3.76	5.0
TOTAL DO SETOR TERCIARIO	1716949	55.3	55.3	36.8	18.0	81.1	20.4	3.0	1.37	2838049	53.6	53.6	41.9	17.2	80.8	19.8	77.3	24.7	4.7	3.21	5.2
N.D.A.	23055	0.7	0.7	26.2	0.0	0.0	27.2	0.0	58.89	0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00	0.0
TOTAL DO MUNICIPIO	3106057	100.0	100.0	28.1	13.1	85.4	21.9	2.9	1.09	5294584	100.0	100.0	32.7	12.1	86.6	22.5	83.3	27.5	4.6	1.83	-5.2

MUNICIPIO ATIVIDADE	CENSO 70										CENSO 80										TAXA CR TRABALH
	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%MUNIC	%RULH	%PROP	%EMPR	%MIGR	REND MD-SM	C.V. REND	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%MUNIC	%RULH	%PROP	%EMPR	%MIGR	%CONT	%NEG	REND MD-SM	C.V. REND	
SANTOS																					
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO URBANO)	1342	69.7	1.0	0.6	15.9	82.9	13.3	2.9	1.18	982	99.3	0.6	4.1	17.1	82.1	21.6	37.2	18.1	8.7	1.14	-3.1
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO RURAL)	583	30.2	0.4	3.9	27.8	70.2	32.4	1.0	0.42	6	0.6	0.0	0.0	0.0	100.0	0.0	0.0	0.0	1.2	0.00	-37.0
TOTAL AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL	1925	1.5	1.5	1.8	19.5	79.1	19.1	2.3	1.66	988	0.6	0.6	4.0	17.0	82.2	21.5	36.6	18.0	8.6	1.41	-6.5
EXTRATIVA MINERAL	127	0.1	0.1	0.0	4.3	93.7	37.0	1.6	0.63	241	0.1	0.1	8.3	3.3	95.0	18.3	95.0	33.2	6.8	1.17	6.6
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	14313	11.6	11.6	8.8	3.1	96.9	16.1	3.9	0.79	26068	16.0	16.0	14.8	2.2	97.4	17.5	95.8	23.1	7.1	0.99	6.2
CONSTRUCAO CIVIL	7739	6.3	6.3	0.7	24.2	75.7	29.7	2.2	1.01	10842	6.6	6.6	4.3	19.0	80.6	28.6	75.8	36.8	4.4	1.34	3.4
SERVICOS INDUSTRIAIS DE ATIVIDADE PUBLICA	834	0.6	0.6	2.3	0.0	99.5	6.5	3.6	0.74	1563	0.9	0.9	13.9	0.0	100.0	14.1	98.5	29.6	6.2	0.82	6.5
COMERCIO DE ARTIGOS	14167	74.8	11.5	24.8	29.4	69.4	11.4	3.1	1.10	16992	69.7	10.4	38.5	15.7	82.7	13.2	89.2	19.7	4.8	1.43	1.8
COMERCIO AMBULANTE	1158	6.1	0.9	14.9	75.5	24.5	17.0	1.6	0.63	1432	5.8	0.8	39.7	89.7	10.8	16.2	51.7	26.2	3.2	0.84	2.1
COMERCIO DE VEICULOS, ACESSORIOS, MAQUINAS, COMBUST. E LUBRIF.	2272	12.0	1.8	10.8	17.9	81.9	15.1	3.8	1.03	3439	14.1	2.1	23.0	5.4	94.4	15.8	95.0	19.4	5.3	1.40	4.2
COMERCIO DE MATERIAS PRIMAS E ATIVIDADES AUXILIARES DO COM.	1327	7.0	1.0	9.6	16.6	83.4	8.4	6.2	1.04	2497	10.2	1.5	19.6	27.3	72.4	8.0	94.7	11.2	8.8	1.39	6.5
TOTAL COMERCIO	18924	19.5	15.4	21.4	30.0	69.2	12.0	3.3	1.29	24360	19.8	15.0	34.5	19.7	79.1	13.2	88.4	19.1	5.2	1.62	2.6
TRANSPORTES URBANOS E RODOVIARIOS	5505	24.6	4.4	0.9	26.5	73.3	12.8	2.6	0.73	7999	30.5	4.9	5.7	28.4	71.2	12.6	93.8	26.2	4.7	1.20	3.8
OUTROS SERVICOS DE TRANSPORTE	16310	75.3	13.7	2.5	0.7	99.2	6.7	3.2	0.86	18230	69.4	11.2	5.9	7.5	92.1	6.8	98.0	25.6	6.2	0.90	0.8
TOTAL TRANSPORTES	22315	23.0	18.1	2.1	7.1	92.8	8.2	3.1	0.97	26199	21.3	16.1	5.9	13.9	85.7	8.5	96.7	25.8	5.8	1.11	1.6
COMUNICACOES	623	0.6	0.5	48.8	0.0	100.0	15.4	2.2	0.69	1317	1.0	0.8	38.3	0.0	100.0	12.8	98.2	23.8	5.1	0.64	7.8
SERVICOS DE HOTELARIA E ALOJAMENTO	576	1.0	0.4	49.0	21.2	77.6	24.1	3.2	1.02	954	1.3	0.5	45.4	1.7	97.1	28.1	89.1	31.3	4.1	1.47	5.2
SERVICOS DE HIGIENE PESSOAL E ALIMENTACAO	5489	9.9	4.4	25.8	30.0	69.4	21.3	2.0	0.92	6749	9.5	4.1	41.4	24.8	73.4	19.0	78.5	25.6	3.8	1.84	2.1
SERVICOS DE CONFECCAO E CONSERVACAO DE VESTUARIOS	2321	4.2	1.8	73.3	79.2	20.6	14.1	1.5	0.76	2814	3.9	1.7	83.7	81.1	18.9	9.9	60.2	22.1	2.1	0.80	1.9
SERVICOS DE RECUPERACAO E CONSERVACAO DE APARELHOS, VEICULOS	2080	3.7	1.6	1.2	31.8	68.0	15.1	2.4	0.79	3376	4.7	2.0	4.0	22.0	77.9	15.1	82.1	29.2	3.6	0.79	5.0
SERVICOS DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EDIFICIOS	1152	2.8	0.9	14.0	6.7	93.3	17.2	1.3	0.55	2833	4.0	1.7	47.0	1.4	97.7	18.7	89.0	42.3	1.9	0.77	9.4
SERVICOS TECNICOS	2805	5.1	2.2	23.4	25.3	74.3	8.7	5.2	0.98	4511	6.3	2.7	36.5	28.2	67.4	10.8	87.8	13.3	7.7	1.57	4.9
OUTROS SERVICOS PESSOAIS	1447	2.6	1.1	9.7	36.9	61.2	9.3	3.9	1.05	2856	4.0	1.7	21.8	31.9	67.2	12.5	81.3	23.2	4.6	1.38	7.0
EMPREGADA DOMESTICA REMUNERADA	11794	21.4	9.6	96.4	0.2	99.8	35.4	0.6	0.54	10566	14.9	6.5	97.7	10.5	87.9	35.2	55.2	51.4	1.0	0.62	-1.1
SERVICOS DE ESPORTE, CULTURA, DIVERSAO, RADIO E TV	1010	1.8	0.8	22.0	6.8	93.2	21.1	2.8	0.94	1826	2.5	1.1	46.6	8.9	93.3	28.0	72.3	25.4	4.1	0.89	5.8
SERVICOS COMUNITARIOS E ASSISTENCIAIS	631	1.1	0.5	53.7	0.0	79.7	16.5	2.5	1.28	1057	1.4	0.6	55.5	0.9	97.2	13.1	94.0	20.2	4.7	1.03	5.3
SERVICOS DE SAUDE PUBLICA E PREVIDENCIA	1097	1.9	0.8	60.2	0.0	100.0	9.8	5.3	0.85	3016	4.2	1.8	72.8	0.1	98.4	11.2	97.3	28.1	5.5	1.13	10.6
SERVICOS DE SAUDE PARTICULAR	2423	4.4	1.9	59.3	20.5	79.2	13.5	4.6	0.96	4198	5.9	2.5	67.5	19.1	77.2	13.7	91.3	22.3	7.1	1.25	5.6
ENSINO PUBLICO	2675	4.8	2.1	85.6	0.0	100.0	17.7	3.7	0.53	4080	5.7	2.5	88.0	0.0	99.8	13.0	99.6	8.6	5.2	0.70	4.3
ENSINO PARTICULAR	1967	3.5	1.6	75.6	11.4	88.0	13.5	2.8	0.84	3259	4.6	2.0	76.5	10.3	83.9	10.5	85.1	8.5	4.1	1.20	5.3
ADMINISTRACAO PUBLICA	4634	8.4	3.7	23.9	0.0	100.0	11.2	4.8	0.81	4979	7.0	3.0	36.3	0.0	100.0	9.9	94.3	17.6	6.8	0.90	0.7
SEGURANCA PUBLICA E DEFESA NACIONAL	3593	6.3	2.8	1.2	0.0	100.0	21.1	3.1	0.85	3312	4.6	2.0	4.3	0.0	100.0	18.0	83.4	28.8	5.1	1.28	-0.6
SERVICOS DE CREDITO, CAPITALIZACAO E COMERCIO DE VALORES	3506	7.1	3.1	25.1	1.1	98.9	13.8	4.7	0.91	5739	8.1	3.5	44.0	2.1	97.5	11.1	96.9	9.8	6.1	0.94	4.0
ADMINISTRACAO E COMERCIO DE IMOVEIS	986	1.7	0.8	16.3	30.6	61.4	12.0	4.6	0.99	2041	2.8	1.2	27.3	31.0	69.0	12.9	83.7	14.1	6.9	1.16	7.5
OUTRAS ATIVIDADES M.P.C.	4519	8.2	3.6	19.8	8.1	89.0	15.6	2.5	1.77	2601	3.6	1.6	19.6	12.8	41.2	10.5	45.7	17.0	6.0	1.67	-5.4
TOTAL SERVICOS	55045	56.8	44.8	46.1	13.1	86.3	19.7	2.8	1.30	70847	57.7	43.6	53.3	14.7	82.4	17.0	80.4	25.1	4.5	1.59	2.6
TOTAL DO SETOR TERCIARIO	96907	78.9	78.9	31.2	14.9	84.5	15.5	3.0	1.22	122723	75.5	75.5	39.3	15.4	82.6	14.4	85.7	24.0	4.9	1.47	2.4
N.D.A.	898	0.7	0.7	22.4	0.0	0.0	14.1	0.0	0.00	0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00	0.0
TOTAL DO MUNICIPIO	122743	100.0	100.0	25.9	14.0	84.8	16.5	3.0	1.01	162425	100.0	100.0	32.5	13.3	85.0	15.9	86.8	24.8	5.3	1.20	2.8

MUNICIPIO ATIVIDADE	CENSO 70										CENSO 80										TAXA CR TRABALH
	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%MUNIC	%MULH	%PROP	%EMP	%MIGR	REND MD-SM	C.V. REND	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%MUNIC	%MULH	%PROP	%EMP	%MIGR	%CONT	%NEG	REND MD-SM	C.V. REND	
SAD JOSE DOS CAMPOS																					
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO URBANO)	980	23.8	2.1	2.7	25.3	73.2	25.3	2.8	1.96	1356	40.9	1.2	16.6	13.3	82.4	30.6	61.2	16.9	3.8	1.75	3.3
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO RURAL)	3135	76.1	6.7	5.5	16.8	80.0	14.3	1.1	1.93	1958	59.0	1.8	8.7	16.0	78.7	16.2	21.0	22.8	2.1	2.44	-4.6
TOTAL AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL	4115	8.8	8.8	4.8	18.8	78.3	16.9	1.5	2.60	3314	3.1	3.1	11.9	14.9	80.2	22.1	37.5	19.6	2.8	2.51	-2.1
EXTRATIVA MINERAL	75	0.1	0.1	5.3	0.0	100.0	10.7	1.0	0.25	111	0.1	0.1	0.0	0.0	100.0	40.5	91.9	9.9	7.3	0.84	4.0
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	15645	33.5	33.5	21.7	0.7	99.3	30.9	2.4	0.96	41250	39.0	39.0	20.9	0.8	99.0	31.2	96.8	16.9	5.0	4.80	10.2
CONSTRUCAO CIVIL	5093	10.9	10.9	0.3	20.5	79.2	35.8	1.5	1.07	9481	8.9	8.9	1.5	24.5	75.0	36.9	75.8	33.5	2.8	0.98	6.4
SERVICOS INDUSTRIAIS DE ATIVIDADE PUBLICA	230	0.4	0.4	3.5	0.0	100.0	26.1	2.5	0.46	755	0.7	0.7	10.7	0.0	100.0	30.5	98.7	17.6	5.0	0.57	12.6
COMERCIO DE ARTIGOS	2794	73.3	5.9	16.4	34.3	63.6	24.3	2.7	1.19	8412	76.0	7.9	31.8	15.5	82.9	27.8	83.9	15.0	4.3	2.03	11.7
COMERCIO AMBULANTE	407	10.6	0.8	6.4	76.4	23.6	40.3	1.2	0.81	584	5.2	0.5	37.8	83.0	14.7	28.8	45.2	15.2	2.5	1.01	3.7
COMERCIO DE VEICULOS, ACESSORIOS, MAQUINAS, COMBUST. E LUBRIF.	578	15.1	1.2	7.3	13.1	86.9	29.1	2.8	0.85	1914	17.3	1.8	16.1	4.5	95.1	27.8	92.8	18.4	4.5	1.12	12.7
COMERCIO DE MATERIAS PRIMAS E ATIVIDADES AUXILIARES DO COM.	29	0.7	0.0	0.0	86.2	13.8	51.7	6.4	0.97	155	1.4	0.1	11.6	54.8	45.2	51.6	94.8	3.2	8.4	0.73	18.2
TOTAL COMERCIO	3808	18.2	8.1	13.8	36.0	62.4	27.0	2.6	1.34	11055	21.8	10.4	29.2	17.7	80.9	28.2	83.5	15.4	4.3	2.05	11.3
TRANSPORTES URBANOS E RODOVIARIOS	1145	83.2	2.4	0.0	31.3	68.7	24.6	2.3	0.67	3424	95.2	3.2	3.8	27.0	72.8	28.9	92.9	19.0	6.4	0.96	11.6
OUTROS SERVICOS DE TRANSPORTE	230	16.7	0.4	1.7	21.7	78.3	16.5	1.6	0.47	172	4.7	0.1	7.0	5.2	94.8	28.5	94.8	23.8	6.7	1.05	-2.9
TOTAL TRANSPORTES	1375	6.6	2.9	0.3	29.7	70.3	23.3	2.2	0.71	3596	7.0	3.4	3.9	25.9	75.8	28.8	93.0	19.3	4.5	1.16	10.1
COMUNICACOES	110	0.5	0.2	46.4	0.0	100.0	18.2	1.8	0.44	701	1.3	0.6	27.4	0.7	98.7	39.5	97.0	16.1	4.6	0.62	20.3
SERVICOS DE HOTELARIA E ALOJAMENTO	157	1.0	0.3	53.5	42.0	58.0	39.5	3.3	0.77	547	1.5	0.5	51.6	6.9	93.1	43.0	82.6	21.9	3.1	1.25	13.3
SERVICOS DE HIGIENE PESSOAL E ALIMENTACAO	1102	7.0	2.3	21.2	39.0	60.3	30.9	2.1	1.06	2741	7.7	2.5	36.2	29.7	68.8	31.7	71.5	12.8	3.6	1.81	9.5
SERVICOS DE CONFECCAO E CONSERVACAO DE VESTUARIOS	705	4.5	1.5	72.1	87.7	12.3	22.7	1.0	1.39	1176	3.3	1.1	84.9	87.0	12.7	26.0	35.3	14.0	1.5	0.83	5.2
SERVICOS DE RECUPERACAO E CONSERVACAO DE APARELHOS, VEICULOS	558	3.8	1.2	0.0	31.4	67.9	24.9	2.6	1.59	1404	3.9	1.3	4.6	21.7	76.4	25.1	71.0	13.9	3.1	1.48	8.9
SERVICOS DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EDIFICIOS	46	0.3	0.1	0.0	41.3	58.7	8.7	0.8	0.32	825	2.3	0.7	56.2	1.1	98.4	30.5	87.8	24.7	1.6	0.73	33.5
SERVICOS TECNICOS	324	2.0	0.6	24.4	33.0	67.0	22.3	3.6	0.78	1443	4.0	1.3	40.1	22.7	74.3	25.8	78.4	9.0	5.4	1.18	16.1
OUTROS SERVICOS PESSOAIS	147	0.9	0.3	2.7	66.7	33.3	13.6	2.8	0.91	1029	2.9	0.9	13.9	32.2	67.1	21.6	76.7	12.1	3.9	1.19	21.5
EMPREGADA DOMESTICA REMUNERADO	3917	25.2	8.4	96.1	0.3	99.7	36.2	0.6	0.56	6914	19.5	6.5	97.2	6.1	92.2	41.3	36.1	35.3	0.7	0.59	5.8
SERVICOS DE ESPORTE, CULTURA, DIVERSAO, RADIO E TV	230	1.4	0.4	17.8	5.2	94.8	35.7	2.1	0.81	383	1.0	0.3	26.1	7.6	91.4	26.6	75.7	9.7	3.9	1.11	5.2
SERVICOS COMUNITARIOS E ASSISTENCIAIS	86	0.5	0.1	47.7	0.0	39.5	34.9	2.1	0.98	596	1.6	0.5	62.6	0.7	84.7	26.7	81.2	12.1	3.1	1.17	21.4
SERVICOS DE SAUDE PUBLICA E PREVIDENCIA	191	1.2	0.4	44.5	0.0	100.0	16.8	6.9	0.58	924	2.6	0.8	76.7	0.0	100.0	27.8	97.7	15.7	5.0	1.36	17.1
SERVICOS DE SAUDE PARTICULAR	846	5.4	1.8	64.5	17.5	75.2	19.9	4.4	1.29	1947	5.5	1.8	72.3	14.2	82.6	27.3	90.9	15.1	5.9	1.29	8.7
ENSINO PUBLICO	1237	7.9	2.6	71.3	0.0	100.0	23.7	4.1	0.75	2497	7.0	2.3	80.8	0.0	99.3	28.0	95.5	6.2	5.1	0.74	7.3
ENSINO PARTICULAR	370	2.3	0.7	65.7	11.9	83.8	22.2	3.1	1.02	1315	3.7	1.2	72.8	4.5	93.6	28.0	85.3	6.5	4.3	0.93	13.5
ADMINISTRACAO PUBLICA	1116	7.1	2.3	9.7	0.0	100.0	23.6	3.3	0.76	5833	16.4	5.5	21.9	0.0	99.8	20.5	92.5	16.1	5.8	0.97	18.0
SEGURANCA PUBLICA E DEFESA NACIONAL	2956	19.0	6.3	7.3	0.0	100.0	31.2	3.8	1.11	1546	4.3	1.4	5.6	0.0	100.0	37.6	72.3	17.9	5.5	1.03	-6.3
SERVICOS DE CREDITO, CAPITALIZACAO E COMERCIO DE VALORES	192	1.2	0.4	13.0	4.2	95.8	42.2	4.8	0.65	1980	5.5	1.8	45.3	1.1	98.9	39.2	95.4	8.1	5.2	1.11	26.3
ADMINISTRACAO E COMERCIO DE IMOVEIS	383	2.4	0.8	21.9	17.0	83.0	28.2	3.2	0.78	866	2.4	0.8	34.5	23.7	76.3	26.9	78.9	12.7	5.0	0.93	8.5
OUTRAS ATIVIDADES M.P.C.	940	6.0	2.0	12.4	2.0	97.2	26.6	1.5	1.93	1430	4.0	1.3	7.4	5.6	36.2	14.3	37.3	12.6	88.7	4.94	4.3
TOTAL SERVICOS	15545	74.6	33.3	45.4	11.8	87.3	29.2	2.5	1.52	35396	69.7	33.5	52.2	11.1	85.2	29.8	72.1	17.7	5.5	11.12	8.6
TOTAL DO SETOR TERCIARIO	20838	44.6	44.6	36.7	17.3	81.7	28.3	2.5	1.46	50758	48.0	48.0	43.4	13.5	83.7	29.5	76.4	17.3	5.1	9.90	9.3
N.D.A.	643	1.3	1.3	30.5	0.0	0.0	30.2	0.0	0.00	0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00	0.0
TOTAL DO MUNICIPIO	46639	100.0	100.0	24.5	11.9	86.0	29.0	2.2	1.21	105669	100.0	100.0	29.6	9.5	88.9	30.6	83.3	18.6	4.8	3.27	8.5

MUNICÍPIO ATIVIDADE	CENSO 70										CENSO 80										TAXA CR TRABALH
	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%MUNIC	%ULH	%PROP	%EMP	%MIGR	REND MD-SM	C.V. REND	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%MUNIC	%ULH	%PROP	%EMP	%MIGR	%CONT	%NEG	REND MD-SM	C.V. REND	
SOROCABA																					
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO URBANO)	1548	51.7	2.7	4.8	32.0	60.1	25.1	1.2	1.46	1371	66.1	1.3	14.5	18.7	68.8	37.9	38.2	13.0	3.6	2.46	-1.2
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO RURAL)	1441	48.2	2.5	9.4	29.8	50.1	18.2	0.8	1.61	703	33.9	0.7	13.4	19.6	67.1	26.3	32.0	26.5	1.7	1.52	-6.9
TOTAL AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL	2989	53.3	5.3	7.0	30.9	55.3	21.8	1.0	1.78	2074	2.0	2.0	14.1	19.0	68.2	34.0	36.1	17.6	2.9	2.85	-3.6
EXTRATIVA MINERAL	211	0.3	0.3	0.0	9.0	91.0	26.1	2.3	1.18	148	0.1	0.1	5.4	2.0	98.0	27.7	91.2	14.9	11.1	2.16	-3.5
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	16392	29.3	29.3	19.9	1.9	97.9	12.8	1.7	0.98	37904	37.8	37.8	27.2	1.0	98.8	29.5	95.4	14.8	3.5	1.18	8.7
CONSTRUCAO CIVIL	4173	7.4	7.4	0.7	23.3	76.7	20.6	1.4	0.75	9024	9.0	9.0	1.0	35.8	63.9	34.9	63.6	24.0	2.6	1.12	8.0
SERVICOS INDUSTRIAIS DE ATIVIDADE PUBLICA	438	0.7	0.7	0.9	0.0	100.0	16.2	1.9	0.53	800	0.8	0.8	7.2	0.0	100.0	15.2	97.5	13.1	3.6	0.72	6.2
COMERCIO DE ARTIGOS	4570	77.0	8.2	22.0	40.9	58.0	11.6	2.5	1.18	8914	72.3	8.8	32.8	16.8	81.7	18.1	86.1	9.8	3.9	1.42	6.9
COMERCIO AMBULANTE	699	11.7	1.2	3.7	72.7	27.3	17.7	1.3	1.04	898	7.2	0.9	22.5	82.4	15.1	17.8	51.4	13.3	3.1	0.94	2.5
COMERCIO DE VEICULOS, ACESSORIOS, MAQUINAS, COMBUST. E LUBRIF.	629	10.6	1.1	6.4	23.8	76.2	13.4	2.7	0.90	2352	18.9	2.3	19.4	4.5	95.5	17.7	94.0	7.1	4.2	1.50	14.0
COMERCIO DE MATERIAS PRIMAS E ATIVIDADES AUXILIARES DO COM.	30	0.5	0.0	0.0	56.7	43.3	13.3	3.2	0.67	184	1.4	0.1	10.9	65.2	34.8	10.3	88.6	6.0	11.4	0.84	19.9
TOTAL COMERCIO	5928	19.3	10.6	18.1	42.9	56.2	12.5	2.4	1.30	12328	24.5	12.3	29.2	19.9	78.8	17.9	85.1	9.5	4.0	1.61	7.4
TRANSPORTES URBANOS E RODOVIARIOS	1874	41.2	3.3	0.6	28.0	71.6	17.2	2.3	1.00	3331	70.4	3.3	2.4	35.8	63.9	23.4	89.1	10.1	4.8	1.30	5.9
OUTROS SERVICOS DE TRANSPORTE	2673	58.7	4.7	1.8	3.4	96.6	7.2	2.1	0.49	1400	29.5	1.4	3.4	0.6	99.4	11.3	97.4	11.1	4.7	0.61	-6.3
TOTAL TRANSPORTES	4547	14.8	8.1	1.3	13.5	86.3	11.3	2.2	0.86	4731	9.4	4.7	2.7	25.4	74.4	19.8	91.5	10.4	4.8	1.25	0.4
COMUNICACOES	305	1.0	0.5	40.3	0.0	100.0	8.5	2.5	0.65	593	1.1	0.5	31.2	0.0	100.0	18.5	94.8	6.7	4.7	0.69	6.9
SERVICOS DE HOTELARIA E ALOJAMENTO	100	0.5	0.1	51.0	32.0	68.0	25.0	1.9	0.96	187	0.5	0.1	68.4	6.4	93.6	42.8	80.7	28.9	2.6	0.77	6.5
SERVICOS DE HIGIENE PESSOAL E ALIMENTACAO	1574	7.9	2.8	30.3	56.4	42.2	15.1	2.1	1.23	2669	8.1	2.6	40.7	34.9	62.9	22.7	75.2	10.4	4.0	1.37	5.4
SERVICOS DE CONFECCAO E CONSERVACAO DE VESTUARIOS	1048	5.2	1.8	63.8	76.7	23.3	13.6	1.1	0.68	1444	4.4	1.4	82.9	89.2	10.8	18.0	59.8	10.3	1.7	0.86	3.3
SERVICOS DE RECUPERACAO E CONSERVACAO DE APARELHOS, VEICULOS	814	4.1	1.4	0.5	33.5	65.5	12.7	1.7	0.70	1621	4.9	1.6	1.3	28.3	70.9	12.9	81.2	12.3	3.5	0.84	7.1
SERVICOS DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EDIFICIOS	44	0.2	0.0	25.0	27.5	72.7	6.8	1.0	0.18	468	1.4	0.4	63.0	9.6	88.7	30.6	69.7	18.6	1.6	0.58	26.7
SERVICOS TECNICOS	536	2.7	0.9	26.5	22.6	76.7	11.0	3.2	1.05	1336	4.0	1.3	41.2	27.3	69.4	10.5	80.1	4.8	5.9	1.13	9.6
OUTROS SERVICOS PESSOAIS	219	1.1	0.3	1.4	71.7	26.5	22.4	2.6	0.91	1035	3.1	1.0	14.6	38.8	58.9	17.3	68.0	11.9	3.1	1.09	16.8
EMPREGADA DOMESTICA REMUNERADO	4828	24.3	8.6	95.3	0.1	99.9	25.4	0.3	0.62	6262	19.1	6.2	92.8	3.2	95.3	42.2	33.3	31.8	0.8	0.62	2.6
SERVICOS DE ESPORTE, CULTURA, DIVERSAO, RADIO E TV	207	1.0	0.3	24.2	3.4	96.6	8.7	2.8	0.62	595	1.5	0.5	21.2	3.2	95.8	25.0	89.9	16.2	5.0	1.78	9.3
SERVICOS COMUNITARIOS E ASSISTENCIAIS	210	1.0	0.3	39.0	0.0	71.4	25.8	2.0	0.70	606	1.8	0.6	48.2	0.0	86.6	25.2	86.0	10.9	3.6	1.41	11.2
SERVICOS DE SAUDE PUBLICA E PREVIDENCIA	398	2.0	0.7	49.7	0.0	100.0	14.6	3.8	1.18	1846	5.6	1.8	74.2	0.0	100.0	12.1	96.8	12.1	3.7	0.92	16.6
SERVICOS DE SAUDE PARTICULAR	811	4.0	1.4	59.8	19.2	80.8	9.7	4.4	1.20	1863	5.7	1.8	66.2	16.7	81.5	14.3	88.8	7.3	7.5	1.62	8.7
ENSINO PUBLICO	2160	10.8	3.8	81.1	0.0	100.0	9.9	3.4	0.54	3307	10.3	3.3	81.1	0.0	99.5	10.2	96.7	5.7	4.8	0.61	4.6
ENSINO PARTICULAR	439	2.2	0.7	63.0	15.3	75.1	13.9	2.4	0.98	1109	3.4	1.1	69.3	7.9	88.1	16.1	86.7	5.0	4.1	1.34	9.7
ADMINISTRACAO PUBLICA	1815	9.1	3.2	28.8	0.0	100.0	13.5	3.3	0.82	2844	8.7	2.8	32.2	0.1	99.9	13.3	95.9	10.1	4.6	1.03	4.6
SEGURANCA PUBLICA E DEFESA NACIONAL	1525	7.6	2.7	0.5	0.0	100.0	16.5	3.0	0.58	2041	6.2	2.0	2.8	0.0	99.8	18.1	91.7	13.0	5.0	0.65	3.0
SERVICOS DE CREDITO, CAPITALIZACAO E COMERCIO DE VALORES	1007	5.0	1.8	11.1	0.4	99.6	20.1	3.6	0.80	2009	6.1	2.0	39.3	0.7	99.3	22.6	95.5	3.3	5.8	0.83	7.2
ADMINISTRACAO E COMERCIO DE IMOVEIS	113	0.5	0.2	0.0	52.2	47.8	10.6	4.3	1.34	613	1.8	0.6	25.6	42.3	57.7	19.2	69.3	6.0	5.5	0.95	18.4
OUTRAS ATIVIDADES N.P.C.	1992	10.0	3.5	23.4	10.5	89.1	14.3	1.5	2.04	818	2.5	0.8	17.8	9.4	72.5	16.4	68.2	9.9	5.2	1.14	-8.5
TOTAL SERVICOS	19839	64.7	35.5	49.9	14.1	85.2	16.7	2.2	1.33	32662	64.9	32.5	54.6	13.7	84.6	21.5	75.5	13.6	3.8	1.53	5.1
TOTAL DO SETOR TERCIARIO	30619	54.9	54.9	36.5	19.4	79.9	15.0	2.2	1.26	50314	50.1	50.1	43.2	16.2	82.4	20.4	79.6	12.2	4.0	1.51	5.1
N.D.A.	943	1.6	1.6	23.2	0.0	0.0	10.4	0.0	0.00	0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00	0.00	0.0
TOTAL DO MUNICIPIO	55765	100.0	100.0	26.7	14.7	82.5	15.1	1.9	1.09	100264	100.0	100.0	32.4	12.1	86.8	25.4	83.4	14.4	3.6	1.32	6.0

MUNICIPIO ATIVIDADE	C. 30										C. 30										TAXA DE TRABALHO
	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%MUNIC	%RULH	%PROP	%EMPR	%MIGR	RENTA MD-SM	C.V. RENTA	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%MUNIC	%RULH	%PROP	%EMPR	%MIGR	%CONT	%NEGRO	RENTA MD-SM	C.V. RENTA	
CAMPINAS																					
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO URBANO)	2152	26.4	1.5	11.3	15.5	82.7	32.7	2.1	1.54	1814	26.4	0.6	17.8	23.3	74.5	39.9	48.7	27.0	6.9	3.99	-1.7
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO RURAL)	6649	75.5	4.8	12.0	12.1	82.4	26.1	1.3	2.10	5036	73.5	1.8	18.4	12.0	73.1	35.7	34.2	24.9	2.0	2.30	-2.7
TOTAL AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL	8801	6.4	6.4	11.9	13.0	82.5	27.7	1.5	2.34	6850	2.4	2.4	18.2	15.0	73.5	36.8	38.1	25.5	3.3	4.66	-2.5
EXTRATIVA MINERAL	184	0.1	0.1	2.2	0.0	100.0	32.1	1.6	0.47	309	0.1	0.1	2.6	1.3	98.7	33.0	83.8	32.0	4.3	0.71	5.3
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	33274	24.3	24.3	15.9	2.5	97.4	23.7	2.7	1.11	79854	28.9	28.9	21.3	1.2	98.5	27.8	94.6	20.8	4.7	1.30	9.1
CONSTRUCAO CIVIL	13007	9.5	9.5	1.2	20.0	79.7	37.2	1.8	1.05	27424	9.9	9.9	2.1	24.1	75.4	39.4	75.6	37.6	3.0	1.32	7.7
SERVICOS INDUSTRIAIS DE ATIVIDADE PUBLICA	1583	1.1	1.1	7.1	0.0	100.0	21.7	3.4	0.71	4191	1.5	1.5	17.0	0.0	100.0	27.7	96.3	17.4	7.0	0.25	10.2
COMERCIO DE ARTIGOS	12633	78.6	9.2	23.8	28.1	71.1	19.9	3.0	1.24	26698	74.4	9.6	37.3	15.0	83.5	26.3	86.5	14.7	4.3	1.57	7.8
COMERCIO AMBULANTE	1372	8.5	1.0	11.8	69.5	30.5	29.4	1.6	1.00	2005	5.5	0.7	27.0	79.4	19.3	22.1	45.1	19.8	2.8	1.12	3.9
COMERCIO DE VEICULOS, ACESSORIOS, MAQUINAS, COMBUST. E LUBRIF.	1855	11.5	1.3	8.0	15.3	84.5	20.5	3.6	1.08	5900	16.4	2.1	20.4	5.3	94.6	23.6	93.7	14.6	5.4	1.78	12.3
COMERCIO DE MATERIAS PRIMAS E ATIVIDADES AUXILIARES DO COM.	200	1.2	0.1	13.3	45.5	52.5	14.5	6.6	0.83	1252	3.4	0.4	16.5	60.9	39.1	17.1	87.9	9.6	9.4	1.08	20.1
TOTAL COMERCIO	16050	20.3	11.7	20.8	30.3	68.9	20.7	3.0	1.39	35847	22.8	13.0	33.2	18.6	80.2	25.3	85.4	14.8	4.6	1.77	8.4
TRANSPORTES URBANOS E RODOVIARIOS	4924	59.9	3.6	1.0	22.3	77.2	24.6	2.2	0.78	9807	76.2	3.5	4.7	25.1	74.7	30.5	92.1	22.2	4.2	0.94	7.1
OUTROS SERVICOS DE TRANSPORTE	3283	40.0	2.4	7.1	1.4	98.6	16.7	2.7	0.95	3052	23.7	1.1	13.1	1.8	97.5	19.1	96.7	19.5	5.7	0.97	-0.7
TOTAL TRANSPORTES	8212	10.4	6.0	3.4	14.0	85.8	21.4	2.4	1.15	12859	8.1	4.6	6.7	19.6	80.1	27.8	93.2	21.5	4.5	1.08	4.6
COMUNICACOES	664	0.8	0.4	50.6	0.0	100.0	17.3	2.0	0.55	2823	1.8	1.0	28.7	0.0	99.9	30.8	96.7	16.8	6.2	0.83	15.5
SERVICOS DE HOTELARIA E ALOJAMENTO	399	0.7	0.2	45.1	30.6	69.4	25.3	2.6	1.07	1343	1.2	0.4	58.0	9.0	90.3	30.5	83.7	22.6	4.1	1.35	12.9
SERVICOS DE HIGIENE PESSOAL E ALIMENTACAO	3411	6.3	2.5	30.7	33.5	65.1	25.5	2.1	1.37	7938	7.5	2.8	41.5	28.7	68.3	27.7	72.2	19.1	3.7	1.47	8.8
SERVICOS DE CONFECCAO E CONSERVACAO DE VESTUARIOS	2132	3.9	1.5	74.4	76.3	23.7	19.5	1.2	0.93	3403	3.2	1.2	78.5	81.4	18.2	25.1	39.4	23.1	1.8	1.10	4.8
SERVICOS DE RECUPERACAO E CONSERVACAO DE APARELHOS, VEICULOS	2483	4.6	1.8	1.1	22.4	77.2	18.8	2.1	0.83	4406	4.1	1.6	3.0	19.0	80.3	19.6	77.6	18.5	3.4	0.94	5.9
SERVICOS DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EDIFICIOS	418	0.7	0.3	12.4	13.9	86.1	28.2	1.0	0.40	2212	2.1	0.8	54.7	4.6	94.9	36.5	73.5	37.5	1.6	0.73	18.1
SERVICOS TECNICOS	1941	3.6	1.4	26.5	21.7	77.6	16.1	4.3	0.80	4516	4.2	1.6	33.4	31.8	64.3	16.4	82.4	10.9	7.3	1.33	8.8
OUTROS SERVICOS PESSOAIS	912	1.6	0.6	8.2	33.9	65.2	20.3	2.6	0.88	5007	4.7	1.8	12.4	32.4	66.9	23.2	71.7	22.6	4.3	1.79	18.6
EMPREGADA DOMESTICA REMUNERADA	15008	27.8	10.9	97.0	0.2	99.8	38.3	0.5	0.63	22982	21.7	8.3	96.0	4.7	94.3	40.2	33.0	45.3	0.8	0.54	4.4
SERVICOS DE ESPORTE, CULTURA, DIVERSAO, RADIO E TV	751	1.3	0.5	10.1	7.3	91.6	22.5	2.1	0.80	2138	2.0	0.7	21.0	4.3	94.9	30.1	82.6	19.7	4.0	1.50	11.0
SERVICOS COMUNITARIOS E ASSISTENCIAIS	776	1.4	0.5	57.2	0.0	48.2	29.0	2.4	1.27	2243	2.1	0.8	51.8	0.4	87.7	27.4	75.7	20.8	4.3	1.64	11.2
SERVICOS DE SAUDE PUBLICA E PREVIDENCIA	1062	1.9	0.7	55.5	0.0	100.0	21.1	4.9	0.88	3834	3.6	1.3	72.4	0.0	97.6	23.4	94.7	20.3	4.5	1.02	13.7
SERVICOS DE SAUDE PARTICULAR	2562	4.7	1.8	62.0	15.9	83.6	22.1	4.6	1.08	5696	5.4	2.0	66.4	19.1	78.5	23.0	90.3	13.6	7.3	1.32	8.3
ENSINO PUBLICO	3928	7.2	2.8	79.3	0.0	100.0	23.7	4.2	0.74	9084	8.6	3.3	70.8	0.0	99.4	22.8	94.0	9.7	6.2	0.91	8.7
ENSINO PARTICULAR	1493	2.7	1.0	60.9	9.8	80.7	25.9	2.8	0.98	4412	4.1	1.6	63.5	6.7	91.3	22.3	86.1	8.4	5.3	1.01	11.4
ADMINISTRACAO PUBLICA	5374	9.9	3.9	26.8	0.0	100.0	13.7	4.4	0.86	8579	8.1	3.1	30.7	0.0	100.0	16.5	94.3	19.3	5.5	1.23	4.8
SEGURANCA PUBLICA E DEFESA NACIONAL	2610	4.8	1.9	0.5	0.0	100.0	34.0	2.8	0.93	4596	4.3	1.6	4.9	0.0	100.0	32.9	77.3	24.6	3.9	1.01	5.8
SERVICOS DE CREDITO, CAPITALIZACAO E COMERCIO DE VALORES	2778	5.1	2.0	17.2	2.3	97.7	25.5	4.0	0.87	7632	7.2	2.7	40.0	1.2	98.5	28.2	96.7	6.8	5.7	1.05	10.6
ADMINISTRACAO E COMERCIO DE IMOVEIS	682	1.2	0.5	20.1	46.0	54.0	14.2	4.9	0.90	2496	2.3	0.9	28.8	26.4	73.6	19.6	79.1	13.1	6.3	1.30	13.9
OUTRAS ATIVIDADES M.P.C.	5172	9.6	3.7	22.7	7.6	90.8	28.1	2.5	4.58	2954	2.8	1.0	35.8	30.6	57.6	32.8	62.3	23.8	18.8	9.49	-5.4
TOTAL SERVICOS	53894	68.3	39.4	52.0	10.5	89.2	27.1	2.5	1.41	105471	67.1	38.2	54.4	12.7	85.7	27.8	71.6	23.0	4.4	6.58	6.9
TOTAL DO SETOR TERCIARIO	78832	57.6	57.6	40.5	14.8	84.1	25.1	2.6	1.38	157000	56.9	56.9	45.2	14.4	84.3	27.3	77.0	20.9	4.5	5.38	7.1
N.D.A.	1013	0.7	0.7	27.2	0.0	0.0	39.1	0.0	0.00	0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00	0.0
TOTAL DO MUNICIPIO	136694	100.0	100.0	28.4	11.9	86.4	26.2	2.5	1.16	275628	100.0	100.0	32.8	11.3	87.5	28.9	81.3	22.6	4.4	1.38	7.3

MUNICIPIO ATIVIDADE	CENSO 80										CENSO 90										TAXA CR. TRABALH.
	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL MUNIC	%MULH	%PROP	%EMP	%NOR	REND-A MD-SM	C.V. REND-A	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL MUNIC	%MULH	%PROP	%EMP	%NOR	%CONT	%NEG	REND-A MD-SM	C.V. REND-A			
RIBEIRÃO PRETO																					
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO URBANO)	4349	50.4	5.7	10.5	11.5	87.6	19.1	1.9	1.88	4401	63.8	3.4	15.5	12.1	86.1	22.6	34.9	29.2	6.8	3.86	9.1
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO RURAL)	4265	49.5	5.6	10.4	4.3	92.4	10.3	1.0	1.50	2495	36.1	1.9	12.7	10.5	86.5	19.0	31.8	24.8	2.9	2.22	-5.2
TOTAL AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL	8614	11.3	11.3	10.4	7.9	90.0	14.8	1.5	2.63	6896	5.3	5.3	14.5	11.5	86.2	21.3	33.8	27.6	5.4	4.34	-2.2
EXTRATIVA MINERAL	263	0.3	0.3	0.0	4.1	95.9	16.4	1.4	1.06	194	0.1	0.1	6.2	0.0	100.0	13.9	94.3	34.0	2.3	0.28	-3.2
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	10762	14.1	14.1	17.2	4.5	95.3	13.4	1.9	1.39	22004	16.9	16.9	19.3	3.2	96.5	22.6	90.6	18.0	3.7	1.56	7.4
CONSTRUCAO CIVIL	6410	8.4	8.4	0.2	20.1	79.7	20.2	1.4	0.92	12528	9.6	9.6	2.6	29.7	69.6	26.0	70.6	33.0	2.7	1.09	6.9
SERVICOS INDUSTRIAIS DE ATIVIDADE PUBLICA	441	0.5	0.5	2.7	0.0	100.0	10.7	2.5	1.21	952	0.7	0.7	12.5	0.0	99.6	20.9	95.6	17.6	4.5	0.73	8.0
COMERCIO DE ARTIGOS	8414	73.3	11.0	18.5	27.3	71.8	15.8	2.5	1.19	16437	70.2	12.6	32.1	16.3	82.3	18.2	86.0	12.2	4.1	2.42	6.9
COMERCIO AMBULANTE	977	8.5	1.2	7.3	72.4	27.6	17.9	1.1	0.81	1284	5.4	0.9	23.5	82.3	17.7	18.3	50.5	14.5	2.8	0.94	2.8
COMERCIO DE VEICULOS,ACESSORIOS,MAQUINAS,COMBUST. E LUBRIF.	1941	16.9	2.5	8.7	15.5	84.5	16.0	3.0	1.35	4782	20.4	3.6	17.8	4.1	95.8	20.2	94.0	11.2	4.6	1.15	9.4
COMERCIO DE MATERIAS PRIMAS E ATIVIDADES AUXILIARES DO COM.	136	1.1	0.1	14.0	50.0	44.9	19.9	4.2	0.81	892	3.8	0.6	7.8	55.6	44.4	22.1	83.7	8.5	10.1	1.15	20.7
TOTAL COMERCIO	11468	23.5	15.0	15.9	29.4	69.9	16.0	2.5	1.41	23395	26.9	16.0	27.3	16.9	80.1	18.8	85.8	12.0	4.4	2.13	7.4
TRANSPORTES URBANOS E RODOVIARIOS	2349	64.6	3.0	1.1	26.3	73.4	18.4	1.9	0.84	4506	80.3	3.4	7.1	30.1	69.7	20.7	92.8	18.7	3.9	0.98	6.7
OUTROS SERVICOS DE TRANSPORTE	1286	35.3	1.6	0.8	9.0	90.7	18.0	1.7	0.40	1100	19.6	0.8	6.5	15.2	84.2	22.5	85.5	25.0	4.2	0.97	-1.6
TOTAL TRANSPORTES	3635	7.4	4.7	1.0	20.2	79.5	18.3	1.8	0.83	5606	6.4	4.3	7.8	27.2	72.3	21.0	90.7	19.9	4.0	1.09	4.4
COMUNICACOES	639	1.3	0.8	36.5	0.0	100.0	11.7	1.9	0.49	1336	1.5	1.0	36.8	0.0	100.0	22.6	96.6	15.4	4.0	0.73	7.7
SERVICOS DE HOTELARIA E ALOJAMENTO	324	0.9	0.4	38.9	25.6	74.4	17.9	2.3	0.89	903	1.5	0.7	54.7	8.9	91.1	23.5	90.4	20.4	3.2	1.01	10.8
SERVICOS DE HIGIENE PESSOAL E ALIMENTACAO	2119	6.4	2.7	31.6	40.8	57.8	22.4	1.6	1.11	3895	6.8	3.0	44.2	33.3	59.6	20.4	72.0	16.8	3.5	1.49	6.3
SERVICOS DE CONFECCAO E CONSERVACAO DE VESTUARIOS	2037	6.3	2.7	76.2	82.1	17.5	15.5	0.9	0.81	2470	4.3	1.9	80.4	87.0	13.0	17.4	40.4	15.1	1.6	1.00	1.7
SERVICOS DE RECUPERACAO E CONSERVACAO DE APARELHOS,VEICULOS	2019	6.1	2.6	0.4	27.4	71.7	14.0	1.6	0.68	2851	5.0	2.2	1.3	24.9	74.9	16.7	78.7	14.5	3.2	0.96	3.5
SERVICOS DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EDIFICIOS	149	0.4	0.2	0.0	31.5	68.5	19.5	0.9	0.31	645	1.1	0.5	60.0	8.3	91.7	24.5	66.2	34.6	1.3	0.58	16.1
SERVICOS TECNICOS	1364	4.1	1.7	27.1	19.4	80.4	11.6	2.8	0.91	2905	5.1	2.2	33.5	30.6	67.5	16.2	81.1	6.2	5.6	1.34	7.9
OUTROS SERVICOS PESSOAIS	573	1.7	0.7	9.7	50.8	49.2	19.7	1.8	0.70	2253	3.9	1.7	10.9	42.4	56.6	12.5	72.6	15.7	3.3	1.04	14.6
EMPREGADA DOMESTICA REMUNERADA	9556	28.9	12.5	97.6	0.4	99.6	26.1	0.4	0.54	12697	21.3	9.3	95.4	6.3	92.7	28.9	26.9	39.3	0.8	0.54	2.4
SERVICOS DE ESPORTE,CULTURA,DIVERSAO,RADIO E TV	736	2.2	0.9	25.7	4.2	95.8	11.0	1.7	0.91	1611	2.8	1.2	29.7	3.7	95.8	20.9	85.2	17.6	3.1	1.29	8.1
SERVICOS COMUNITARIOS E ASSISTENCIAIS	220	0.6	0.2	59.1	0.0	70.5	29.5	1.9	1.15	811	1.4	0.6	52.5	1.0	92.7	17.4	85.6	16.3	3.3	0.86	13.9
SERVICOS DE SAUDE PUBLICA E PREVIDENCIA	1184	3.5	1.5	59.7	0.0	100.0	9.9	3.2	0.83	4453	7.8	3.4	65.2	0.0	99.4	15.8	94.6	16.6	4.0	1.21	14.2
SERVICOS DE SAUDE PARTICULAR	1679	5.0	2.2	56.8	20.7	79.0	12.4	3.8	0.93	3105	5.4	2.4	57.8	24.0	73.9	14.4	92.6	12.5	7.9	1.38	6.3
ENSINO PUBLICO	2610	7.9	3.4	69.1	0.0	100.0	11.0	4.2	0.80	4471	7.8	3.4	72.6	0.0	99.7	16.9	94.7	6.9	6.1	0.95	5.5
ENSINO PARTICULAR	755	2.2	0.9	61.1	13.6	85.8	13.2	2.6	1.08	1921	3.3	1.4	66.2	10.0	83.5	16.8	83.1	7.0	5.2	1.85	9.8
ADMINISTRACAO PUBLICA	1944	5.8	2.5	21.2	0.0	100.0	15.6	3.7	1.00	3290	5.8	2.5	31.1	0.0	100.0	14.5	93.7	10.5	4.9	1.22	5.4
SEGURANCA PUBLICA E DEFESA NACIONAL	2047	6.2	2.6	0.2	0.0	100.0	13.9	2.4	0.70	2520	4.4	1.9	3.8	0.2	99.8	19.9	92.4	17.7	3.9	0.65	2.1
SERVICOS DE CREDITO,CAPITALIZACAO E COMERCIO DE VALORES	1826	5.5	2.4	12.0	4.1	95.7	16.2	3.8	0.90	4163	7.3	3.2	33.4	0.9	99.0	28.7	95.0	4.7	5.4	0.93	8.6
ADMINISTRACAO E COMERCIO DE IMOVEIS	417	1.2	0.5	8.6	58.5	41.5	9.6	3.7	0.97	1100	1.9	0.8	22.5	37.4	62.6	17.7	72.9	11.9	5.0	0.96	10.2
OUTRAS ATIVIDADES M.P.C.	1420	4.3	1.8	14.2	2.5	93.0	11.3	1.5	4.54	1148	2.0	0.8	34.6	31.6	65.6	21.2	69.0	20.8	5.3	1.76	-2.1
TOTAL SERVICOS	33033	67.7	43.4	52.2	14.2	85.3	17.8	2.0	1.40	56632	65.1	43.7	54.2	15.7	83.4	20.8	71.5	18.5	3.7	1.64	5.5
TOTAL DO SETOR TERCIARIO	48775	64.1	64.1	39.6	18.0	81.4	17.3	2.1	1.38	86969	67.1	67.1	43.8	17.1	82.0	20.3	77.0	16.8	3.9	1.81	6.0
N.D.A.	721	0.9	0.9	18.7	0.0	0.0	20.4	0.0	0.00	0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00	0.0
TOTAL DO MUNICIPIO	76000	100.0	100.0	29.3	14.8	83.6	17.0	1.9	1.31	129543	100.0	100.0	33.8	15.5	83.7	21.3	76.5	19.2	3.8	2.03	5.5

UNIDADE ATIVIDADE	DE									LEVA DO									TAXA CR TRABALH		
	TRABALHADORES TOTAL	TOTAL	PMUNIC	PMULH	PMROP	PMEMP	PMIGR	RENTA MD-SH	C.V. RENTA	TRABALHADORES TOTAL	TOTAL	PMUNIC	PMULH	PMROP	PMEMP	PMIGR	RENTA MD-SH	C.V. RENTA			
BAURU																					
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO URBANO)	1257	41.5	2.9	3.7	23.9	74.2	29.5	2.0	1.48	1606	58.5	2.2	18.8	18.1	77.5	26.7	26.5	36.7	3.48	2.5	
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO RURAL)	1765	58.4	4.1	9.4	14.2	75.5	16.7	0.8	1.37	1136	41.4	1.6	16.6	16.7	79.2	30.2	47.0	15.8	1.78	-4.3	
TOTAL AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL	3022	7.0	7.0	7.0	18.2	75.0	22.0	1.3	2.12	2742	3.9	3.9	17.9	17.5	78.2	28.2	39.0	28.0	3.3	-1.0	
EXTRATIVA MINERAL	4	0.0	0.0	0.0	0.0	100.0	0.0	1.0	0.00	101	0.1	0.1	5.0	0.0	95.0	15.8	96.0	13.9	1.26	38.1	
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	4691	10.8	10.8	14.3	4.2	95.5	14.8	2.0	0.92	10636	15.4	15.4	21.7	3.5	96.1	21.8	90.9	20.5	1.24	8.7	
CONSTRUCAO CIVIL	3881	9.0	9.0	0.3	22.4	77.3	20.7	1.5	0.83	7030	10.0	10.0	1.1	26.8	72.4	23.5	69.9	35.0	0.89	6.1	
SERVICOS INDUSTRIAIS DE ATIVIDADE PUBLICA	497	1.1	1.1	3.2	0.6	99.4	13.9	2.4	0.58	1871	2.6	2.6	5.5	0.2	99.8	20.6	97.3	14.9	0.84	14.2	
COMERCIO DE ARTIGOS	4677	73.3	10.8	22.3	21.7	77.3	13.6	2.5	1.30	7799	70.6	11.1	33.8	14.1	84.5	18.5	87.4	13.2	1.50	5.2	
COMERCIO AMBULANTE	463	7.2	1.0	11.2	67.4	31.7	14.0	1.1	0.89	678	6.1	0.9	22.0	75.1	23.2	21.4	42.6	22.1	1.95	3.9	
COMERCIO DE VEICULOS, ACESSORIOS, MAQUINAS, COMBUST. E LUBRIF.	1196	18.7	2.7	10.6	10.5	89.7	19.8	3.0	1.22	2257	20.4	3.2	18.3	3.9	96.1	22.6	93.2	12.4	1.07	6.6	
COMERCIO DE MATERIAS PRIMAS E ATIVIDADES AUXILIARES DO COM.	39	0.6	0.0	0.0	69.2	30.8	41.0	3.7	0.55	305	2.7	0.4	5.2	70.5	29.5	21.3	93.4	8.9	1.10	22.8	
TOTAL COMERCIO	6375	20.8	14.7	19.2	23.2	76.0	15.0	2.5	1.51	11039	23.2	15.7	29.1	17.3	81.6	19.6	86.0	13.5	1.61	5.6	
TRANSPORTES URBANOS E RODOVIARIOS	1853	33.3	4.3	0.6	22.5	77.5	14.9	2.1	0.85	2857	52.0	4.0	4.5	26.5	73.3	21.6	90.7	16.8	2.45	4.4	
OUTROS SERVICOS DE TRANSPORTE	3707	66.6	8.6	4.3	1.7	98.3	8.4	2.2	0.59	2629	47.9	3.7	4.8	3.9	95.6	9.6	94.6	25.6	1.13	-3.4	
TOTAL TRANSPORTES	5560	18.1	12.9	3.0	8.6	91.4	10.6	2.2	0.81	5486	11.5	7.8	4.6	15.7	84.0	15.9	92.6	21.0	2.07	-0.1	
COMUNICACOES	434	1.4	1.0	49.3	0.0	100.0	5.5	2.0	0.53	992	2.0	1.4	33.0	0.0	99.6	17.5	96.7	9.3	0.77	8.6	
SERVICOS DE HOTELARIA E ALOJAMENTO	195	1.0	0.4	64.6	39.0	56.9	13.8	2.2	0.86	340	1.1	0.4	63.2	18.5	80.0	20.9	72.9	18.5	4.1	0.97	5.7
SERVICOS DE HIGIENE PESSOAL E ALIMENTACAO	1216	6.6	2.8	37.6	37.4	62.0	12.1	1.7	0.93	2037	6.7	2.9	44.4	38.2	59.1	18.8	71.7	16.5	3.5	1.41	5.3
SERVICOS DE CONFECCAO E CONSERVACAO DE VESTUARIOS	779	4.2	1.8	64.3	81.8	18.2	12.8	1.0	0.82	1000	3.3	1.4	83.7	84.1	15.1	17.2	33.9	17.5	1.5	0.97	2.5
SERVICOS DE RECUPERACAO E CONSERVACAO DE APARELHOS, VEICULOS	786	4.3	1.8	0.0	22.8	76.7	11.3	2.0	0.72	1468	4.8	2.0	1.4	18.4	80.8	14.9	81.2	19.0	2.9	0.94	6.4
SERVICOS DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EDIFICIOS	59	0.3	0.1	0.0	32.2	67.8	27.1	0.9	0.59	440	1.4	0.6	72.3	5.7	94.3	22.5	63.4	33.4	1.2	0.66	22.3
SERVICOS TECNICOS	657	3.6	1.5	21.6	21.2	77.2	7.5	3.3	0.97	1264	4.2	1.8	31.3	20.9	74.6	11.9	73.6	8.3	5.0	1.30	6.6
CURSOS SERVICOS PESSOAIS	152	0.8	0.3	2.6	44.7	55.3	25.7	1.9	0.63	1306	4.3	1.8	20.8	27.2	72.8	18.4	77.1	17.3	3.6	1.03	24.0
EMPREGADA DOMESTICA REMUNERADO	4778	26.2	11.0	98.4	0.0	100.0	24.2	0.3	0.53	6556	21.8	9.3	95.8	3.5	94.4	29.0	28.6	41.9	0.7	0.57	3.2
SERVICOS DE ESPORTE, CULTURA, DIVERSAO, RADIO E TV	246	1.3	0.5	5.7	4.9	95.1	22.8	2.0	0.81	635	2.1	0.9	20.9	3.1	96.2	19.5	77.2	12.1	3.3	0.98	9.9
SERVICOS COMUNITARIOS E ASSISTENCIAIS	185	1.0	0.4	43.7	0.0	56.3	23.5	2.0	0.76	475	1.5	0.6	60.2	0.0	94.5	18.7	73.5	11.8	2.7	1.13	10.0
SERVICOS DE SAUDE PUBLICA E PREVIDENCIA	550	3.0	1.2	50.7	0.0	100.0	9.8	3.1	0.71	1657	5.5	2.3	66.4	0.0	99.2	15.1	89.6	24.1	3.2	0.88	11.7
SERVICOS DE SAUDE PARTICULAR	745	4.1	1.7	44.2	18.0	81.6	17.0	3.9	1.31	1092	3.6	1.5	64.7	17.9	79.4	18.7	86.9	17.3	6.3	1.21	3.9
ENSINO PUBLICO	1590	8.7	3.6	81.0	0.0	100.0	15.5	3.8	0.63	2633	8.7	3.7	81.8	0.0	99.3	12.8	95.3	5.2	5.0	0.68	5.2
ENSINO PARTICULAR	499	2.7	1.1	66.3	9.2	85.0	14.2	3.3	1.40	1258	4.1	1.7	64.7	4.1	92.6	16.2	91.3	6.6	4.7	1.04	9.7
ADMINISTRACAO PUBLICA	1747	9.6	4.0	18.3	0.0	100.0	11.7	3.6	1.05	2583	8.6	3.6	23.2	0.0	99.8	11.9	92.9	12.6	4.9	1.00	4.0
SEGURANCA PUBLICA E DEFESA NACIONAL	1236	6.7	2.8	1.0	0.0	100.0	12.0	3.1	0.71	1649	5.5	2.3	4.9	0.2	99.8	18.0	89.6	14.6	4.0	0.51	2.9
SERVICOS DE CREDITO, CAPITALIZACAO E COMERCIO DE VALORES	858	4.7	1.9	12.1	1.7	98.3	16.3	3.6	0.65	2353	7.8	3.3	35.7	1.4	98.2	22.1	94.6	7.4	5.1	0.89	10.6
ADMINISTRACAO E COMERCIO DE IMOVEIS	117	0.6	0.2	6.8	30.8	69.2	3.4	1.8	0.69	361	1.2	0.5	20.8	42.1	57.9	18.0	74.2	5.3	8.1	3.60	-11.9
OUTRAS ATIVIDADES N.P.C.	1799	9.8	4.1	25.0	3.4	92.2	14.0	1.6	2.12	896	2.9	1.2	22.8	9.3	73.2	24.3	55.4	25.8	27.6	8.71	-6.7
TOTAL SERVICOS	18192	59.5	42.2	50.3	10.3	88.5	16.3	2.1	1.39	30003	63.1	42.8	54.0	11.2	86.9	19.5	70.4	20.0	4.0	9.69	5.1
TOTAL DO SETOR TERCIARIO	30561	70.9	70.9	35.2	12.5	86.6	14.8	2.2	1.33	47520	67.7	67.7	42.1	12.9	85.8	19.1	77.1	18.4	4.1	7.68	4.5
N.D.A.	436	1.0	1.0	22.2	0.0	0.0	17.0	0.0	0.00	0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00	0.0	
TOTAL DO MUNICIPIO	43092	100.0	100.0	27.3	12.6	88.2	15.9	2.0	1.17	70100	100.0	100.0	32.8	12.7	86.0	20.5	77.4	20.6	3.8	1.50	5.0

MUNICIPIO ATIVIDADE	CENSO 80										CENSO 90										TAXA CR TRABALH
	TRABALHADORES TOTAL	XTOTAL	XMUNIC	XMULH	XPROP	XEMP	XMIGR	REDA MD-SH	C.V. REDA	TRABALHADORES TOTAL	XTOTAL	XMUNIC	XMULH	XPROP	XEMP	XMIGR	XCONT	XNEGR	REDA MD-SH	C.V. REDA	
S. JOSE DO RIO PRETO																					
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO URBANO)	2413	44.1	5.5	3.6	23.5	75.5	25.2	3.4	1.51	2323	51.5	2.9	9.0	15.1	82.9	24.9	47.9	15.1	13.5	1.53	-0.4
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO RURAL)	3048	55.8	6.9	9.1	17.0	69.3	14.2	0.6	1.20	2181	48.4	2.7	7.6	17.0	68.3	25.6	29.7	14.4	1.9	1.92	-3.3
TOTAL AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL	5461	12.4	12.4	6.7	19.8	72.0	19.1	1.9	2.46	4504	5.7	5.7	8.3	16.0	75.8	25.2	39.1	14.7	7.9	2.28	-1.9
EXTRATIVA MINERAL	4	0.0	0.0	0.0	100.0	0.0	0.0	1.6	0.00	40	0.0	0.0	10.0	0.0	100.0	30.0	100.0	10.0	12.2	0.89	25.9
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	4334	9.8	9.8	15.5	7.0	93.0	13.8	1.7	1.29	13073	16.5	16.5	25.8	3.8	95.8	25.6	86.9	16.1	3.1	1.98	11.7
CONSTRUCAO CIVIL	3226	7.3	7.3	0.3	18.1	81.9	16.1	1.2	0.71	8017	10.1	10.1	1.1	39.4	60.3	26.4	69.5	26.5	2.5	0.91	9.5
SERVICOS INDUSTRIAIS DE ATIVIDADE PUBLICA	159	0.3	0.3	8.2	0.0	100.0	18.2	2.1	0.50	506	0.6	0.6	6.3	0.0	99.2	17.2	98.4	11.3	7.0	0.81	12.3
COMERCIO DE ARTIGOS	5460	70.7	12.4	17.4	30.4	69.3	20.5	2.5	1.17	9630	67.9	12.2	29.3	17.6	81.3	23.7	86.4	9.7	4.3	1.77	5.9
COMERCIO AMBULANTE	1121	14.5	2.5	9.5	67.3	32.4	15.7	1.1	0.89	1048	7.3	1.3	16.0	84.5	14.7	23.4	59.0	14.9	2.7	1.89	-0.7
COMERCIO DE VEICULOS, ACESSORIOS, MAQUINAS, COMBUST. E LUBRIF.	1106	14.3	2.5	6.8	20.1	79.9	17.0	3.1	1.05	2923	20.5	3.7	17.1	6.4	93.3	19.8	92.9	8.0	4.7	2.63	10.2
COMERCIO DE MATERIAS PRIMAS E ATIVIDADES AUXILIARES DO COM.	36	0.4	0.0	11.1	55.6	44.4	33.3	3.1	1.06	589	4.1	0.7	7.6	69.3	30.7	25.0	88.5	8.0	7.6	1.18	32.2
TOTAL COMERCIO	7723	25.4	17.6	14.7	34.4	65.3	19.4	2.4	1.35	14210	26.9	18.0	24.9	22.3	76.7	22.9	85.8	9.6	4.4	2.14	6.3
TRANSPORTES URBANOS E RODOVIARIOS	2015	78.5	4.6	1.3	29.9	70.1	17.4	2.2	0.94	3469	89.5	4.4	1.5	37.1	62.4	26.5	87.5	11.9	4.8	1.10	5.6
OUTROS SERVICOS DE TRANSPORTE	550	21.4	1.2	0.9	24.7	75.3	8.9	2.0	0.96	407	10.5	0.5	4.9	24.6	75.4	16.2	88.2	23.3	3.3	0.67	-3.0
TOTAL TRANSPORTES	2565	8.4	5.8	1.2	28.8	71.2	15.6	2.1	1.04	3876	7.3	4.9	1.9	35.8	63.8	25.4	87.5	13.1	4.7	1.24	4.2
COMUNICACOES	246	0.8	0.5	41.9	0.0	100.0	20.3	1.8	0.69	905	1.7	1.1	36.1	0.0	99.7	24.1	97.3	9.0	6.1	2.21	13.9
SERVICOS DE HOTELARIA E ALOJAMENTO	218	1.1	0.5	30.7	26.1	73.9	22.0	1.5	0.82	327	0.9	0.4	63.9	15.9	84.1	23.5	81.3	9.5	3.4	2.10	4.1
SERVICOS DE HIGIENE PESSOAL E ALIMENTACAO	966	4.8	2.2	33.6	45.5	54.5	18.3	1.3	0.82	2583	7.6	3.2	42.9	41.6	55.1	25.6	69.6	12.9	3.6	1.10	10.3
SERVICOS DE CONFECCAO E CONSERVACAO DE VESTUARIOS	1637	8.2	3.7	75.6	77.3	22.2	13.9	0.7	0.87	1964	5.8	2.4	84.7	89.9	10.1	16.3	47.6	11.8	1.6	0.90	1.8
SERVICOS DE RECUPERACAO E CONSERVACAO DE APARELHOS, VEICULOS	1584	8.0	3.6	0.0	27.0	72.0	15.2	1.6	0.89	2140	6.3	2.7	0.6	18.0	81.5	17.4	80.2	11.2	2.8	1.01	3.1
SERVICOS DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EDIFICIOS	134	0.6	0.3	0.0	9.0	91.0	11.9	0.8	0.39	401	1.1	0.5	55.4	14.5	85.5	17.7	77.1	22.9	1.4	0.46	11.6
SERVICOS TECNICOS	927	4.6	2.1	22.0	17.5	82.5	17.7	2.6	0.83	1786	5.3	2.2	21.9	20.0	67.6	18.1	76.8	5.3	5.1	1.04	6.8
OUTROS SERVICOS PESSOAIS	206	1.0	0.4	8.3	44.2	55.8	19.9	1.6	0.60	1714	5.0	2.1	8.1	46.8	52.7	18.4	76.2	11.4	3.4	1.15	23.6
EMPREGADA DOMESTICA REMUNERADO	5101	25.7	11.6	99.5	0.1	99.9	26.3	0.3	0.73	6395	20.4	8.7	95.6	4.0	95.0	32.9	32.5	35.1	0.7	0.52	3.1
SERVICOS DE ESPORTE, CULTURA, DIVERSAO, RADIO E TV	335	1.6	0.7	5.1	4.8	94.0	20.1	2.3	0.81	818	2.4	1.0	16.9	5.0	95.0	25.0	82.6	17.5	2.8	1.07	9.4
SERVICOS COMUNITARIOS E ASSISTENCIAIS	118	0.6	0.2	66.9	0.0	66.9	47.5	1.1	0.79	546	1.6	0.6	46.9	0.0	93.2	23.4	62.6	17.9	1.6	1.34	16.6
SERVICOS DE SAUDE PUBLICA E PREVIDENCIA	188	0.9	0.4	36.2	0.0	100.0	10.6	5.0	0.55	989	2.9	1.2	70.2	0.0	100.0	15.7	95.3	15.1	3.5	0.90	18.1
SERVICOS DE SAUDE PARTICULAR	757	3.8	1.7	58.0	25.6	73.9	17.1	4.4	0.77	2688	7.9	3.4	63.7	20.8	75.6	18.0	90.4	8.6	6.3	1.12	13.5
ENSINO PUBLICO	1941	9.8	4.4	79.1	0.0	100.0	18.5	3.7	0.54	2473	7.3	3.1	81.6	0.0	99.2	15.6	94.5	3.7	5.1	0.69	2.5
ENSINO PARTICULAR	281	1.4	0.6	63.3	13.5	76.5	14.2	2.6	1.91	908	2.7	1.1	62.0	8.8	89.8	16.3	84.7	8.0	4.3	0.97	12.4
ADMINISTRACAO PUBLICA	1994	10.0	4.5	16.7	0.0	100.0	18.6	3.3	0.90	2208	6.5	2.8	29.7	0.0	100.0	16.8	92.5	9.4	4.0	1.17	1.0
SEGURANCA PUBLICA E DEFESA NACIONAL	833	4.2	1.9	0.0	0.0	100.0	24.2	2.4	0.66	1452	4.3	1.8	2.2	0.9	99.1	24.0	91.0	12.0	4.3	0.65	5.7
SERVICOS DE CREDITO, CAPITALIZACAO E COMERCIO DE VALORES	975	4.9	2.2	8.4	2.3	97.4	25.6	3.1	0.80	2528	7.5	3.2	35.0	1.3	98.5	28.7	95.0	5.0	5.3	0.90	10.0
ADMINISTRACAO E COMERCIO DE IMOVEIS	173	0.8	0.3	2.3	88.1	13.9	16.8	2.4	0.98	652	1.9	0.8	14.9	60.4	39.6	22.1	71.2	5.1	5.3	0.75	14.2
OUTRAS ATIVIDADES N.P.C.	1414	7.1	3.2	24.7	15.8	83.3	21.9	1.2	1.68	596	1.7	0.7	27.5	33.7	60.2	23.5	71.3	13.3	6.9	2.93	-8.3
TOTAL SERVICOS	19782	65.2	45.1	50.6	15.7	83.7	20.7	1.9	1.32	33668	63.9	42.7	52.1	18.5	80.1	22.7	71.5	15.0	3.4	1.64	5.5
TOTAL DO SETOR TERCIARIO	30316	69.1	69.1	37.2	21.4	78.1	19.9	2.0	1.31	52659	66.8	66.8	40.8	20.5	78.3	23.0	77.0	13.3	3.8	1.86	5.7
N.D.A.	325	0.7	0.7	22.2	0.0	0.0	18.8	0.0	0.00	0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00	0.0
TOTAL DO MUNICIPIO	43825	100.0	100.0	28.3	19.3	78.6	18.9	1.9	1.30	78799	100.0	100.0	32.2	19.2	79.4	23.9	75.9	15.2	3.8	1.88	6.0

MUNICÍPIO ATIVIDADE	C. 30									CENSO 80											TAXA CR TRABALH
	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%MUNIC	%RULH	%PROP	%EMPR	%MIGR	REND MD-SM	C.V. REND	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%MUNIC	%RULH	%PROP	%EMPR	%MIGR	%CONT	%NEGR	REND MD-SM	C.V. REND	
ARACATUBA																					
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO URBANO)	2589	29.9	7.3	2.9	17.9	80.7	29.7	3.4	1.64	3772	49.4	7.7	16.3	14.6	84.4	16.2	26.6	40.2	8.7	5.47	3.8
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO RURAL)	6045	70.0	17.1	5.2	15.7	64.1	14.4	0.7	2.07	3857	50.5	7.9	9.3	13.9	69.9	18.3	23.1	31.3	2.0	3.07	-4.4
TOTAL AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL	8634	26.4	26.4	4.5	16.3	69.1	19.0	1.5	2.90	7629	15.7	15.7	12.7	14.2	77.1	17.2	24.8	35.7	5.3	6.68	-1.2
EXTRATIVA MINERAL	69	0.2	0.2	0.0	0.0	100.0	4.3	1.1	0.55	75	0.1	0.1	5.3	0.0	100.0	21.3	94.7	40.0	14.8	0.03	0.8
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	3141	8.9	8.9	7.2	7.4	91.3	15.2	1.7	0.88	6658	13.7	13.7	17.0	5.0	94.5	19.0	84.6	28.9	2.2	0.92	7.8
CONSTRUCAO CIVIL	2794	7.9	7.9	0.1	16.9	82.9	16.8	1.2	0.59	5017	10.3	10.3	1.1	30.1	68.8	20.3	57.1	44.8	2.2	1.30	6.0
SERVICOS INDUSTRIAIS DE ATIVIDADE PUBLICA	190	0.5	0.5	0.0	4.2	95.8	25.3	1.6	0.37	459	0.9	0.9	6.3	0.0	100.0	27.5	97.2	26.8	4.2	1.00	9.2
COMERCIO DE ARTIGOS	2861	67.4	8.1	16.0	25.1	73.3	15.3	2.1	1.45	4200	67.6	8.6	25.9	14.8	82.3	17.8	80.7	15.2	3.6	1.46	3.9
COMERCIO AMBULANTE	624	14.7	1.7	9.5	68.3	31.7	27.7	1.2	1.20	498	8.0	1.0	18.7	79.5	18.3	18.7	32.3	29.3	2.1	0.86	-2.2
COMERCIO DE VEICULOS, ACESSORIOS, MAQUINAS, COMBUST. E LUBRIF.	468	15.7	1.8	9.3	16.5	83.5	17.4	3.2	1.46	1260	20.3	2.6	15.0	2.2	97.5	18.9	90.9	20.5	2.9	0.86	6.6
COMERCIO DE MATERIAS PRIMAS E ATIVIDADES AUXILIARES DO COM.	89	2.1	0.2	0.0	51.7	48.3	7.9	4.4	1.12	248	4.0	0.5	7.3	46.0	54.0	21.0	84.7	14.9	6.3	1.01	10.8
TOTAL COMERCIO	4242	21.5	12.0	13.7	30.6	68.2	17.3	2.2	1.67	6206	21.6	12.7	22.3	18.7	79.1	18.2	79.0	17.4	3.4	1.58	3.9
TRANSPORTES URBANOS E RODOVIARIOS	1408	60.5	3.9	0.6	27.0	73.0	20.4	2.1	0.99	1910	83.3	3.9	1.6	31.5	68.1	22.4	86.1	23.0	4.3	1.07	3.1
OUTROS SERVICOS DE TRANSPORTE	917	39.4	2.6	0.0	24.5	75.5	9.8	1.9	0.74	383	16.7	0.7	6.5	13.1	86.9	8.1	92.4	39.7	3.1	0.79	-8.4
TOTAL TRANSPORTES	2325	11.8	6.5	0.3	26.0	74.0	16.2	2.0	0.96	2293	7.9	4.7	2.4	28.4	71.2	20.0	87.2	23.8	4.1	1.10	-0.1
COMUNICACOES	102	0.5	0.2	33.3	0.0	100.0	12.7	2.2	0.90	317	1.1	0.6	34.7	0.0	100.0	25.6	98.7	23.0	3.6	0.53	12.0
SERVICOS DE HOTELARIA E ALOJAMENTO	44	0.3	0.1	27.3	9.1	81.8	0.0	0.9	0.49	127	0.6	0.2	53.5	0.0	100.0	26.8	77.2	29.1	1.8	0.47	11.2
SERVICOS DE HIGIENE PESSOAL E ALIMENTACAO	769	5.9	2.1	32.9	47.3	48.3	15.7	1.5	1.66	1103	5.5	2.2	44.6	41.6	56.9	22.4	58.2	22.9	3.1	2.08	3.7
SERVICOS DE CONFECCAO E CONSERVACAO DE VESTUARIOS	1174	9.0	3.3	77.1	82.1	17.9	16.6	0.7	1.03	1109	5.5	2.2	81.8	80.2	19.4	12.7	29.1	25.9	1.4	1.25	-0.6
SERVICOS DE RECUPERACAO E CONSERVACAO DE APARELHOS, VEICULOS	1175	9.0	3.3	0.0	15.2	84.1	15.1	1.5	0.76	1194	6.0	2.4	1.9	18.2	80.8	16.0	72.5	21.9	2.7	0.87	0.2
SERVICOS DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EDIFICIOS	52	0.4	0.1	0.0	28.8	71.2	23.1	1.2	0.35	132	0.6	0.2	64.4	3.9	97.0	11.4	62.1	42.4	1.0	0.53	9.8
SERVICOS TECNICOS	716	5.5	2.0	14.0	13.3	86.7	13.8	2.7	0.92	1159	5.8	2.3	21.1	16.7	79.8	10.6	68.2	17.9	3.8	0.90	4.9
OUTROS SERVICOS PESSOAIS	96	0.7	0.2	0.0	65.6	34.4	4.2	2.4	0.89	830	4.1	1.7	1.0	60.3	39.5	8.2	65.4	29.2	2.4	0.71	24.1
EMPREGADA DOMESTICA REMUNERADO	3945	30.3	11.1	98.5	0.1	99.8	23.1	0.3	0.61	5139	25.8	10.5	95.7	2.8	96.5	22.7	17.2	46.4	0.6	0.58	2.7
SERVICOS DE ESPORTE, CULTURA, DIVERSAO, RADIO E TV	141	1.0	0.4	5.0	0.0	100.0	5.0	1.1	0.53	334	1.6	0.6	22.8	0.0	98.8	24.9	77.8	24.6	2.9	1.00	9.0
SERVICOS COMUNITARIOS E ASSISTENCIAIS	103	0.7	0.2	71.8	0.0	70.9	35.9	1.2	1.06	290	1.4	0.6	59.0	0.0	91.7	23.4	79.7	28.3	3.0	0.98	10.9
SERVICOS DE SAUDE PUBLICA E PREVIDENCIA	139	1.0	0.3	36.7	0.0	100.0	15.1	3.6	0.51	508	2.5	1.0	62.8	0.0	100.0	14.2	94.5	30.3	3.5	0.98	13.8
SERVICOS DE SAUDE PARTICULAR	300	2.3	0.8	49.7	34.7	61.3	14.7	4.7	0.69	718	3.6	1.4	58.6	23.5	75.3	19.1	81.2	15.7	5.9	1.03	9.1
ENSINO PUBLICO	1321	10.1	3.7	77.1	0.0	100.0	13.8	3.9	0.64	1702	8.5	3.5	81.1	0.0	99.8	12.7	97.9	9.4	5.3	0.86	2.6
ENSINO PARTICULAR	186	1.4	0.5	67.2	23.1	72.0	28.0	1.9	0.74	507	2.5	1.0	69.2	6.9	91.5	17.0	77.3	11.6	3.7	0.91	10.5
ADMINISTRACAO PUBLICA	823	6.3	2.3	16.4	0.0	100.0	16.3	3.4	0.78	2024	10.1	4.1	30.4	0.0	100.0	11.2	97.4	20.1	4.4	2.98	9.4
SEGURANCA PUBLICA E DESPESA NACIONAL	465	3.5	1.3	0.9	0.0	100.0	30.8	2.5	0.84	1039	5.2	2.1	1.5	0.0	100.0	21.8	89.0	31.4	4.1	0.83	8.4
SERVICOS DE CREDITO, CAPITALIZACAO E COMERCIO DE VALORES	588	4.5	1.6	7.8	0.0	100.0	21.3	3.8	0.79	1344	6.7	2.7	30.8	0.6	98.5	22.2	96.0	11.1	5.0	0.89	8.6
ADMINISTRACAO E COMERCIO DE IMOVEIS	180	1.3	0.5	11.7	42.2	57.8	10.6	2.3	0.73	163	0.8	0.3	0.0	64.4	35.6	16.0	62.6	19.0	5.3	0.72	-1.0
OUTRAS ATIVIDADES M.P.C.	775	5.9	2.1	24.2	16.2	80.7	13.5	1.7	3.32	463	2.3	0.9	24.6	23.8	72.8	25.3	65.4	28.9	9.9	5.50	-5.0
TOTAL SERVICOS	12990	66.0	36.7	53.7	15.7	83.2	18.3	1.7	1.37	19885	69.2	40.9	53.4	14.3	84.8	17.8	62.5	27.3	3.1	3.30	4.3
TOTAL DO SETOR TERCIARIO	19659	55.6	55.6	38.6	20.0	79.0	17.8	1.9	1.42	28701	59.1	59.1	42.4	16.2	82.7	18.2	68.5	25.0	3.3	2.77	3.9
N.D.A.	817	2.3	2.3	20.3	0.0	0.0	13.8	0.0	0.00	0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00	0.0
TOTAL DO MUNICIPIO	35304	100.0	100.0	23.7	17.2	76.3	17.7	1.7	1.59	48539	100.0	100.0	29.6	15.6	82.2	18.5	63.0	29.3	3.4	4.60	3.2

MUNICIPIO ATIVIDADE	CENSO 80										CENSO 90										TAXA CR TRABALH
	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%URB	%RULH	%PROP	%EMP	%MGR	REDA MD-SM	C.V. REDA	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%URB	%RULH	%PROP	%EMP	%MGR	%CONT	%MGR	REDA MD-SM	C.V. REDA	
PRES. PRESIDENTE																					
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO URBANO)	2672	36.4	6.0	4.2	26.1	71.1	30.0	3.3	1.63	2067	54.1	4.0	8.9	22.4	76.0	19.8	40.0	31.4	8.4	1.97	0.0
AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL (DOMICILIO RURAL)	3619	63.5	10.5	5.0	26.7	40.1	14.0	0.8	1.90	1748	45.8	3.4	14.6	33.1	34.6	9.0	12.3	21.4	1.6	1.63	-7.0
TOTAL AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL	5691	16.5	16.5	4.7	26.5	51.4	19.8	1.6	2.67	3815	7.4	7.4	11.5	27.3	57.0	16.9	27.3	26.8	5.3	2.64	-3.9
EXTRATIVA MINERAL	12	0.0	0.0	0.0	0.0	100.0	33.3	2.3	0.47	8	0.0	0.0	0.0	0.0	100.0	50.0	100.0	50.0	7.5	0.37	-4.0
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	4138	12.0	12.0	9.6	4.8	94.7	23.4	1.8	1.33	6510	12.6	12.6	18.0	3.5	94.1	22.5	90.4	28.7	2.6	1.31	4.6
CONSTRUCAO CIVIL	2077	6.0	6.0	0.2	26.7	73.2	18.3	1.3	0.53	5528	10.7	10.7	1.4	25.8	73.8	23.3	68.4	38.6	1.9	0.83	10.3
SERVICOS INDUSTRIAIS DE ATIVIDADE PUBLICA	136	0.3	0.3	2.9	0.0	100.0	31.6	1.4	0.52	500	0.9	0.9	3.0	0.0	99.2	24.2	98.4	29.8	3.6	0.62	13.9
COMERCIO DE ARTIGOS	3450	70.8	10.0	15.0	30.2	69.1	20.3	2.2	1.07	5664	65.0	11.0	27.7	17.8	80.2	16.5	82.3	14.6	3.7	2.69	5.1
COMERCIO AMBULANTE	656	13.4	1.9	11.9	68.0	30.9	27.1	1.0	0.73	792	9.0	1.3	22.6	80.8	18.3	15.0	38.9	27.3	2.5	1.50	1.9
COMERCIO DE VEICULOS, ACESSORIOS, MAQUINAS, COMBUST. E LUBRIF.	684	14.0	1.9	8.2	12.4	87.6	28.4	2.4	1.41	1904	21.8	3.7	10.9	2.8	97.2	16.5	94.2	18.6	3.6	1.05	10.8
COMERCIO DE MATERIAS PRIMAS E ATIVIDADES AUXILIARES DO COM.	82	1.6	0.2	4.9	63.6	36.6	29.3	5.4	0.96	352	4.0	0.6	19.2	48.0	52.0	18.2	79.0	16.8	6.6	0.89	15.7
TOTAL COMERCIO	4872	22.0	14.1	13.4	33.4	66.0	22.5	2.1	1.32	8712	24.0	16.9	22.8	21.5	77.2	16.4	90.8	16.7	3.7	2.42	6.0
TRANSPORTES URBANOS E RODOVIARIOS	1569	78.6	4.5	0.6	26.7	73.3	18.8	2.2	1.09	2865	90.8	5.5	5.1	27.2	72.1	20.5	92.0	19.5	4.0	1.18	6.2
OUTROS SERVICOS DE TRANSPORTE	426	21.3	1.2	3.8	36.4	63.6	20.2	1.4	0.97	287	9.1	0.5	2.8	32.4	67.6	12.2	84.7	25.4	3.6	0.79	-3.9
TOTAL TRANSPORTES	1995	9.0	5.7	1.3	28.8	71.2	19.1	2.0	1.20	3152	9.0	6.1	4.9	27.7	71.7	19.7	91.3	20.1	4.0	1.23	4.7
COMUNICACOES	151	0.6	0.4	43.0	0.0	100.0	7.3	1.9	0.45	469	1.2	0.8	36.1	0.0	100.0	16.3	99.1	9.1	4.4	0.91	11.5
SERVICOS DE HOTELARIA E ALMOJAMENTO	92	0.6	0.2	41.3	25.0	75.0	8.7	1.9	0.52	301	1.3	0.5	57.5	9.0	91.0	11.6	84.1	19.6	3.6	1.18	12.6
SERVICOS DE HIGIENE PESSOAL E ALIMENTACAO	788	5.2	2.2	31.6	42.0	58.0	20.2	1.9	1.02	1396	6.1	2.7	49.2	32.2	66.3	15.3	68.1	21.2	2.6	1.14	5.9
SERVICOS DE CONFECCAO E CONSERVACAO DE VESTUARIOS	1138	7.5	3.3	63.2	74.4	25.6	17.7	0.8	1.05	1214	5.3	2.3	72.2	84.8	15.2	16.7	27.4	25.9	1.2	1.04	0.6
SERVICOS DE REPARACAO E CONSERVACAO DE APARELHOS, VEICULOS	1193	7.9	3.4	0.4	21.8	77.5	15.3	1.6	1.01	1583	6.9	3.0	1.2	15.6	84.4	9.3	85.5	20.9	2.5	0.84	2.9
SERVICOS DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EDIFICIOS	54	0.3	0.1	0.0	29.6	70.4	22.2	0.8	0.41	127	0.5	0.2	50.4	3.1	96.9	12.6	85.0	24.4	1.5	0.37	8.9
SERVICOS TECNICOS	452	3.0	1.3	15.5	23.2	76.8	11.3	3.7	0.74	1163	5.1	2.2	23.0	16.1	78.8	13.0	74.2	16.6	4.1	1.22	9.9
OUTROS SERVICOS PESSOAIS	251	1.6	0.7	0.0	46.6	53.4	12.0	1.9	1.05	951	4.1	1.8	5.8	41.4	58.1	14.9	70.6	25.8	2.4	0.75	14.2
EMPREGADA DOMESTICA REMUNERADO	3691	24.4	10.7	99.2	0.0	100.0	26.1	0.3	0.71	5110	22.5	9.9	97.4	2.3	97.0	26.0	17.5	43.9	0.5	0.64	3.3
SERVICOS DE ESPORTE, CULTURA, DIVERSAO, RADIO E TV	182	1.2	0.5	12.6	4.4	95.6	23.1	2.2	0.88	339	1.3	0.6	20.7	6.5	93.5	16.8	82.2	32.0	1.9	0.68	5.4
SERVICOS COMUNITARIOS E ASSISTENCIAIS	125	0.8	0.3	45.6	0.0	51.2	62.4	1.8	0.78	302	1.3	0.5	53.3	2.6	89.7	20.9	79.5	18.5	2.1	0.65	9.2
SERVICOS DE SAUDE PUBLICA E PREVIDENCIA	204	1.3	0.5	32.8	0.0	100.0	21.6	3.9	0.53	588	2.5	1.1	69.4	0.0	100.0	17.9	94.0	22.6	2.6	0.62	11.2
SERVICOS DE SAUDE PARTICULAR	461	3.0	1.3	63.8	19.5	80.5	17.4	4.2	1.13	1299	5.3	2.3	63.0	18.9	76.9	22.4	88.8	12.6	6.1	1.25	10.1
ENSINO PUBLICO	1486	9.8	4.3	78.2	0.0	100.0	14.5	4.0	0.54	2233	9.8	4.3	81.6	0.0	99.8	9.7	96.4	6.3	4.7	0.61	4.2
ENSINO PARTICULAR	236	1.5	0.6	80.5	16.5	79.7	23.7	2.4	1.03	674	2.9	1.3	69.9	7.0	91.8	19.6	76.6	11.3	4.1	2.29	11.1
ADMINISTRACAO PUBLICA	1189	7.8	3.4	19.8	0.0	100.0	19.6	3.4	0.93	1897	8.3	3.6	27.1	0.0	99.8	15.2	95.4	21.3	4.0	1.10	4.8
SEGURANCA PUBLICA E DEFESA NACIONAL	560	3.7	1.6	0.0	0.0	100.0	29.8	2.7	0.72	867	3.8	1.6	2.5	0.0	100.0	18.9	92.6	21.9	4.4	0.87	4.5
SERVICOS DE CREDITO, CAPITALIZACAO E COMERCIO DE VALORES	687	4.4	1.9	15.9	1.8	97.6	21.7	3.3	0.87	1814	8.0	3.5	27.0	1.3	98.3	23.3	96.5	6.6	5.1	0.84	10.5
ADMINISTRACAO E COMERCIO DE IMOVEIS	146	0.9	0.4	2.7	73.3	26.7	13.0	4.8	0.84	482	2.1	0.9	14.7	53.3	45.0	8.3	71.2	13.9	4.8	0.87	12.7
OUTRAS ATIVIDADES N.P.C.	2164	14.3	6.2	24.9	14.0	85.0	17.5	1.5	1.55	463	2.0	0.9	22.5	26.3	70.2	19.2	74.7	25.3	4.4	2.88	-14.0
TOTAL SERVICOS	15079	68.2	43.7	49.2	15.0	84.3	20.2	2.0	1.36	22683	64.8	44.1	52.9	13.9	85.0	17.9	67.3	23.2	3.0	1.69	4.2
TOTAL DO SETOR TERCIARIO	22097	64.1	64.1	37.0	20.2	79.2	20.5	2.0	1.34	34996	68.1	63.1	40.9	16.9	82.1	17.7	73.2	21.1	3.3	1.90	4.7
N.D.A.	294	0.8	0.8	15.6	0.0	0.0	24.8	0.0	0.00	0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00	0.0
TOTAL DO MUNICIPIO	34445	100.0	100.0	25.8	19.5	75.5	20.7	1.9	1.38	51357	100.0	100.0	31.2	17.0	81.0	18.8	71.7	24.5	3.2	1.89	4.1

[illegible]

PROFISSÃO	CENSO 70								CENSO 80									
	TRABALHADORES	RENTA	C.V.	TRABALHADORES	RENTA	C.V.	TAXA CR	TOTAL	XTOTAL	XMULT	XPROP	XEMPR	XMIGR	XCONT	XNEGR	RENTA	C.V.	TAXA CR
PROFISSIONAIS	7950	6.4	8.8	65.2	34.8	9.0	6.3	0.99	10519	6.4	16.9	27.4	72.6	9.1	92.3	6.3	12.4	1.34
PROFISSIONAIS, GERENTES E CHEFES	3793	3.0	12.0	0.0	100.0	14.9	7.7	0.75	9114	5.6	21.5	0.0	99.7	15.9	98.0	8.4	11.0	0.86
PROFISSIONAIS DE ESCRITORIO	13794	11.2	32.7	1.1	98.7	8.8	2.8	0.88	19157	11.7	53.2	1.5	98.2	9.5	95.5	15.6	3.4	1.06
PROFISSIONAIS BURECRATICAS DE NATUREZA ESPECIFICA	1229	1.0	10.9	0.0	100.0	7.3	6.5	0.69	1882	1.1	19.6	0.0	100.0	11.4	98.5	13.5	8.5	0.79
PROFISSIONAIS E ARQUITETOS	597	0.4	0.0	12.7	87.3	30.0	16.0	0.51	1158	0.7	1.8	9.1	89.6	30.1	98.3	1.6	20.0	0.73
PROFISSIONAIS AUXILIARES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	219	0.1	1.8	5.5	94.5	12.8	4.9	0.60	782	0.4	7.3	7.5	91.9	24.6	91.7	6.8	7.5	0.69
PROFISSIONAIS, DENTISTAS E ENFERMEIROS DIPLOMADOS	781	0.6	8.6	54.5	44.4	17.5	14.7	0.60	1459	0.9	25.3	38.0	53.3	21.5	93.5	3.2	19.5	0.78
PROFISSIONAIS AUXILIARES DA AREA DE SAUDE	1373	1.1	76.8	4.8	95.2	12.3	1.9	0.83	2186	1.3	82.7	7.9	91.2	8.3	94.3	36.2	2.8	0.73
PROFISSIONAIS PRIMARIOS E INSPETORES DE ENSINO	3087	2.5	91.2	6.4	93.2	14.4	2.7	0.60	3938	2.4	88.2	8.3	91.2	12.2	88.5	6.6	4.4	0.81
PROFISSIONAIS SECUNDARIOS E SUPERIORES	872	0.7	63.2	1.8	98.2	23.4	5.9	0.60	1537	0.9	77.2	0.0	100.0	13.1	97.1	4.0	6.5	0.76
PROFISSIONAIS E CONTADORES - NIVEL SUPERIOR	268	0.2	3.0	19.4	80.6	11.6	7.9	0.67	727	0.4	14.3	10.6	85.6	10.0	99.6	6.6	12.5	0.56
PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE - NIVEL MEDIO	1320	1.0	14.0	18.0	81.1	8.2	5.8	0.84	1229	0.7	33.8	12.3	86.1	9.9	96.6	10.7	6.3	0.93
PROFISSIONAIS OCUPACOES TECNICAS E CIENTIFICAS DE NIVEL SUPERIOR	957	0.7	10.3	36.1	59.0	15.7	10.3	0.65	1768	1.0	27.8	35.5	58.2	11.3	90.0	3.9	13.3	0.81
PROFISSIONAIS OCUPACOES TECNICAS E CIENTIFICAS DE NIVEL MEDIO	1494	1.2	19.7	13.7	80.9	16.9	4.2	0.70	1786	1.1	32.9	19.5	78.6	17.5	83.0	15.5	5.9	0.79
PROFISSIONAIS E TECNICOS AGRICOLAS	37	0.0	0.0	0.0	100.0	21.6	2.0	0.44	17	0.0	0.0	0.0	70.6	0.0	70.6	23.5	3.2	0.01
PROFISSIONAIS TRABALHADORES QUALIFICADOS DO SETOR PRIMARIO	0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00	32	0.0	0.0	53.1	46.9	25.0	100.0	0.0	12.3	0.69
PROFISSIONAIS DA AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL	1415	1.1	0.7	26.8	71.5	23.7	1.3	1.11	430	0.2	0.9	34.2	65.8	32.6	75.8	22.8	4.5	1.41
PROFISSIONAIS MECANICOS	302	0.2	0.0	4.0	96.0	12.6	3.0	0.53	299	0.1	0.0	4.0	94.6	17.4	97.3	27.4	5.1	0.54
PROFISSIONAIS SEM ESPECIFICACAO	1880	1.5	0.0	5.6	94.1	12.5	3.0	0.68	2637	1.6	0.0	3.9	95.4	13.0	95.1	24.5	5.5	0.61
PROFISSIONAIS DA INDUSTRIA METAL-MEDANICA	887	0.7	0.5	2.9	97.1	11.8	2.6	0.52	1531	0.9	0.3	5.2	94.8	21.0	93.9	38.3	4.3	0.60
PROFISSIONAIS DA INDUSTRIA TEXTIL	154	0.1	34.4	14.9	85.1	22.1	1.4	0.64	220	0.1	37.7	32.3	67.7	18.2	83.6	24.1	2.3	0.76
PROFISSIONAIS E COSTUREIROS	1896	1.5	80.3	65.2	34.8	13.6	1.6	0.71	3089	1.9	93.9	63.6	36.4	14.7	70.1	23.8	1.9	0.77
PROFISSIONAIS DA INDUSTRIA DE VESTUARIOS E CALCADOS	377	0.3	45.9	48.8	50.1	15.6	1.2	0.81	288	0.1	42.4	52.1	47.9	18.4	59.4	28.5	2.0	1.39
PROFISSIONAIS E CARPINTEIROS	1506	1.2	0.0	18.6	81.1	19.7	2.1	0.61	1478	0.9	0.3	20.6	79.1	28.1	88.1	43.0	3.0	0.59
PROFISSIONAIS E RADIOTECNICOS	1670	1.3	0.7	22.0	77.0	13.4	2.8	0.59	2507	1.5	0.5	18.3	81.5	13.7	92.7	28.1	4.5	0.65
PROFISSIONAIS E ENSALADORES	1184	0.9	14.9	0.3	99.7	10.9	1.7	0.55	990	0.6	24.5	0.0	99.2	23.4	96.4	48.2	2.3	0.66
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	361	0.2	4.2	0.0	100.0	19.7	5.5	0.43	1994	1.2	4.0	0.0	100.0	18.2	99.0	11.8	11.3	0.56
PROFISSIONAIS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	1931	1.6	3.8	9.2	90.6	18.6	2.1	0.81	4058	2.5	7.2	7.7	92.1	18.0	93.3	28.8	4.9	0.93
PROFISSIONAIS DE JORNALIS E AMBULANTES	2179	1.7	15.6	64.0	33.0	12.0	1.8	0.71	2863	1.7	32.4	70.4	24.9	11.4	61.2	20.7	3.2	0.89
PROFISSIONAIS E CAIXAS	7277	5.9	32.9	0.6	98.0	15.3	1.7	0.89	8989	5.5	52.8	0.0	98.2	16.0	89.9	23.2	2.7	1.04
PROFISSIONAIS DO COMERCIO	2229	1.8	8.7	35.5	64.5	15.5	5.7	0.89	2780	1.7	11.4	49.5	50.2	12.4	86.2	7.3	9.0	0.91
PROFISSIONAIS	5094	4.1	0.0	28.5	71.2	10.3	2.7	0.58	7033	4.3	0.7	31.2	68.5	10.3	93.9	24.7	4.5	0.73
PROFISSIONAIS DOS TRANSPORTES E COMUNICACOES	7461	6.0	5.2	1.1	98.9	8.1	2.6	0.78	7901	4.8	8.1	14.3	85.2	8.8	97.8	34.5	5.0	0.79
PROFISSIONAIS DA REPARACAO DE VEICULOS	1665	1.3	0.2	19.7	80.1	17.3	2.2	0.67	1919	1.1	0.2	19.8	80.2	17.1	83.1	36.4	3.1	0.65
PROFISSIONAIS E COZINHEIROS	2318	1.8	24.5	0.2	99.8	32.7	1.4	0.52	3758	2.3	42.4	0.0	98.2	27.0	80.8	38.3	2.2	0.91
PROFISSIONAIS DOMESTICAS	11600	9.4	97.3	0.0	100.0	35.6	0.6	0.53	10425	6.4	98.1	9.8	88.6	35.3	55.3	51.5	1.0	0.63
PROFISSIONAIS DO SERVICO DE HIGIENE PESSOAL	1685	1.3	70.3	55.3	44.0	15.9	1.5	0.87	2020	1.2	83.9	55.3	44.5	12.3	59.5	30.6	2.2	0.97
PROFISSIONAIS, VIGIAS, ASCENSORISTAS E SERVENTES	5808	4.7	18.8	0.3	99.6	14.3	1.6	0.73	9767	6.0	34.9	0.0	99.5	15.9	91.2	40.7	2.1	0.75
PROFISSIONAIS DA DEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA	2456	2.0	0.0	0.0	100.0	22.6	3.6	0.80	1971	1.2	2.8	0.0	100.0	16.5	76.6	22.3	6.3	1.30
PROFISSIONAIS DE MAQUINAS (EXCETO CONSTRUCAO CIVIL)	1066	0.8	0.8	0.0	100.0	7.6	3.9	0.51	1261	0.7	3.2	0.0	100.0	12.6	98.7	32.5	5.2	0.69
PROFISSIONAIS BRACATIS SEM ESPECIFICACAO	2600	2.1	0.6	3.8	95.9	17.0	1.6	0.56	2963	1.8	5.8	6.5	93.0	19.6	90.6	45.7	2.6	0.67
PROFISSIONAIS N.P.C.	9859	8.0	12.1	4.1	94.5	12.9	3.0	0.96	14739	9.0	16.2	5.2	85.2	11.9	75.3	20.8	5.4	1.12
TOTAL	8062	6.5	2.6	22.7	66.0	28.6	1.6	0.90	7224	4.4	0.3	31.5	67.9	32.0	81.1	49.0	3.3	1.05
TOTAL	122743	100.0	25.9	14.0	84.8	16.5	3.0	1.01	162425	100.0	32.5	13.3	85.0	15.9	86.8	24.8	5.3	1.20

MUNICIPIO OCUPACAO	CENSO 70								CENSO 80								TAXA CR TRABALH	
	TRABALHADORES TOTAL XTOTAL	XMULH	XPROP	XEMP	XMIOR	RENDA MD-SM	C.V. RENDA	TRABALHADORES TOTAL XTOTAL	XMULH	XPROP	XEMP	XMIOR	XCONT	XNEG	RENDA MD-SM	C.V. RENDA		
SAO JOSE DOS CAMPOS																		
PROPRIETARIOS	1920	4.1	9.3	69.6	30.4	23.6	6.2	1.38	4024	3.8	16.6	42.7	57.2	26.2	85.5	6.6	11.9	1.43
ADMINISTRADORES, GERENTES E CHEFES	897	1.9	4.5	0.0	99.6	30.7	7.3	0.87	4565	4.3	16.0	0.0	99.4	31.0	96.7	6.4	11.6	0.88
AUXILIARES DE ESCRITORIO	2668	5.7	40.0	0.3	99.6	24.8	2.2	0.69	8792	8.3	58.3	0.3	99.3	25.4	92.3	10.2	2.8	0.75
OCUPACOES BUROCRATICAS DE NATUREZA ESPECIFICA	348	0.7	1.1	0.0	100.0	25.9	3.3	0.74	1351	1.2	8.1	0.0	100.0	27.9	98.1	17.7	4.5	0.97
ENGENHEIROS E ARQUITETOS	333	0.7	0.0	3.3	96.7	56.8	13.0	0.45	1193	1.1	2.1	3.6	95.4	44.0	97.7	1.7	19.6	0.53
OCUPACOES AUXILIARES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	259	0.5	1.5	1.5	98.5	39.5	5.0	0.58	783	0.7	3.1	2.6	97.4	28.4	94.8	11.0	8.1	0.62
MEDICOS, DENTISTAS E ENFERMEIROS DIPLOMADOS	227	0.4	14.1	65.2	27.8	25.1	16.5	0.68	555	0.5	31.9	39.3	52.3	33.5	97.1	2.9	20.4	0.77
OCUPACOES AUXILIARES DA AREA DE SAUDE	381	0.8	71.7	0.0	99.8	12.3	2.0	0.80	973	0.9	77.7	3.1	95.3	27.5	97.0	17.7	2.7	0.85
PROFESSORES PRIMARIOS E INSPECTORES DE ENSINO	972	2.0	87.4	4.5	94.7	22.2	3.1	0.65	1712	1.6	88.3	3.1	95.2	25.9	90.7	3.6	4.2	0.75
PROFESSORES SECUNDARIOS E SUPERIORES	335	0.7	38.4	0.0	98.8	28.5	7.9	0.74	910	0.8	70.3	0.0	100.0	37.5	95.9	3.1	7.9	0.75
ECONOMISTAS E CONTADORES - NIVEL SUPERIOR	146	0.3	8.9	16.4	83.6	19.9	5.9	0.74	344	0.3	11.6	6.7	92.2	28.2	98.0	2.3	13.1	0.62
TECNICOS DE CONTABILIDADE - NIVEL MEDIO	130	0.2	17.7	15.4	84.6	21.5	5.2	0.66	573	0.5	37.7	3.7	94.1	32.1	95.1	7.9	5.4	0.82
OUTRAS OCUPACOES TECNICAS E CIENTIFICAS DE NIVEL SUPERIOR	230	0.4	7.4	22.6	63.0	32.2	9.4	0.60	822	0.7	28.8	20.3	77.3	38.0	89.3	1.7	12.7	0.74
OUTRAS OCUPACOES TECNICAS E CIENTIFICAS DE NIVEL MEDIO	412	0.8	16.7	11.7	83.7	37.1	2.9	0.80	750	0.7	25.3	13.3	83.2	29.2	87.5	9.7	5.5	1.10
TRATORISTAS E TECNICOS AGRICOLAS	58	0.1	0.0	0.0	100.0	31.0	1.7	0.25	106	0.1	7.5	0.0	100.0	26.4	53.8	27.4	2.1	0.45
OUTROS TRABALHADORES QUALIFICADOS DO SETOR PRIMARIO	0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00	23	0.0	0.0	34.8	47.0	0.0	39.1	0.0	6.1	0.64
TRABALHADORES DA AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL	3743	8.0	5.3	20.7	76.2	16.2	0.9	1.35	2514	2.3	11.2	19.3	74.6	21.2	25.9	22.8	1.5	1.56
JOANEIROS MECANICOS	255	0.5	0.9	1.2	98.8	28.2	2.6	0.51	773	0.7	0.0	0.0	100.0	25.0	97.9	21.9	4.1	0.60
MECANICO SEM ESPECIFICACAO	1432	3.0	6.2	3.2	96.8	31.4	2.5	0.69	3706	3.5	3.7	1.2	98.5	25.5	97.8	17.4	4.5	0.63
OCUPACOES DA INDUSTRIA METAL-MECANICA	577	1.2	11.3	1.2	98.8	28.9	2.3	0.61	2476	2.3	8.2	2.0	97.8	35.7	95.9	28.1	3.6	0.62
OCUPACOES DA INDUSTRIA TEXTIL	1646	3.5	44.0	0.2	99.8	26.7	7.4	0.45	2004	1.9	49.6	0.9	98.8	31.0	97.2	21.7	2.2	0.97
ALFATEIROS E COSTUREIROS	561	1.2	84.3	46.7	53.3	31.7	1.1	1.09	1060	1.0	92.1	55.9	44.1	34.4	65.8	14.7	1.8	0.76
OUTRAS OCUPACOES DA INDUSTRIA DE VESTUARIOS E CALCADOS	643	1.3	68.0	6.7	93.3	38.4	1.2	0.38	1555	1.4	41.3	5.6	93.6	35.8	91.9	20.7	2.3	0.53
MARceneiros e CARPinteiros	600	1.2	0.0	17.7	82.3	33.2	1.6	0.42	1373	1.3	0.2	14.6	85.1	33.5	89.4	31.9	2.7	0.55
ELETRICISTAS E RADIOTECNICOS	635	1.3	5.8	10.9	88.5	21.7	2.6	0.83	2463	2.3	18.0	6.8	92.9	27.7	95.2	21.9	3.4	0.65
EXPEDIENTISTAS E EMBALADORES	392	0.8	29.8	4.0	100.0	37.2	1.1	0.31	844	0.8	42.7	0.0	99.5	35.1	93.5	16.7	1.9	0.44
DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	257	0.6	10.1	0.0	100.0	19.5	4.5	0.74	1546	1.4	6.1	0.0	100.0	35.4	97.0	12.6	8.7	0.73
OUTRAS OCUPACOES DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	1420	3.0	13.4	2.9	97.1	29.9	1.6	1.03	4495	4.2	26.2	1.4	98.2	36.0	92.8	20.2	4.9	14.48
VENDEDORES DE JORNAIS E AMBULANTES	519	1.1	11.2	72.8	25.6	36.2	1.2	0.84	951	0.9	30.0	73.3	24.0	28.8	44.6	18.6	2.7	1.31
LOJISTAS E CAIXAS	1772	3.8	18.5	0.7	97.0	23.5	1.3	0.89	5051	4.7	40.1	0.0	97.7	30.0	83.6	15.2	2.2	0.97
OUTRAS OCUPACOES DO COMERCIO	323	0.6	7.1	29.7	70.3	31.6	4.9	0.79	812	0.7	3.3	38.3	61.7	36.5	81.0	7.9	7.6	0.74
MOTORISTAS	1509	3.2	0.0	24.7	75.3	25.8	2.4	0.61	3827	3.6	0.1	23.6	76.3	23.4	94.4	19.0	4.0	0.85
OUTRAS OCUPACOES DOS TRANSPORTES E COMUNICACOES	338	0.7	15.4	14.8	85.2	20.4	1.6	0.48	864	0.8	30.3	1.0	99.0	36.0	97.6	16.0	3.2	1.15
OCUPACOES DA REPARACAO DE VEICULOS	716	1.5	0.6	12.6	87.4	31.0	2.5	0.85	2212	2.0	0.2	9.3	90.1	26.9	88.0	18.4	3.5	0.65
GARCONS E COZINHEIROS	624	1.3	44.4	0.0	99.4	27.4	1.3	0.75	2151	2.0	41.9	0.0	99.3	28.1	80.4	18.1	1.8	0.64
EMPREGADAS DOMESTICAS	3821	8.1	98.2	0.0	100.0	36.2	0.4	0.56	6878	6.5	97.5	5.8	92.4	41.4	35.9	35.4	0.7	0.59
OCUPACOES DO SERVICO DE HIGIENE PESSOAL	563	1.2	73.4	76.7	23.3	16.7	0.9	0.83	1031	0.9	87.3	66.6	32.3	23.0	48.0	21.0	1.5	1.00
PORTEIROS, VIGIAS, ASCENSORISTAS E SERVENTES	2116	4.5	17.2	0.0	98.8	28.6	1.3	0.51	5727	5.4	32.2	0.0	99.7	30.0	89.8	22.2	1.7	0.72
OCUPACOES DA DEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA	840	1.8	0.0	0.0	100.0	45.2	5.5	1.27	703	0.6	0.4	0.0	100.0	41.7	47.5	12.8	9.1	0.92
OPERADORES DE MAQUINAS (EXCETO CONSTRUCAO CIVIL)	1405	3.0	7.4	0.0	100.0	31.5	1.9	0.44	2623	2.4	16.7	0.0	99.8	37.3	99.3	20.7	2.9	0.44
TRABALHADORES BRANCOS SEM ESPECIFICACAO	660	1.4	5.3	2.3	97.1	26.1	1.0	0.43	1441	1.3	11.2	3.0	96.7	31.6	81.7	29.1	1.6	0.89
OUTRAS OCUPACOES N.P.C.	4014	8.6	19.2	1.4	98.0	29.4	1.8	0.96	10665	9.9	18.7	2.4	89.1	27.5	86.0	14.4	9.8	11.57
N.D.A.	5901	12.6	3.5	16.6	72.2	33.7	1.2	1.16	8658	8.1	0.1	27.2	72.2	32.8	73.7	35.6	2.4	0.90
TOTAL	46639	100.0	24.5	11.9	86.0	29.0	2.2	1.21	105669	100.0	29.6	9.5	88.9	30.6	83.3	18.6	4.8	3.27

MUNICIPIO OCUPACAO	CENSO 70								CEN. 80								TAXA CR TRABALH		
	TRABALHADORES TOTAL	XTOTAL	XMULH	XPROP	XEMP	XNIGR	REDA MD-SM	C.V. REDA	TRABALHADORES TOTAL	XTOTAL	XMULH	XPROP	XEMP	XNIGR	XCONT	XNEGR		REDA MD-SM	C.V. REDA
SOROCABA																			
PROPRIETARIOS	2885	5.1	12.4	79.5	20.5	10.2	4.4	1.08	4786	4.7	17.3	38.0	62.0	12.5	90.8	3.5	10.6	1.34	5.2
ADMINISTRADORES, GERENTES E CHEFES	880	1.5	8.4	0.0	99.7	18.2	6.0	0.85	4060	4.0	17.7	0.0	99.9	24.2	98.7	4.9	9.3	0.89	16.5
AUXILIARES DE ESCRITORIO	3111	5.5	33.5	0.1	99.7	12.3	2.1	0.69	7531	7.5	60.2	0.1	99.8	15.0	93.8	5.6	2.6	0.87	9.2
OCUPACOES BUCROCRATICAS DE NATUREZA ESPECIFICA	338	0.6	4.4	0.0	100.0	17.5	5.1	0.83	924	0.9	13.3	0.0	99.6	17.5	98.5	10.5	4.3	0.91	10.6
ENGENHEIROS E ARQUITETOS	51	0.0	0.0	7.8	92.2	41.2	11.0	0.23	304	0.3	1.3	10.5	89.5	38.8	97.4	2.6	18.7	0.52	19.5
OCUPACOES AUXILIARES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	136	0.2	2.9	0.0	100.0	7.4	3.4	0.37	592	0.5	4.9	6.4	92.2	27.7	95.3	9.5	6.7	0.67	15.8
MEDICOS, DENTISTAS E ENFERMEIROS DIPLOMADOS	240	0.4	14.5	58.5	41.5	6.5	14.7	0.76	560	0.5	21.4	50.7	43.6	13.6	93.6	0.0	19.5	1.03	8.5
OCUPACOES AUXILIARES DA AREA DE SAUDE	516	0.9	67.6	2.1	97.9	13.2	1.7	0.49	1292	1.2	81.7	1.9	98.1	14.3	95.2	13.1	2.6	0.53	9.6
PROFESSORES PRIMARIOS E INSPETORES DE ENSINO	1645	3.3	89.1	3.6	94.9	10.8	2.6	0.51	2083	2.0	87.6	4.2	93.4	12.4	91.8	4.0	4.2	0.74	1.2
PROFESSORES SECUNDARIOS E SUPERIORES	443	0.7	58.0	0.0	99.1	12.2	5.6	0.61	1160	1.1	73.4	0.0	100.0	10.1	98.6	3.4	6.4	0.81	10.1
ECONOMISTAS E CONTADORES - NIVEL SUPERIOR	55	0.1	14.5	18.2	81.8	7.3	5.6	0.44	201	0.2	14.9	0.0	92.0	27.9	98.0	2.0	9.8	0.66	13.8
TECNICOS DE CONTABILIDADE - NIVEL MEDIO	246	0.4	9.8	24.0	74.4	6.9	5.6	0.88	583	0.5	37.9	2.1	97.9	20.9	94.5	8.9	5.3	0.85	9.0
OUTRAS OCUPACOES TECNICAS E CIENTIFICAS DE NIVEL SUPERIOR	208	0.3	15.4	26.9	57.7	17.3	6.8	0.68	620	0.6	23.4	35.5	58.5	17.7	87.6	2.7	13.4	0.85	11.5
OUTRAS OCUPACOES TECNICAS E CIENTIFICAS DE NIVEL MEDIO	414	0.7	15.7	15.5	77.8	12.3	2.4	0.65	747	0.7	28.2	10.7	81.8	21.2	81.8	7.2	4.5	1.12	6.1
TRATORISTAS E TECNICOS AGRICOLAS	70	0.1	0.0	0.0	100.0	15.7	1.4	0.35	126	0.1	0.0	0.0	96.0	61.1	59.5	25.4	1.6	0.40	6.1
OUTROS TRABALHADORES QUALIFICADOS DO SETOR PRIMARIO	0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00	8	0.0	0.0	100.0	0.0	0.0	100.0	9.0	15.6	0.38	0.0
TRABALHADORES DA AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL	2790	5.0	7.4	33.2	52.1	21.4	0.8	1.48	1671	1.6	14.7	23.2	63.7	32.1	30.6	18.3	1.9	1.86	-5.0
TORNEIROS MECANICOS	331	0.5	0.0	0.0	100.0	5.1	2.1	0.71	1259	1.2	0.0	1.0	99.0	27.7	98.4	12.9	3.3	0.50	14.3
MECANICO SEM ESPECIFICACAO	1362	2.4	1.9	2.1	97.9	10.5	1.9	0.58	2738	2.7	3.8	2.7	97.2	22.3	97.4	13.6	3.5	0.68	7.3
OCUPACOES DA INDUSTRIA METAL-MECANICA	1193	2.1	0.3	2.7	97.3	15.7	1.6	0.45	3084	3.0	0.9	2.6	97.4	32.8	96.5	19.4	3.2	0.53	10.0
OCUPACOES DA INDUSTRIA TEXTIL	5247	9.4	39.4	0.4	99.4	18.4	1.3	0.44	4043	4.0	45.6	1.1	98.8	24.0	97.3	14.0	2.1	0.51	-2.6
ALFAIATES E COSTUREIROS	908	1.6	83.6	58.5	41.5	11.9	1.0	0.63	3745	3.7	96.0	24.1	75.4	33.3	87.7	16.3	1.5	0.85	15.2
OUTRAS OCUPACOES DA INDUSTRIA DE VESTUARIOS E CALCADOS	197	0.3	10.2	58.4	41.6	16.2	1.1	0.49	150	0.1	38.0	61.3	38.7	16.0	73.3	2.7	2.2	0.60	-2.7
MARCEIROS E CARPINTEIROS	859	1.5	0.0	12.3	87.7	13.5	1.7	0.64	1331	1.3	4.4	15.4	84.6	32.6	90.9	16.6	2.6	0.59	4.5
ELETRICISTAS E RADIOTECNICOS	733	1.3	2.4	13.7	86.3	11.2	2.1	0.70	1677	1.6	6.3	13.4	86.4	21.5	90.6	10.7	3.4	0.67	8.3
EXPEDIDORES E EMBALADORES	234	0.4	47.9	0.0	100.0	6.8	1.1	0.51	732	0.7	61.6	0.0	100.0	36.5	91.7	21.4	1.5	0.67	12.1
DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	639	1.1	2.3	0.0	100.0	7.2	3.0	0.70	1129	1.1	4.0	0.0	100.0	22.9	96.5	5.8	7.3	0.65	5.9
OUTRAS OCUPACOES DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	1939	3.4	5.7	8.4	90.6	12.1	1.3	0.62	3670	3.6	19.7	2.4	96.3	32.9	86.8	20.0	2.3	0.84	6.4
VENDEDORES DE JORNAIS E AMBULANTES	1150	2.0	10.9	67.7	32.3	15.9	1.3	1.00	1441	1.4	23.6	74.5	20.9	15.6	54.6	11.2	3.0	0.94	2.3
LOJISTAS E CAIXAS	2322	4.1	31.1	1.5	95.7	13.9	1.2	0.77	5732	5.7	42.3	0.0	98.4	19.5	86.0	9.1	2.4	1.00	9.5
OUTRAS OCUPACOES DO COMERCIO	849	1.5	7.1	20.8	79.2	20.0	4.3	0.93	1073	1.0	6.2	35.7	63.6	19.5	79.1	3.0	7.9	0.82	2.4
MOTORISTAS	1999	3.5	0.2	26.8	73.0	15.6	2.4	0.94	4221	4.2	0.0	27.8	72.0	22.0	90.8	12.5	4.4	1.21	7.8
OUTRAS OCUPACOES DOS TRANSPORTES E COMUNICACOES	937	1.6	13.0	9.6	90.4	11.5	1.7	0.48	1213	1.2	22.9	0.7	99.0	29.7	96.1	11.8	2.9	0.77	2.6
OCUPACOES DA REPARACAO DE VEICULOS	788	1.4	0.0	20.9	77.5	14.7	1.7	0.71	1381	1.3	0.0	20.2	78.3	16.1	83.8	15.6	2.8	0.73	5.8
GARCONS E COZINHEIROS	308	0.5	61.4	1.3	96.4	16.5	1.2	0.80	1548	1.5	56.8	0.0	98.3	27.5	78.8	21.1	1.5	0.74	17.5
EMPRESADAS DOMESTICAS	4777	8.5	96.1	0.0	100.0	25.6	0.3	0.63	6201	6.1	93.4	2.8	95.9	42.6	53.1	31.8	0.7	0.61	2.6
OCUPACOES DO SERVICO DE HIGIENE PESSOAL	665	1.2	59.7	65.5	34.5	16.1	1.4	0.80	980	0.9	81.3	73.1	26.5	15.8	68.0	14.0	2.2	0.99	3.6
PORTEIROS, VIGIAS, ASCENSORISTAS E SERVENTES	1675	3.0	20.4	0.2	99.6	14.5	1.3	0.61	4776	4.7	36.4	0.0	99.6	28.0	86.7	20.6	1.8	0.65	11.0
OCUPACOES DA DEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA	1326	2.3	0.0	0.0	100.0	17.6	3.1	0.59	1525	1.5	2.4	0.0	100.0	16.7	91.3	10.4	5.6	0.64	1.4
OPERADORES DE MAQUINAS (EXCETO CONSTRUCAO CIVIL)	274	0.4	5.8	0.0	100.0	26.6	1.5	0.31	1613	1.6	23.6	0.0	99.5	35.1	98.6	16.6	2.4	0.50	19.4
TRABALHADORES BRACIS SEM ESPECIFICACAO	1564	2.6	5.6	1.5	98.5	19.8	1.0	0.42	1938	1.9	5.4	2.4	97.2	30.3	85.2	21.8	1.5	0.62	2.2
OUTRAS OCUPACOES M.P.C.	4331	7.7	17.2	6.5	93.4	14.1	1.8	0.80	7046	7.0	23.8	3.3	93.4	28.6	89.0	14.3	3.2	1.03	5.0
N.D.A.	4862	8.7	5.3	16.4	62.2	17.7	1.0	0.93	8749	8.7	0.0	37.7	62.1	32.8	62.9	24.9	2.3	0.87	6.0
TOTAL	55765	100.0	26.7	16.7	82.5	15.1	1.9	1.09	100264	100.0	32.4	12.1	86.8	25.4	83.4	14.4	3.6	1.32	6.0

MUNICIPIO OCUPACAO	CENSO 70								CENSO 80								TAXA CR TRABALH		
	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%MULH	%PROP	%EMP	%MIGR	RENDIA MD-SM	C.V. RENDIA	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%MULH	%PROP	%EMP	%MIGR	%CONT	%NEG		RENDIA MD-SM	C.V. RENDIA
CAMPINAS																			
PROPRIETARIOS	5888	4.3	7.4	62.1	37.9	12.6	7.0	1.06	13695	4.9	16.0	37.7	62.3	15.0	88.6	4.9	12.3	1.53	8.8
ADMINISTRADORES, GERENTES E CHEFES	4065	2.9	11.1	0.0	99.5	21.7	7.3	0.91	14131	5.1	17.7	0.0	99.5	25.0	96.6	6.5	11.2	0.99	13.3
AUXILIARES DE ESCRITORIO	10025	7.3	45.0	0.4	99.4	17.8	2.2	0.75	24238	8.7	60.0	0.4	99.3	19.5	93.8	10.8	2.9	0.94	9.2
OCUPACOES BURECRATICAS DE NATUREZA ESPECIFICA	1028	0.7	5.3	0.8	99.2	23.0	4.9	0.75	2715	0.9	18.9	0.0	99.6	24.5	97.5	15.2	4.5	1.04	10.2
ENGENHEIROS E ARQUITETOS	770	0.5	0.0	6.1	93.4	47.4	15.5	0.53	1963	0.7	4.1	10.9	86.2	41.2	98.0	0.6	20.6	0.63	9.8
OCUPACOES AUXILIARES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	694	0.5	3.9	4.3	95.7	22.3	4.4	0.75	1668	0.6	6.5	8.6	91.4	23.3	95.3	8.8	6.9	0.82	9.2
MEDICOS, DENTISTAS E ENFERMEIROS DIPLOMADOS	908	0.6	12.9	42.4	57.2	15.5	13.8	0.68	2049	0.7	26.1	39.9	54.7	27.1	89.7	2.0	18.0	0.89	8.5
OCUPACOES AUXILIARES DA AREA DE SAUDE	1582	1.1	80.1	1.7	98.3	22.2	1.6	0.58	3180	1.1	82.9	4.1	95.8	22.5	96.1	23.4	2.8	0.69	7.3
PROFESSORES PRIMARIOS E INSPETORES DE ENSINO	3135	2.2	68.7	4.6	93.3	20.4	2.9	0.69	4726	1.7	85.9	5.0	93.9	22.6	88.2	4.8	4.7	0.86	4.2
PROFESSORES SECUNDARIOS E SUPERIORES	1230	0.9	53.0	0.3	97.8	34.6	6.9	0.70	3574	1.3	58.8	0.4	98.4	31.6	96.1	2.4	10.1	0.76	11.3
ECONOMISTAS E CONTADORES - NIVEL SUPERIOR	348	0.2	5.5	11.5	87.4	19.3	9.0	0.60	932	0.3	18.2	11.7	84.9	18.5	98.3	2.5	12.8	0.87	10.4
TECNICOS DE CONTABILIDADE - NIVEL MEDIO	994	0.7	13.5	13.2	86.8	18.7	5.2	0.65	1778	0.6	26.2	7.0	92.1	21.9	95.8	7.8	5.9	0.91	6.0
OUTRAS OCUPACOES TECNICAS E CIENTIFICAS DE NIVEL SUPERIOR	1287	0.9	15.9	15.4	72.4	22.8	9.8	0.71	3024	1.1	27.6	20.0	76.3	23.1	91.4	2.5	14.0	0.82	8.9
OUTRAS OCUPACOES TECNICAS E CIENTIFICAS DE NIVEL MEDIO	1448	1.0	35.0	5.5	77.6	25.5	2.9	0.93	2473	0.9	26.3	12.1	82.9	24.1	85.5	11.3	4.8	0.91	5.5
TRATORISTAS E TECNICOS AGRICOLAS	372	0.2	0.0	1.1	98.9	32.5	1.3	0.78	387	0.1	2.1	1.0	99.0	31.0	67.4	20.2	2.0	0.42	0.4
OUTROS TRABALHADORES QUALIFICADOS DO SETOR PRIMARIO	12	0.0	0.0	33.3	0.0	66.7	1.7	0.00	85	0.0	8.2	25.9	51.8	27.1	36.5	0.0	4.5	0.92	21.6
TRABALHADORES DA AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL	7812	5.7	12.9	14.4	80.6	28.3	1.0	1.52	5305	1.9	20.4	18.7	67.3	39.7	30.6	28.9	1.9	4.86	-3.8
TORNEIROS MECANICOS	1036	0.7	0.0	3.5	96.5	22.0	2.2	0.47	2763	1.0	1.5	1.0	98.5	24.0	98.3	26.0	3.6	0.71	10.3
MECANICO SEM ESPECIFICACAO	3544	2.5	4.3	3.9	96.0	17.6	2.3	0.67	5799	2.1	4.5	3.1	96.7	18.6	96.5	18.8	4.2	0.65	5.0
OCUPACOES DA INDUSTRIA METAL-MECANICA	2066	1.5	1.2	4.3	95.4	25.5	1.9	0.56	5534	2.0	4.2	2.9	97.0	28.8	92.0	29.8	3.1	0.57	10.4
OCUPACOES DA INDUSTRIA TEXTIL	1063	0.7	62.0	3.4	96.6	13.4	1.2	0.64	844	0.3	52.4	7.6	92.4	29.6	92.8	17.2	2.1	0.71	-2.3
ALFAIATES E COSTUREIROS	1872	1.3	86.1	59.9	40.1	18.8	1.2	0.89	4289	1.5	91.4	43.4	56.4	31.1	65.7	20.2	1.7	1.01	8.6
OUTRAS OCUPACOES DA INDUSTRIA DE VESTUARIOS E CALCADOS	797	0.5	26.0	11.9	88.1	20.0	1.2	0.53	937	0.3	31.1	23.2	76.4	24.1	80.5	23.3	2.2	0.67	1.4
MARCELEIROS E CARPINTEIROS	2189	1.6	0.0	15.2	84.6	27.0	1.6	0.57	4574	1.6	2.1	13.4	86.3	32.5	89.9	31.0	2.5	0.83	7.6
ELETRICISTAS E RADIOTECNICOS	1977	1.4	3.4	12.8	86.7	21.0	2.5	0.75	4907	1.7	7.4	9.3	90.7	22.9	93.5	27.1	3.7	0.86	9.5
EXPEDIDORES E EMBALADORES	1039	0.7	43.6	0.0	100.0	31.2	1.0	0.50	2361	0.8	55.7	0.0	99.2	40.6	92.0	26.3	1.4	0.53	8.6
DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	443	0.3	3.6	0.0	100.0	15.1	4.1	0.65	2101	0.7	3.6	0.0	100.0	19.5	98.4	8.3	8.8	0.58	16.8
OUTRAS OCUPACOES DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	3962	2.9	12.3	5.0	94.8	25.3	1.4	0.74	10910	3.9	21.0	2.7	96.4	32.2	90.5	27.6	2.5	0.92	10.7
VENDEDORES DE JORNAIS E AMBULANTES	2106	1.5	13.5	69.8	27.7	24.5	1.7	0.96	3097	1.1	27.7	69.6	24.8	18.4	58.0	16.7	3.1	1.17	3.9
LOJISTAS E CAIXAS	7226	5.2	32.1	2.1	96.5	25.4	1.6	0.89	15598	5.6	47.6	0.0	97.8	29.9	86.7	15.2	2.5	1.08	8.0
OUTRAS OCUPACOES DO COMERCIO	2904	2.1	5.3	30.2	69.8	18.9	5.1	0.82	4157	1.5	10.8	36.1	63.9	19.0	83.4	7.2	8.6	0.92	3.7
MOTORISTAS	5120	3.7	0.1	21.5	78.4	19.2	2.3	0.71	10860	3.9	0.2	21.7	78.1	22.1	93.4	20.6	3.9	0.84	7.8
OUTRAS OCUPACOES DOS TRANSPORTES E COMUNICACOES	1828	1.3	22.4	2.3	97.7	28.2	2.0	0.85	2961	1.0	30.8	1.5	98.4	33.3	97.3	22.5	3.5	0.94	4.9
OCUPACOES DA REPARACAO DE VEICULOS	2151	1.5	0.2	15.6	84.1	19.8	1.9	0.76	4582	1.6	0.0	13.5	85.7	24.1	83.1	23.6	3.2	0.85	7.9
GARCONS E COZINHEIROS	1354	0.9	38.2	0.4	99.0	29.5	1.2	0.51	4902	1.7	49.0	0.0	97.3	33.3	80.7	29.2	1.8	0.75	13.7
EMPREGADAS DOMESTICAS	14741	10.7	98.1	0.0	100.0	38.4	0.5	0.64	22675	8.2	96.7	4.3	94.8	40.3	32.9	45.4	0.8	0.54	4.4
OCUPACOES DO SERVICO DE HIGIENE PESSOAL	1616	1.1	70.9	60.8	39.2	20.4	1.3	0.77	2704	0.9	82.0	64.6	34.8	21.2	45.7	23.3	1.9	0.98	5.3
PORTEIROS, VIGIAS, ASCENSORISTAS E SERVENTES	5154	3.7	18.0	0.2	99.0	24.4	1.3	0.82	14060	5.1	36.2	0.0	99.7	31.5	82.8	33.7	1.7	0.67	10.6
OCUPACOES DA DEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA	1700	1.2	0.0	0.0	100.0	38.8	3.6	0.89	2285	0.8	1.2	0.0	100.0	26.6	66.9	18.7	5.5	0.99	3.0
OPERADORES DE MAQUINAS (EXCETO CONSTRUCAO CIVIL)	2217	1.6	4.7	0.0	100.0	31.8	1.7	0.45	4408	1.6	19.6	0.1	99.9	32.4	97.7	25.9	2.8	0.53	7.1
TRABALHADORES BRACOS SEM ESPECIFICACAO	2851	2.1	2.4	3.1	96.3	28.5	1.1	0.53	5309	1.9	6.0	5.4	94.5	38.9	81.9	40.2	1.7	0.69	6.3
OUTRAS OCUPACOES M.P.C.	11427	8.3	19.6	4.4	94.8	24.5	2.2	1.21	22660	8.2	26.5	7.3	90.3	31.2	85.3	23.4	5.3	11.51	7.2
N.D.A.	12683	9.2	2.5	19.3	72.4	38.3	1.5	0.76	24198	8.7	0.2	28.7	70.8	39.9	72.1	40.4	2.4	0.87	4.7
TOTAL	136694	100.0	28.4	11.9	86.4	26.2	2.57	1.16	275628	100.0	32.8	11.3	87.5	28.9	81.3	22.6	4.4	1.38	7.3

MUNICÍPIO OCUPAÇÃO	NS. 70								CENSO 81								TAXA CR TRABALH		
	TRABALHADORES TOTAL XTOTAL	MMULH	XPROP	XEMP	XMIGR	REND MD-SH	C.V. REND	TRABALHADORES TOTAL XTOTAL	MMULH	XPROP	XEMP	XMIGR	XCONT	XNEGR	REND MD-SH	C.V. REND			
RIBEIRÃO PRETO																			
PROPRIETARIOS	4058	5.3	8.7	64.2	35.8	15.5	6.1	1.15	7990	6.1	16.4	40.8	59.2	15.3	86.4	4.1	12.3	1.74	7.0
ADMINISTRADORES,GERENTES E CHEFES	1545	2.0	9.8	0.0	99.7	19.7	6.0	0.90	5134	3.9	21.3	0.0	99.5	24.5	95.7	6.6	8.7	1.12	12.8
AUXILIARES DE ESCRITORIO	5174	6.8	41.1	0.3	99.7	12.8	1.8	0.80	12002	9.2	57.4	0.4	99.4	18.7	92.3	6.6	2.4	0.79	8.8
OCUPACOES BURECRATICAS DE NATUREZA ESPECIFICA	298	0.3	5.4	0.0	100.0	21.8	5.5	0.77	1039	0.8	20.2	0.0	100.0	22.5	97.5	9.7	4.9	1.04	13.3
ENGENHEIROS E ARQUITETOS	100	0.1	0.0	25.0	75.0	14.0	15.7	0.46	524	0.4	5.5	25.8	71.2	39.1	96.4	0.8	14.3	0.72	18.0
OCUPACOES AUXILIARES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	134	0.1	6.0	11.9	88.1	11.2	2.6	0.84	435	0.3	5.3	16.6	82.3	25.7	87.8	9.2	4.9	0.76	12.5
MEDICOS,DENTISTAS E ENFERMEIROS DIPLOMADOS	731	0.9	17.9	43.4	56.6	9.2	9.8	0.66	1650	1.2	29.6	39.2	56.7	18.0	91.2	1.0	15.1	1.04	8.5
OCUPACOES AUXILIARES DA AREA DE SAUDE	1107	1.4	72.8	2.2	97.5	13.7	1.4	0.58	2316	1.7	73.2	2.7	97.0	15.9	95.2	22.3	2.7	0.52	7.7
PROFESSORES PRIMARIOS E INSPECTORES DE ENSINO	1752	2.3	90.5	5.2	94.8	11.2	2.7	0.61	2448	1.8	84.5	6.9	92.5	15.4	89.7	4.1	4.3	0.79	3.4
PROFESSORES SECUNDARIOS E SUPERIORES	719	0.9	43.7	1.7	98.3	14.0	7.7	0.70	1646	1.2	63.4	0.7	99.0	16.3	97.5	1.5	10.1	0.94	8.6
ECONOMISTAS E CONTADORES - NIVEL SUPERIOR	91	0.1	17.6	33.0	67.0	19.8	5.2	0.66	302	0.2	17.2	14.6	84.1	16.2	100.0	2.6	8.4	0.82	12.7
TECNICOS DE CONTABILIDADE - NIVEL MEDIO	583	0.7	12.7	8.9	91.1	12.3	3.7	0.62	766	0.5	24.8	9.5	88.9	13.8	97.8	7.8	4.9	0.74	2.8
OUTRAS OCUPACOES TECNICAS E CIENTIFICAS DE NIVEL SUPERIOR	442	0.5	15.6	31.9	61.8	23.8	8.0	0.82	1408	1.0	29.6	29.8	67.4	22.0	90.6	1.1	11.6	0.93	12.3
OUTRAS OCUPACOES TECNICAS E CIENTIFICAS DE NIVEL MEDIO	609	0.8	15.8	15.1	81.0	12.0	2.2	0.79	1286	0.9	22.4	22.3	75.9	19.6	82.6	13.0	4.1	0.81	7.8
TRATORISTAS E TECNICOS AGRICOLAS	317	0.4	0.0	1.3	98.7	11.7	1.0	0.24	519	0.4	0.0	0.8	99.2	25.8	53.4	31.0	2.0	0.44	5.1
OUTROS TRABALHADORES QUALIFICADOS DO SETOR PRIMARIO	0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00	136	0.1	0.0	83.3	14.0	17.6	51.5	8.1	9.1	0.83	0.0
TRABALHADORES DA AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL	7331	9.6	12.0	9.1	88.4	14.4	0.8	0.81	5113	3.9	18.0	13.2	84.1	20.5	25.7	32.1	2.4	5.34	-3.5
TORNEIROS MECANICOS	308	0.4	0.0	7.8	91.2	14.6	1.7	0.53	541	0.4	0.0	5.9	94.1	22.0	95.6	17.0	3.1	0.61	5.8
MECANICO SEM ESPECIFICACAO	733	0.9	0.0	13.9	86.1	15.3	1.7	0.60	1365	1.0	0.9	7.8	92.2	23.5	91.3	17.7	3.0	0.56	6.4
OCUPACOES DA INDUSTRIA METAL-MECANICA	613	0.8	0.7	14.2	85.2	16.3	1.4	0.65	1641	1.2	1.3	6.3	93.5	16.8	88.7	25.2	2.4	0.65	10.3
OCUPACOES DA INDUSTRIA TEXTIL	1116	1.4	66.8	3.6	96.4	11.4	1.1	0.40	694	0.6	36.4	4.7	94.9	31.9	93.4	24.9	2.7	0.69	-2.2
ALFAIATES E COSTUREIROS	1168	1.5	83.7	68.1	31.3	17.0	1.1	0.81	2148	1.6	91.8	59.7	40.3	19.1	62.8	10.4	1.6	0.96	6.3
OUTRAS OCUPACOES DA INDUSTRIA DE VESTUARIOS E CALÇADOS	624	0.8	9.6	23.7	75.6	7.5	1.1	0.65	741	0.5	25.9	25.2	74.2	16.6	82.1	18.6	1.9	0.69	1.7
MARceneiros e CARPinteiros	1308	1.7	0.0	18.2	81.5	17.7	1.4	0.59	1971	1.5	0.6	18.6	81.2	19.5	86.1	22.5	2.4	0.80	4.2
ELETRICISTAS E RADIOTECHNICOS	799	1.0	0.0	25.4	73.6	13.6	1.8	0.62	1670	1.2	0.7	26.5	73.2	21.2	87.1	19.2	3.4	0.67	7.7
EXPEDIDORES E EMBALADORES	540	0.7	20.6	0.0	100.0	23.0	1.0	0.40	788	0.6	46.2	0.0	100.0	25.4	89.3	21.6	1.2	0.45	3.9
DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	166	0.2	24.1	0.0	100.0	14.5	2.4	1.00	395	0.3	-1.0	0.0	100.0	29.6	97.2	5.3	5.9	0.61	9.1
OUTRAS OCUPACOES DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	1785	2.2	7.6	12.1	87.4	17.2	1.3	0.63	3372	2.7	13.2	8.1	91.6	19.5	83.1	21.2	2.2	0.84	7.7
VENDEDORES DE JORNAIS E ANUNCIAIS	1396	1.8	9.1	70.8	27.4	20.2	1.1	0.83	1987	1.5	25.1	78.3	18.4	17.5	54.6	13.1	3.0	1.08	3.6
LOJISTAS E CAIXAS	4797	6.3	24.7	1.0	97.5	17.4	1.2	0.88	9157	7.0	38.3	0.0	97.9	20.6	86.8	11.8	2.5	1.01	6.7
OUTRAS OCUPACOES DO COMERCIO	2345	3.0	2.8	28.9	70.9	18.0	4.4	0.98	2410	1.8	2.6	36.1	61.9	20.6	83.7	5.1	9.3	2.37	0.3
MOTORISTAS	2897	3.8	0.1	21.6	78.1	17.5	1.3	0.78	5793	4.4	0.0	22.6	77.1	10.4	93.6	17.1	3.5	0.93	7.2
OUTRAS OCUPACOES DOS TRANSPORTES E COMUNICACOES	1381	1.8	16.3	7.8	91.9	17.3	1.6	0.46	1777	1.3	34.2	8.9	90.8	24.2	91.1	18.2	3.1	0.82	2.6
OCUPACOES DA REPARACAO DE VEICULOS	1505	1.9	0.0	22.3	77.0	10.4	1.5	0.62	2062	1.5	0.0	20.5	79.0	17.6	81.5	20.1	2.8	0.82	3.2
CARCOIS E COZINHEIROS	705	0.9	44.4	0.6	99.4	20.6	1.1	0.53	2191	1.6	53.2	0.0	98.5	22.4	78.6	26.8	1.8	0.72	12.0
EMPRESAS DOMESTICAS	9398	12.3	98.6	0.0	100.0	26.0	0.4	0.54	11960	9.2	96.2	6.0	93.0	29.1	26.7	39.6	0.8	0.53	2.4
OCUPACOES DO SERVICO DE HIGIENE PESSOAL	1499	1.9	78.3	78.7	20.6	16.7	0.9	0.87	1872	1.4	83.3	75.3	24.5	14.6	42.1	21.8	1.7	0.88	2.2
FORTEIROS,VIGIAS,ASCENSORISTAS E SERVENTES	2946	3.8	15.4	0.3	99.7	16.0	1.1	0.72	7131	5.3	35.2	0.0	99.6	20.6	84.1	25.7	1.6	0.58	9.2
OCUPACOES DA DEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA	1289	1.7	0.0	0.0	100.0	10.9	3.2	0.67	1336	1.0	1.9	0.0	100.0	17.6	91.1	13.6	5.2	0.62	0.4
OPERADORES DE MAQUINAS (EXCETO CONSTRUCAO CIVIL)	324	0.4	18.8	0.0	100.0	13.1	1.3	0.47	698	0.5	16.9	1.3	98.7	26.2	95.1	23.8	2.4	0.55	8.0
TRABALHADORES BRANCAIS SEM ESPECIFICACAO	1845	1.9	3.2	1.7	98.1	15.6	1.0	0.40	2274	1.7	5.1	6.0	93.5	25.2	78.1	41.2	1.5	0.59	4.6
OUTRAS OCUPACOES M.P.C.	3584	4.7	13.3	4.4	94.4	13.5	1.7	1.05	7573	5.8	25.3	9.1	89.7	23.5	82.6	20.1	3.2	1.31	7.8
N.D.A.	6415	8.4	2.3	18.5	70.1	20.0	1.0	0.65	10882	8.4	0.3	35.8	63.5	24.0	66.1	36.1	2.2	0.67	5.4
TOTAL	76000	100.0	29.3	14.8	85.6	17.0	1.9	1.31	129543	100.0	33.8	15.5	83.7	21.3	76.5	19.2	3.8	2.03	5.5

MUNICIPIO OCUPACAO	CENSO 70								CENSO 80								TAXA CR TRABALH		
	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%MULH	%PROP	%EMPR	%HIGR	REND MD-SM	C.V. REND	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%MULH	%PROP	%EMPR	%HIGR	%CONT	%NEGR		REND MD-SM	C.V. REND
BAURU																			
PROPRIETARIOS	1775	4.1	9.8	71.9	28.1	15.2	5.9	1.06	3700	5.2	16.5	41.2	58.8	15.2	87.6	7.1	9.8	1.43	7.6
ADMINISTRADORES, GERENTES E CHEFES	1031	2.3	8.8	0.0	99.6	17.7	5.5	0.75	3028	4.3	17.5	0.0	100.0	22.2	95.9	5.0	9.0	1.37	11.4
AUXILIARES DE ESCRITORIO	3811	8.8	32.9	0.1	99.8	9.1	2.2	0.83	6773	9.6	53.5	0.5	98.9	13.3	90.5	8.4	2.3	0.88	5.9
OCUPACOES BUCROCRATICAS DE NATUREZA ESPECIFICA	310	0.7	1.3	0.0	100.0	19.4	5.3	0.74	876	1.2	26.4	0.0	99.5	19.1	97.6	10.6	5.2	0.95	10.9
ENGENHEIROS E ARQUITETOS	60	0.1	0.0	6.7	86.7	33.3	13.6	0.29	266	0.3	1.5	10.5	89.5	21.8	100.0	1.9	21.1	0.53	16.1
OCUPACOES AUXILIARES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	99	0.2	4.0	10.1	89.9	12.1	2.9	0.56	487	0.6	3.9	3.9	95.3	10.7	95.1	6.0	4.5	0.71	17.3
MEDICOS, DENTISTAS E ENFERMEIROS DIPLOMADOS	236	0.5	21.2	56.8	43.2	19.9	11.7	0.73	343	0.4	22.7	49.3	42.3	17.2	95.0	2.6	19.0	0.73	3.8
OCUPACOES AUXILIARES DA AREA DE SAUDE	408	0.9	62.3	0.0	99.3	12.0	1.5	0.59	971	1.3	75.6	1.6	97.0	16.9	94.0	25.1	2.5	0.61	9.1
PROFESSORES PRIMARIOS E INSPECTORES DE ENSINO	1187	2.7	92.5	3.9	96.1	12.9	2.7	0.70	1728	2.4	87.3	2.8	95.8	14.1	93.9	3.5	4.4	0.71	3.8
PROFESSORES SECUNDARIOS E SUPERIORES	540	1.2	58.3	0.0	95.6	23.1	6.6	0.78	808	1.1	68.7	0.0	99.5	17.5	96.5	2.0	8.6	0.72	4.1
ECONOMISTAS E CONTADORES - NIVEL SUPERIOR	54	0.1	0.0	7.4	79.6	14.8	6.7	0.60	131	0.1	3.1	3.1	84.7	16.0	100.0	6.1	10.3	0.73	9.3
TECNICOS DE CONTABILIDADE - NIVEL MEDIO	276	0.6	11.6	17.0	81.5	9.8	4.1	0.53	328	0.4	20.7	4.0	96.0	17.4	95.1	2.7	4.8	0.61	1.7
OUTRAS OCUPACOES TECNICAS E CIENTIFICAS DE NIVEL SUPERIOR	304	0.7	13.4	30.1	55.6	15.4	7.5	0.83	583	0.8	33.3	28.5	65.5	19.6	90.7	3.4	11.7	0.78	6.7
OUTRAS OCUPACOES TECNICAS E CIENTIFICAS DE NIVEL MEDIO	362	0.8	14.4	12.2	77.9	21.5	2.6	1.70	458	0.6	15.3	6.1	88.9	16.4	82.3	10.3	3.9	0.75	2.4
TRATORISTAS E TECNICOS AGRICOLAS	62	0.1	0.0	0.0	100.0	9.7	1.3	0.52	118	0.1	0.0	0.0	100.0	17.8	49.2	24.6	2.0	1.03	6.6
OUTROS TRABALHADORES QUALIFICADOS DO SETOR PRIMARIO	0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00	49	0.0	6.1	75.5	8.2	0.0	46.9	0.0	16.0	1.19	0.0
TRABALHADORES DA AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL	2717	6.3	7.8	20.0	72.7	22.0	0.9	1.35	2233	3.1	20.6	19.8	75.7	29.2	29.7	32.5	1.7	1.85	-1.9
TECNEIROS MECANICOS	130	0.3	0.0	3.1	96.9	8.5	2.1	0.47	243	0.3	0.0	1.6	98.4	18.9	100.0	25.5	3.0	0.48	6.5
MECANICO SEM ESPECIFICACAO	729	1.6	0.0	1.5	98.5	8.9	2.0	0.46	830	1.1	0.0	2.9	95.7	14.7	91.7	20.8	3.2	0.67	1.3
OCUPACOES DA INDUSTRIA METAL-MECANICA	395	0.9	0.0	4.8	95.2	7.6	1.9	0.61	815	1.1	0.0	5.5	94.5	20.4	89.3	30.1	2.2	0.54	7.5
OCUPACOES DA INDUSTRIA TEXTIL	192	0.4	69.3	0.0	100.0	7.3	1.3	0.39	102	0.1	40.2	23.5	76.5	28.4	79.4	12.7	2.4	1.31	-6.1
ALFATEIROS E COSTUREIROS	529	1.2	84.1	64.8	35.2	11.5	1.0	0.86	1181	1.6	92.3	47.6	52.1	15.1	61.9	15.7	1.5	0.87	6.4
OUTRAS OCUPACOES DA INDUSTRIA DE VESTUARIOS E CALCADOS	281	0.6	15.3	31.7	68.3	11.0	1.2	0.65	292	0.4	40.8	30.1	69.9	21.2	59.2	21.6	1.6	0.74	0.4
MARceneiros e CARPinteiros	855	1.9	0.0	18.4	80.7	12.0	1.3	0.51	973	1.3	0.4	23.4	76.1	22.4	82.8	23.2	2.2	0.58	1.3
ELETRICISTAS E RADIOTECNICOS	513	1.1	0.6	9.6	90.4	14.0	2.1	0.61	1251	1.7	0.0	16.3	83.4	16.7	89.9	17.7	3.7	0.84	9.3
EXPEDIDORES E EMBALADORES	317	0.7	13.2	0.0	100.0	24.3	1.1	0.43	493	0.7	35.7	0.0	100.0	27.8	88.8	29.2	1.3	0.58	4.5
DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	30	0.0	0.0	13.3	86.7	13.3	2.2	0.46	377	0.5	3.4	0.0	100.0	29.4	95.8	10.3	8.0	0.64	28.8
OUTRAS OCUPACOES DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	1079	2.5	12.2	6.0	96.0	11.8	1.2	0.66	2200	3.1	20.2	4.5	94.5	26.0	88.6	27.5	1.8	0.68	7.4
VENDEDORES DE JORNAIS E ANSLANTES	699	1.6	9.6	62.5	34.2	18.0	1.0	0.88	1063	1.5	23.6	68.5	26.3	17.9	44.5	20.7	2.6	1.89	4.3
LOJISTAS E CAIXAS	2890	6.7	32.8	0.6	98.8	11.9	1.2	0.82	4729	6.7	43.9	0.0	98.2	19.9	88.1	12.9	2.2	0.98	5.0
OUTRAS OCUPACOES DO COMERCIO	951	2.2	2.3	16.0	82.8	14.7	4.9	0.78	1133	1.6	1.7	33.8	66.2	23.0	87.7	7.5	9.9	1.75	1.8
MOTORISTAS	2044	4.7	0.0	20.2	79.8	14.6	1.9	0.77	3317	4.7	0.7	22.4	77.5	21.6	93.4	14.3	3.7	1.11	5.0
OUTRAS OCUPACOES DOS TRANSPORTES E COMUNICACOES	1465	3.4	12.4	4.7	95.3	12.3	2.0	0.73	1513	2.1	11.8	6.5	93.5	17.2	95.3	20.4	3.7	1.00	0.3
OCUPACOES DA REPARACAO DE VEICULOS	844	1.9	0.5	17.1	82.1	10.1	1.9	0.68	1265	1.8	0.0	16.8	83.2	13.5	84.1	23.1	2.7	0.86	4.1
SARCOIS E COZINHEIROS	409	0.9	40.1	0.0	99.0	13.7	1.1	0.60	1077	1.5	55.7	0.0	97.7	17.4	74.5	30.5	1.4	0.66	10.2
EMPREGADAS DOMESTICAS	4736	10.9	99.0	0.0	100.0	24.3	0.3	0.53	6519	9.3	96.2	3.5	94.4	29.1	28.5	41.8	0.7	0.57	3.2
OCUPACOES DO SERVICO DE HIGIENE PESSOAL	602	1.4	69.6	61.8	37.0	12.8	1.0	0.71	675	0.9	87.9	70.7	28.1	17.5	44.4	24.4	1.5	1.13	1.2
PORTEIROS, VIGIAS, ASCENSORISTAS E SERVENTES	1786	4.1	14.3	0.0	100.0	14.4	1.3	0.64	3574	5.1	35.8	0.0	99.8	19.3	82.1	28.1	1.6	0.64	7.2
OCUPACOES DA DEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA	988	2.2	0.0	0.0	100.0	11.4	3.4	0.71	1120	1.6	2.7	0.0	100.0	16.6	88.1	11.3	4.8	0.49	1.3
OPERADORES DE MAQUINAS (EXCETO CONSTRUCAO CIVIL)	103	0.2	5.9	0.0	100.0	22.3	1.4	0.50	446	0.6	18.8	0.0	98.2	22.1	93.2	27.7	1.9	0.50	15.8
TRABALHADORES BRACAIS SEM ESPECIFICACAO	809	1.8	1.0	2.0	98.0	20.1	1.0	0.40	1388	1.9	5.3	4.6	94.8	24.9	82.8	34.4	1.5	0.57	5.5
OUTRAS OCUPACOES N.P.C.	2807	6.5	18.8	2.5	94.6	14.6	1.9	1.05	4112	5.8	20.9	4.8	90.3	29.3	78.1	21.6	8.1	13.16	3.9
N.D.A.	3675	8.5	2.6	22.2	69.7	21.7	1.1	0.73	6522	9.3	0.1	29.8	69.4	25.8	67.5	36.7	2.0	0.75	5.9
TOTAL	43092	100.0	27.3	12.6	85.2	15.9	2.0	1.17	70100	100.0	32.8	12.7	86.0	20.5	77.4	20.6	3.8	1.50	5.0

MUNICIPIO	CATEGORIA	TRABALHADORES TOTAL TOTAL	%PROP	MEMBR	ANEXO	RENDA MD-SH	C.V. REDA	TRABALHADORES TOTAL TOTAL	%PROP	MEMBR	ANEXO	RENDA MD-SH	C.V. REDA	TAXA C.T.						
S. JOSE DO RIO PRETO																				
PROPRIETARIOS		2824	6.4	5.6	66.0	34.6	16.0	6.1	1.17	6208	7.8	11.5	37.0	63.0	17.1	85.8	4.2	14.3	1.46	8.2
ADMINISTRADORES GERENTES E CHEFES		726	1.6	10.7	0.0	99.3	28.2	5.3	0.79	2612	3.3	21.4	0.0	98.9	25.0	93.8	4.6	7.6	0.93	11.7
AUXILIARES DE ESCRITORIO		2884	6.5	32.6	0.0	99.7	16.4	1.6	0.77	5311	8.0	54.5	0.0	99.1	20.3	87.7	5.9	2.3	0.79	8.1
Ocupações Superficiais de Natureza Específica		182	0.4	8.5	0.0	100.0	29.7	8.5	0.76	641	0.8	22.6	0.0	100.0	21.8	98.4	4.5	5.3	0.99	13.4
ENGENHEIROS E ARQUITETOS		41	0.0	0.0	19.3	80.5	70.7	9.7	0.25	187	0.2	0.0	41.7	50.3	35.3	100.0	0.0	21.4	1.43	19.1
Ocupações Auxiliares de Engenharia e Arquitetura		53	0.1	0.0	7.5	92.5	24.5	3.0	0.54	305	0.3	22.6	11.5	88.5	16.4	83.6	10.8	4.1	0.62	10.0
REVISTAS, IDENTIFICADORES E ENFERMEIROS DIPLOMADOS		288	0.6	5.6	66.0	32.6	16.0	1.3	0.52	745	0.9	21.6	64.0	26.3	18.5	95.2	0.0	18.0	0.74	9.7
Ocupações Auxiliares da Área de Saúde		468	1.0	71.3	1.7	98.3	16.0	1.3	0.52	1180	1.5	69.7	6.0	93.0	15.9	94.6	16.1	2.2	0.67	9.7
PROFESSORES PRIMÁRIOS E INSPECTORES DE ENSINO		1259	2.8	91.8	2.7	98.6	21.7	5.5	0.73	1973	1.7	89.3	5.7	92.0	17.4	89.6	5.3	4.3	0.72	9.7
PROFESSORES SECUNDÁRIOS E SUPERIORES		677	1.5	61.4	0.0	99.4	16.0	5.3	0.73	1073	1.3	75.9	5.7	92.0	16.2	98.5	2.1	6.9	0.69	4.7
ECONOMISTAS E CONTADORES - NÍVEL SUPERIOR		33	0.0	0.0	36.4	63.6	16.1	4.2	0.17	559	0.2	5.0	18.1	87.4	18.9	100.0	2.3	8.0	0.37	17.0
TÉCNICOS DE CONTABILIDADE - NÍVEL MÉDIO		298	0.6	4.4	12.4	87.6	16.1	4.2	0.65	388	0.4	13.9	8.2	88.7	22.2	96.6	3.1	5.6	0.88	2.7
OUTRAS OCUPAÇÕES TÉCNICAS E CIENTÍFICAS DE NÍVEL SUPERIOR		220	0.5	18.6	42.3	42.7	38.2	6.3	0.65	504	0.6	22.0	48.6	40.5	21.2	87.3	2.4	11.9	0.85	8.6
OUTRAS OCUPAÇÕES TÉCNICAS E CIENTÍFICAS DE NÍVEL MÉDIO		361	0.8	5.5	14.1	83.1	20.2	2.4	1.14	744	0.9	19.6	22.6	75.0	19.1	77.7	11.4	3.3	0.92	7.5
TRAJANTISTAS E TÉCNICOS AGRICOLAS		64	0.1	0.0	0.0	100.0	47.0	1.3	0.43	95	0.1	0.0	4.2	95.8	25.3	46.3	21.1	1.6	0.48	3.7
OUTROS TRABALHADORES QUALIFICADOS DO SETOR PRIMÁRIO		4	0.0	0.0	100.0	0.0	0.0	3.2	0.00	60	0.0	0.0	93.3	6.7	26.7	83.7	0.0	15.3	0.93	31.1
TRABALHADORES DA AGROPECUARIA E EXTRATIVA VEGETAL		4829	11.0	7.3	22.3	68.5	18.8	0.8	1.35	3117	3.9	10.1	21.2	67.9	26.4	27.4	18.7	1.6	1.94	-4.3
TORNADOEIRAS MECÂNICAS		90	0.2	0.0	0.0	96.7	22.2	1.8	0.83	275	0.3	0.0	4.4	94.3	20.7	91.3	11.6	2.8	0.52	11.8
MECÂNICO SEM ESPECIALIZAÇÃO		225	0.5	0.0	10.7	89.3	15.1	1.9	0.83	661	0.8	0.0	10.3	89.3	22.3	85.2	15.6	2.3	0.63	7.4
Ocupações da Indústria Metal-Mecânica		244	0.5	0.0	6.6	93.4	15.6	1.1	0.87	1116	1.4	0.0	6.2	93.4	21.4	83.9	18.5	1.9	0.57	16.4
Ocupações da Indústria Têxtil		78	0.1	11.5	25.6	74.4	10.3	1.1	0.89	278	0.3	46.8	10.4	89.6	21.6	87.1	10.4	1.8	0.59	13.6
ALPARGATES E COSTUREIROS		1261	2.8	87.4	55.6	44.4	15.5	0.8	0.82	2779	3.5	95.2	40.5	59.3	23.9	74.3	13.2	1.4	0.78	8.2
OUTRAS OCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA DE VESTUÁRIOS E CALÇADOS		258	0.5	11.6	49.6	48.8	6.2	0.8	0.57	593	0.8	49.9	27.6	69.7	14.9	72.4	13.1	1.4	0.69	10.4
MARFENHEIROS E CARPINTEIROS		645	1.4	0.0	28.5	71.5	12.4	1.3	0.66	1358	2.2	1.2	20.4	78.9	27.9	84.2	19.0	2.0	0.79	10.4
ELETRICISTAS E RADIOELECTRICISTAS E ENXALADORES		480	1.1	0.0	35.2	64.8	12.3	1.5	0.58	948	1.2	0.2	34.2	65.4	21.0	86.7	15.9	3.4	0.78	7.0
ENXALADORES E ENXALADORES		144	0.3	34.0	0.0	100.0	31.9	0.9	0.35	397	0.3	39.4	0.0	98.7	30.0	84.4	21.5	1.5	1.27	7.9
DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		41	0.0	9.8	19.5	80.5	9.6	2.7	0.49	255	0.3	4.7	0.0	100.0	28.2	94.5	6.3	6.9	0.58	20.1
OUTRAS OCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		1116	2.5	8.4	9.8	89.9	10.8	1.0	0.70	2810	3.5	12.8	8.8	90.4	24.2	78.5	18.3	1.8	0.73	9.7
VENDEDORES DE JORNALIS E AMBULANTES		1232	2.8	10.0	67.3	32.4	15.7	1.1	0.88	1326	1.6	16.4	83.9	14.3	20.9	62.7	12.7	2.9	1.72	0.7
LOJISTAS E CALÇADOS		2825	6.4	26.9	0.3	98.9	26.5	1.0	0.83	5733	7.2	40.9	0.0	98.1	23.1	85.2	9.6	2.3	1.05	7.3
OUTRAS OCUPAÇÕES DO COMÉRCIO		1455	3.3	0.8	24.4	75.6	19.5	4.0	1.00	1483	2.1	3.4	46.0	54.0	23.1	85.7	6.9	6.5	0.71	1.5
MOTORISTAS		2119	4.8	0.0	28.8	71.2	15.6	2.2	0.82	4420	5.6	0.0	28.6	71.2	24.2	91.3	12.7	4.0	1.02	7.6
OUTRAS OCUPAÇÕES DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES		616	1.4	16.7	22.1	77.9	14.1	1.8	0.99	951	1.2	35.2	9.7	90.0	23.7	93.3	13.6	2.7	0.82	4.4
Ocupações da Reparação de Veículos		1152	2.6	0.0	21.0	78.0	12.6	1.6	0.93	1614	2.0	0.0	20.2	78.9	20.4	80.9	12.5	2.3	0.70	5.4
PARCELOS E COZINHEIROS		244	0.6	37.5	0.0	98.1	16.3	0.9	0.58	1282	1.6	57.5	0.0	96.9	24.7	77.4	19.2	1.5	0.71	17.1
EMPREGADOS DOMÉSTICOS		5085	11.6	99.6	0.0	100.0	26.3	0.3	0.73	6776	8.6	96.7	3.5	95.4	32.9	32.4	35.5	0.7	0.51	2.9
EMPREGADOS DO SERVIÇO DE HIGIENE PESSOAL		968	2.2	74.4	76.1	23.9	17.3	0.7	1.14	1262	1.6	20.7	73.3	24.4	25.3	47.8	18.6	1.5	0.90	2.7
PORTEIROS, VIGIAS, ASCENSORISTAS E SERVENTES		1349	3.0	12.9	0.0	100.0	17.3	1.0	0.61	3198	4.0	33.0	0.0	99.7	22.2	82.3	20.0	1.5	0.69	9.0
Ocupações da Defesa Nacional e Segurança Pública		564	1.2	0.0	0.0	100.0	29.3	3.1	0.61	936	1.1	1.8	0.0	100.0	22.5	90.8	6.1	5.4	0.61	4.9
OPERADORES DE MÁQUINAS (EXCETO CONSTRUÇÃO CIVIL)		68	0.1	0.0	0.0	100.0	17.6	1.2	0.62	219	0.2	1.8	0.0	100.0	23.7	68.6	21.5	2.3	0.52	12.4
TRABALHADORES BRANCAIS SEM ESPECIALIZAÇÃO		909	2.0	4.0	0.9	95.7	12.9	0.9	0.41	1304	1.6	3.7	4.6	95.7	27.3	74.2	31.8	1.4	0.43	5.7
OUTRAS OCUPAÇÕES SEM ESPECIALIZAÇÃO		2085	4.7	19.4	12.3	67.1	22.0	1.8	1.03	3323	4.2	22.1	10.8	86.7	31.1	80.1	15.6	3.0	1.31	5.0
N.D.A.		3337	7.6	2.5	16.2	74.0	15.7	1.0	0.72	7406	9.4	0.1	44.7	55.0	24.5	67.3	27.3	2.2	0.77	8.3
TOTAL		43025	100.0	20.3	19.3	78.6	18.9	1.9	1.30	78799	100.0	32.2	19.2	79.4	23.9	75.9	15.2	3.8	1.88	6.0

MUNICÍPIO OCUPAÇÃO	CENSO 70									CENSO 80										TAXA CR TRABALH
	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%MULH	%PROP	%EMPR	%MIGR	REND MD-SM	C.V. REND	TRABALHADORES TOTAL	%TOTAL	%MULH	%PROP	%EMPR	%MIGR	%CONT	%NEGR	REND MD-SM	C.V. REND		
ARACATUBA																				
PROPRIETARIOS	1661	4.7	4.7	58.2	41.8	12.3	7.3	1.48	2501	5.1	10.1	35.9	64.1	15.8	82.6	8.9	17.2	3.61	4.2	
ADMINISTRADORES, GERENTES E CHEFES	622	1.7	5.8	0.0	98.6	22.8	4.4	0.78	1720	3.3	9.5	0.0	99.5	26.0	85.1	13.6	7.3	1.88	10.7	
AUXILIARES DE ESCRITÓRIO	1970	5.5	22.5	0.2	99.8	12.9	1.7	0.78	4102	8.4	42.4	0.1	99.7	14.7	83.7	14.5	2.2	0.73	7.6	
OCUPAÇÕES BUROCRÁTICAS DE NATUREZA ESPECÍFICA	76	0.2	0.0	0.0	100.0	21.1	6.1	0.80	246	0.5	11.4	0.0	100.0	16.3	95.1	10.2	6.2	0.90	12.5	
ENGENHEIROS E ARQUITETOS	16	0.0	0.0	75.0	25.0	75.0	8.6	0.17	54	0.1	0.0	5.6	74.1	35.2	100.0	7.4	18.2	0.97	12.9	
OCUPAÇÕES AUXILIARES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	16	0.0	0.0	0.0	100.0	25.0	3.6	0.47	195	0.4	2.1	20.5	79.5	27.2	81.0	20.0	3.4	0.71	28.4	
MÉDICOS, DENTISTAS E ENFERMEIROS DIPLOMADOS	124	0.3	0.0	74.2	25.8	12.9	12.0	0.44	214	0.4	24.8	73.4	22.9	35.0	96.3	1.9	15.3	0.67	5.6	
OCUPAÇÕES AUXILIARES DA ÁREA DE SAÚDE	212	0.6	72.2	0.0	94.3	21.2	1.3	0.53	417	0.8	65.7	2.9	97.1	12.2	87.8	26.9	2.1	0.59	7.0	
PROFESSORES PRIMÁRIOS E INSPECTORES DE ENSINO	947	2.6	87.8	3.8	95.3	16.9	2.8	0.46	983	2.0	89.1	3.1	96.1	12.8	89.9	8.4	4.1	0.71	0.4	
PROFESSORES SECUNDÁRIOS E SUPERIORES	351	0.9	62.4	2.0	96.6	12.8	6.2	0.60	577	1.1	66.4	0.0	99.3	16.5	97.7	4.3	8.4	0.86	5.1	
ECONOMISTAS E CONTADORES - NÍVEL SUPERIOR	45	0.1	0.0	35.6	64.4	28.9	5.1	0.38	78	0.1	3.8	0.0	88.5	5.1	100.0	10.3	7.4	0.28	5.7	
TÉCNICOS DE CONTABILIDADE - NÍVEL MÉDIO	213	0.6	3.8	18.3	81.7	8.9	4.2	0.59	146	0.3	8.2	5.5	94.5	5.5	92.5	19.2	5.6	0.96	-3.7	
OUTRAS OCUPAÇÕES TÉCNICAS E CIENTÍFICAS DE NÍVEL SUPERIOR	108	0.3	7.4	33.3	66.7	33.3	10.0	0.62	342	0.7	15.5	43.0	52.3	28.9	86.0	7.9	12.3	0.70	12.2	
OUTRAS OCUPAÇÕES TÉCNICAS E CIENTÍFICAS DE NÍVEL MÉDIO	201	0.5	11.9	21.9	69.7	10.9	1.9	0.55	287	0.5	12.5	22.3	70.7	15.7	72.8	17.1	2.9	0.71	3.6	
TRATORISTAS E TÉCNICOS AGRÍCOLAS	192	0.5	0.0	0.0	98.4	17.2	1.2	0.67	537	1.1	0.0	1.3	92.2	21.0	39.9	40.4	1.3	0.61	10.8	
OUTROS TRABALHADORES QUALIFICADOS DO SETOR PRIMÁRIO	20	0.0	0.0	100.0	0.0	85.0	2.3	0.18	166	0.3	6.0	72.9	10.8	7.2	53.0	4.8	23.7	2.23	23.6	
TRABALHADORES DA AGROPECUÁRIA E EXTRATIVA VEGETAL	7769	22.0	5.0	17.8	66.1	19.4	0.7	1.47	5809	11.9	15.9	16.5	73.3	17.2	19.0	40.4	1.9	2.78	-2.9	
TORNEIROS MECÂNICOS	40	0.1	0.0	0.0	100.0	0.0	2.2	0.38	124	0.2	0.0	9.7	90.3	6.5	97.6	25.0	2.6	0.51	12.0	
MECÂNICO SEM ESPECIFICAÇÃO	103	0.3	0.0	18.6	81.4	18.0	1.8	0.95	425	0.8	0.7	13.4	85.6	18.8	82.4	18.6	2.4	0.93	8.8	
OCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA METAL-MECÂNICA	132	0.3	0.0	12.1	87.9	22.0	1.4	1.19	443	0.9	2.9	9.5	90.5	12.4	87.4	34.1	2.2	0.86	12.9	
OCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA TÊXTIL	21	0.0	0.0	19.0	81.0	0.0	1.3	0.21	70	0.1	0.0	11.4	88.6	5.7	71.4	48.6	1.5	0.56	12.8	
ALFAIATES E COSTUREIROS	575	1.6	80.7	75.0	25.0	15.0	0.9	1.01	818	1.6	91.4	65.6	33.4	14.9	38.4	22.4	1.4	0.82	3.6	
OUTRAS OCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA DE VESTUÁRIOS E CALÇADOS	228	0.6	27.6	39.5	60.5	11.8	1.0	0.61	463	0.9	44.1	20.7	79.3	18.8	65.4	30.2	1.2	1.74	7.3	
MARCELEIROS E CARPINTEIROS	646	1.8	0.0	22.6	76.8	12.7	1.3	0.61	1344	2.7	0.0	18.7	80.4	15.9	82.6	29.2	1.8	0.69	7.6	
ELETRICISTAS E RADIOELECTRICISTAS	182	0.5	0.0	35.7	64.3	26.4	1.7	0.98	467	0.9	0.0	37.7	60.6	19.3	75.8	24.8	2.9	0.64	9.9	
EXPEDIENTES E EMBALADORES	59	0.1	29.3	0.0	100.0	15.3	0.8	0.41	363	0.7	45.5	0.0	98.9	30.0	93.4	32.8	1.2	0.44	19.9	
DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	23	0.0	0.0	0.0	100.0	0.0	3.8	0.28	51	0.1	0.0	0.0	100.0	21.6	100.0	7.8	6.1	0.44	8.3	
OUTRAS OCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	906	2.5	8.5	9.5	86.8	13.9	1.1	0.66	1315	2.7	14.9	5.4	92.5	24.0	74.8	34.8	1.7	0.70	3.8	
VENDEDORES DE JORNAIS E AMBULANTES	667	1.8	8.8	64.9	35.1	27.0	1.1	1.24	529	1.0	17.6	80.0	18.0	17.6	33.5	28.4	2.1	0.85	-2.3	
LOJISTAS E CAIXAS	1774	5.0	22.6	1.8	93.0	14.1	1.1	0.87	2553	5.2	34.9	0.0	95.6	17.4	79.5	19.6	2.1	0.91	3.7	
OUTRAS OCUPAÇÕES DO COMÉRCIO	790	2.2	4.4	19.4	80.6	22.0	3.7	0.77	474	0.9	3.0	43.0	57.0	23.2	81.4	11.2	7.3	0.79	-5.0	
MOTOCICLISTAS	1375	3.8	0.0	26.6	73.4	18.5	2.1	0.98	2306	4.7	0.0	26.1	73.1	19.5	88.7	24.2	3.8	1.08	5.3	
OUTRAS OCUPAÇÕES DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	757	2.1	4.5	29.7	70.3	11.1	1.9	0.85	537	1.1	24.2	8.6	91.4	21.8	89.4	26.3	2.7	0.75	-3.4	
OCUPAÇÕES DA REPARAÇÃO DE VEÍCULOS	945	2.6	0.0	12.7	86.9	13.0	1.4	0.67	1036	2.1	0.0	16.6	83.4	17.0	77.6	23.9	2.3	0.80	0.9	
GARÇONS E COZINHEIROS	180	0.5	46.7	2.2	95.6	15.6	0.7	0.73	598	1.2	59.5	0.0	99.3	19.1	63.9	34.1	1.2	0.71	12.8	
EMPREGADAS DOMÉSTICAS	3913	11.0	99.2	0.0	100.0	23.1	0.3	0.61	5106	10.5	98.2	2.6	96.7	22.9	17.1	46.3	0.8	0.57	2.7	
OCUPAÇÕES DO SERVIÇO DE HIGIENE PESSOAL	740	2.1	77.2	85.1	14.9	19.1	0.7	0.75	644	1.3	85.6	78.1	21.9	14.9	28.0	29.2	1.1	0.87	-1.4	
PORTEIROS, VIGIAS, ASCENSORISTAS E SERVENTES	965	2.7	13.1	0.0	100.0	14.4	1.2	0.64	2441	5.0	31.6	0.0	99.7	14.2	80.5	34.2	1.5	0.69	9.7	
OCUPAÇÕES DA DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	275	0.7	0.0	0.0	100.0	40.4	3.2	0.82	611	1.2	2.6	0.0	100.0	22.9	96.2	25.2	5.6	0.78	8.3	
OPERADORES DE MÁQUINAS (EXCETO CONSTRUÇÃO CIVIL)	50	0.1	0.0	0.0	100.0	22.0	1.3	0.25	234	0.4	17.9	0.0	100.0	21.4	94.9	33.3	2.0	0.49	16.7	
TRABALHADORES BRASILEIROS SEM ESPECIFICAÇÃO	834	2.3	0.0	0.5	98.9	23.5	0.9	0.41	834	1.7	5.6	1.7	97.2	21.8	80.9	43.2	1.4	0.69	0.0	
OUTRAS OCUPAÇÕES M.P.C.	1156	3.2	18.3	12.1	84.7	15.1	2.1	1.39	1691	3.4	23.2	9.3	88.4	20.0	80.5	28.1	2.9	2.20	3.9	
N.D.A.	3345	9.4	5.1	12.9	62.7	14.4	0.8	0.90	4603	9.6	0.0	34.5	64.6	18.2	53.6	46.5	1.8	0.67	3.4	
TOTAL	35304	100.0	23.7	17.2	76.3	17.7	1.7	1.59	48539	100.0	29.6	15.6	82.2	18.5	63.0	29.3	3.4	4.60	3.2	

MUNICÍPIO	TRABALHADOR	TOTAL	XTOTAL	XMULH	XPROP	SEMPR	XMIGR	MD-SH	C... REDA	TRABALHADOR	TOTAL	XTOTAL	XMULH	XPROP	SEMPR	XMIGR	MD-SH	C... REDA	T...A C... TRABALH	
PRES. PRUDENTE																				
PROPRIETARIOS	2007	5.8	4.7	61.7	38.3	19.5	6.4	1.12		2778	5.4	13.6	27.5	62.3	12.6	83.3	6.0	12.3	1.74	3.3
ADMINISTRAÇÕES, GERENTES E CHEFES	627	1.8	8.9	0.0	100.0	22.3	5.5	0.84		1699	3.2	12.8	0.0	97.3	21.7	94.4	8.9	7.8	0.77	10.4
AUXILIARES DE ESCRITÓRIO	2354	5.9	31.6	0.3	99.7	17.8	1.6	0.70		4851	9.4	48.2	0.3	99.6	14.1	91.3	10.7	2.2	0.85	9.0
Ocupações burocráticas de natureza específica	131	0.4	9.3	0.0	100.0	25.2	5.5	0.86		327	0.6	17.1	0.0	100.0	18.0	97.6	10.7	5.1	0.91	8.0
ENGENHEIROS E ARQUITETOS	54	0.1	0.0	27.8	72.2	13.0	14.8	0.48		56	0.1	0.0	0.0	57.1	42.9	100.0	0.0	14.0	0.34	0.4
Ocupações auxiliares de engenharia e arquitetura	75	0.2	5.3	5.3	94.7	6.7	3.1	0.69		168	0.3	4.8	21.4	78.6	21.4	81.0	21.4	4.3	0.78	6.4
MÉDICOS, DENTISTAS E ENFERMEIROS DIPLOMADOS	133	0.3	2.3	58.6	41.4	20.3	15.8	0.59		304	0.5	18.1	65.8	22.7	37.8	96.1	1.3	18.2	0.77	8.6
Ocupações auxiliares da área de saúde	325	0.9	70.8	3.7	96.3	18.5	1.2	0.81		600	1.1	70.3	4.7	95.3	22.5	93.3	22.2	1.9	1.29	6.3
PROFESSORES PRIMÁRIOS E INSPECTORES DE ENSINO	1062	3.0	87.9	3.3	95.9	18.1	3.0	0.52		1188	2.3	90.2	3.7	95.7	10.8	89.2	5.4	4.1	0.64	1.1
PROFESSORES SECUNDÁRIOS E SUPERIORES	450	1.3	67.1	0.0	100.0	15.1	5.6	0.57		650	1.2	79.5	0.0	98.8	12.5	98.2	3.1	6.7	0.60	3.7
ECONOMISTAS E CONTADORES - NÍVEL SUPERIOR	33	0.1	0.0	12.1	87.9	9.1	5.6	0.35		59	0.1	0.0	6.8	93.2	32.2	100.0	13.6	7.7	0.51	6.0
TECNICOS DE CONTABILIDADE - NÍVEL MÉDIO	141	0.4	2.8	17.0	83.0	8.5	4.7	0.67		310	0.6	6.1	3.9	91.3	14.5	97.4	13.9	4.6	0.80	8.2
OUTRAS OCUPAÇÕES TÉCNICAS E CIENTÍFICAS DE NÍVEL SUPERIOR	153	0.4	8.5	35.3	47.1	35.9	7.1	0.56		318	0.6	26.1	36.2	57.5	25.2	92.5	2.5	12.3	0.77	7.6
OUTRAS OCUPAÇÕES TÉCNICAS E CIENTÍFICAS DE NÍVEL MÉDIO	231	0.7	16.7	9.2	77.5	31.1	2.3	0.55		262	0.4	16.1	16.1	77.3	21.9	72.3	17.4	3.1	0.76	-0.4
TRATORISTAS E TÉCNICOS AGRÍCOLAS	58	0.1	0.0	5.2	94.8	27.6	1.6	0.94		94	0.1	0.0	0.0	100.0	25.5	55.3	37.2	2.5	0.61	4.9
OUTROS TRABALHADORES QUALIFICADOS DO SETOR PRIMÁRIO	7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00		66	0.1	0.0	82.4	4.5	12.1	51.5	0.0	18.1	1.01	25.2
TRABALHADORES DA AGROPECUÁRIA E EXTRATIVA VEGETAL	5165	14.9	5.2	29.2	46.6	20.0	0.7	1.62		3027	5.8	13.7	32.5	48.2	15.7	19.7	30.9	2.4	2.32	-5.2
TOCNEIROS MECÂNICOS	65	0.1	0.0	35.4	64.6	12.3	2.9	1.84		133	0.2	0.0	3.0	97.0	9.8	97.0	21.1	2.1	0.48	7.4
MECÂNICO SEM ESPECIFICAÇÃO	289	0.8	2.8	13.1	86.9	10.4	1.5	0.62		400	0.7	0.0	16.8	83.2	22.2	91.2	28.5	2.6	0.91	3.3
Ocupações da indústria metal-mecânica	197	0.3	0.0	20.3	79.7	10.7	1.4	0.97		465	0.9	0.9	7.7	92.3	20.2	90.1	29.4	1.8	0.63	9.0
Ocupações da indústria têxtil	20	0.0	20.0	0.0	80.0	0.0	0.5	0.92		37	0.0	64.9	13.5	86.5	21.6	89.2	21.6	1.7	0.83	6.3
ALFATEIAS E COSTUREIROS	525	1.5	82.7	70.1	29.9	22.3	1.0	1.08		677	1.3	93.9	76.7	23.3	16.0	42.5	19.8	1.5	0.95	2.6
OUTRAS OCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA DE VESTUÁRIOS E CALÇADOS	486	1.4	10.5	18.9	81.1	20.0	0.9	0.65		399	0.7	26.1	14.3	85.7	8.8	75.2	26.1	1.3	0.94	-2.0
MARceneiros e CARPinteiros	533	1.5	0.0	27.8	72.2	17.4	1.1	0.82		890	1.7	0.0	31.8	68.2	20.2	79.7	26.4	2.2	0.92	5.3
ELETRICISTAS E RADIO TÉCNICOS	290	0.8	0.0	23.8	74.8	13.8	1.6	0.89		646	1.2	0.0	28.2	71.8	17.5	81.7	27.9	2.4	0.60	8.3
EXPEDIENTISTAS E ENROLADORES	129	0.3	14.7	0.0	100.0	18.6	0.8	0.40		252	0.4	52.4	0.0	100.0	36.1	89.3	30.2	1.1	0.39	6.9
DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	27	0.0	11.1	14.8	85.2	14.8	1.2	0.14		145	0.2	0.0	0.0	100.0	13.8	94.5	11.0	5.6	0.45	18.3
OUTRAS OCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1066	3.1	9.9	8.2	90.4	25.0	1.1	0.62		1131	2.2	13.8	4.5	93.9	16.5	86.4	32.4	1.8	0.65	0.4
VENDEDORES DE JORNAIS E AMBULANTES	784	2.2	10.5	69.8	29.3	30.4	1.1	0.71		1313	2.5	24.6	74.0	21.4	13.9	39.8	25.3	2.4	1.51	5.3
LOJISTAS E CAIXAS	1985	5.7	23.7	0.5	98.1	18.9	1.1	0.77		3238	6.3	36.3	8.0	97.9	14.8	87.3	14.7	2.2	1.43	5.0
OUTRAS OCUPAÇÕES DO COMÉRCIO	838	2.4	1.2	22.1	77.9	20.5	4.0	0.76		942	1.8	2.1	42.7	57.3	14.9	80.9	11.4	6.6	0.87	0.9
MOTORISTAS	1710	4.9	0.3	24.5	75.5	18.5	2.0	1.03		2917	5.6	0.1	26.3	73.4	20.7	93.3	20.2	3.9	1.16	5.5
OUTRAS OCUPAÇÕES DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	481	1.4	15.8	31.4	68.6	17.7	1.5	0.96		622	1.2	25.2	15.0	85.0	19.1	93.6	20.6	2.9	0.68	2.6
Ocupações da reparação de veículos	851	2.4	0.6	13.6	85.9	16.2	1.6	0.94		1318	2.5	0.3	10.4	89.3	13.4	87.3	23.6	2.3	0.77	4.5
GARÇONS E COZINHEIROS	241	0.7	28.6	0.0	100.0	25.7	1.0	0.49		819	1.5	55.2	0.0	98.0	17.9	77.4	26.3	1.4	0.69	13.0
EMPREGADAS DOMÉSTICAS	3483	10.6	99.5	0.0	100.0	26.1	0.3	0.71		5074	9.8	97.8	2.2	97.1	26.1	17.3	44.1	0.5	0.64	3.3
Ocupações do serviço de higiene pessoal	684	1.9	72.2	78.8	21.2	15.4	0.9	1.69		933	1.8	70.5	76.7	23.3	14.3	27.4	29.0	1.1	0.96	3.0
PORTEIROS, VIGIAS, ASCENSORISTAS E SERVENTES	813	2.3	20.2	0.5	99.5	13.8	1.1	0.50		2737	5.3	29.0	0.0	99.9	16.5	82.0	31.0	1.4	0.54	12.9
Ocupações da defesa nacional e segurança pública	395	1.1	0.0	0.0	100.0	33.8	3.1	0.71		505	0.9	2.2	0.0	100.0	18.8	96.0	16.2	5.8	0.84	2.5
OPERADORES DE MÁQUINAS (EXCETO CONSTRUÇÃO CIVIL)	139	0.4	0.0	0.0	100.0	27.3	1.4	0.49		211	0.4	5.2	0.0	100.0	25.1	98.1	47.4	1.8	0.32	4.3
TRABALHADORES BRANCAIS SEM ESPECIFICAÇÃO	726	2.1	0.0	16.7	83.3	23.1	0.8	0.41		1226	2.3	6.6	4.2	94.8	26.8	81.6	42.7	1.3	0.47	5.4
OUTRAS OCUPAÇÕES N.P.C.	2612	7.5	22.9	11.0	88.1	23.8	1.6	1.09		2666	5.1	23.1	7.8	90.4	27.8	85.6	28.2	2.6	1.03	0.2
N.D.A.	2092	6.0	2.4	21.9	63.9	18.9	1.0	0.75		4943	9.6	0.0	30.4	69.2	21.2	66.1	40.7	1.8	0.69	9.0
TOTAL	34445	100.0	25.8	19.5	75.5	20.7	1.9	1.38		51357	100.0	31.2	17.0	81.0	18.8	71.7	24.5	3.2	1.89	4.1

GRUPO OCUPACAO	TRABALHADORES								TRABALHADORES								TAXA DE TRABALH	
	TOTAL	%TOTAL	MULH	PROPR	SEMPR	MIOR	REDA MD-SM	C.V. REDA	TOTAL	%TOTAL	MULH	PROPR	SEMPR	MIOR	ACONT	REDA MD-SM	C.V. REDA	TAXA DE TRABALH
MARILIA																		
PROPRIETARIOS	1830	5.2	4.8	31.5	68.5	9.8	5.8	1.06	2470	5.2	10.3	34.4	65.4	14.6	84.5	7.0	11.0	1.38
ADMINISTRADORES, GERENTES E CHEFES	759	2.1	9.9	0.0	100.0	19.9	4.5	0.77	1558	3.3	17.6	0.0	99.8	19.4	88.9	8.6	7.1	0.99
AUXILIARES DE ESCRITORIO	1793	5.1	33.7	0.0	99.1	10.1	1.9	0.94	4082	8.6	57.0	0.1	99.7	13.1	90.5	12.2	2.2	0.79
OCUPACOES BUROCRATICAS DE NATUREZA ESPECIFICA	136	0.3	6.6	0.0	100.0	24.3	6.0	0.59	207	0.4	9.7	0.0	100.0	14.0	96.1	9.7	5.2	0.84
ENGENHEIROS E ARQUITETOS	13	0.0	0.0	61.5	38.5	0.0	13.6	0.00	41	0.0	0.0	63.4	36.6	26.8	90.2	0.0	15.0	0.59
OCUPACOES AUXILIARES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	54	0.1	0.0	7.4	92.6	13.0	2.5	0.46	113	0.2	21.2	15.0	85.0	11.5	75.2	7.1	3.0	1.13
MEDICOS, DENTISTAS E ENFERMEIROS DIPLOMADOS	145	0.4	0.0	46.9	53.1	10.3	11.6	0.46	302	0.6	19.2	47.7	38.1	20.5	88.1	1.7	18.4	0.74
OCUPACOES AUXILIARES DA AREA DE SAUDE	232	0.6	66.4	3.4	89.2	15.3	1.4	0.92	683	1.4	78.0	0.4	99.6	17.7	94.4	24.6	1.7	0.64
PROFESSORES PRIMARIOS E INSPECTORES DE ENSINO	800	2.2	90.8	3.0	94.4	17.9	2.7	0.44	206	1.8	87.9	3.4	94.0	14.7	91.6	3.5	3.8	0.76
PROFESSORES SECUNDARIOS E SUPERIORES	316	0.9	59.8	0.0	94.3	35.1	4.9	0.62	642	1.3	68.4	0.0	100.0	16.7	97.7	3.7	7.8	0.73
ECONOMISTAS E CONTADORES - NIVEL SUPERIOR	21	0.0	0.0	0.0	81.0	0.0	7.3	0.19	79	0.1	5.1	0.0	100.0	24.1	100.0	5.1	9.2	0.53
TECNICOS DE CONTABILIDADE - NIVEL MEDIO	138	0.3	10.9	8.7	88.4	21.0	4.4	0.37	176	0.3	22.2	12.5	85.2	13.6	94.9	2.3	5.0	0.99
OUTRAS OCUPACOES TECNICAS E CIENTIFICAS DE NIVEL SUPERIOR	72	0.2	0.0	22.2	27.8	45.8	5.2	0.53	304	0.6	27.0	45.4	52.0	15.1	87.8	5.6	10.7	0.79
OUTRAS OCUPACOES TECNICAS E CIENTIFICAS DE NIVEL MEDIO	253	0.7	9.5	18.2	73.9	11.1	2.2	0.70	354	0.7	20.9	13.8	83.9	13.8	80.8	14.1	2.8	0.67
TRATADISTAS E TECNICO AGRICOLAS	119	0.3	0.0	3.4	93.3	16.0	0.9	0.33	293	0.6	0.0	0.0	94.5	18.4	11.3	34.8	1.3	0.51
OUTROS TRABALHADORES QUALIFICADOS DO SETOR PRIMARIO	8	0.0	0.0	50.0	0.0	0.0	0.4	1.00	45	0.1	17.6	53.3	37.8	8.9	60.0	0.0	9.4	1.42
TRABALHADORES DA AGRICULTURA E EXTRATIVA VEGETAL	8919	25.4	11.3	12.8	62.5	20.4	0.6	1.44	5739	12.1	18.6	11.5	84.1	16.1	9.5	43.0	1.2	1.57
TOURNEIROS MECANICOS	115	0.3	0.0	0.0	100.0	7.0	1.5	0.63	237	0.5	0.0	3.4	96.6	16.9	100.0	33.3	2.0	0.54
MECANICO SEM ESPECIALIZACAO	265	0.7	0.0	21.5	78.5	15.8	1.6	0.65	402	0.8	1.0	9.5	90.5	17.9	82.6	33.8	2.6	0.81
OCUPACOES DA INDUSTRIA METAL-MECANICA	245	0.7	0.0	6.9	91.0	16.3	1.2	0.63	742	1.5	0.0	0.5	99.5	20.1	69.5	41.5	1.5	0.51
OCUPACOES DA INDUSTRIA TEXTIL	276	0.7	67.8	5.3	94.2	26.1	1.0	0.53	274	0.5	67.5	0.0	100.0	35.0	94.2	16.4	1.4	0.67
ALFATEIRES E COSTUREIROS	560	1.6	77.7	57.3	41.2	11.1	0.9	0.67	603	1.2	84.7	73.1	26.9	13.4	50.2	13.4	1.7	0.88
OUTRAS OCUPACOES DA INDUSTRIA DE VESTUARIOS E CALCADOS	190	0.5	6.3	20.0	80.0	11.1	0.8	0.66	93	0.2	30.1	54.8	45.2	17.2	67.7	12.9	2.0	0.80
MARceneiros e CARPinteiros	481	1.3	0.0	32.4	66.7	9.8	1.4	0.40	758	1.6	0.0	32.1	67.4	16.4	84.4	23.9	2.1	0.69
ELETRICISTAS E RADIOTECNICOS	207	0.5	0.0	34.3	65.7	23.2	1.8	0.45	345	0.7	0.0	24.1	75.9	20.6	87.0	33.3	2.7	0.68
ENFENEDORES E EMBALADORES	602	1.7	53.8	0.0	100.0	27.1	0.8	0.60	959	2.0	66.8	0.0	100.0	23.6	96.6	35.8	1.1	0.49
DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	56	0.1	5.4	0.0	100.0	16.1	2.4	0.64	105	0.2	12.4	0.0	100.0	29.5	96.2	17.1	4.6	0.46
OUTRAS OCUPACOES DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	955	2.7	16.1	4.1	93.5	28.5	1.9	0.49	1437	3.0	21.1	2.9	97.1	19.1	79.3	38.6	1.5	0.75
VENDEDORES DE JORNALIS E AMBULANTES	639	1.8	18.8	63.4	31.9	19.7	1.1	2.95	819	1.7	23.8	79.5	16.5	19.2	49.1	29.1	2.4	1.75
LOJISTAS E CAIXAS	1924	5.5	23.6	0.4	96.2	17.5	1.0	0.72	2760	5.8	39.5	0.0	98.4	16.4	87.6	16.4	2.2	1.00
OUTRAS OCUPACOES DO COMERCIO	843	2.4	2.1	20.2	79.8	19.1	4.0	0.70	939	1.9	0.9	30.4	69.6	14.6	86.4	5.0	8.3	1.14
MOBILISTAS	927	2.6	0.0	24.6	75.0	18.0	2.1	0.78	2135	4.5	0.0	30.4	69.6	14.5	91.9	22.2	4.5	1.27
OUTRAS OCUPACOES DOS TRANSPORTES E COMUNICACOES	547	1.5	17.0	17.0	82.1	29.3	1.7	0.79	348	0.7	31.9	14.1	85.9	16.4	92.2	10.4	3.1	0.97
OCUPACOES DA REPARACAO DE VEICULOS	523	1.4	0.0	12.8	85.7	8.2	1.4	0.74	704	1.4	0.6	12.1	87.9	13.8	80.0	23.3	2.1	0.75
GAZONIS E COLHEDORES	139	0.4	49.6	0.0	97.1	17.3	0.7	0.57	738	1.5	61.1	0.0	94.7	26.0	69.9	26.6	1.3	0.90
EMPREGADAS DOMESTICAS	3187	9.1	98.8	0.0	100.0	23.0	0.3	0.49	4155	8.8	98.6	1.4	97.7	22.2	21.9	49.2	0.5	0.53
OCUPACOES DO SERVICO DE HIGIENE PESSOAL	940	1.5	71.7	73.1	24.6	13.9	0.7	1.64	564	1.2	70.9	74.6	25.4	11.7	41.7	26.8	1.5	1.05
PORTEIROS, VIGIAS, ASCENSORISTAS E SERVENTES	953	2.7	21.8	0.0	99.6	15.1	1.1	0.52	1815	3.8	33.1	0.0	100.0	18.6	84.4	29.1	1.4	0.55
OCUPACOES DA DEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA	410	1.1	0.0	0.0	100.0	30.7	3.0	0.47	537	1.1	0.0	0.0	100.0	21.6	94.8	21.2	6.1	0.74
OPERADORES DE MAQUINAS (EXCETO CONSTRUCAO CIVIL)	314	0.9	17.8	0.0	100.0	17.5	1.0	0.36	521	1.1	15.9	0.0	100.0	29.8	98.5	45.7	1.6	0.44
TRABALHADORES BRANCOS SEM ESPECIALIZACAO	952	2.7	4.6	0.4	99.2	23.6	0.9	0.45	989	2.1	6.6	2.4	97.6	19.8	87.4	45.5	1.4	0.60
OUTRAS OCUPACOES N.P.C.	1427	4.0	27.3	11.6	87.9	20.0	1.5	0.91	2199	4.6	29.1	7.8	82.6	21.1	85.4	28.9	2.5	0.98
N.D.A.	2115	6.0	6.4	17.9	62.9	20.1	0.9	0.81	3943	8.3	0.0	29.2	70.5	23.0	62.7	43.8	1.8	0.78
TOTAL	35086	100.0	26.1	13.0	73.6	18.8	1.6	1.33	47095	100.0	32.8	13.6	85.1	18.1	68.3	27.8	3.0	1.63